

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL**

ANDRÉ MOULIN DARDENGO

**COOPERATIVAS E TRANSIÇÃO SOCIALISTA:
A EXPERIÊNCIA DAS COOPERATIVAS NÃO AGROPECUÁRIAS EM
CUBA**

VITÓRIA
2020

ANDRÉ MOULIN DARDENGO

COOPERATIVAS E TRANSIÇÃO SOCIALISTA:
A EXPERIÊNCIA DAS COOPERATIVAS NÃO AGROPECUÁRIAS EM
CUBA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Política Social, na linha de pesquisa Reprodução e Estrutura do Capitalismo Contemporâneo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Nakatani.

VITÓRIA
2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D216c Dardengo, André Moulin, 1984-
Cooperativas e transição socialista: a experiência das cooperativas não agropecuárias em Cuba / André Moulin Dardengo. – 2020.
274 f. : il.

Orientador: Paulo Nakatani.
Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Cooperativismo. 2. Socialismo. 3. Cuba. 4. Transição socialista. 5. Propriedade social. 6. Autogestão. I. Nakatani, Paulo. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

ANDRÉ MOULIN DARDENGO

**COOPERATIVAS E TRANSIÇÃO SOCIALISTA: A EXPERIÊNCIA
DAS COOPERATIVAS NÃO AGROPECUÁRIAS EM CUBA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Política Social.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Professor Doutor Paulo Nakatani
Orientador/Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Livia de Cássia Godoi Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Renata Couto Moreira
Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Aline Fardin Pandolfi
Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Gissele Carraro
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória



Professora Doutora Olga Pérez Soto
Universidade de Havana/Cuba

A todos e a todas que
lutam pela construção de uma
sociedade mais justa e igualitária em
Nuestra Pátria Grande Latinoamericana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Neuza da Silva Moulin, e ao meu pai, Clóvis Dardengo. Eles fizeram mais que o possível para garantir a minha formação desde os primeiros passos. Particularmente, agradeço a longínqua decisão de deixarem a 'roça' em que vivíamos, naquela tríplice fronteira rural de Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Jerônimo Monteiro. Em meio a mais uma crise dos preços do café no início dos anos 1990, deixaram a condição de meeiros para ir para a Grande Vitória à procura de emprego e de uma possibilidade de vida melhor. Seus labores como costureira e motorista e seus esforços para garantir que eu e minha irmã estudássemos permitiram-me dar o primeiro passo para inverter a lógica perversa da sociedade brasileira, passar no vestibular em uma universidade pública, dando início à trajetória que iria perseguir.

Agradeço à minha irmã Raquel pelo apoio incondicional e por suportar minhas lamúrias via *whatsapp*.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Paulo Nakatani, pela colaboração e pela autonomia que me concedeu respeitando minhas escolhas ao longo de todo o processo, desde as escolhas profissionais até as escolhas da investigação em si. Dessa forma, os eventuais equívocos desta tese são da minha inteira responsabilidade.

Agradeço aos professores Mauricio Sabadini, Jorge Pessoa de Mendonça e Reinaldo Carcanholo (*in memoriam*), que assim como o Prof. Paulo Nakatani, participaram da minha formação desde a graduação iniciada em 2001, passando pelo mestrado e agora também no doutorado. Agradeço aos demais professores do PPGPS: Profa. Maria Lúcia Garcia, Profa. Ana Targina, Prof. Izildo Corrêa, Profa. Livia Moraes.

Agradeço aos colegas integrantes do Grupo de Pesquisas Estudos Críticos do Desenvolvimento, Helder Gomes e as cubanólogas pioneiras do PPGPS, Aline Faé e Aline Pandolfi, pelos materiais emprestados, pelas ricas discussões e dicas imprescindíveis.

Agradeço aos professores da *Facultad de Economía de la Universidad de La Habana*: à Profa. Olga Pérez Soto pela indispensável colaboração na preparação do

projeto de qualificação e participação na banca de qualificação; à Profa. Silvia Odriozola e ao Prof. Henri Colina pela colaboração e por serem meus anfitriões no *Departamento de Desarrollo Económico de la Facultad De Economía*. À Profa. Arellys Esquenazi pela disponibilidade em sempre tirar dúvidas e indicar materiais para a pesquisa. Um agradecimento muito especial também ao Prof. Jesús Cruz Reyes e à Profa. Ileana Díaz Fernández que me auxiliaram com informações e contatos com cooperativistas nos dias em que estive em La Habana.

Agradeço aos professores Xabier Arriazabalo, Gissele Carraro e Mauricio Sabadini que participaram da qualificação do projeto de tese. Agradeço ainda ao Prof. Julio Gambina que ao participar da banca de qualificação da minha dissertação de mestrado, no ano de 2012, incentivou-me a estudar o cooperativismo em Cuba.

Agradeço às professoras que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca de defesa da tese: Profa. Olga Pérez Soto, Profa. Gissele Carraro, Profa. Lívia Moraes, Profa. Aline Pandolfi e Profa. Renata Moreira.

Agradeço aos amigos do PPGPS, Pedro Rozales, Naara Campos, Camila Valadão, Vinicius Querzone, Cleidson Nazário e todos os demais que não teria espaço para citar. Agradeço à amiga cubana Maite Hernández que foi sempre um ponto de conexão com a cultura e o povo cubano, suprimindo em parte o pouco tempo que passei na *Mayor de las Antillas* (e pela gentileza de corrigir o *resumen*).

Agradeço a todos servidores da SUPG, especialmente a Adriana Pratti que sempre foi muito atenciosa e eficiente para resolver as demandas que surgiram.

Agradeço à UFVJM por me garantir o afastamento das atividades docentes para a redação final desta tese. Agradeço especialmente aos colegas Carlos Henrique Lopes Rodrigues e Fernando Leitão Rocha Junior, do Departamento de Ciências Econômicas, que colocaram-se a disposição para assumir minhas disciplinas caso não fosse liberado um professor substituto.

Agradeço à CLACSO e ao Prof. Suarez Salazar que ofertaram de forma gratuita o seminário on-line '*A 60 años de la revolución cubana: una mirada crítica desde sus utopías*'.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES) pelo financiamento de parte do período do doutorado.

'Luchar por la Revolución Social en la América no es una utopía de locos o fanáticos, es luchar por el próximo paso de avance en la historia.'

Julio Antonio Mella (1929)

'Ella está en el horizonte —dice Fernando Birri—. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.'

Eduardo Galeano, citando o cineasta argentino Fernando Birri, em 'Ventana sobre la utopía', na obra 'Las Palabras Andantes' (1993).

'Talvez o socialismo jamais tenha parecido tão "utópico" quanto hoje; no entanto, ainda não há alternativa fundamentada histórica e teoricamente à ordem mundial que não o socialismo.'

Tamás Krausz (2017)

RESUMO

DARDENGO, A. M. **Cooperativas e transição socialista**: a experiência das cooperativas não agropecuárias em Cuba. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

O objetivo desta tese, realizada a partir de uma investigação exploratória, é analisar o papel da forma de propriedade cooperativa no processo de transição socialista cubano, dando especial ênfase no período seguinte ao VI Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC), celebrado em abril de 2011, em cujas resoluções consta a aprovação do documento '*Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución*', que admite, pela primeira vez no período após a vitória da Revolução em 1959, a organização de cooperativas de produção e serviços não agropecuárias. Realizamos um debate sobre as categorias propriedade, apropriação e transição socialista para fundamentar a discussão do caso concreto cubano. Em seguida, com base em pesquisa bibliográfica e documental analisa-se a experiência de implementação de Cooperativas não Agropecuárias (2013-2019) no curso do processo de atualização do modelo econômico e social cubano. Concluímos que a forma de propriedade cooperativa é adequada e deve ser utilizada como meio de organizar a produção e o trabalho em processos de transição socialista pautados na heterogeneidade de formas de propriedade. As cooperativas, com suas peculiares práticas organizativas, principalmente a autogestão, tendem a construir relações de produção mais socializadas que a propriedade privada e permitem mais autonomia e motivação aos trabalhadores em relação à propriedade estatal. Contudo, assim como em qualquer processo histórico, há contradições. A experiência das Cooperativas não Agropecuárias cubanas também apresentou problemas e para que, de fato, tais organizações impulsionem a construção do socialismo, estes desvios estão sendo corrigidos desde 2017.

Palavras-chave: Cooperativismo; Socialismo; Cuba; Transição socialista; Propriedade social.

ABSTRACT

DARDENGO, A. M. **Cooperatives and socialist transition:** the experience of non-agricultural cooperatives in Cuba. Thesis (Doctorate in Social Policy) - Postgraduate Program in Social Policy, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

The objective of this thesis, based on an exploratory investigation, is to analyze the role of the cooperative property in the Cuban socialist transition process, with special emphasis on the period following the 6th Congress of the Communist Party of Cuba (PCC), held in April of 2011, in which resolutions include the approval of the document '*Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución*', which admits, for the first time in the period after the victory of the Revolution in 1959, the organization of production and service non-agricultural cooperatives. We held a debate on the categories of property, appropriation and socialist transition to support the discussion of the Cuban concrete case. Then, based on bibliographic and documentary research, the experience of implementing non-agricultural cooperatives (2013-2019) is analyzed in the course of the process of updating the Cuban economic and social model. We conclude that the cooperative property is adequate and should be used as a way of organizing production and work in socialist transition processes based on the heterogeneity of property forms. Cooperatives, with their peculiar organizational practices, mainly self-management, tend to build production relations that are more socialized than private property and allow workers more autonomy and motivation in relation to state property. However, as with any historical process, there are contradictions. The experience of Cuban non-agricultural cooperatives has also presented problems and, in fact, for such organizations to boost the construction of socialism, these deviations have been corrected since 2017.

Keywords: Cooperativism; Socialism; Cuba; Socialist transition; Social property.

RESUMEN

DARDENGO, A. M. **Cooperativas y transición socialista**: la experiencia de las cooperativas no agropecuarias en Cuba. Tesis (Doctorado en Política Social) – Programa de Posgrado en Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

El objetivo de esta tesis, realizada a partir de una investigación exploratoria, es analizar el rol que juega la forma de propiedad cooperativa en el proceso de transición socialista cubano, con especial énfasis en el período siguiente al VI Congreso del Partido Comunista de Cuba (PCC), realizado en 2011, en cuyas resoluciones se encuentra la aprobación del documento ‘Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución’, que permite, por primera vez en el período después de la victoria de la Revolución en 1959, la organización de cooperativas de producción y servicios no agropecuarias. Realizamos un debate sobre las categorías propiedad, apropiación y transición socialista para fundamentar la discusión del caso concreto cubano. En seguida, con base en investigación bibliográfica y documental se analiza la experiencia de implementación de Cooperativas no Agropecuarias (2013-2019) en el curso del proceso de actualización del modelo económico y social cubano. Concluimos que la forma de propiedad cooperativa es adecuada y debe ser utilizada como un medio de organización de la producción y el trabajo en procesos de transición socialista pautados por la heterogeneidad de formas de propiedad. Las cooperativas, con sus peculiares prácticas organizativas, principalmente la autogestión, pueden construir relaciones de producción más socializadas que la propiedad privada y permiten más autonomía y motivación a los trabajadores en relación a la propiedad estatal. Sin embargo, así como en cualquier proceso histórico, existen contradicciones. La experiencia de las Cooperativas no Agropecuarias cubanas también presentó problemas y para que, de hecho, estas organizaciones contribuyan a la construcción del socialismo, estos desvíos se han ido corrigiendo desde 2017.

Palabras claves: Cooperativismo; Socialismo; Cuba; Transición socialista; Propiedad social.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AC – *Asociaciones Campesinas*
- ACI – *Aliança Cooperativa Internacional*
- AIT – *Associação Internacional dos Trabalhadores*
- ANAP – *Asociación Nacional de Agricultores Pequeños*
- CAM - *Consejo de Administración Municipal*
- CAP - *Consejos de Administración Provincial*
- CC – *Cooperativas Cañeras*
- CCS – *Cooperativa de Crédito y Servicios*
- CEEC – *Centro de Estudios de la Economía Cubana*
- CEPAL – *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*
- CICOPA - *Organización Internacional de las Cooperativas en la Industria y los Servicios*
- CIDEL - *Comisión Permanente para la Implementación y Desarrollo de los Lineamientos*
- CM – *Consejo de Ministros*
- CNA – *Cooperativa no agropecuaria*
- COMECON - *Council for Mutual Economic Assistance*
- CPA – *Cooperativa de Producción Agropecuaria*
- CUC – *Peso Conversível – Divisas*
- CUP – *Peso Cubano – Moneda Nacional*
- EUA – *Estados Unidos da América*
- FAPES – *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo*
- FAR-CUBA – *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Cuba*
- FMI – *Fundo Monetário Internacional*
- INIE– *Instituto Nacional de Investigaciones Económicas*
- M-26-J – *Movimiento 26 de Julio*
- MINAGRI - *Ministerio de la Agricultura*
- MINAZ - *Ministerio da Industria Azucarera*
- MINCIN – *Ministerio de comercio interior*

MINREX – *Ministerio de Relaciones Exteriores*

MINFAR – *Ministerio de las Fuerzas Armadas Revolucionarias*

MINSAP – *Ministerio de Salud Pública*

NEP – *Nova Política Econômica*

OACE – *Organismos de la Administración Central del Estado*

OIT – *Organização Internacional do Trabalho*

ONEI – *Oficina Nacional de Estadísticas*

ONU – *Organização das Nações Unidas*

OSDE – *Organización Superior de Dirección Empresarial*

PCC – *Partido Comunista de Cuba*

PPGPS – *Programa de Pós-graduação em Política Social*

PyME – *Pequeña y Mediana Empresa*

RDA – *República Democrática Alemã*

RPC – *República Popular da China*

TCP – *Trabajador por cuenta propia - cuentapropista*

UBPC – *Unidad Básica de Producción Cooperativa*

URSS – *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Taxa de crescimento do PIB (%) – Cuba, Caribe e América Latina – 1990-2006.....	92
Gráfico 2 -	Distribuição percentual do PIB por bens, serviços básicos e outros serviços – Cuba – Anos selecionados - 1989-2006-2010.....	93
Gráfico 3 -	Taxa de crescimento do PIB (%) – Cuba, Caribe e América Latina – 2007-2018.....	117
Gráfico 4 -	Orçamento para educação e saúde (%) – Cuba – 2014-2018..	122
Gráfico 5 -	Resultados do referendo constitucional (% do total de votos) – Cuba – 2019.....	162
Gráfico 6 -	<i>Cooperativas no Agropecuarias</i> por atividade econômica – Cuba – 2019*	180
Gráfico 7 -	Relação de trabalhadores ocupados em <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> e <i>Cuentapropismo</i> – CUBA – 2001-2018.....	183
Gráfico 8	Saldo de geração de empregos por setor da economia – Cuba (milhares de postos de trabalho) – 2009-2018.....	184
Gráfico 9 -	Indicadores econômicos selecionados das <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> (Bilhões de CUP) – Cuba – 2014-2018.....	188
Gráfico 10 -	Aportes tributários de <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> e Trabalhadores por conta própria (Bilhões de CUP) – Cuba – 2014-2018.....	192
Gráfico 11 -	Principais dificuldades – CNA de construção – La Habana.....	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Estrutura de uso e posse da terra em Cuba – Anos selecionados: 1989, 1999 e 2017.....	109
Tabela 2 -	Atividades e número de <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> autorizadas – Cuba – Março de 2014.....	175
Tabela 3 -	Principais entidades por forma de organização em Cuba - 2011-2019*.....	177
Tabela 4 -	Cooperativas por forma de organização e órgão ou organismo a que estão vinculadas – Cuba – 2019*	178
Tabela 5 -	Distribuição dos empregos por forma de gestão dos meios de produção (milhares de trabalhadores e percentual) – Cuba – 2013-2018.....	182
Tabela 6 -	Distribuição das ocupações por gênero nas <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> – Cuba – 2013-2018.....	186
Tabela 7 -	Aportes tributários das formas de gestão não estatal - Ley del Presupuesto del Estado e estimativa de arrecadação (Bilhões de CUP) – Cuba – 2016-2019.....	191
Tabela 8 -	Valor agregado bruto criado por <i>Cooperativa no Agropecuarias</i> e por trabalhador estatal/sócios/sócios-contratados (CUP) – CUBA – 2012/13 – 2016.....	206
Tabela 9 -	Indicadores econômicos das <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> (CUP) – Setores selecionados – Cuba – 2016.....	210
Tabela 10 -	Principais vantagens observadas pelos sócios – CNA de construção – La Habana.....	214
Tabela 11 -	Principais motivações dos sócios – CNA de construção – La Habana.....	216
Tabela 12 -	Principais limitações no processo de compra de insumos e equipamentos - Cooperativas de construção - La Habana.....	231
Tabela 13 -	<i>Cooperativas no Agropecuarias</i> aprovadas por reunião do <i>Consejo de Ministros</i> – Cuba – 2013-2014*.....	271
Tabela 14 -	Evolução do número de <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> por setor de atividade – Cuba – 2013-2019*.....	272
Tabela 15 -	Número de <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> por atividade econômica – Cuba – 2019*	273
Tabela 16 -	Evolução dos principais indicadores sociais - Cuba e América Latina – (1958/60-2015/17).....	274

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Diferentes formas de propriedade social e propriedade privada.....	57
Quadro 2 -	Resumo das principais medidas do 'Período especial' em Cuba – 1992-1997.....	94
Quadro 3 -	Tipos de cooperativas agrícolas da Revolução Cubana – 1959-2019.....	100
Quadro 4 -	Principais visões que influem no processo de atualização do modelo econômico e social em Cuba.....	125
Quadro 5 -	Diferenças fundamentais entre a empresa convencional e a cooperativa.....	127
Quadro 6 -	Princípios que orientam as <i>Cooperativas no Agropecuarias</i>	141
Quadro 7 -	Direitos e deveres do sócio da cooperativa.....	144
Quadro 8 -	Atribuições da Assembleia Geral da Cooperativa.....	151
Quadro 9 -	Atribuições do Presidente e do Secretário da Assembleia Geral da Cooperativa.....	152
Quadro 10 -	Atribuições do Conselho de Administração ou Administrador da Cooperativa.....	153
Quadro 11 -	Formas de propriedade na nova constituição cubana aprovada em 2019.....	163
Quadro 12 -	Princípio educação e formação das <i>Cooperativas no Agropecuarias</i>	166
Quadro 13 -	Regra para a incorporação de novos sócios nas <i>Cooperativas no Agropecuarias</i>	168

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Processo para criação de cooperativas não-agropecuárias por iniciativa dos próprios sócios fundadores.....	146
Figura 2 -	Processo para criação de cooperativas não-agropecuárias por iniciativa de entidades estatais.....	147
Figura 3 -	Estrutura organizativa de uma cooperativa.....	150
Figura 4 -	Componentes do sistema empresarial cubano.....	160
Figura 5 -	<i>Cooperativas no Agropecuarias</i> por províncias – Cuba – 2019*.....	179
Figura 6 -	Inserção das <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> na tessitura econômica cubana.....	237

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	O problema	19
1.2	A justificativa da investigação	21
1.3	Considerações metodológicas	27
2	PROPRIEDADE E TRANSIÇÃO SOCIALISTA	32
2.1	Introdução.....	32
2.2	Propriedade, produção e apropriação do excedente social.....	34
2.3	Das formas de propriedade que precederam a produção capitalista à propriedade privada capitalista	41
2.4	Transição socialista e a propriedade social	49
2.5	As cooperativas na visão de Karl Marx	59
2.6	Notas conclusivas.....	69
3	TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA E O PAPEL DO COOPERATIVISMO	71
3.1	Introdução.....	71
3.2	Breve descrição do processo histórico da revolução cubana.....	72
3.2.1	Antecedentes históricos	72
3.2.2	A transição socialista extraordinária de Cuba	77
3.2.3	O Período Especial e o ' <i>perfeccionamiento</i> ' do modelo econômico e social cubano	89
3.3	Uma aproximação à história do cooperativismo em Cuba.....	97
3.4	Notas conclusivas.....	111
4	ATUALIZAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL CUBANO E O MARCO LEGAL DAS COOPERATIVAS NO AGROPECUARIAS	113
4.1	Introdução.....	113
4.2	As mudanças recentes: avançar na construção socialista mantendo as conquistas da revolução	114
4.2.1	O processo de <i>actualización</i> do modelo económico e social cubano	114
4.2.2	Principais visões que disputam a hegemonia no processo de <i>actualización</i> em Cuba.....	123
4.3	O marco legal das <i>Cooperativas No Agropecuarias</i>	132

4.3.1 Os <i>Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución</i> de 2011	132
4.3.2 O pacote normativo das <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> de 2012	137
4.3.3 A atualização dos <i>Lineamientos</i> e a <i>Conceptualización del modelo económico y social</i> de 2016	154
4.3.4 A nova Constituição da República de Cuba e a reforma da legislação das <i>Cooperativas no Agropecuarias</i> em 2019	161
4.4 Notas conclusivas	169
5 COOPERATIVAS NO AGROPECUARIAS: IMPLEMENTAÇÃO, DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.....	172
5.1 Introdução	172
5.2 A implementação das <i>cooperativas no agropecuarias</i> em Cuba.....	173
5.3 O desempenho econômico das <i>cooperativas no agropecuarias</i> em Cuba.....	186
5.4 Avaliação de resultados das <i>Cooperativas no Agropecuarias: logros y malogros</i>	212
5.4.1 Pontos positivos: <i>los logros</i>	212
5.4.2 Pontos negativos: <i>los malogros</i>	220
5.5 Perspectivas para o futuro das <i>Cooperativas no Agropecuarias</i>	234
5.6 Notas conclusivas	239
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	242
7 REFERÊNCIAS	251
8 APÊNDICE	271

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA

Após a tomada do poder em uma revolução socialista surge uma necessidade urgente: organizar a produção para garantir a reprodução material da vida da população e para superar as antigas relações de produção baseadas na exploração do homem/mulher pelo homem/mulher. Ao longo da história, no curso dos longos processos de transições socialistas iniciados em alguns países, sempre houve um intenso debate em torno da forma como organizar a economia a partir de uma nova configuração de formas de propriedade que permitam a superação das relações de produção capitalistas. As cooperativas, que constituem uma dessas formas de propriedade e organização da produção, podem e devem se inserir na organização dessa nova economia pois têm capacidade de contribuir com a transição socialista e a construção de um projeto emancipatório.

Destarte, a tese que apresentamos tem por objetivo analisar o papel da forma de propriedade cooperativa no processo de transição socialista cubano, dando especial ênfase no período seguinte ao VI Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC), celebrado em abril de 2011, em cujas resoluções consta a aprovação do documento '*Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución*' (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a), que admite, pela primeira vez no período após a vitória da Revolução em 1959, a organização de cooperativas de produção e serviços não agropecuárias.

A transição socialista cubana passa, desde 2007, por um processo de *actualización* e os *Lineamientos* constituem um conjunto de orientações para as profundas mudanças na economia da *Mayor de las Antillas*, entendidos como necessários para possibilitar o avanço na construção do socialismo diante das circunstâncias da sua inserção em uma economia mundial capitalista, sem o suporte que recebera no passado dos países do Bloco Socialista. Soma-se a isto, os maléficos efeitos do bloqueio econômico estadunidense e as constantes agressões imperialistas e contrarrevolucionárias de toda ordem que Cuba sofreu e segue sofrendo desde os primeiros dias de janeiro de 1959.

Ademais, os *Lineamientos* expressam um desejo coletivo de mudanças mas sem abandonar as conquistas históricas da revolução cubana, mantendo a perspectiva de construção do socialismo e sua irreversibilidade. Anseia-se, com a *actualización* do modelo económico e social, a ampliação do desenvolvimento socioeconômico, uma elevação progressiva das forças produtivas e a melhoria das condições materiais de vida da população, sem abrir mão dos valores éticos do socialismo.¹ Dessa forma, os *Lineamientos* buscam dar continuidade ao processo de construção do '*hombre nuevo*'², bem como de relações sociais de produção socialistas, antagônicas às capitalistas, processo em curso desde a vitória do *Movimiento 26 de Julio* (M-26-J).

É a partir das propostas de atualização do modelo econômico cubano, contidas nos *Lineamientos*, que o tema das cooperativas ganhou um novo alento no debate econômico da ilha caribenha. Atualíssima, a fecunda discussão empreendida desde então sobre o tema, busca apresentar como as cooperativas de produção e serviços, de caráter não agropecuário, as *Cooperativas no Agropecuarias* (CNA)³, como são denominadas em Cuba, podem desempenhar um papel mais relevante no modelo econômico cubano convivendo com as empresas de propriedade estatal, as empresas de propriedade mista, os *cuentapropistas*⁴, etc. e contribuindo para os objetivos da transição socialista cubana (PIÑEIRO HARNECKER, 2011; PIÑEIRO HARNECKER, 2012; ESCANDELL-SOSA, 2012). O desenho da tessitura produtiva pensado a partir dos *Lineamientos* projetou a criação das CNA para cumprir a função de reduzir a concentração de determinadas atividades no setor estatal e

¹ "El 6to Congreso del Partido Comunista de Cuba ha discutido y analizado el proyecto final de los *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, para actualizar el modelo económico cubano, con el objetivo de **garantizar la continuidad e irreversibilidad del Socialismo**, el desarrollo económico del país y la elevación del nivel de vida de la población, conjugados con la necesaria formación de valores éticos y políticos de nuestros ciudadanos" (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a, p. 5, grifos nossos).

² De que trata Che (GUEVARA, 2010).

³ Existe uma imprecisão conceitual e um certo desconforto, por parte de alguns cubanos e cubanas, com a denominação das cooperativas com o uso do advérbio de negação '*no*' seguido do adjetivo '*agropecuarias*'. Na prática tratam-se de cooperativas de trabalho, em que os sócios aportam principalmente sua força de trabalho sob gestão coletiva para obtenção de benefícios individuais e coletivos. Como em Cuba só existiam cooperativas agrícolas até 2013, a expressão '*no agropecuarias*' foi a forma encontrada para unificar as novas cooperativas formadas em diferentes setores da economia, atuando na produção de bens e serviços. Optamos por adotar a nomenclatura oficial, *Cooperativas no Agropecuarias* (CNA), mas adiantando que são cooperativas de trabalho e não cooperativas de consumo ou de crédito, que a rigor, também não são cooperativas agrícolas.

⁴ Trabalhadores por conta própria

colaborar com o projeto nacional de desenvolvimento socialista, gerando emprego e melhorando as condições de vida da população pela via da melhoria da qualidade dos bens e serviços ofertados e pela construção de relações sociais de produção mais socializadas que as privadas.

Nosso problema de tese, portanto, busca responder: como a forma de propriedade cooperativa, enquanto unidade dialética contraditória entre propriedade e gestão, pode contribuir para a construção de relações sociais de produção socialistas nos marcos do processo de atualização do modelo econômico e social cubano, ou seja, no processo de transição socialista em curso na ilha caribenha? Ao buscar desvendar esta questão temos o intuito de desocultar os múltiplos determinantes que configuram esta experiência concreta, fornecendo subsídios para sua qualificação e contribuindo para o adensamento de conhecimentos teórico-práticos sobre a temática.

1.2 A JUSTIFICATIVA DA INVESTIGAÇÃO

Os estudos das experiências contemporâneas de cooperativismo ganharam grande abrangência na academia a partir dos anos 1990. O principal fator explicativo neste interesse acadêmico é o surgimento, principalmente de 1980 em diante, de movimentos sociais ligados a chamada economia solidária⁵ na América Latina e, em seguida, de políticas públicas de incentivo a auto-organização dos trabalhadores em empreendimentos de propriedade coletiva e com gestão democrática.⁶ O cooperativismo autogestionário⁷, as empresas recuperadas e geridas pelos próprios

⁵ Para mais informações sobre a economia solidária a partir de seus principais propugnadores ver Singer (1999; 2002), Gaiger (2004), Laville (2016).

⁶ No Brasil, tais experiências são denominadas em seu conjunto como Economia Solidária e são apresentadas por seus propositores como uma forma de organização emancipatória dos trabalhadores, com um caráter anticapitalista, entendimento este que não compactuamos. Conforme nosso estudo que resultou em dissertação de mestrado (DARDENGO, 2013), e outros estudos anteriores (BARBOSA, 2007; MENEZES, 2007; WELLEN, 2012), evidenciamos que o papel da Economia Solidária, ao contrário do que defende seus propositores, é regressivo, sendo funcional ao processo de acumulação de capital e cumprindo um papel mistificador sobre a relação de exploração e precarização do trabalho.

⁷ A expressão cooperativismo autogestionário apresenta uma redundância, uma vez que um cooperativismo sem a prática da autogestão pelos sócios não seria propriamente um cooperativismo verdadeiro. No entanto, esta denominação é frequentemente utilizada na literatura para expressar um

trabalhadores após processos de falências, as estratégias de desenvolvimento local a partir de bancos comunitários e de moedas sociais, desenvolveram-se em diversos países como resposta à crise estrutural do capital e à aplicação de políticas econômicas de viés neoliberal. Vale destacar que neste contexto, a Organização Mundial do Trabalho (OIT)⁸ declarou 2012 ‘o ano do cooperativismo’ e defendeu internacionalmente as cooperativas por seu impacto no PIB mundial⁹ e por sua capacidade de gerar emprego¹⁰ ‘decente’¹¹ principalmente nos países mais pobres.

Elevada à condição de política pública social no Brasil e em diversos outros países, o fomento às experiências de cooperativismo ligadas a economia solidária se dá na lógica de um Estado descomprometido com uma perspectiva universalizante dos direitos sociais, que deixa de lado a generalização do trabalho formal assalariado e promove a cultura do autoemprego (BARBOSA, 2007). A inserção de contingentes desempregados em redes de Economia Solidária tem a função de reduzir o impacto dos gastos sociais nas finanças públicas, mesmo que, essa inserção se configure de forma precária, constituindo-se em mais uma face escamoteada da hegemonia das

contraponto ao cooperativismo, que segundo os autores, teria características capitalistas e deixaram de lado a prática autogestionária (SINGER, 2002).

⁸ A Conferência Geral da OIT, através da Recomendação 193 de 2002, já incentivava a criação de políticas públicas de promoção ao cooperativismo.

⁹ De acordo com o ‘*Global Census on Co-operatives*’ (DAVE GRACE AND ASSOCIATES, 2014), o setor cooperativo (em 145 países) congregava um montante de US\$ 19,6 trilhões em ativos, os quais eram responsáveis pela geração de US\$ 2,98 trilhões em receitas anuais. A economia do conjunto das cooperativas representaria, caso fosse comparada ao PIB dos países, o quinto país do mundo, superando a França e logo atrás da Alemanha, para o período das estatísticas de 2013. De acordo com dados do Banco Mundial, as cinco maiores economias do mundo em 2013, medidas pelo PIB, eram Estados Unidos (US\$ 16,76 trilhões), China (US\$ 9,46 trilhões), Japão (US\$ 4,92 trilhões), Alemanha (US\$ 3,73 trilhões) e França (US\$ 2,80 trilhões). No que se refere a participação das receitas das cooperativas no PIB, ela seria superior a 10% em quatro países: Nova Zelândia (20%), Países Baixos (18%), França (18%) e Finlândia (14%).

¹⁰ Segundo o relatório ‘*Cooperatives and employment*’ (HYUNGSIK; CICOPA, 2017), com dados recolhidos em 156 países, o emprego nas cooperativas envolviam mais de 279,3 milhões de pessoas. Os empregos diretamente ligados a cooperativas representavam 9,46% da população ocupada (*employed population*) dos 156 países pesquisados. Para o cálculo do total dos empregos em cooperativas três categorias distintas foram consideradas: os funcionários de cooperativas (*employees*), os trabalhadores membros (*worker-members*) e os produtores membros (*producer-members*).

¹¹ O trabalho decente, conceito formulado pela OIT em 1999, compreende o trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas. É um conceito central dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerado condição fundamental para superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Não obstante, particularmente no Brasil, muitas cooperativas não poderiam ser enquadradas como espaços de trabalho decente e sim espaços de precarização das relações de trabalho e burla da legislação trabalhista (DARDENGO, 2013).

políticas neoliberais e do aprofundamento das relações precarizadas de trabalho (DARDENGO, 2013).¹²

Esta caracterização da política pública de fomento ao cooperativismo ligado a Economia Solidária no Brasil¹³ não pode, todavia, ser generalizada quando se leva em consideração outras experiências que se desenvolvem na América Latina e Caribe, notadamente nos casos dos países que se colocam no caminho da transição socialista.

O contexto latino-americano e caribenho é ímpar para discutir este tema, pois muitas experiências se desenvolveram nos últimos anos e estão em desenvolvimento.¹⁴ Gambina e Roffinelli (2011) defendem que as experiências de autogestão nesta região foram uma forma de resistência aos nefastos resultados da aplicação do receituário neoliberal contido no Consenso de Washington.¹⁵ Em seguida, os experimentos foram impulsionados por governos progressistas que assumiram a grande maioria dos países da região, configurando, como alguns setores da direita qualificam, um verdadeiro “*giro a la izquierda*” (BORÓN, 2008).¹⁶

¹² Além disso, na conformação dos experimentos autogestionários no Brasil há uma escassez de elementos de formação político-ideológicos compatíveis com um projeto de superação do capitalismo (WELLEN, 2012).

¹³ Mesmo no Brasil há nuances, como nos casos das Cooperativas constituídas por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que, apesar de inseridas no mercado capitalista, garantem aos seus componentes uma formação político-ideológico de caráter anticapitalista.

¹⁴ É conhecido o movimento de empresas recuperadas e transformadas em cooperativas autogeridas da Argentina, o caso de sucesso da *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM), a proposta de ‘*vivir bien*’ incluída na nova constituição do Estado Plurinacional de Bolívia que resgata os ideais de um modelo produtivo autogestionado das comunidades originárias, o desenvolvimento da *Economía Comunal* na Venezuela e, a permissão em 2012 para se organizar cooperativas em setores não agrícolas em Cuba.

¹⁵ O Consenso de Washington foi um receituário de estabilização e ajuste macroeconômico voltado para os países em desenvolvimento, primeiramente, da América Latina e, posteriormente, para todos os demais países. Foi formulado em 1989 por economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América. As propostas foram sistematizadas pelo economista John Williamson do International Institute for Economy com sede em Washington. As sugestões de política econômica focavam em 10 pontos: “[...] 1. Disciplina fiscal; 2. Priorização dos gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. Liberalização comercial; 7. Abertura ao investimento direto estrangeiro; 8. Privatização; 9. Desregulação; e 10. Propriedade intelectual; [...] nas 10 áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco” (BATISTA, 1994, p. 18).

¹⁶ Todavia, por se tratarem de políticas públicas de governo e não de Estado, tais políticas ficam refém da alternância de poder, e dado o processo recente de governos conservadores como no Brasil

Houve de fato, por parte dos trabalhadores, uma resistência aos resultados dos modelos neoliberais dos anos 1990, que se materializou, por exemplo, no Fórum Social Mundial com seu lema ‘Outro mundo é possível’ apresentando, já em 2001, o cooperativismo como a base de outra economia necessária. Contudo, no que se refere à onda de esquerda na América Latina e Caribe, é preciso ser mais consciencioso e desmistificar essas generalizações. Como afirma o politólogo *porteño* Atilio Borón¹⁷, são poucos os governos com um caráter anticapitalista, comprometidos com um projeto histórico de construção de uma sociedade de caráter socialista que supere o capitalismo. Notadamente, após mais de 60 anos de luta, resistência e conquistas, Cuba é o país que mais representa tal intento na América Latina e Caribe.

Portanto, Cuba e sua *sui generis* experiência de transição socialista é o *locus* fundamental para se refletir sobre o cooperativismo a partir de uma outra perspectiva, pois, como pontuou Florestan Fernandes (2012, p. 25), a Revolução Cubana trata-se da “[...] primeira fronteira histórica e o primeiro patamar concreto da manifestação do socialismo na América Latina”. O primeiro processo a introduzir o socialismo nas Américas “[...] converteu em realidade histórica as opções inconformistas diante da mudança social de cunho especificamente revolucionário” (FERNANDES, 2012, p. 23).

Isto posto, o estudo das cooperativas, particularmente as CNA, em Cuba¹⁸, partindo de suas especificidades e de sua realidade concreta, com um governo e um povo

(Temer e Bolsonaro) e na Argentina (Macri), há um claro processo de inflexão e abandono dessas estratégias.

¹⁷ Para Borón (2014, p. 250, grifos nossos), “[...] **solamente gobiernos como los de Cuba y en menor medida (habida cuenta de su corta experiencia en términos históricos) los de Venezuela, Bolivia y Ecuador califican como gobiernos de izquierda**” por estarem comprometidos com a superação da ordem capitalista. Salientamos que, do nosso ponto de vista, por tudo que Cuba enfrentou ao longo dos mais de 50 anos de revolução, a experiência dos outros três países deve ser considerada, definitivamente, em *menor medida*. O que não significa desconsiderar as transformações recentes que estão sendo implementadas nos três países citados.

¹⁸ “O interesse por Cuba na atualidade, portanto, continua grande. Desde o triunfo da revolução cubana, em janeiro de 1959, brasileiros escrevem sobre o rumo político e econômico da ilha. Do primeiro autor de nosso país a discutir a revolução, o periodista Armando Jimenez até Frei Betto (responsável pela entrevista clássica *Fidel e a religião*), jornalistas, militantes políticos e intelectuais acadêmicos se debruçaram sobre o tema. É só lembrar de nomes como Jamil Almansur Haddad, Almir Matos, Nery Machado, Hélio Dutra, Jorge Escosteguy, Ignacio de Loyola Brandão, Márcio Moreira Alves, Eric Nepomuceno, Fernando Moraes, Vânia Bambilra, Florestan Fernandez e Luiz Alberto Moniz Bandeira” (PERICÁS, 2017, p. 15). A publicação de ‘Cuba no século XXI: dilemas da

que se propõe a realizar um processo de transição socialista se apresenta como a oportunidade de identificar as potencialidades da organização cooperativa na construção do socialismo.¹⁹ Partindo do estudo das estratégias de fomento ao cooperativismo em Cuba é possível refletir se a forma de propriedade cooperativa é adequada e necessária para um processo de transição socialista e pensar qual o seu papel para o desenvolvimento da propriedade social socialista. Trata-se, portanto, de uma investigação de caráter exploratório cuja especificidade é ampliar o horizonte de análise do papel desempenhado pelo cooperativismo em países com governos comprometidos com a construção do socialismo, como é o caso cubano.

A hodierna abertura ao cooperativismo não-agrícola promovida em Cuba, apesar de já ter sido estudada por alguns autores latino-americanos, principalmente cubanos (JIMÉNEZ GUETHÓN, 2008; JIMÉNEZ GUETHÓN, 2013; JIMÉNEZ GUETHÓN; PADRÓN SÁNCHEZ, 2016; OJEDA SURÍS, 2015; PIÑEIRO HARNECKER, 2011; PIÑEIRO HARNECKER, 2015b; PIÑEIRO HARNECKER; OJEDA SURÍS, 2017; VUOTTO, 2016), ainda carece de aprofundamentos no que tange ao campo científico relacionado à Política Social e à Economia Política da Transição Socialista. A reflexão sobre o referido fenômeno, principalmente por estar se passando em um país que desde 1959 empreende um processo de construção do socialismo, frente a todo tipo de agressão imperialista, ainda deve ser aprofundada, o que pode contribuir com o próprio processo em curso a partir de uma visão exterior.

No Brasil, mediante consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), verificamos que a recente experiência de desenvolvimento do cooperativismo em Cuba ainda não foi objeto de estudo. Há vasto número de publicações sobre Economia Solidária e as suas respectivas políticas de fomento, sempre tratando de casos ocorridos em território nacional. Portanto, nossa investigação sobre a experiência recente de desenvolvimento das CNA no caso cubano, é dotada de ineditismo no que se refere a discussão acadêmica no Brasil. Além disso, com esta análise das especificidades do que se realizou em Cuba até o

revolução' (SANTOS *et al.*, 2017), além das teses de Stocco (2017) e Pandolfi (2017) dentre outros estudos recentes, corroboram em demonstrar o interesse dos pesquisadores brasileiros pela realidade cubana.

¹⁹ Essa investigação pode nos conduzir a conclusões diversas das apontadas em nossa pesquisa de mestrado sobre as cooperativas e a Economia Solidária no caso brasileiro (DARDENGO, 2013).

momento, poder-se-á ter mais elementos para avaliar a capacidade de transformação estrutural que as cooperativas podem proporcionar na construção de relações de produção socialistas e no necessário desenvolvimento das forças produtivas em Cuba.

Nosso interesse por este tema originou-se de um desejo pessoal de compreender as formas alternativas de organização da produção e do trabalho que buscam enfrentar e superar a ordem capitalista.²⁰ Obviamente, que este interesse insere-se numa perspectiva mais ampla, numa perspectiva da classe trabalhadora e de seus intelectuais, que tem a tarefa de pensar acerca de novas alternativas de sociabilidade para além do capital (MÉSZÁROS, 2011). Portanto, assumindo desde já uma perspectiva classista, buscamos neste nosso estudo acrescentar contribuições aos acúmulos teóricos e práticos já existentes a respeito do cooperativismo em modelos econômicos comprometidos com a construção do socialismo.

Em um contexto de crise estrutural do capital, com o avanço do neoliberalismo, com a mercantilização cada vez maior de tudo que é necessário à vida, com a expansão do processo de financeirização, com as profundas mudanças regressivas no mundo do trabalho na sociedade capitalista, é grande a pertinência, no nosso entendimento, de estudos que se debrucem sobre alternativas de organização econômica que enfrentem o sociometabolismo do capital. Sem as ilusões reformistas que a muitos acometem, seguimos na esteira de Ellen Wood (2010, p. 250) que afirma que nas condições econômicas e políticas atuais “[...] um capitalismo humano, “social” e verdadeiramente democrático e igualitário é mais irreal e utópico que o socialismo”. Nesta linha, esta pesquisa também cumpre o papel de fazer o contraponto à *intelligentsia* burguesa que teima em afirmar que o socialismo está morto.

²⁰ Além disso, temos nos dedicado ao longo da nossa trajetória acadêmica a estudos relacionados ao mundo do trabalho e ao cooperativismo (DARDENGO, 2013).

1.3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Uma vez que apresentamos a problemática da tese e sua justificativa, faremos aqui algumas considerações sobre a estratégia que utilizamos para abordar o objeto de estudo²¹ e o desenho metodológico na construção da tese. Como já anunciamos anteriormente, efetuamos nesta tese um estudo de caráter exploratório. Segundo Vasconcelos (2007, p. 158), uma pesquisa exploratória

[...] constitui uma pesquisa temática porém com foco mais amplo e aberto para a investigação de fenômenos e processos complexos e principalmente pouco conhecidos e/ou pouco sistematizados, ou passíveis de várias perspectivas de interpretação, sejam eles teóricos, culturais, sociais, técnicos, históricos, etc. [...] os estudos exploratórios têm um forte caráter descritivo, mas sua escolha e sua realização não são completamente desinteressadas: há sempre interesses ligados ao desvelamento de uma determinada realidade empírica desconhecida ou no debate teórico implicando na interpretação da realidade em foco, e isto deve ser explicitado pelo investigador.

Não se trata portanto de dar uma resposta definitiva para o problema em questão, pois pesquisas deste gênero tem por característica constituir-se na primeira fase de estudos mais amplos, que podem prosseguir nos anos seguintes a sua finalização (ECO, 2002). Contudo, não significa que tratamos o tema de forma desinteressada, uma vez que no desenvolvimento da tese buscamos identificar o papel que as CNA tem cumprido na construção de relações sociais socialistas no processo de atualização do modelo econômico e social cubano.

Para o tratamento de fontes bibliográficas e documentais as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica²² foram utilizadas. As consultas bibliográficas foram a livros, artigos, revistas, etc. As pesquisas documentais foram em planos de governo, relatórios, legislações, resoluções políticas, discursos, etc.²³ Também estivemos em

²¹ A experiência de implantação de cooperativas de produção e serviços no processo de transição socialista cubano, a partir da aprovação dos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución* (VI Congresso do PCC, realizado em 2011), que autorizam a formação de cooperativas não agropecuárias.

²² A pesquisa bibliográfica “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

²³ Ao longo do texto optamos por sempre fazer as citações diretas na língua original do autor da fonte bibliográfica ou documental, colocando imediatamente a tradução na nota de rodapé. Para as citações complementares que aparecem apenas nas notas de rodapé não efetuamos a tradução e as apresentamos apenas no idioma original.

Cuba durante pouco mais de um mês para efetuar coleta de dados, bibliografia e visitar algumas CNA.²⁴

A obtenção de dados estatísticos foi via instituições de referência internacionais e de Cuba: a *Oficina Nacional de Estadísticas e Información* (ONEI), o *Instituto Nacional de Investigaciones Económicas* (INIE), o *Centro de Estudios de la Economía Cubana* (CEEC), a *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL), a *Organización Internacional de las cooperativas en la industria y los servicios* (CICOPA), etc. Não obstante, tivemos dificuldade para formar uma série completa com os resultados econômico-financeiros das CNA de 2013 até 2019, uma vez que estes dados de desempenho são de acesso restrito. Obtivemos dados mais detalhados apenas referentes ao ano de 2016, do estudo realizado por Piñeiro Harnecker (2018a).

Pela característica de pesquisa exploratória que envolve o desenvolvimento desta tese, e por conta do método que utilizamos para desenvolver o trabalho, optamos pela não formulação de uma hipótese prévia de trabalho.

A proposição de uma hipótese tenderia a nos induzir a dois caminhos: ou suporíamos que o avanço de formas de propriedade não estatais em Cuba é um retrocesso que não contribui com a construção de relações de produção socialistas, ou seja, que Cuba estaria retornando ao capitalismo, ou suporíamos *a priori*, que a autorização para novas formas de propriedade não estatal se constituem em grande alavanca para a construção de relações de produção socialistas, portanto, aceleraria o processo de transição socialista rumo ao comunismo.

Ao tratar o tema dessa forma petrificada, teríamos o problema subsequente que seria como testar tais hipóteses, uma vez que a transição não foi finalizada e é produto de um longo processo histórico composto por infundáveis e futuras determinações concretas, um processo dialético com avanços e retrocessos. Entendemos que a transição socialista não se completa em um só país e precisa se

²⁴ Nossa investigação nesta tese teve um caráter interinstitucional e internacional como os laços de cooperação em pesquisa já existentes entre o PPGPS-UFES e a *Universidad de La Habana*. Reconhecemos, nesse sentido, a importância do intercâmbio interinstitucional que vem marcando a produção científica do PPGPS-UFES.

generalizar permanentemente para outras regiões. Cairíamos, desse modo, num aventureirismo especulativo. Abandonaríamos o materialismo dialético. Mesmo que na condição de aprendiz de usuário do método, já o violentaríamos na partida.

Como tem sido tradição no Grupo de Estudos Críticos do Desenvolvimento²⁵, os pesquisadores tem evitado a “armadilha” do binarismo (GOMES, 2016), que trata as atualizações dos modelos econômicos da China (GOMES, 2016) ou de Cuba (STOCCO, 2017; PANDOLFI, 2017) ou como retorno iminente ao capitalismo ou dão como certa a aceleração para o comunismo. Mas sim, conforme aponta Nakatani (2017) a partir de Anderson (2010), é mais aconselhável tratá-las como um *novum* histórico-mundial²⁶, em que “[...] as experiência chinesa e cubana constituiriam um longo processo de transição para um novo modo de produção, que se expressaria historicamente e concretamente em sociedades diferentes daquelas regidas pelo modo de produção capitalista” (NAKATANI, 2017, p. 11). Dessa forma, nossa pesquisa buscou investigar como Cuba tem utilizado o cooperativismo como um elemento importante para seguir construindo uma sociedade diferente do modo de produção capitalista e como isso está ocorrendo na prática.

Parece-nos, portanto, que a forma como conduzimos a investigação foi mais profícua uma vez que buscamos, a partir da produção teórica dos clássicos do marxismo, estudar a realidade concreta da experiência cubana, saturando-a com o máximo de determinações concretas possíveis, que as condições objetivas de exequibilidade da pesquisa permitiram, afim de buscar uma aproximação à resposta da problemática da tese numa perspectiva exploratória.

Construímos a tese em quatro capítulos de acordo com objetivos específicos que concebemos como etapas necessárias para alcançar o objetivo geral.

No capítulo ‘Propriedade e transição socialista’, sistematizamos as concepções de Marx e Engels sobre os processos de transição entre os modos de produção, as

²⁵ Grupo de pesquisa do CNPQ a que me vinculo e que é coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Nakatani.

²⁶ “[...] Em termos taxonômicos, a RPC [República Popular da China] do século 21 é um *novum* histórico-mundial: a combinação daquilo que, segundo qualquer critério convencional, é no momento uma economia predominantemente capitalista, com aquilo que, segundo qualquer critério convencional, ainda é incontestavelmente um Estado comunista - ambos, em seus respectivos gêneros, os mais dinâmicos jamais vistos (ANDERSON, 2010, p. 25).

diferentes formas de propriedade e as especificidades históricas que marcaram a origem da forma de propriedade cooperativa. Alertamos o leitor que, ao longo da leitura pode parecer que optamos por retroceder a uma discussão muito abstrata ou a um passado muito remoto e distante da realidade presente de Cuba, no entanto, pensamos ser este resgate das categorias propriedade e transição, na perspectiva histórico-dialética, um passo fundamental para compreender a construção do socialismo em Cuba como um processo inacabado e de longa duração. Além disso, as considerações de Marx e Engels sobre os limites e potencialidades das cooperativas são relevantes e atuais, já que os pensadores reconheciam seu potencial em um eventual processo de transição socialista, mesmo que os autores não o tenham vivido. Suas postulações são com frequência citadas e influenciam o debate cubano no que tange a implantação das CNA.

No capítulo 'Transição socialista cubana e o papel do cooperativismo', identificamos, a partir da contextualização histórica da transição socialista cubana, as especificidades que o setor cooperativo teve na dinâmica da economia cubana até o VI Congresso do PCC em 2011. Apresentamos uma reconstrução do processo histórico da Revolução Cubana identificando as escolhas políticas que fizeram com que Cuba preterisse o cooperativismo de produção e serviços durante os primeiros 50 anos da revolução e adotasse apenas o cooperativismo no campo. O debate protagonizado por Che Guevara e economistas do campo socialista, sobre a forma de conduzir a economia em processos de transição socialista e em seguida a aproximação com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS) são abordados. Por fim, apresentamos um breve histórico do cooperativismo agrícola em Cuba.

No capítulo 'Atualização do modelo econômico e social Cubano e o marco legal das cooperativas no agropecuarias', descrevemos as principais determinações histórico-concretas que tornaram necessária a atualização do modelo econômico e social, bem como as principais conquistas da revolução que se quer manter. Abrimos um parêntese para uma breve discussão a respeito das principais visões teóricas que disputam a hegemonia do processo de *actualización* e, por fim, realizamos a análise documental sobre o marco legal que orienta a formação das CNA, passando pelos

Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución de 2011; os *Decretos-ley* sobre as CNA de 2012; a *Actualización de los Lineamientos para el período 2016-2021*, a *Conceptualización del modelo económico y social cubano de desarrollo socialista* e o *Plan Nacional de desarrollo económico y social hasta 2030*; a nova Constituição da República e as reformas da legislação das CNA de 2019.

No capítulo ‘*Cooperativas no agropecuarias: implementação, desempenho e avaliação de resultados*’, descrevemos o processo de implementação, analisamos o desempenho econômico-financeiro das CNA e apontamos os principais pontos positivos e negativos que se manifestaram no curso da experiência. A partir destes elementos é possível indicar limites e potencialidades do processo de implantação das CNA em Cuba e analisar o papel na construção de relação de produção mais socializadas. A análise deste último capítulo, suportada pelos aportes anteriores, constituirá o momento do desenlace do problema proposto na tese. Assim, buscaremos estabelecer a relação da forma de propriedade cooperativa com outras formas de propriedade²⁷ definidas nos *Lineamientos* e na nova Constituição da República de Cuba, referendada e promulgada em 2019.

Por fim, munidos da análise das determinações histórico-concretas e das interpretações teóricas, apresentamos nossas considerações finais sobre o papel que o cooperativismo de produção e serviços está cumprindo em Cuba e os desafios das CNA de contribuir com a construção de relações sociais de produção distintas das capitalistas.

²⁷ Propriedade socialista de todo o povo (denominada no *Lineamientos* como propriedade estatal), propriedade cooperativa, propriedade privada, propriedade mista, propriedade pessoal, propriedade de instituições e formas associativas e propriedade das organizações políticas, de massa e sociais (CUBA, 2019e).

2 PROPRIEDADE E TRANSIÇÃO SOCIALISTA

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentamos um esforço de sistematização de algumas categorias teóricas que julgamos importantes para a discussão do nosso objeto de pesquisa. Apresentamos as concepções de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) sobre a propriedade, suas diferentes formas de manifestação nos diferentes modos de produção e no processo de transição socialista e, por último, as especificidades da forma de propriedade cooperativa para os autores.

Consideramos este resgate importante e necessário, pois a categoria propriedade é central para a discussão da transição socialista em curso na *Mayor de las Antillas*. Particularmente, no contexto do processo de implementação dos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución* que, desde 2011, intensifica a aposta na diversificação de formas de propriedade para fomentar o desenvolvimento das forças produtivas (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a). Como é reconhecido por intelectuais,

[...] en el contexto actual cubano, precisamente en relación con la profundización de las acciones de enfrentamiento a los fenómenos de corrupción, dentro de una batalla permanente por el aumento de la eficiencia y eficacia de nuestras actividades económicas, resulta indiscutible la urgencia de profundizar y desarrollar la teoría marxista acerca de las relaciones de propiedad en la sociedad socialista en construcción, y la insatisfacción con el aporte hecho por nuestras ciencias sociales en este campo (GARCÍA BRIGOS; ALHAMA BELAMARIC *et al.*, 2012, p. 5, grifos do autor).²⁸

O resgate do legado dos clássicos é, portanto, fundamental, pois apresenta uma abordagem sobre as relações de propriedade e suas diferentes formas de manifestação concreta em diferentes formações sociais, cada qual associada a uma forma específica de relações sociais de produção e a uma forma de apropriação dos resultados desta produção.

²⁸ “No contexto atual cubano, precisamente em relação com o aprofundamento das ações de enfrentamento aos fenômenos de corrupção, dentro de uma batalha permanente para o aumento da eficiência e eficácia das nossas atividades econômicas, resulta indiscutível a urgência a necessidade de aprofundar e desenvolver a teoria marxista acerca das relações de propriedade na sociedade socialista em construção, e a insatisfação com o aporte feitos pelas nossas ciências sociais neste campos” (GARCÍA BRIGOS; ALHAMA BELAMARIC *et al.*, 2012, p. 5, tradução nossa).

Esta interpretação sobre a propriedade e as diferentes formas em que ela aparece em cada período histórico desveladas por Marx e Engels se coaduna com os objetivos desta pesquisa. A razão disso se deve ao fato de que esta perspectiva vai de encontro a ciência de matiz positivista e, particularmente, a economia política burguesa, que tende a petrificar conceitos dando-lhes um caráter a-histórico, como se a 'propriedade privada capitalista' e as relações sociais de produção e apropriação a ela associadas sempre tivessem existido, porém em graus menores de intensidade, e devessem sempre seguir existindo. Para os objetivos desta pesquisa, que discute o papel da forma de propriedade cooperativa nos processos de transição socialista, é mister reconhecer a transitoriedade e a historicidade destas relações.

Assim, o retorno a essa fundamentação teórica será importante para subsidiar o debate sobre as formas de propriedade dos meios de produção no processo de transição socialista. A transição do capitalismo para o socialismo, portanto, é outro tema a ser tratado neste capítulo. Ao longo da nossa sistematização abordaremos a propriedade privada capitalista, forma de propriedade predominante do modo de produção capitalista, bem como suas específicas relações de produção e apropriação, uma vez que esta é a forma que deve ser superada nos processos de transição socialista rumo a constituição da propriedade social.

Também neste capítulo buscamos inquirir como a forma de propriedade cooperativa, em geral e, em particular, as cooperativas de produção e serviços, podem ser uma forma importante para a construção de relações socialistas de produção. Para uma aproximação a resposta usamos novamente o referencial clássico de Marx e Engels. Lançamos luzes sobre o processo de surgimento das cooperativas no século XIX, apresentando-as como uma forma de propriedade específica, que compreende uma unidade dialética propriedade-gestão e que, portanto, possui contradições tanto no capitalismo quanto no processo de transição socialista. Com esta abordagem pretendemos subsidiar a discussão sobre as CNA em Cuba ao longo da tese.

2.2 PROPRIEDADE, PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE SOCIAL

Nossa abordagem, como já fora anunciado, parte das premissas do materialismo histórico-dialético²⁹ conforme foram desenvolvidas por Karl Marx e Friedrich Engels ao longo do século XIX. Para os autores, conforme sintetiza Engels (1984, p. 2) “[...] o fator decisivo da história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata”. A produção material, portanto, é o elemento principal que condiciona a reprodução da vida, o desenvolvimento da sociedade e das instituições sociais³⁰ desde os tempos mais remotos.

Partindo-se desta premissa, para se estudar qualquer realidade concreta à luz dos ensinamentos da dupla de pensadores alemães, sob as orientações do método materialista histórico-dialético, deve-se partir da própria realidade concreta de uma dada formação social, seja ela uma comunidade, uma região ou um país. Toda a investigação dos teóricos em questão não parte de “pressupostos arbitrários” e “abstratos”. Ao contrário, “[...] são os **indivíduos reais e suas condições materiais de vida**, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87, grifos nossos) que constituem os pressupostos iniciais para qualquer análise histórica concreta. São, portanto, pressupostos passíveis de constatação empírica, observáveis na realidade concreta, e não fruto da imaginação intelectual.

É na obra ‘A Ideologia Alemã’ (1845-46) que Marx e Engels inauguraram³¹ tal perspectiva quando fizeram uma crítica aos filósofos alemães por sua ação meramente contemplativa, idealista ou por basearem-se num materialismo estático e

²⁹ De acordo com José Paulo Netto, o método de Marx não se constitui apenas da ‘concepção materialista histórico-dialética’ (NETTO, 2011). Esta, junto com a ‘centralidade ontológica do trabalho’ e a ‘perspectiva da transformação revolucionária’, formam o tripé do método de Marx. Destarte, quando um destes três elementos está ausente, não se pode admitir que se está utilizando o método de Marx (O MÉTODO EM MARX, 2002; NETTO, 2011).

³⁰ Em uma perspectiva antropológica, a evolução sociocultural é compreendida por Darcy Ribeiro (1972, p. 50-51), “[...] como uma série genética de etapas evolutivas expressas numa sequência de formações socioculturais geradas pelas sucessivas revoluções culturais e respectivos processos civilizatórios; mas também, como um processo dialético de regressões culturais, de atualizações históricas e de acelerações evolutivas. [...]”. Assim, não se entende o processo evolutivo como uma sequência fixa e necessária de etapas, mas se “[...] reconhece o progresso e o atraso como movimentos necessários da dialética da evolução”.

³¹ “Somente em *A Ideologia Alemã* [...] esses elementos [crítica da economia política, categorias trabalho e alienação] serão articulados para constituir uma teoria explicativa das condições históricas de produção e reprodução da vida dos homens” (SADER, 2007, p. 13).

não-histórico. Retira-se dessa crítica elementos fundamentais da síntese materialista-dialética. Os autores, no texto que critica Ludwig Feuerbach (1804-1872) e os principais expoentes da filosofia alemã, partiram de uma concepção materialista-dialética da história marcada por três aspectos fundamentais (e depois acrescentaram um quarto, que abordaremos mais adiante):

[...] **o primeiro** pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, **o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”** [...]. **O segundo** ponto é que **a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades.** [...] **A terceira** condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que **os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família** (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33, grifos nossos).

O pressuposto fundamental de toda história humana, sem o qual ela não poderia existir é, por conseguinte, a ‘existência de indivíduos humanos vivos’. Todavia, para a manutenção da vida humana, é preciso comida, bebida, habitação, vestuário e outras coisas uteis. É este o primeiro ato histórico, ‘a produção da própria vida material’, estejamos olhando para uma formação social de milhares de anos atrás ou para uma formação social contemporânea.³² Qualquer concepção histórica não pode desvencilhar-se de tal pressuposto concreto, ou seja, constatar este primeiro fato, “[...] a organização corporal desses indivíduos [vivos] e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Esta constatação é central no pensamento marxista, por isso, é justamente a negligência deste

³² “De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau” (ENGELS, 1978, p. 1).

elemento primordial a raiz da crítica de Marx e Engels aos filósofos idealistas alemães na obra 'A Ideologia Alemã'.³³

O segundo elemento apontado por Marx e Engels é o surgimento de novas necessidades a partir do primeiro ato histórico de produção material para satisfazer as necessidades vitais. Novas necessidades que sempre serão atendidas pela desenvolvimento de novas técnicas de produção material. E a terceira condição, é a constituição da sociabilidade humana que se dá, primeiramente, na família, pois o ato de produzir para manter-se vivo não é individual, é coletivo, e pressupõe a transferência genética e a perpetuação da espécie. O ato da produção é, portanto, também um ato de reprodução da própria vida, um ato de interação do ser humano com a natureza (MARX; ENGELS, 2007).

E como se dá essa 'produção da vida material' nessa relação ser humano-natureza? Antes de mais nada é preciso falar da constituição deste ser humano, para a partir de sua qualidade específica compreender sua relação com a natureza. Grosso modo, houve em determinado momento da evolução da espécie uma ruptura, um salto ontológico, em que alguns primatas diferenciaram-se, distinguiram-se, dos outros seres vivos orgânicos da mesma espécie e, a partir daí, num longo processo evolutivo de milhares de anos constituíram-se em seres humanos (*homo sapiens*).³⁴ Conforme apontou Lukács (2013), Engels já salientara o fato desta transição ter sido

³³ A crítica de Feurbach ao idealismo hegeliano parte das 'ilusões psicológicas' para explicar a alienação religiosa. O filósofo "[...] não incorpora a categoria trabalho e assim a superação das ilusões se reduz a um processo de desmistificação, retomando a forma mais clássica de idealismo – o da primazia da consciência sobre a realidade. [...]" (SADER, 2007, p. 12).

³⁴ "A ordem dos primatas surgiu há cerca de 70 milhões de anos, mais ou menos na época do desaparecimento do impressionante dinossauro. [...] nos próximos 30 milhões de anos a ordem dos primatas proliferou, produzindo exemplares de pequenos animais noturnos, arborícolas e insetívoros. [...] a ascendência dos macacos não estava destinada a durar muito tempo, pois há cerca de 30 milhões de anos surgiram os antropoides, progênie do ramo dos macacos. [...]" (LEAKEY; LEWIN, 1988, p. 23, p. 25). Por volta de 10 e 15 milhões de anos atrás viveu um antropoide, o "[...] o *Ramapithecus*, uma pequena criatura, com cerca de 91,5cm de altura, [que] é o favorito entre os primeiros verdadeiros hominídeos. [...] Assim que se levantou e andou com o corpo ereto, o *Ramapithecus* libertou maravilhosamente suas mãos. Passou a ser capaz de carregar coisas, de aprender a arremessar com perfeição, de manipular pequenos objetos numa precisão nunca sonhada e, provavelmente, até de inventar uma linguagem baseada em gestos. [...]" (LEAKEY; LEWIN, 1988, p. 26, p. 37). Entretanto, ainda segundo Leakey e Lewin (1988), com base nas evidências arqueológicas, somente por volta de 3 milhões de anos atrás surgiram as primeiras ferramentas de pedras com aspecto muito grosseiro e rudimentar, quando viveu o *homo habilis*. Daí em diante, ainda seriam longos milhares de anos de evolução até o *homo sapiens*, que teria surgido há 300.000 anos no leste da África.

um processo extremamente lento, porém, mesmo assim, ela tem o caráter de um salto. Isso se deve ao fato de que “[...] a essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser” (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Este salto ontológico se deu através do trabalho e por isso esta categoria assume caráter central no pensamento de Marx e Engels, sendo a categoria que constitui, que funda, o ser social, um ser qualitativamente distinto dos animais.³⁵ Os seres humanos “[...] começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir os seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. [...] Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem indiretamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

O trabalho, portanto, é a mediação entre ser humano e natureza que garante a produção e reprodução material da vida.³⁶ Nas palavras do próprio Marx (2013, p. 255, grifos nossos):

O trabalho é [...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. [...]. **Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito somente ao homem.** [...].

Sempre, onde quer que a necessidade exigiu ao longo da história, independente da formação social, o conteúdo da riqueza material teve seu fornecimento mediado pelo

³⁵ “O número e a disposição geral dos ossos e dos músculos são os mesmos no macaco e no homem, mas a mão do selvagem mais primitivo é capaz de executar centenas de operações que não podem ser realizadas pela mão de nenhum macaco. Nenhuma mão simiesca construiu jamais um machado de pedra, por mais tosco que fosse” (ENGELS, [s. d.], p. 2). “[...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho” (ENGELS, [s. d.], p. 13)

³⁶ O trabalho é a manifestação da “[...] eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120).

trabalho, uma atividade produtiva, planejada pela capacidade teleológica do ser humano para alcançar um objetivo, transformando matérias inorgânicas e orgânicas específicas em valores de uso, coisas dotadas de utilidade, ou seja, capazes de satisfazer necessidades humanas sejam elas de ordem material ou espiritual (MARX, 2013; LUKÁCS, 2013).

Retomando os três pressupostos elencados por Marx e Engels n'A Ideologia alemã, é necessário salientar que eles nunca existiram isoladamente e não apareceram cronologicamente de forma hierarquizada. Conforme Marx e Engels apontam estes três aspectos sempre coexistiram 'desde os primórdios da história' e ainda são válidos para o presente resultante do processo histórico. A produção da vida própria, através do trabalho, e da vida alheia, através da procriação, apresenta uma relação dupla: é relação natural e relação social – “[...] social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34). Todo modo de produção é, portanto, marcado por uma forma de cooperação sendo a própria cooperação³⁷ uma força produtiva. Esse é o quarto aspecto ou pressuposto apontado por Marx e Engels: a cooperação na divisão técnica do trabalho é uma característica do ser social.³⁸

Feitos estes apontamentos, identifica-se que a produção por meio do trabalho é a forma pela qual se gera toda riqueza material em qualquer sociedade e a cooperação uma força produtiva que permite sua realização pelos seres humanos. A produção é também uma das dimensões da totalidade que inclui distribuição, troca e consumo.³⁹

³⁷ “[...] Seria simplesmente impossível explorar com sucesso a grande variedade de recursos disponíveis [na natureza] aos coletores-caçadores, a menos que se juntassem num estreita cooperação. **A cooperação é certamente a motivação básica da natureza humana** (LEAKEY; LEWIN, 1988, p. 112-113, grifos nossos).

³⁸ Voltaremos a abordar esta questão mais adiante no subitem 2.5.

³⁹ “O resultado a que chegamos não é que **produção, distribuição, troca e consumo** são idênticos, mas que todos eles **são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade**. [...] Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinadas, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, *em sua forma unilateral*, pelos outros momentos. [...] **Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico**” (MARX, 2011a, p. 53, grifos nossos).

Todos os meios de trabalho, instrumentos e materiais extraídos da natureza e transformados para uso no trabalho, todos os conhecimentos acumulados formam o conjunto das forças produtivas. Para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas, resultado do trabalho acumulado, é o fator dinâmico do desenvolvimento social (GERMER, 2009; MARX, 2013).

Associado ao desenvolvimento das forças produtivas irrompeu o excedente social ou excedente econômico. Houve sociedades ancestrais cuja produção não gerava excedente e amiúde imperava a escassez. Porém, em determinado momento da história, o desenvolvimento das forças produtivas conduziram a uma produção social superior às necessidades de consumo da sociedade. Em uma sociedade sem classes a apropriação desse excedente é coletiva, porém em uma sociedade de classes essa apropriação é condicionada pelas relações de propriedade que são expressões das suas relações sociais de produção.⁴⁰

Aqui precisa ser apresentada outra conclusão importante de Marx, qual seja, que a produção também é apropriação, ou seja, propriedade no seu sentido estrito. Como afirma o pensador,

Toda produção é a apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido, é uma tautologia afirmar que propriedade (apropriação) é uma condição da produção. [...] Está completamente fora de questão aqui indagar se a riqueza se desenvolveria melhor sob essa ou aquela forma de propriedade. Mas dizer que a produção e, por conseguinte, a sociedade são impossíveis onde não existe qualquer forma [de] propriedade é uma tautologia. Uma apropriação que não se apropria de nada é uma *contradictio in subjecto* (MARX, 2011a, p. 43, grifos nossos).

Portanto, com o perdão da redundância, ou da tautologia como nos mostra Marx, toda sociedade que se constitua, em que o ser social através do trabalho se constitui e produz e reproduz sua própria vida e dos seus pares, é uma sociedade que se

⁴⁰ É importante explicitar o que estamos querendo dizer todas as vezes que utilizamos a expressão relações sociais de produção ou relações de produção. Trata-se de “[...] *um sistema de lugares atribuído aos agentes da produção em relação aos principais meios de produção*; esse sistema determina o *lugar* dos produtores imediatos e, eventualmente, os dos não produtores: tais *lugares* são, na realidade, os lugares onde se exercem certas *funções* (processos de apropriação da natureza, coordenação desses processos, repartição dos resultados, etc.)” (BETTELHEIM, 1970, p. 86, grifos do autor).

apropria da natureza, cuja propriedade se manifesta. Em consequência, a propriedade

[...] originalmente nada mais significa que o comportamento do ser humano em relação às suas condições naturais de produção como pertencentes a ele, como suas, como condições *pressupostas com a sua própria existência*; comportamento em relação a elas como *pressupostos naturais* do próprio ser humano, que, por assim dizer, constituem somente o prolongamento do seu corpo. [...]” (MARX, 2011a, p. 403, grifos do autor).

A propriedade ou a apropriação é mais um pressuposto para a constituição do ser social. Esta reflexão de Karl Marx sobre a propriedade, a qual também é compartilhada por Friedrich Engels, possui um caráter universal, que vai se singularizar em cada momento histórico em formas de propriedade específicas, determinando formas de apropriação específicas. Ou seja, as relações de propriedade também mudam com o desenvolvimento das relações sociais de produção e aparecem de formas distintas em períodos históricos distintos, mas sempre mantendo o seu conteúdo essencial, qual seja, a relação do ser humano enquanto produtor que se apropria da natureza.

Vejamos o que afirma Marx sobre este aspecto das diferentes formas de propriedade em outra obra. Na ‘Miséria da Filosofia’⁴¹ (1847) encontra-se a crítica de Marx a Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Neste trabalho, Marx critica a interpretação de Proudhon contida n’A Filosofia da Miséria’, indicando a mistificação que o autor francês constrói em torno da noção de propriedade. Marx, diferentemente de Proudhon, admite que a propriedade manifesta-se de formas distintas em diferentes formações sociais em cada época histórica:

Em cada época histórica, a propriedade desenvolveu-se diferentemente e numa série de relações sociais totalmente distintas. Por isso, **definir a propriedade burguesa não é mais que expor todas as relações sociais da produção burguesa.** Pretender dar uma definição da propriedade como uma relação independente, uma categoria à parte, uma ideia abstrata e universal – isso não pode ser mais que uma ilusão metafísica ou de jurisprudência (MARX, 2009, p. 170, grifos nossos).

⁴¹ Nesta obra, segundo José Paulo Netto (2004, p. 87), Marx além de promover a “[...] liquidação teórica do socialismo-reformista (utópico-reformista) de cariz pequeno burguês [...]”, traz ao público pela primeira vez “[...] os fundamentos e os elementos constitutivos da teoria do ser social engendrada pelo modo de produção capitalista”.

Como se percebe, Marx afirma que para se compreender a propriedade burguesa deve-se investigar as relações sociais específicas da forma de produção burguesa, da mesma forma, por conseguinte, se quisermos investigar qualquer outro tipo de forma de propriedade, como num processo de transição socialista, deve-se partir da investigação e exposição das relações sociais de produção específicas nas quais este outro tipo de forma de propriedade se manifesta. Como expõe Marx, em cada período histórico formas distintas de propriedade existiram e coexistiram, o que significa dizer que diferentes relações sociais de produção e de apropriação existiram e coexistiram.

A predominância de uma determinada relação de propriedade sobre outras caracteriza a existências dos diversos modos de produção ao longo da história. Quando a disseminação de certo tipo de relações sociais é suficientemente forte para que “[...] domine o conjunto das outras relações sociais, e quando a sua própria reprodução alargada implica o enfraquecimento ou a dissolução dos outros tipos de relações sociais, diz-se que existe um **modo de produção dominante**” (BETTELHEIM, 1970, p. 92, grifos nossos).

Sobre as diferentes formas de manifestação da propriedade, sua predominância e caracterização de diferentes modos de produção e apropriação é o que trataremos a seguir.

2.3 DAS FORMAS DE PROPRIEDADE QUE PRECEDERAM A PRODUÇÃO CAPITALISTA À PROPRIEDADE PRIVADA CAPITALISTA

Como vimos no subitem anterior, a produção é em essência apropriação da natureza que se manifesta de distintas formas ao longo da história. Diferentes relações sociais de produção representam diferentes relações de propriedade. Conforme estamos sugerindo desde o início de nossa argumentação, queremos enfatizar que a compreensão da historicidade desses processos é fundamental para pensar a transição socialista e a propriedade social. Sem a intenção de ser tedioso, vamos apenas apontar de forma ligeira as diferentes formas de propriedade e modos de produção históricos, dando particular ênfase a fase capitalista, que por

suas contradições engendra, de forma potencial, as condições para a revolução social e a transição socialista.

Como também ficou evidenciado no subitem anterior, a análise de Marx parte sempre da realidade objetiva. Para elucidar que a propriedade privada nem sempre existiu as considerações de Marx nos *Grundrisse* de 1857-1858, quando o autor trata do 'método da economia política', são bastante relevantes. Obviamente, o interesse principal de Marx é estudar a realidade objetiva da sociedade do seu tempo, a sociedade burguesa. Mas ele tem a perspicácia de identificar, por conta do seu particular método, na forma mais desenvolvida da sociedade as características das formas anteriores⁴². Na sociedade burguesa “[...] são encontrados com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas. Por exemplo, a propriedade comunal (MARX, 2011a, p. 58). Da mesma forma que a anatomia do ser humano é a chave para decifrar a anatomia do macaco⁴³, “[...] a economia burguesa fornece a chave da economia antiga, etc. Mas de modo algum à moda dos **economistas**, que **apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade** (MARX, 2011a, p. 58, grifos nossos).

Sobre este aspecto, o que muitas vezes é negligenciado, devido a vulgaridade de teorias positivistas que consideram a existência de uma natureza humana capitalista eterna e imutável, é que existiu “[...] no passado períodos extremamente longos em que não havia ainda luta de classes, porque não havia distinção de classes sociais, nem distinção entre ricos e pobres, nem propriedade privada” (LUXEMBURGO, 1972, p. 121). A primeira forma de se apropriar a natureza pelas coletividades humanas era, portanto, coletiva. A evidência histórica demonstra que a

⁴² “A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. [...]” (MARX, 2011a, p. 58).

⁴³ Marx faz alusão ao conhecimento paleontológico em que para se compreender as evidências evolutivas superiores presentes em um animal de espécie inferior, é preciso antes conhecer o animal superior já plenamente evoluído.

propriedade comunal foi a forma original, tendo cumprido por longo período papel significativo para hindus, eslavos, antigos celtas, etc. (MARX, 2011a).

A cada estágio do desenvolvimento das forças produtivas corresponde uma certa fase de desenvolvimento da divisão do trabalho. Estas diferentes fases da divisão do trabalho significam formas diferentes de propriedade, de forma que “[...] cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (MARX; ENGELS, 2007, p. 89). Engels (1984) observou que nas sociedades ancestrais, em que o trabalho era pouco produtivo e imperava a propriedade comunal dos meios de produção, as relações de parentesco eram mais fortes e dominantes e o Estado inexistia. Mas na medida em que, no curso de vários séculos, o desenvolvimento de meios de produção individuais e mais produtivos elevaram a produtividade do trabalho, houve um processo de desenvolvimento da propriedade privada, das trocas mercantis e dos diferenciais de riqueza. A sociedade ancestral (gentílica) se esfacela em função das lutas entre as classes que surgem e a nova sociedade passa a se organizar em torno do Estado. As contradições de classe e a submissão às relações de propriedade privada passam a constituir a dinâmica social. Com a distribuição desigual, quantitativa e qualitativamente, do trabalho e de seus produtos, manifesta-se a propriedade privada

[...] que já tem seu embrião, sua primeira forma na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. **A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade**, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a **qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia** (MARX; ENGELS, 2007, p. 36-37, grifos nossos).

No Manuscrito ‘Formas que precederam a produção capitalista’, Marx (2011a) apresenta diversos exemplos históricos e uma análise rigorosa sobre as diferentes formas de propriedade anteriores à propriedade privada capitalista. O trabalhador que dispunha da terra (principal meio de produção) nessas determinações histórico-concretas se relacionava com as condições objetivas do seu trabalho como sua propriedade – há a “unidade natural do trabalho com seus pressupostos objetivos”. O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário e relaciona-se com os

outros ou como ‘coproprietários’ ou como ‘proprietários independentes’ de frações da propriedade comum. Os indivíduos relacionam-se como proprietários e como membros de uma comunidade que ao mesmo tempo trabalham, porém, não trabalham para ‘criar valor’⁴⁴ mas sim para “a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como a da comunidade como um todo” (MARX, 2011a, p. 388).

Essa relação com a terra aparece em sua primeira forma na comunidade natural sob a forma de propriedade tribal. A família (a família ampliada no clã ou a coletividade tribal) se relacionam com a terra como propriedade da comunidade e a apropriação das condições objetivas de vida por parte dos integrantes da comunidade é realizada de forma coletiva. Nesse caso os indivíduos se relacionam como ‘coproprietários’.⁴⁵ A divisão do trabalho é pouco desenvolvida e está mais ligada a divisão sexual do trabalho no interior da família *locus* de manifestação da primeira forma de escravidão (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2011a). Formas de dominação escravista mais arraigadas e a servidão são resultados posteriores do conflito entre tribos, em que a tribo derrotada é subjugada por não ter mais sua relação de propriedade fundante.⁴⁶

Uma segunda relação é a propriedade estatal ou comunal que se dá nas sociedades antigas romana, grega, judaica, etc. A cidade (unificação de tribos) é a sede e o campo extensão e território da cidade. A guerra para obtenção ou preservação das condições objetivas de existência é a grande tarefa conjunta, e a propriedade comunitária (propriedade do Estado – *ager publicus*) é separada da propriedade privada do lotes de terra. Apenas enquanto integrante da comunidade o cidadão tem

⁴⁴ Marx (2011a) salienta que embora a finalidade não seja a criação de valor, tais proprietários podem realizar trabalho excedente com o intuito de trocar por trabalho alheio. Em muitos casos tal excedente poderia se dar de forma fortuita, já que o objetivo principal é a conservação da comunidade e não a produção de valor.

⁴⁵ Marx salienta que não há contradição no fato de que, como ocorre nas formas asiáticas ou orientais, “[...] a unidade coletiva que se situa acima de todas estas pequenas comunidades apareça como o *proprietário supremo* ou o *único proprietário*, ao passo que as comunidades reais apareçam apenas como *possuidoras hereditárias* [...]” (MARX, 2011a, p. 389)

⁴⁶ “A condição fundamental da propriedade baseada no sistema tribal (ao qual a comunidade originalmente se reduz) – ser membro da tribo – faz da tribo estranha conquistada, subjugada, tribo *privada de propriedade* e a joga entre as *condições inorgânicas* de sua reprodução, às quais a comunidade se comporta como sendo as suas. **Escravidão e servidão são**, por isso, **apenas desenvolvimentos posteriores da propriedade baseada no sistema tribal** (MARX, 2011a, p. 404, grifos nossos).

poder sobre o escravo que lhe pertence como meio de produção. Os indivíduos se relacionam como ‘proprietários independentes’ que possuem as condições de manutenção de suas vidas, porém sem que a acumulação de riqueza seja o objetivo, mas sim a “[...] **autoconservação**, sua própria reprodução como membro da comunidade; a sua própria reprodução como proprietário do lote de terra e, nessa qualidade, como um membro da comuna” (MARX, 2011a, p. 392, grifos nossos). Nessas comunidades há a propriedade sobre as condições de trabalho e “[...] não é a cooperação no trabalho produtor de riqueza o modo pelo qual o membro da comunidade se reproduz; mas **cooperação no trabalho para os interesses coletivos** (imaginários e reais) em vista da manutenção da associação externa e interna” (MARX, 2011a, p. 392, grifos nossos).

Uma terceira relação de propriedade dos indivíduos trabalhadores sobre suas condições naturais de trabalho, é a propriedade feudal ou estamental, típica da idade média, de povos como os germanos. Nesse caso, “[...] o membro da comunidade enquanto tal não é copossuidor da propriedade coletiva [...], esse indivíduo singular é só possuidor. Existe só *propriedade coletiva*, e só *posse privada*” (MARX, 2011a, p. 393). Os germanos

[...] não conheciam propriedade individual da terra. O indivíduo recebia por sorteio uma porção de terra por um período de tempo limitado e no respeito por uma igualdade rigorosa. Todos os assuntos econômicos, jurídicos e gerais, de uma tal comunidade, que constituía na maioria dos casos uma centúria de homens de armas, solucionavam-se no decorrer da assembleia dos seus membros onde também eram eleitos o chefe e os demais funcionários públicos (LUXEMBURGO, 1972, p. 124).

Predominante na Idade Média, nessa forma de propriedade, o campo é mais importante que a cidade, e ela baseia-se como nos casos anteriores na comunidade em que o ‘pequenos camponeses servos’ constituem a classe produtora. Nas cidades a propriedade corporativa e consistia no trabalho dos ofícios de cada indivíduo.

Em todas essas formas de propriedade, a terra é o principal meio de produção e a agricultura é a atividade econômica fundamental. Nelas existe a ‘apropriação da condição natural do trabalho, da terra’ e a existência ‘do indivíduo como membro de

uma comunidade'. A relação dos indivíduos com suas 'relações objetivas de trabalho' é mediada pelo fato deles existirem como 'membro da comunidade', enquanto, a própria existência concreta da comunidade é determinada pela forma particular como os indivíduos têm a propriedade sobre suas 'condições objetivas de trabalho'. Por isso, para que a comunidade siga existindo na forma antiga é preciso que a reprodução dos seus membros siga ocorrendo nas mesmas condições. A própria produção e reprodução da vida (aumento da população) vai criando uma contradição que "[...] abole necessariamente e gradualmente essas condições; destrói-as, em lugar de reproduzi-las etc., e com isso desaparece a comunidade, juntamente com as relações de propriedade as quais estava fundada (MARX, 2011a, p. 398). Esse processo é acelerado pela deflagração de conflitos entre as classes – é a luta de classes agindo como motor da história.

Aí se encontra a base da ciência da história de Marx, na origem da dissolução da propriedade comunal e sua substituição por outras formas de propriedade está o desenvolvimento das forças produtivas e a luta de classes, assim como em todas as transições. Como chave do desenvolvimento histórico e da substituição de uma forma de propriedade sobre os meios de produção por outra

[...] em uma certa etapa de seu desenvolvimento, **as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes** ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as **relações de propriedade** dentro das quais aquelas até então tinham se movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social (MARX, 1982a, p. 25, grifos nossos).

Essa contradição entre as relações de produção existentes com as novas e mais potentes forças produtivas geram conflitos de interesses entre as classes proprietárias e não proprietárias que se chocam e tendem a criar um processo revolucionário que dissolve formas inadequadas de propriedade, cedendo espaço para novas formas de propriedade e de apropriação.

A moderna sociedade capitalista, em que imperam os desígnios do capital enquanto relação social de produção predominante, necessita do trabalho assalariado para alcançar seu objetivo de criação e acumulação de valor. Contudo, a relação de

assalariamento só resulta de longos processos históricos e exigiu o “trabalho livre e a troca desse trabalho livre por dinheiro” bem como, a “separação do trabalho livre das condições objetivas da sua realização” (MARX, 2011a, p. 388). Portanto, para que fosse possível a consolidação das relações sociais de produção capitalista um longo processo de separação do trabalhador das condições objetivas de sua produção e reprodução material teve de ocorrer.⁴⁷ Particularmente este processo foi marcado pela separação do trabalhador da terra, o seu “laboratório natural”, condição básica para a reprodução da vida humana, já que, uma vez que estes indivíduos tem acesso à terra, não se sentiriam compelidos a oferecer/vender sua força de trabalho como mercadoria (MARX, 2011a; WOOD, 2001).

Com a dissolução da pequena propriedade livre de terras e da propriedade comunitária baseada na comunidade oriental, há uma completa fratura na relação do ser humano com suas condições naturais de produção. Nesses sistemas de propriedade a produção objetivava a **autoconservação da comunidade**: o que direcionava a produção era a produção de valores de uso e não de valor – (a acumulação não era o objetivo). A apropriação do trabalho excedente por parte dos grandes proprietários ou do Estado se dava por mecanismos extra-econômicos como a coerção direta.

No sistema capitalista desenvolvido, os produtores diretos são desprovidos de propriedade e a única maneira de terem acesso aos meios de produção, de garantirem sua própria reprodução é a venda de sua força de trabalho em troca de um salário. Isso permite aos capitalistas a apropriação do trabalho excedente e não pago, a mais-valia, sem nenhum tipo de coerção direta (MARX, 2013; WOOD, 2001). Na sociedade burguesa, o trabalho excedente é posto como valor excedente do

⁴⁷ O caso da colonização da Índia é emblemático. Os conquistadores ingleses que passaram a explorar a região a partir do século XVII encontraram toda sorte de organizações comunitárias rurais, grandes ou pequenas, operando a milhares de anos em ordem e em paz, todavia “[...] em nenhuma parte – espantosamente! – existia nessas aldeias propriedade privada da terra [...], ninguém poderia declarar sua a parcela de terra que cultivava, nem a podia vender, nem arrendá-la, nem hipotecá-la [...]” (LUXEMBURGO, 1972, p. 128). O imperialismo inglês tratou de atacar essas bases para implantar o capitalismo. “[...] Foi-lhes necessária uma luta de várias décadas, numerosos golpes de força, desonestidades, intervenções sem escrúpulos contra antigos direitos e contra as noções de direito em vigor entre esse povo, para conseguirem provocar uma confusão irremediável em todas as relações de propriedade, uma insegurança geral e a ruína dos camponeses” (LUXEMBURGO, 1972, p. 131).

capital, de forma que o trabalhador não se apropria do produto do seu próprio trabalho. O produto aparece para o trabalhador como *propriedade alheia*, enquanto o *trabalho alheio* aparece como propriedade do capital, do capitalista (MARX, 2013; MARX, 2011a).

A contradição que manifesta o desenvolvimento capitalista é uma produção cada vez mais socializada com apropriação privada, sendo que “[...] o motivo que impulsiona e a finalidade que determina o processo de produção capitalista é a **maior autovalorização possível do capital**, isto é, a maior produção possível de mais-valor e, portanto, a máxima exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. [...]” (MARX, 2013, p. 406, grifos nossos). Um sistema que se organiza sobre essas bases de expropriação da riqueza ininterruptamente provoca sérios danos a sociabilidade humana. Como ressalta Mészáros (2009b, p. 377, grifos do autor),

*[...] bajo las condiciones del control metabólico social del capital, en su etapa de desarrollo presente [o autor se refiere a etapa contemporánea imperialista], todo **potencial productivo** constituye simultáneamente también un amenazador **potencial destructivo**. En nuestros días este último ha sido puesto en su peligroso funcionamiento con creciente frecuencia y a una escala cada vez mayor, poniendo en peligro no solamente la vida humana sino además la totalidad de la naturaleza viviente en nuestro planeta de vida limitada.*⁴⁸

Como aponta o filósofo húngaro⁴⁹, reatualizando o que já apontara o filósofo alemão, o desenvolvimento capitalista produz contradições as quais exigem sua superação, caso contrário a própria reprodução do ser humano enquanto espécie correrá sérios riscos. A revolução torna-se imperiosa, torna-se potencial e, nos países em que a

⁴⁸ “[...] sob as condições do controle metabólico social do capital, em sua etapa de desenvolvimento presente, todo potencial produtivo constitui simultaneamente também um ameaçador potencial destrutivo. Em nossos dias, este último tem sido posto em perigoso funcionamento com crescente frequência e a uma escala cada vez maior, pondo em perigo não somente a vida humana mas também a totalidade da natureza vivente em nosso planeta de vida limitada” (MÉSZÁROS, 2009b, p. 377, tradução nossa).

⁴⁹ Seguindo a mesma linha de raciocínio o filósofo húngaro manifesta-se em outra obra sobre a sanha da acumulação capitalista sobre os recursos naturais limitados: “[...] basta pensar na tremenda discrepância entre o tamanho da população dos Estados Unidos – menos de 5 por cento da população mundial – e seu consumo de 25 por cento do total de recursos energéticos disponíveis. Não é preciso grande imaginação para se ter uma ideia do que aconteceria se os outros 95 por cento adotassem o mesmo padrão de consumo e tentassem retirar *dezenove vezes 25 por cento* dos restantes 75 por cento. (MÉSZÁROS, 2011, p. 40, grifos do autor).

classe trabalhadora foi capaz de realizá-la começa a longa jornada de superação da propriedade privada⁵⁰ e consolidação da propriedade social, inicia-se o processo de transição socialista. Como afirma Marx, “[...] a centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados” (MARX, 2013, p. 832).

Assim, admitindo a transitoriedade das relações sociais de produção e de apropriação e a luta de classes como motor que pode conduzir a novas formas de sociabilidade partimos para nossos breves apontamentos sobre a transição socialista e a propriedade social.

2.4 TRANSIÇÃO SOCIALISTA E A PROPRIEDADE SOCIAL

A construção de uma nova forma de sociabilidade para além do capital passa pela superação das relações sociais de produção capitalistas, ou seja, pela superação da apropriação privada, decorrente da propriedade privada dos meios de produção. Deve-se, portanto, construir um modelo econômico baseado na socialização dos meios de produção e com formas de propriedade social, que permitam a apropriação da produção pela coletividade.

Marx e Engels, com base nos estudos sobre as transições entre os antigos modos de produção e na investigação da forma de funcionamento do capitalismo, indicaram que as contradições inerentes ao sistema tem o potencial⁵¹ de desencadear um

⁵⁰ “**A propriedade privada**, como antítese da **propriedade social**, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem a pessoas privadas” (MARX, 2013, p. 830, grifos nossos).

⁵¹ “*Para poder pensarlo de manera no fetichista atribuyéndole a las leyes de tendencia de El Capital un carácter “natural” y absolutamente “objetivo” como si fueran leyes naturales, deberíamos pensar que, en primer lugar, el estallido de las contradicciones **jamás desencadena la crisis en sí misma sino sólo su posibilidad**. Para que la crisis deje de ser una mera posibilidad y se desencadene, **tiene que intervenir un sujeto** [la clase obrera] ya que si este sujeto no existiera afirmar que la crisis – no su mera posibilidad – se desencadena “sola”, al margen del sujeto, al margen de la lucha, presupone creer que la economía marcha “por sí misma”, con “piloto automático”, al margen de las luchas de clases (luchas que, en última instancia, son recludas en este tipo de razonamientos al ámbito de las “superestructuras” políticas, como si estuvieran “afuera” de las relaciones sociales de*

processo revolucionário em que os trabalhadores, a classe explorada, pode subjugar a burguesia e instaurar a ditadura do proletariado, iniciando um processo de transição socialista.

Como pontuamos no tópico anterior, quando determinado tipo de relação social de produção, no seu processo de reprodução, é forte o suficiente para dominar o conjunto das demais relações sociais, impondo o aniquilamento ou seu enfraquecimento, temos uma situação em que domina um modo de produção. Na sociedade burguesa, por exemplo, na qual a propriedade privada dos meios de produção é dominante, as relações sociais de produção e reprodução capitalistas eliminaram ou dominaram as demais relações sociais de produção.⁵² Agora, se este domínio de uma determinada relação social de produção sobre as demais não existe,

[...] e se, em particular, há ruptura revolucionária da dominação de certas relações sociais, sem que essa ruptura tenha sido seguida de um enfraquecimento suficiente das condições de reprodução das relações sociais características de um outro modo de produção de modo a assegurar a sua dissolução, encontramos-nos num **período de transição** (BETTELHEIM, 1970, p. 92, grifos nossos).

Durante este período de transição as classes não estão ainda completamente eliminadas, portanto, é um período marcado por lutas entre as classes, com ações contrarrevolucionárias internas ou externas que tentam frear as transformações. Por isso, como afirmaram Marx, Engels e mais adiante Lenin (2010), é necessário um tipo de intervenção política específico para que as novas relações de produção passem a dominar progressivamente as antigas relações de produção. Trata-se de substituir a ditadura da burguesia e do domínio privado dos meios de produção pela ditadura do proletariado, instaurando o poder popular e a propriedade social.

producción – es decir, “afuera” del capital, “afuera” del valor, etc., etc. –separando entonces de manera dualista política y poder, por un lado, de economía, por el otro...) (KOHAN, 2001, p. 126, grifos do autor).

⁵² A revolução burguesa eliminou as relações sociais de produção feudais, mas coexistem com a relação social predominante capitalista, o assalariamento, formas como a pequena propriedade individual, a propriedade cooperativa, etc., porém, a dinâmica do sistema é dada pela geração de valor e pela acumulação capitalista.

É mister salientar que a obra dos autores não apresenta em toda sua extensão uma receita ou um modelo fechado de como deve ser a transição socialista (BANBIRRA, 1993) e, da mesma forma, também não indica de forma fechada como deveria ser o socialismo⁵³ nem o comunismo.⁵⁴ Seria um contrassenso metodológico se a teoria apresentasse tais pressupostos fechados, estáticos, prontos antes do desenrolar da *práxis* histórica. O que há na perspectiva materialista dialética é uma abordagem do processo dinâmico da história de onde se podem retirar tendências que operam como lei e, mais especificamente sobre a transição, é possível reunir ao longo das diversas obras de Marx e Engels uma série de reflexões a respeito de tal processo. De fato,

*[...] Marx nos adelanta elementos esenciales sobre esta sociedad [socialista], siempre como guías, nunca como recetas prefijadas, imposibles de elaborar por demás cuando se trabaja con un método científico riguroso, que permite adelantar esencias de los procesos y futuros estadios del incesante movimiento social; esencias que deben ser constantemente enriquecidas en el decursar de la practica crítica transformadora y revolucionaria, la misma que les dio origen (GARCÍA BRIGOS, ALHAMA BELAMARIC, et al., 2012, p. 100-101).*⁵⁵

Com o uso do método científico rigoroso não há, portanto, predeterminação do movimento social futuro mas somente a possibilidade de captar sua essência. Uma leitura ou interpretação de Marx e Engels sem a atenção para este princípio do método leva a proposições equivocadas. Um exemplo disso é a ideia de que a mera ‘estatização dos meios de produção’ levaria *de per si* ao socialismo, o que é uma

⁵³ “*El socialismo puede entenderse como el período de transición hacia una nueva era histórica y se caracteriza por la superación de la propiedad privada en favor de una nueva forma de propiedad individual, basada en la socialización de los medios de producción. Ello corresponde, en el plano político, a una democracia ampliada y participativa, referida a la inmensa mayoría de la sociedad*” (MARINI, 1998, p. 1). Ver também Spindel (1980).

⁵⁴ “O comunismo não é para nós um *estado de coisas [Zustand]* que deve ser instaurado, um *ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva.] resultam dos pressupostos atualmente existentes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38, grifos do autor).

⁵⁵ “[...] Marx nos adianta elementos essenciais sobre essa sociedade, sempre como guias, nunca como receitas prefixadas, impossíveis de elaborar acima de tudo quando se trabalho com um método científico rigoroso, que permite adiantar essências do processo e futuros estágios do incessante movimento social; essências que devem ser constantemente enriquecidas no desenrolar da prática crítica transformadora e revolucionário, a mesma que nos deu origem” (GARCÍA BRIGOS; ALHAMA BELAMARIC *et al.*, 2012, p. 100-101, tradução nossa).

amputação do pensamento original de Marx e Engels.⁵⁶ A tradição estruturalista também contribuiu nessa perspectiva fazendo formulações mais mecânicas e positivistas do legado de Marx e Engels.⁵⁷

Sem dúvida alguma, parte destas amputações está associada a interpretação de uma das obras mais conhecidas dos autores, o Manifesto do Partido Comunista. É importante entender que o Manifesto é um documento de cunho político que foi publicado no calor dos acontecimentos da 'primavera dos povos'⁵⁸ em 1848. É, de um lado, um documento de viés panfletário que conclama os trabalhadores à luta, de outro, um ajuste de contas com o utopismo e o reformismo⁵⁹ que dominavam a cena política europeia naquele tempo. Como o termo socialismo estava eivado por essas influências, Marx e Engels utilizaram a denominação comunismo para diferenciar o socialismo científico que nascia do socialismo utópico.⁶⁰ Porém, a rigor o Manifesto tratava da necessidade da revolução socialista, ou seja, a tomada do poder político, a instauração da ditadura do proletariado e o início da transição do capitalismo para o socialismo tendo o comunismo como uma referência a ser alcançada no devir histórico.

O Manifesto expõe propostas práticas a serem implementadas no curso da transição socialista, mas que devem ser apreciadas conforme o momento histórico e a condição de cada país em que os trabalhadores realizassem a revolução. Não se trata, deste modo, de um receita fechada uma vez que cada processo de transição é único e tem suas próprias particularidades. Mas, no contexto que foi escrito, considerando a vitória revolucionária dos socialistas nos países mais avançados,

⁵⁶ Como ocorreu em Cuba ao se apropriar do modelo soviético. Um exemplo da forma como a URSS sistematizava de forma manualesca o período de transição pode ser conferido em Kachine e Tcherkassov (1988).

⁵⁷ Para um bom debate sobre o tema há o famoso livro de Carlos Nelson Coutinho: 'O estruturalismo e a miséria da razão'

⁵⁸ Uma série de revoluções que ocorreram na Europa central e oriental (Suíça, Itália, França, Renânia, Prússia, Áustria e Hungria) por conta da grave crise econômica e contra as reformas mal sucedidas dos governos autocráticos do antigo regime.

⁵⁹ Para uma crítica aos socialistas utópicos ver a seção III do *Anti-Dühring* de Engels (2015).

⁶⁰ Engels (2010, p. 77) evidencia as razões do não uso do termo socialismo no prefácio à edição inglesa do Manifesto de 1888: "[...] quando surgiu não poderíamos chamá-lo um manifesto socialista. Em 1847, consideravam-se socialistas dois tipos diversos de pessoas. De um lado, os adeptos dos vários sistemas utópicos, principalmente os owenistas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, ambos já meramente reduzidos a meras seitas agonizantes. De outro, os vários gêneros de curandeiros sociais, que queriam eliminar, por meio de suas várias panaceias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro".

com elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas, as medidas recomendadas que poderiam ser implementadas foram as seguintes:

1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra para despesas do Estado.
2. Imposto fortemente progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com monopólio exclusivo.
6. Centralização de todos os meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado.
7. Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral.
8. Unificação do trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.
9. Unificação dos trabalhos agrícola e industrial; abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país.
10. Educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc. (MARX; ENGELS, 2010a, p. 58).

Como base nessas propostas do Manifesto, um erro comum de certos partidos e organizações comunistas foi tomar a revolução e a implementação de tais medidas como o 'golpe' que instaura o socialismo, sendo que, como alertou Engels (1847), a superação da propriedade privada não se consolida com um único 'golpe'. Uma vez vitoriosa a Revolução, somente de pouco a pouco pode-se transformar a sociedade e abolir completamente a propriedade privada. Ou seja, dadas as determinações histórico-concretas de um processo de transição socialista, pode ser necessário que a propriedade privada coexista com formas mais socializadas de propriedade e, somente depois de um longo e indeterminado período de tempo, é que as novas relações sociais de produção socialistas poderão definitivamente aniquilar as anteriores relações sociais de produção da sociedade capitalista (BETTELHEIM, 1970). Se a revolução se dá em um país atrasado ou subdesenvolvido, como foi no caso russo em 1917 e no caso cubano em 1959, ainda existe a tarefa de fazer avançar as forças produtivas.

Trata-se de um lento processo de superação mas que mantém as determinações herdadas da sociedade anterior, num devir onde o par dialético superação-

conservação sempre opera na dinâmica de construção do novo. Marx explica este fenômeno no seu texto crítico ao programa do Partido Socialdemocrata Alemão – a ‘Crítica ao programa de Gotha’ –, em que ele sugere a existência de duas fazes na construção do comunismo, uma fase inferior e uma fase superior (MARX, 2012).

A primeira fase, ou fase inferior, corresponderia a um período em que “distorções são inevitáveis” por conta das determinações “econômicas, morais e espirituais” herdadas da sociedade capitalista “depois de um longo trabalho de parto” e, por isso, o direito burguês ainda não poderia ser superado (MARX, 2012). É mantido um direito fundado na desigualdade⁶¹, pois o trabalhador recebe de volta da sociedade, retirando dos “estoques sociais de meios de consumo”, o correspondente a sua contribuição deduzidos os aportes ao fundo coletivo.⁶² Como a retribuição seria pelo trabalho aportado e, admitindo-se a diferença entre habilidades e produtividades individuais do trabalhadores, poderia ocorrer que alguns trabalhadores não recebessem conforme as suas necessidades.

Somente na segunda fase, ou fase superior da sociedade comunista,

[...] quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes de riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “**De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades**” (MARX, 2012, p. 31-32, grifos nossos).

A segunda fase exigiria a completa superação das heranças da sociedade capitalista, não somente em termos regionais ou em um só país, mas em termos

⁶¹ “[...] Esse igual direito é direito desigual para trabalho desigual. Ele não reconhece nenhuma distinção de classe, pois cada indivíduo é apenas trabalhador tanto quanto o outro; mas reconhece tacitamente a desigualdade dos talentos individuais como privilégios naturais e, por conseguinte, a desigual capacidade dos trabalhadores” (MARX, 2012, p. 30-31).

⁶² São deduções do produto social total: 1 – os recursos para cobrir reposição dos meios de produção consumidos; 2 – os aportes para expandir a produção; 3 – os recursos para as reservas de contingência contra acidentes, prejuízos provocados por fenômenos da natureza, etc.; 4 – os custos de administração; 5 – os recursos usados para atendimento de necessidades coletivas, como escolas, hospitais, infraestrutura de transporte, etc.; 6 – os recursos usados para a constituição dos fundos para assistência pública aos incapacitados para o trabalho (MARX, 2012).

mundiais.⁶³ Superaria a forma social e histórica da relação de trabalho do capitalismo que desumaniza e coisifica o homem, ou seja, superaria a alienação em suas distintas dimensões: a alienação do indivíduo (o trabalhador não pertence a si mesmo); a alienação da natureza ou da coisa (ao trabalhador não pertence o fruto do seu próprio trabalho que lhe aparece como coisa autônoma); a alienação da condição humana, ou a alienação do seu '*ser genérico*' (o trabalhador se afasta da sua essência de sociabilidade cooperativa e a substitui pela competição e pelo egoísmo); a alienação das relações sociais (o trabalhador está alienado dos demais seres humanos e se relaciona com eles através de coisas) (MÉSZÁROS, 1981).

Também nesta fase superior se alcançaria a superação da “subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho”, eliminando a diferença do trabalho manual e intelectual. Se na primeira fase cada trabalhador ainda estaria preso a um campo de atividade exclusivo e determinado, tendo que permanecer nele se não quiser perder seu meio de vida, na fase superior, no comunismo, “[...] onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).⁶⁴

A determinação de quanto tempo iria durar a primeira fase até chegar a segunda não é definida pelos autores, conforme as disposições metodológicas que já havíamos apontamos. Mas fica evidente que o processo de transição se inicia com a tomada do poder político no processo revolucionário. Marx supunha que a constituição da propriedade social seria menos prolongada, dura e difícil do que foi a constituição da propriedade privada capitalista. Como ele afirma,

⁶³ “[...] **O comunismo**, empiricamente, é apenas possível como ação “repentina” e simultânea dos povos dominantes, o que **pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial associado a esse desenvolvimento**” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38-39, grifos nossos)

⁶⁴ Marx e Engels decerto estão fazendo alusão a uma ideia contida no pensamento de Charles Fourier. Para este socialista utópico francês a sociedade perfeita deveria permitir o ‘borboletear’, ou seja, assim como a borboleta voa e pousa sobre diferentes superfícies, ao trabalhador deveria ser garantido o pleno desenvolvimento e a possibilidade de experimentar e praticar diferentes atividades sem ter que se submeter a apenas uma única atividade maçante e degradante (PETITFILS, 1977). Marx e Engels (2007) tratam de um situação em que se caça de manhã, se pesca a tarde, se cria gado a noite e dedica-se a crítica depois do jantar sem jamais se tornar caçador, pescador, pastor ou crítico.

A transformação da propriedade privada fragmentária, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade capitalista, é, naturalmente, um processo incomparavelmente mais prolongado, duro e dificultoso do que a transformação da propriedade capitalista – já fundada, de fato, na organização social da produção – em **propriedade social**. Lá, tratava-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; aqui, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo (MARX, 2013, p. 833, grifos nossos).

Sabemos que nos processos revolucionários concretos ao longo do século XX a expropriação dos meios de produção privados com a instauração da ditadura do proletariado pode ter se dado de forma rápida, conforme Marx preconizou, porém, a dinâmica das transições socialistas demonstrou que a complexidade da construção da nova sociabilidade é muito mais prolongada, dura e dificultosa. De um lado, por que as revoluções não se universalizaram para todos os países e assim houve sempre pressões contrarrevolucionárias externas, de outro lado, pois mesmo internamente contradições diversas seguiram operando numa dinâmica inconclusa de superação das determinações capitalistas herdadas. No caso específico das revoluções em países atrasados, o próprio desenvolvimento das forças produtivas tornou-se uma tarefa a ser implementada no período de transição.

Por isso, não é possível encontrar na experiência histórica um sistema socialista pronto, terminado, mas sim encontrar países em transição que entre avanços e retrocessos colocam-se na vanguarda do processo de construção de uma nova sociabilidade. Como salientou Engels, “[...] a chamada ‘sociedade socialista’ é, em meu entender, não uma coisa pronta de uma vez por todas, mas, tal como os outros estados da sociedade, é de apreender [como] compreendido em contínua mudança e reorganização (ENGELS, 1890, p. 1).

Por fim, ainda resta tecer algumas considerações sobre a propriedade social nesta subseção. Como já mencionamos a transição socialista exige a superação progressiva da propriedade privada pela propriedade social. Marx e Engels se referem a ela como a forma que permite a apropriação comum da produção social e como indicaram no Manifesto a necessidade de expropriação da propriedade fundiária, do confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes, e a centralização do crédito, da infraestrutura e das fábricas no Estado, tornou-se

comum associar a propriedade estatal socialista como a forma geral de propriedade social.

A propriedade social, nos manuais e documentos de países que empreenderam processos de transição, normalmente foi compreendida como “[...] as relações entre os homens a respeito dos meios de produção ou bens de consumo nas condições do socialismo, quando todos os membros da sociedade são coproprietários dos bens materiais” (SUVÓROVA; ROMANÓV, 1987, p. 178). Há duas formas de apropriação pelos seres humanos, “a apropriação conjunta e social dos meios de produção” e a “apropriação privada”, de forma que esquematicamente, conforme o Quadro 1, existiriam distintas formas de propriedade social e de propriedade privada.

Quadro 1 – Diferentes formas de propriedade social e de propriedade privada

Propriedade Social	Propriedade Privada
Comunitária primitiva	Escravista
Socialista – normalmente associada a propriedade estatal	Feudal
Cooperativa – normalmente associada a forma <i>Kolkhosiana</i> soviética	Capitalista
	Propriedade dos pequenos produtores – camponeses e artesãos

Fonte: (SUVÓROVA; ROMANÓV, 1987). Elaboração nossa.

A primeira forma de propriedade social foi a comunitária primitiva, como abordamos no subitem anterior. Depois aparecerem sucessivas formas de propriedade privada: a forma escravista, a forma feudal e, por fim, a forma privada capitalista, que superou as formas anteriores e conviveu com a propriedade privada de pequenos produtores independentes (camponeses e artesãos). Com a revolução socialista, instaura-se a propriedade social socialista, normalmente associada a propriedade estatal. E também se estabelece a propriedade cooperativa, em geral associada a forma *kolkhosiana* agrícola típica da URSS.⁶⁵

⁶⁵ Constituídas na URSS no final dos anos 1920, os *kolkhozy* eram fazendas coletivas que utilizavam gratuitamente as terras nacionalizadas e utilizavam coletivamente os edifícios, as equipes de trabalhadores e os animais. A remuneração dos integrantes era parte do lucro da fazenda e, além disso, cada integrante podia ter uma porção de terra privada junto as suas residências cuja produção era sua propriedade privada.

Este esquema manualesco tem as simplificações que mencionamos anteriormente como equivocadas, por conta da inobservância do método de Marx. Deve-se observar que a propriedade estatal e a propriedade cooperativa são também formas que coexistem com a propriedade capitalista e, em geral, funcionam como apêndices necessários ao processo de acumulação capitalista.⁶⁶ Por outro lado, por tratar-se de um período de transição deve-se observar que outras formas de propriedade além da estatal socialista e da cooperativa agrícola podem conviver e contribuir com a construção de um sociedade com relações sociais de produção socialistas. É o que evidenciaremos no caso cubano na atualização recente do modelo econômico e social que, diante das determinações histórico-concretas, aposta na diversificação de formas de propriedade.

A identificação da forma estatal da propriedade com a propriedade social, sustentada na identificação do confisco ou da nacionalização com o processo de socialização socialista dos meios de produção, gerou problemas em alguns casos concretos de transição socialista. Como aponta García Brigos *et al.* (2012, p. 73, grifos nossos), assim como Marx identificou nos marcos da sociedade capitalista um tipo de sociedade que se desenvolve com base na propriedade privada excludente, as experiências mostram que “[...] **la propiedad estatal socialista puede llegar igualmente a constituirse en propiedad excluyente, cuando predomina una burocracia administrativa sobre la socialización de los medios de producción, de la producción y del proceso de trabajo**”.⁶⁷

Este par propriedade estatal e propriedade cooperativa agrícola considerado pelos manuais soviéticos como as formas superiores de propriedade social excluíram outras formas de propriedade e de organização e gestão da produção, particularmente o caso da propriedade cooperativa no setor de produção não

⁶⁶ A tese de Paul Singer sobre as cooperativas como elemento de transição socialista no interior da economia capitalista se funda nessa coexistência das formas de propriedade. Para Singer (SINGER, 1999), as cooperativas que surgem no século XIX são empresas socialistas que concorrem com as empresas capitalistas, marcando o início do processo de transição do capitalismo para o socialismo. Para o economista, a revolução proletária seria um acelerador do processo. Em nosso trabalho de mestrado apontamos divergências com esta perspectiva (DARDENGO, 2013).

⁶⁷ “[...] **a propriedade estatal socialista** pode chegar igualmente a constituir-se em **propriedade excludente**, quando predomina uma burocracia administrativa sobre a socialização dos meios de produção, da produção e do processo de trabalho” (GARCÍA BRIGOS; ALHAMA BELAMARIC *et al.*, 2012, p. 73, tradução e grifos nossos).

agrícola e serviços, além da pequena produção individual. Esse modelo foi implantado na URSS e depois apropriado por CUBA, como trataremos mais adiante.

Da forma como entendemos o processo de transição socialista neste trabalho, é preciso ter em conta que *“el socialismo, [...] es el comienzo de un salto cualitativo en el desarrollo de la propiedad social, y no un simple salto hacia su ‘predominio”* (GARCÍA BRIGOS, 2017, p. 89).⁶⁸ Assim outras formas de propriedade podem e devem conviver com a propriedade social durante a transição e a propriedade social não necessariamente deve ficar restrita a propriedade estatal e propriedade cooperativa agrícola (LENIN, 1978).

No subitem seguinte apresentaremos a visão de Marx sobre a forma de propriedade cooperativa que coexistia com a propriedade privada capitalista no seu tempo.

2.5 AS COOPERATIVAS NA VISÃO DE KARL MARX

Da mesma forma que Marx não possui uma obra específica sobre a propriedade ou sobre a transição socialista, não é diferente quando o tema é a cooperativa. Novamente, o que fazemos é buscar as observações do autor espalhadas por sua vasta obra, uma vez que ele foi contemporâneo do surgimento do movimento cooperativo⁶⁹ e não se furtou à tarefa de realizar análises teóricas sobre o seu desenvolvimento.

O primeiro a notar sobre as cooperativas em geral, e as cooperativas de produção em particular, é que elas são resultado do desenvolvimento histórico, portanto, são datadas. É das próprias entranhas do capitalismo e de suas contradições que surgem as cooperativas: “[...] sem o sistema fabril oriundo do modo de produção capitalista, não poderia desenvolver-se a fábrica cooperativa e tampouco o poderia sem o sistema de crédito oriundo desse mesmo modo de produção” (MARX, 1983,

⁶⁸ “O socialismo [...] é o começo de um salto qualitativo no desenvolvimento da propriedade social, e não um simples salto até o seu ‘predomínio” (GARCÍA BRIGOS, 2017, p. 89, tradução nossa).

⁶⁹ Em 1844, inspirada nas ideias de Robert Owen, foi fundada na Inglaterra a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, uma cooperativa de consumo que serviu de base para a organização do movimento cooperativo internacional.

p. 334). São das contradições de classe agudizadas com a revolução industrial e com a manifestações cada vez mais nefastas da questão social, que emergem as primeiras associações cooperativas, ainda inspiradas nos socialistas utópicos na primeira metade do século XIX.

Marx já havia feito considerações sobre a cooperação como um pressuposto do ser social e como uma força produtiva.⁷⁰ Destarte, é imprescindível não confundir essa categoria cooperação com as cooperativas e o movimento cooperativo. Marx entende por cooperação “[...] a forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes porém conexos [...]” (MARX, 2013, p. 400).⁷¹ Ao realizar seus estudos sobre a sociedade capitalista, Marx evidenciou como o capitalista organiza a produção na fábrica reunindo um grande número de trabalhadores para produzir uma mesma mercadoria, num mesmo tempo e espaço, afim de ampliar quantitativamente a produção física. O trabalhador assalariado, ao cooperar com outros trabalhadores de modo planejado, supera suas limitações individuais. A força social que surge da soma das forças individuais que trabalham cooperativamente é maior do que a mera soma das forças individuais que trabalham isoladamente. Sem dúvida que, sob o comando do capitalista, esta força social amplificada serve ao processo de produção de mais-valia e acumulação de capital.

A cooperação em pequena ou grande escala existiu no processo de trabalho nas formações pré-capitalistas com uso mais ou menos esporádico. Nesses casos, poderia resultar da propriedade comum das condições de produção ou do fato do indivíduo isolado estar pouco separado da tribo ou comunidade, o que o impelia a atuar conjuntamente. Já nas sociedades de classes pré-capitalistas, resultava da coerção extra econômica nos casos do escravismo⁷² e da servidão, quando era controlada por reis, teocratas, senhores feudais. No capitalismo, a cooperação é

⁷⁰ Conforme abordamos no item 2.1 deste capítulo.

⁷¹ Nós temos que considerar que nem todo cooperativismo possui cooperação. Uma cooperativa de produção onde os trabalhadores estão lado a lado no processo produtivo pratica a cooperação, mas uma união de pequenos produtores rurais que produzem isoladamente e que se associam para obter crédito, ou um grupo de consumidores que se associam em uma cooperativa de consumo não estão praticando a cooperação conforme a formulação de Marx.

⁷² Marx cita as gigantescas obras das antigas sociedades na Ásia, no Egito, na Etrúria, etc.

planejada e controlada pelo capitalista – individual ou a moderna sociedade anônima –, e pressupõe o trabalhador assalariado “livre” (sem acesso a nenhum meio de trabalho). Essa diferença, faz com que no capitalismo a força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social, em cooperação, seja força produtiva do capital e, a cooperação apareça como uma forma específica do modo de produção capitalista, e não meramente esporádica como em formações anteriores (MARX, 2013).

A direção capitalista é dupla no seu conteúdo (“processo social de trabalho para a produção de um produto” e “processo de valorização do capital”) e é despótica na sua forma. O comando do capitalista cumpre a função de exploração de um processo social de trabalho. O desenvolvimento da cooperação em larga escala modifica as características desse despotismo e o capitalista deixa de exercer o despotismo imediato e “[...] transfere a função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores individuais e dos grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados” (MARX, 2013, p. 407). Esta atividade passa a ser desempenhada por gerentes ou supervisores que representam o capitalista e recebem um salário de direção.

Marx reconhece nas cooperativas uma forma de superação dessa contradição: “[...] na fábrica cooperativa desaparece o caráter antitético do trabalho de superintendência, ao ser o dirigente pago pelos trabalhadores, em vez de representar o capital em face deles” (MARX, 1983, p. 289). Assim, o desenvolvimento das cooperativas de produção fez desaparecer a confusão entre lucro da empresa e o salário de direção. O lucro revelou-se como mais-valia, trabalho não pago que o capitalista extrai dos trabalhadores e, se o faz com capital emprestado, tal fruto da exploração divide-se entre lucro da empresa e juro. As cooperativas [fábricas cooperativas] “[...] fornecem a prova de que o capitalista como funcionário da produção tornou-se tão supérfluo quanto ele mesmo, no auge de seu desenvolvimento, considera supérfluo o latifundiário” (MARX, 1983, p. 289).

Para Marx as cooperativas tinham mais vantagens, principalmente no que se refere à autogestão. Marx soube reconhecer que os trabalhadores tinham a possibilidade

de organizar o processo de produção sem submeter-se ao patrão, ou seja, sem subjugar-se àquele que representa a ‘personificação do capital’ enquanto sujeito na fábrica. É esclarecedora desta perspectiva o excerto do livro III d’ *O Capital*:

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, **a primeira ruptura** da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas **a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida**, ainda que inicialmente somente na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, **um novo modo de produção** (MARX, 1983, p. 334, grifos nossos).

Ao se oporem à forma de organização do trabalho sob os desígnios do capital, as cooperativas foram a primeira ruptura dentro da forma social capitalista. Constituíram uma *brecha* no interior da organização capitalista da produção pelo fato de o questionarem como único caminho possível, todavia mantêm e reproduzem os mesmos defeitos do sistema, pois não alteram o mecanismo de geração de valor e mais-valia.

Ainda que a figura do patrão capitalista não esteja presente nas cooperativas, a produção de mercadorias segue submetida aos ditames do mercado capitalista. Assim, seguindo a reflexão de Marx, a antítese entre o capital e o trabalho em uma cooperativa é ao mesmo tempo destruída e conservada, configurando uma relação dialética, uma contradição. O mesmo se pode dizer quanto à propriedade privada, ela é superada na aparência, porém mantida na essência sob a forma de propriedade privada coletiva. Por isso que Marx salienta que essa superação se dá sob uma forma imperfeita já que os trabalhadores passam a atuar como seus próprios capitalistas. Por fim, novamente há um reconhecimento de que é do próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas que se origina um novo modo de produção baseado nas cooperativas.

Marx não estava envolto somente em atividades de produção teórica, até porque considerava a unidade entre teoria e prática algo indissociável. Desta forma,

participou ativamente da organização dos trabalhadores na sua época e apontou em outros textos potencialidades do movimento cooperativista no enfrentamento ao padrão capitalista de produção. Na mensagem proferida no 1º Congresso da Associação Internacional do Trabalho (AIT) em 1864, Marx descreve uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política do capital:

[...] Falamos do movimento cooperativo, especialmente, das fábricas cooperativas erguidas pelos esforços, sem apoio, de algumas «mãos» ousadas. O valor destas grandes experiências sociais não pode ser exagerado. Mostraram com factos, em vez de argumentos, que a produção em larga escala e de acordo com os requisitos da ciência moderna pode ser prosseguida sem a existência de uma classe de patrões empregando uma classe de braços; que, para dar fruto, os meios de trabalho não precisam de ser monopolizados como meios de domínio sobre e de extorsão contra o próprio trabalhador; e que, tal como o trabalho escravo, tal como o trabalho do servo, o trabalho assalariado não é senão uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado desempenhando a sua tarefa com uma mão voluntariosa, um espírito pronto e um coração alegre. Em Inglaterra, os gérmes do sistema cooperativo foram semeados por Robert Owen; as experiências dos operários, tentadas no Continente, foram, de facto, o resultado prático das teorias, não inventadas, mas proclamadas em alta voz, em 1848 (MARX, 1982b, p. 7).

Não obstante, tal reconhecimento não o impediu de alertar que o movimento não deveria ser superestimado e de pontuar duras críticas às experiências colocadas em prática entre os anos de 1848 e 1864. Mesmo considerando a autogestão dos trabalhadores em cooperativas como uma *vitória da economia política do trabalho sobre a economia política do capital*, Marx identificou limites claros nessa experiência. Em outro excerto da mensagem inaugural da AIT ele apresenta tais limitações:

[...] por mais excelente que em princípio [seja] e por mais útil que na prática [seja] —, se mantido no círculo estreito dos esforços casuais de operários privados, nunca será capaz de parar o crescimento em progressão geométrica do monopólio, de libertar as massas, nem sequer de aliviar perceptivelmente a carga das suas misérias. [...] Para salvar as massas industriais, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido a dimensões nacionais e, conseqüentemente, ser alimentado por meios nacionais. Contudo, os senhores da terra e os senhores do capital sempre usarão os seus privilégios políticos para defesa e perpetuação dos seus monopólios económicos. Muito longe de promover, continuarão a colocar todo o impedimento possível no caminho da emancipação do trabalho (MARX, 1982b, p. 7-8).

Marx advertiu que seria impossível superar os grandes monopólios por meio da batalha econômica (organização de cooperativas de produção). Ao invés desse caminho pacífico, que seria encampado pelo movimento cooperativista no fim do século XIX, Marx defendia a organização política do proletariado como sujeito histórico do processo revolucionário capaz de enfrentar e vencer os “*senhores da terra*” e os “*senhores do capital*” para garantir a emancipação do trabalho. Naquela quadra histórica, Marx estava convencido que somente um sistema cooperativo de “*dimensões nacionais*” poderia alcançar esse objetivo, ou seja, ele tinha em conta a imprescindibilidade da socialização da propriedade e, portanto, a necessidade da tomada do poder do Estado pelo proletariado – uma verdadeira socialização do poder.

Em 1866, num texto com instruções sobre diferentes questões para o delegados do primeiro congresso da AIT em Genebra (Suíça), Marx enunciou alguns princípios gerais sobre o trabalho cooperativo aos seus camaradas. Salientou que o papel da AIT deveria ser o de generalizar e de unificar as iniciativas espontâneas da classe trabalhadora e não indicar e impor um programa doutrinário. Portanto, não deveria exaltar um sistema de cooperação, mas anunciar alguns princípios gerais. Nestes referidos princípios ou instruções, Marx reconheceu a importância do movimento cooperativo como uma das forças empenhadas em mudar a sociedade:

*We acknowledge the co-operative movement as one of the transforming forces of the present society based upon class antagonism. Its great merit is to practically show, that the present pauperising, and despotic system of the subordination of labour to capital can be superseded by the republican and beneficent system of the association of free and equal producers (MARX, 1866, p. [s. p.]).*⁷³

Recomendou principalmente a consolidação de cooperativas de produção, as quais atacariam o cerne da contradição capital/trabalho, demonstrando que o capitalista pode ser expurgado da produção: “*We recommend to the working men to embark in*

⁷³ “Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade atual, baseada no antagonismo das classes. O seu grande mérito é o de mostrar na prática que o atual sistema, pauperizante e despótico, de subordinação do trabalho ao capital, pode ser substituído pelo sistema republicano e beneficente da associação de produtores livres e iguais” (MARX, 1866, [s. p.], tradução nossa).

co-operative production rather than in co-operative stores. The latter touch but the surface of the present economical system, the former attacks its groundwork” (MARX, 1866, [s. p.]).⁷⁴ A autogestão e o controle do trabalho nas cooperativas de produção interferiam diretamente no processo de produção de mercadorias enquanto nas cooperativas de consumo tocavam apenas na esfera da circulação.

Uma preocupação constante dos socialistas e do movimento cooperativo é a possibilidade de degeneração daquelas cooperativas em sociedades burguesas. Para mitigar tal problema, Marx sugeriu nas suas instruções a manutenção de uma remuneração igualitária entre todos os integrantes, sócios ou não-sócios, e permissão apenas temporária de uma taxa de juros sobre os aportes dos associados. Sem embargo das considerações positivas admitidas por Marx, ele não hesita em deixar claro que

*Restricted, however, to the dwarfish forms into which individual wages slaves can elaborate it by their private efforts, **the co-operative system will never transform capitalist society.** To convert social production into one large and harmonious system of free and co-operative labour, general social changes are wanted, changes of the general conditions of society, never to be realised save by the transfer of the organised forces of society, viz., the state power, from capitalists and landlords to the producers themselves* (MARX, 1866, [s. p.], grifos nossos).⁷⁵

Marx, na Mensagem do Conselho Geral da AIT sobre a ‘*Guerra Civil na França*’, reconheceu como positiva a iniciativa dos revolucionários da Comuna de Paris no sentido de transferir para associações cooperativas oficinas e manufaturas abandonadas após a tomada do poder. A Comuna, que durou 72 dias, foi “[...] essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe

⁷⁴ “Nós recomendamos aos trabalhadores que se dediquem às cooperativas de produção e não às cooperativas de consumo. Estas últimas, tocam apenas a superfície do atual sistema econômico, enquanto as primeiras atacam a sua base” (MARX, 1866, [s. p.], tradução nossa).

⁷⁵ “Restrito, no entanto, às formas nanicas que os escravos assalariados podem elaborar com seus esforços individuais, o sistema cooperativo nunca transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um sistema amplo e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são indispensáveis mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade, que nunca serão realizadas, exceto pela transferência [do poder] das forças organizadas da sociedade, a saber: o poder do estado, de capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores” (MARX, 1866, [s. p.], tradução nossa”).

produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 2011b, p. 59).

No primeiro rascunho do texto escrito em Londres, após os acontecimentos da ‘semana sangrenta’ de maio de 1871, quando durante oito dias⁷⁶ os militares franceses exterminaram os trabalhadores que formaram a Comuna de Paris, Marx tece críticas ao ‘velho método’⁷⁷ dos burgueses de abandonar suas fábricas, quando uma revolução vencedora fere a ordem do sistema, para produzir o caos e jogar os trabalhadores no chão pela falta de trabalho. Porém, a Comuna, “[...] muito sabiamente, formou uma comissão que, em cooperação com delegados escolhidos por diferentes ramos do comércio, investigará os meios de transferir as oficinas e manufaturas abandonadas a sociedades cooperativas de trabalhadores [...]” (MARX, 2011b, p. 117).

Em outra passagem, agora no texto final da Mensagem sobre a ‘*Guerra civil na França*’, Marx escreve:

“[...] A comuna, exclamam [os porta-vozes da burguesia], pretende abolir a propriedade, a base de toda civilização! Sim, cavalheiros, **a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos**. Ela visava a expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma verdade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é comunismo, o “irrealizável” comunismo! Mas como se explica, então, que os indivíduos das classes dominantes, que são suficientemente inteligentes para perceber a impossibilidade de manter o sistema atual [capitalista] – e eles são muitos –, tenham se convertido em apóstolos abstrusos e prolixos da produção cooperativa? Se a **produção cooperativa** é algo mais que uma fraude e um ardid, se há de substituir o sistema capitalista, **se as sociedades cooperativas unidas devem regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista – o que seria isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável”?** (MARX, 2011b, p. 60, grifos nossos).

⁷⁶ Dias 21 a 28 de maio de 1871.

⁷⁷ Método não atualizado no curso da Revolução Cubana em que os capitalistas deixaram a ilha e suas propriedades após a revolução crendo que ela não perduraria por muito tempo.

A comuna que tinha decretado a cooperativização das oficinas e manufaturas abandonadas pelos capitalistas, tinha também a intenção de formar uma grande liga de cooperativas nacional, assim que a revolução tomasse toda a França. A Comuna caiu e a grande liga não foi constituída, não obstante, Marx ironizou a posição de indivíduos da classe dominante que, apesar de escandalizados com as medidas de socialização da propriedade tomadas pela Comuna, apoiavam de forma misteriosa a produção cooperativa. Marx assinalou que se a liga de cooperativas nacional tivesse se desenvolvido sob um planificação comum que superasse a anarquia do mercado, tratar-se-ia de um sistema comunista “realizável”. De modo que fica evidente que mesmo com as limitações reconhecidas, as cooperativas são, para Marx, valioso instrumento nas mãos dos trabalhadores na luta para subverter e superar a ordem existente, bem como, uma forma de propriedade adequada para a construção do socialismo no processo de transição socialista (ROFFINELLI, 2001).

Em outra obra clássica, a *‘Crítica do Programa de Gotha’* (1875), Marx acerta as contas com Lassale, e faz severas críticas às concessões liberais do programa Partido Socialista Operário da Alemanha. Como proposta de enfrentamento das *‘questões sociais’* o partido planeja lutar pela constituição de cooperativas de produção subvencionadas pelo Estado, porém sob controle democrático dos trabalhadores. Marx condenou a postura do partido que abriu mão da conquista através da luta revolucionária e elegeu a parceria com o Estado como solução:

“[...] a organização socialista do trabalho total, em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da “subvenção estatal”, subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção criadas por ele, e não pelos trabalhadores. [...] No que diz respeito às atuais **sociedades cooperativas**, elas **só têm valor** na medida em que são **criações dos trabalhadores e independentes**, não sendo protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses” (MARX, 2012, p. 40-41, grifos nossos).

Marx demonstrou que a sociedade alemã era formada por uma maioria de camponeses e não por proletários e que o Estado estava muito longe de ser controlado democraticamente pelos trabalhadores, como acreditavam os socialdemocratas alemães. Portanto, seria necessário a tomada do poder pela via insurrecional. Enquanto isso não ocorresse, as cooperativas cumpririam seu papel

de ruptura com a forma de organização do trabalho capitalista desde que fossem autônomas frente a burguesia e o Estado e, portanto, que não resultassem de nenhum tipo de indução.

Também Engels, em uma carta escrita em 1890 a Otto Von Boenigk, vê com bons olhos o papel desempenhado pelas cooperativas de produção e distribuição. Tratando do processo de transição socialista, Engels indica que a principal diferença em relação à sociedade capitalista seria naturalmente a “organização da produção na base da propriedade comum” de todos os meios de produção, ou seja, com base na propriedade social e emenda,

[...] Não vejo quaisquer dificuldades em executar este revolucionamento — quer dizer, gradualmente — no dia de amanhã. Que os nossos operários são capazes disso, demonstram-no as suas muitas cooperativas de produção e de distribuição que, lá onde a polícia as não arruína propositadamente, são tão bem administradas como as sociedades por acções burguesas, e de longe mais honestamente (ENGELS, 1890, p. 1).

As cooperativas, conseqüentemente, deveriam ser uma forma de organização da produção considerada vantajosa para o processo de transição socialista e os êxitos das cooperativas no capitalismo demonstravam isto.

Contudo, a despeito das potencialidades do cooperativismo elencadas por Marx e Engels, há um limite fundamental inerente às cooperativas no capitalismo. Elas desenvolvem-se circunscritas à dinâmica do sistema capitalista tendo que operar conforme os mecanismos de mercado e da concorrência. Assim, a cooperativa de trabalhadores é incapaz de superar de forma perfeita os antagonismos oriundos da sociedade de classes capitalistas.⁷⁸ No entanto, conforme as considerações sobre a forma de propriedade cooperativa na experiência da Comuna de Paris e por Engels (1890) fica evidenciado que elas podem ser utilizadas no processo de transição socialista, colaborando para construir novas relações sociais de produção.

⁷⁸ Esta é uma questão conflitiva existente nos debates da I Internacional entre Marx e os anarquistas, principalmente Mikhail Bakunin. Os anarquistas não compactuavam com a tese da transição socialista a partir da ditadura do proletariado conduzida pelo Estado. Eram defensores das cooperativas e da auto-organização dos trabalhadores em sistemas federativos como formas efetivamente socialistas de enfrentamento ao antagonismo capital/trabalho.

2.6 NOTAS CONCLUSIVAS

Neste capítulo, realizamos uma sistematização das categorias que consideramos fundamentais para refletir sobre a implementação das CNA no processo de atualização do modelo econômico e social da *Mayor de las Antillas*. A compreensão do método de Marx é fundamental para apreender a realidade como um processo de sucessivos movimentos dinâmicos, e não uma estrutura estática. Uma transição socialista em seu curso, portanto, está em constante modificação, como se ocorressem sucessivas revoluções dentro da própria revolução: uma revolução econômica, agrária, educacional, cultural, civilizatória, etc. que alimentam sucessivos processos críticos e autocríticos. Um processo de duração indeterminada e marcado por avanços, retrocessos e correções de rumo que podem levar a novos avanços, num constante devir de superação e conservação, de destruição do velho para construção do *novum* histórico-mundial (ANDERSON, 2010).

A noção de que a propriedade é também apropriação da produção por parte da sociedade, nos permite compreender que um processo de transição socialista necessita buscar formas de propriedade social que permitam a apropriação coletiva de todos os seus membros. Não obstante, não é de um só golpe que se alcança tal intento, e ao longo da transição as formas mais socializadas deverão coexistir com formas menos socializadas herdadas das formações sociais anteriores.

Conseqüentemente, a partir de Marx, compreendemos que em uma transição socialista é preciso encontrar uma fórmula para a organização econômica que realize uma mediação entre a produção para atender fins específicos de reprodução e conservação da sociedade (ou seja, que não correspondam a produção de valor e sim a produção de valores de uso) e as retribuições aos produtores (trabalhadores) conforme o trabalho aportado. Essa organização econômica corresponderia a primeira fase do processo de transição socialista definido por Marx na 'Crítica ao Programa de Gotta', estágio em que há heterogeneidade das formas de propriedade e a retribuição ainda é conforme o trabalho (já que se mantém a divisão do trabalho) (MARX, 2012; BETTELHEIM, 1970).

Um outro elemento fundamental da discussão deste capítulo é a compreensão da forma de propriedade cooperativa como uma forma adequada para o processo de transição socialista. Ainda que Marx e Engels tenham reconhecido limites nas cooperativas, principalmente as induzidos pelo Estado no interior do modo de produção capitalista, em um processo de transição socialista o papel das cooperativas ganha outros contornos. Dada a necessidade de coexistência de formas de propriedade mais e menos socializadas na primeira fase da transição socialista, a propriedade privada-coletiva e a prática da autogestão, tem um maior potencial de conformar relações sociais novas que a propriedade privada individual.

A busca por mais eficiência e produtividade passaria pela construção de novas relações sociais em um processo de produção material cujo produtor não se vincula como proprietário individual, mas como proprietário coletivo do resultado social da produção, ou seja, há a gestão coletiva da propriedade e a apropriação coletiva dos resultados da produção. Isso não significa a supressão total do produtor individual, da pequena propriedade privada individual, que pode e deve ser permitida em determinadas atividades conforme os planos de desenvolvimento. Destarte, as cooperativas seriam, dessa forma, adequadas para organizar a produção em setores complementares a propriedade estatal socialista, junto a outras formas de propriedade, como a propriedade dos pequenos produtores, a propriedade privada a propriedade mista, etc.

3 TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA E O PAPEL DO COOPERATIVISMO

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, realizamos uma breve descrição da transição socialista cubana e da história do cooperativismo ao longo desse processo. Objetivamos identificar, a partir da contextualização histórica da transição socialista cubana, as especificidades que o setor cooperativo teve dentro daquela economia até o VI Congresso do Partido Comunista de Cuba em 2011 e indicar as principais determinações histórico-concretas que tornaram necessárias as mudanças naquela economia no curso dos anos 1990.

Para isso, na seção sobre o processo histórico da revolução cubana, apresentamos os antecedentes históricos da vitória da Revolução, a transição socialista a partir de 1959 com seu caráter extraordinário e, por fim, as especificidades do '*Período Especial*'. Nesse relato buscamos trazer elementos teóricos sobre a transição que alimentaram o debate e influenciaram as escolhas dos líderes da *Mayor de las Antillas*. Notaremos que, durante os anos 1970, a aproximação com a URSS foi cada vez maior, o que trouxe pontos positivos e negativos para a economia da ilha e, com o fim do Bloco Socialista, Cuba teve que realizar mudanças estruturais profundas.

Na última seção deste capítulo apresentamos uma aproximação à história do cooperativismo na ilha caribenha. Ver-se-á que por conta da aproximação com a URSS o modelo de cooperativismo também foi impactado. Dessa forma, o cooperativismo cubano de 1959 até o VI Congresso do PCC e a *actualización* do modelo econômico ficou restrito ao setor agrícola. Somente após o VI congresso se desenha a política de implementação de cooperativas no setor não agropecuário. Se a propriedade cooperativa sempre foi considerada como uma forma de propriedade social, porque o país caribenho levou mais de 50 anos de transição socialista para ampliar a possibilidade de organização na forma cooperativa para outros setores para além do agrícola? A possível resposta a esta questão deve ser levada em conta para pensar o processo recente de implementação das CNA e as escolhas feitas pelas lideranças cubanas ao longo dos primeiros 50 anos de transição socialista.

3.2 BREVE DESCRIÇÃO DO PROCESSO HISTÓRICO DA REVOLUÇÃO CUBANA

3.2.1 Antecedentes históricos

O projeto social que se configurou com a Revolução Cubana, a partir da chegada ao poder do M-26-J, no dia 1º de janeiro de 1959, faz parte inegavelmente da história política, econômica e social da América Latina e do Caribe. Cuba foi o primeiro país do hemisfério ocidental a realizar uma revolução socialista a apenas 166km de distância da maior potência imperialista do planeta, os EUA. Este fato significou uma completa mudança nas relações geopolíticas na região, pois Cuba passou a buscar a superação do subdesenvolvimento por um outro caminho, um caminho não capitalista.

Cuba passou a simbolizar, e ainda simboliza até a atualidade, conforme aponta o intelectual cubano Figueroa Albelo (2003, p. 1), "[...] *el ejemplo, el paradigma, para muchos y el demonio para otros; la calumnia o mentira sistemática o negación silenciosa de su realidad y de otro lado está la visión exaltada, exagerada, idealizada de muchos amigos. O puros, puros; o diablos, diablos: eso somos para muchos [...]*".⁷⁹ Não estamos, evidentemente, do lado imperialista que vê Cuba como '*diablos, diablos*', porém, ao buscarmos reconhecer e exaltar os sucessos da Revolução não escondemos a existência de erros, ou seja, também não a tratamos como '*puros, puros*' de forma '*idealizada*'. Aliás, está é a forma coerente com o método de Marx, como mostramos em linhas gerais no capítulo anterior.⁸⁰

A construção do socialismo cubano, portanto, com seus acertos e seus erros, começou em 1959, com a tomada do poder político pelos guerrilheiros do M-26-J e do exército rebelde⁸¹ e com a declaração do caráter socialista da revolução em 1961. Não obstante, a origem da Revolução é bem mais antiga.

⁷⁹ "[...] o exemplo, o paradigma, para muitos e o demônio para outros; a calúnia ou mentira sistemática ou negação silenciosa de sua realidade e de outro lado está a visão exaltada, exagerada, idealizada de muitos amigos. Ou puros, puros; ou diabos, diablos: isso somos para muitos [...]" (FIGUEROA ALBELO, 2003, p. 1, tradução nossa).

⁸⁰ Além de tratar o processo histórico como a dinâmica contraditória entre erros e acertos, entre avanços e retrocessos, a perspectiva de Marx não admite uma 'neutralidade axiológica' de viés weberiano, em que o sujeito investigador se afasta do objeto e o trata sem fazer juízos valorativos decorrentes de suas opções políticas e história de vida.

⁸¹ Importante mencionar que, sob a liderança do M-26-J, também participaram destes processos de luta o Partido Socialista Popular (PSP) e o *Movimiento Revolucionario 13 de Marzo*.

Para ser fidedigno com o pensamento de Fidel Castro e de outros revolucionários do M-26-J, e para compreender as particularidades da Revolução Cubana, é necessário compreender que a “*Revolución es una sola*”⁸², pois ela se vincula às profundas raízes culturais e históricas oriundas das batalhas independentistas e anti-imperialistas que se pautaram pela imprescindível busca da independência econômica e política, uma busca por soberania e autodeterminação.

Tais raízes culturais e históricas estão fincadas na *Guerra de los Diez Años*⁸³ (1868-1878) contra a Espanha, na *Guerra Necesaria*⁸⁴ (1895-1898) contra a Espanha, na *Revolución del 33*⁸⁵ (1933), no *Asalto al Cuartel Moncada*⁸⁶ (1953), no desembarque do *Granma*⁸⁷ e na guerrilha revolucionária (1956-1958). Momentos em que foi se consolidando o ideário nacionalista, de uma pátria emancipada, pautada nos lemas éticos de justiça social, soberania, autodeterminação, liberdade. Tais elementos, que se fundiram às ideias marxistas e leninistas depois de 1959, são fundamentais para o investigador estrangeiro compreender a capacidade de resistência do povo cubano às adversidades e às constantes sabotagens imperialistas estadunidenses, que nunca admitiram o fato do povo cubano autodeterminar seu destino.

⁸² “¿Qué significa para nuestro pueblo el 10 de Octubre de 1868? ¿Qué significa para los revolucionarios de nuestra patria esta gloriosa fecha? Significa sencillamente el comienzo de cien años de lucha, el comienzo de la revolución en Cuba, porque **en Cuba solo ha habido una revolución**: la que comenzó Carlos Manuel de Céspedes el 10 de Octubre de 1868. Y que nuestro pueblo lleva adelante en estos instantes. [...] Nuestra Revolución, con su estilo, con sus características esenciales, tiene raíces muy profundas en la historia de nuestra patria. Por eso decíamos, y por eso es necesario que lo comprendamos con claridad todos los revolucionarios, que **nuestra Revolución es una Revolución**, y que esa Revolución comenzó el 10 de Octubre de 1868” (CASTRO RUZ, 1968, p. [s. p.], grifos nossos).

⁸³ Liderada por Carlos Manuel de Céspedes, Ignacio Agramonte, Máximo Gómez, Antonio Maceo, etc. teve um caráter independentista, anticolonialista e antiescravista.

⁸⁴ Lideradas por José Martí, Antonio Maceo e Máximo Gómez teve caráter anticolonialista e de libertação nacional buscando a definitiva independência de Cuba.

⁸⁵ Rebelião contra o governo do Ditador Gerardo Machado, tendo como uma das lideranças Antonio Guiteras Holmes.

⁸⁶ Ataque armado ao Quartel de Moncada, em Santiago de Cuba, no dia 26 de julho de 1953. Liderado por Fidel Castro, a ação tinha o objetivo de derrubar o governo de Fulgêncio Batista que havia chegado ao poder através de um golpe de Estado, no dia 10 de março de 1952. Simultaneamente ao ataque ao Quartel de Moncada, também foi atacado o Quartel Carlos Manuel Céspedes, em Bayamo. A ação falhou mas serviu para projetar nacionalmente a figura de Fidel Castro.

⁸⁷ Iate em que chegaram a Cuba em 2 de dezembro de 1956 os 82 guerrilheiros que iniciariam a guerra de guerrilhas contra o governo do ditador Fulgêncio Batista. Dentre eles estavam Fidel Castro, Raul Castro, Camilo Cienfuegos e Ernesto Guevara de la Serna (*el Che*).

Ao defender que em Cuba houve só uma revolução, Fidel e os demais dirigentes cubanos reconheceram os personagens históricos que lideraram estas lutas anticoloniais e anti-imperialistas na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, primeiro contra o poder colonial da Espanha e, depois de 1898, contra o poder neocolonial estadunidense e os governos autoritários e submissos aos EUA.

Particularmente, o reconhecimento do legado de ideias e do exemplo de luta de José Martí (1853-1895), foi fundamental para a perspectiva anti-imperialista da Revolução e para a ideia de unidade no processo revolucionário. José Martí, que vivera e conhecera os EUA por dentro, sabia que não bastava vencer a Espanha, pois a cobiça estadunidense sempre buscou anexar *'la llave del golfo'* como mais um ente federado *yanquee*. E, mesmo não ocorrendo a anexação de fato, assim que os espanhóis foram expulsos, os estadunidenses ocuparam o lugar da antiga metrópole, submetendo Cuba a uma condição neocolonial, baseada em uma economia agrário exportadora cujos principais produtos eram a cana-de-açúcar e o tabaco (LE RIVERAND, 1985).

Esta subserviência aos EUA ficou expressamente caracterizada pela humilhante inclusão da *Enmienda Platt*⁸⁸ (1902) na primeira constituição de Cuba, após a ocupação dos estadunidenses (1898-1902), caracterizando uma 'independência' meramente formal após a saída das tropas estadunidenses⁸⁹ (GOTT, 2006). Como apontou Löwy, mesmo após o fim da ocupação estadunidense, *"each succeeding bourgeois government in Havana, whether civil or military, dictatorial or nominally democratic, accepted Cuba's economic and political subordination to the United*

⁸⁸ A Emenda Platt foi redigida pelo político estadunidense Orville Platt e aprovada como um anexo à constituição do país. Era composta por sete parágrafos: "o primeiro dos sete parágrafos da Emenda Platt foi moldado para garantir que Cuba não fizesse nenhum tratado com potências estrangeiras, ou permitisse bases estrangeiras em seu solo sem a permissão dos Estados Unidos. O segundo indicava que as finanças públicas de Cuba seriam supervisionadas pelos Estados Unidos. O terceiro dava aos americanos o direito de intervir em Cuba sempre que julgassem necessário. O quarto proibia qualquer tentativa retroativa de questionar o que havia ocorrido durante os anos da ocupação norte-americana. O quinto, sugerido pelo general Wood, obrigava os cubanos a dar continuidade aos esforços feitos pelas forças de ocupação para melhorar o controle de doenças no país. O sexto deixava pendente o futuro legal da Ilha do Pinheiros, enquanto o sétimo dava aos Estados Unidos o direito de estabelecer bases militares na ilha" (GOTT, 2006, p. 132).

⁸⁹ Com base na Emenda Platt, os Estados Unidos intervieram na ilha com suas forças militares de 1906 a 1909, em 1912 e de 1917 a 1923. Construíram a Base Militar de Guantánamo que segue sob controle estadunidense até a atualidade (GOTT, 2006).

States as a necessary, inevitable and very profitable state of affairs” (LÖWY, 1981, p. 142).⁹⁰

Se para a elites locais e para a burguesia estrangeira a subordinação de Cuba aos EUA era necessária, inevitável e rentável, a maior parte de população vivia em condições deploráveis e ia se conformando um campo de tensão com forte ressentimento frente a tal situação. Apesar da *Enmienda Platt* ter sido revogada em 1934, a submissão cubana não mudou muito com a nova Constituição de 1940⁹¹, que, na prática, não chegou realmente a ser totalmente implementada. Havia uma tarefa inconclusa, era necessário, conforme afirmava Martí, declarar a segunda independência.

Diante dessas circunstâncias de uma economia neocolonial monocultora e latifundista, os trabalhadores cubanos do campo e da cidade viviam em condições precaríssimas, assim como era também a reprodução da vida de certos setores médios urbanos. A insatisfação era enorme e o movimento que organizasse um levante e capturasse este desejo de mudança dos trabalhadores obteria sucesso. Esta tarefa foi realizada a partir do *Asalto al Cuartel Moncada* (1953) que levou a detenção de Fidel Castro. A prisão de Fidel por lutar por causas tão caras ao povo cubano o notabilizou e sua perspicácia e capacidade intelectual e política fez do seu discurso de defesa, *‘La historia me absolverá’* (1953), um manifesto e um programa político para a segunda e definitiva independência de Cuba.

Neste antológico discurso, as diversas expressões da questão social enfrentadas pelo povo cubano antes da vitória revolucionária de 1959 estão resumidas em um excerto. Mesmo que longo, optamos por citar o trecho em inteiro teor dado o seu

⁹⁰ “Cada sucessivo governo burguês em Havana, quer civil ou militar, ditatorial ou denominado democrático, aceitou a subordinação econômica e política cubana aos EUA como necessária, inevitável e muito lucrativa” (LÖWY, 1981, p. 142, tradução nossa).

⁹¹ Promulgada em 1 de julho de 1940, em Guaiámaro (Camagüey), a constituição de 1940 continha uma série de avanços como: o direito ao trabalho, o direito de greve, proibia a discriminação racial, criava dispositivos para a proteção à família, garantia a igualdade da mulher, proibia o latifúndio, promovia o direito a educação e a saúde públicas e gratuitas, garantia liberdade de expressão e o sufrágio universal igualitário e secreto. Mas dada a condição neocolonial muito do que preconizava não se cumpriu. Teve vigência até 10 de março de 1952, data em que Fulgencio Batista usurpou o poder através de um Golpe de Estado.

poder de síntese e as qualidades literárias do mesmo, impossíveis de serem melhor reproduzidos por este autor. Assim estão postas as palavras:

Nosotros llamamos pueblo si de lucha se trata, a los seiscientos mil cubanos que están sin trabajo deseando ganarse el pan honradamente sin tener que emigrar de su patria en busca de sustento; a los quinientos mil obreros del campo que habitan en los bohíos miserables, que trabajan cuatro meses al año y pasan hambre el resto compartiendo con sus hijos la miseria, que no tienen una pulgada de tierra para sembrar y cuya existencia debiera mover más a compasión si no hubiera tantos corazones de piedra; a los cuatrocientos mil obreros industriales y braceros cuyos retiros, todos, están desfalcados, cuyas conquistas les están arrebatando, cuyas viviendas son las infernales habitaciones de las cuarterías, cuyos salarios pasan de las manos del patrón a las del garrotero, cuyo futuro es la rebaja y el despido, cuya vida es el trabajo perenne y cuyo descanso es la tumba; a los cien mil agricultores pequeños, que viven y mueren trabajando una tierra que no es suya, contemplándola siempre tristemente como Moisés a la tierra prometida, para morir sin llegar a poseerla, que tienen que pagar por sus parcelas como siervos feudales una parte de sus productos, que no pueden amarla, ni mejorarla, ni embellecerla, planta un cedro o un naranjo porque ignoran el día que vendrá un alguacil con la guardia rural a decirles que tienen que irse; a los treinta mil maestros y profesores tan abnegados, sacrificados y necesarios al destino mejor de las futuras generaciones y que tan mal se les trata y se les paga; a los veinte mil pequeños comerciantes abrumados de deudas, arruinados por la crisis y rematados por una plaga de funcionarios filibusteros y venales; a los diez mil profesionales jóvenes: médicos, ingenieros, abogados, veterinarios, pedagogos, dentistas, farmacéuticos, periodistas, pintores, escultores, etcétera, que salen de las aulas con sus títulos deseosos de lucha y llenos de esperanza para encontrarse en un callejón sin salida, cerradas todas las puertas, sordas al clamor y a la súplica. ¡Ése es el pueblo, cuyos caminos de angustias están empedrados de engaños y falsas promesas, no le íbamos a decir: "Te vamos a dar", sino: "¡Aquí tienes, lucha ahora con toda tus fuerzas para que sean tuyas la libertad y la felicidad!" (CASTRO RUZ, 1953, p. 25).⁹²

⁹² “Nós chamamos povo se de luta se trata, aos 600.000 cubanos que estão sem trabalho desejando ganhar o pão honradamente sem ter que emigrar de sua pátria em busca de sustento; aos 500.000 trabalhadores do campo que habitam nas miseráveis choupanas, que trabalham quatro meses ao ano e passam fome compartilhando com seus filho a miséria, que não tem uma polegada de terra para cultivar e cuja existência devia gerar mais compaixão se não existissem tantos corações de pedra; aos 400.000 trabalhadores industriais e manuais cujos vencimentos, todos, estão desfalcados, cujas conquista lhes estão retirando, cujas casas são os infernais cortiços, cujos salários passam das mãos do patrão para as mãos do comerciante que abusa do preços, cujo futuro é o rebaixamento e a demissão, cuja vida é o trabalho perene e cujo descanso é a tumba; aos 100.000 pequenos agricultores, que vivem e morrem trabalhando uma terra que não lhes pertence, contemplando-a sempre tristemente como Moisés a terra prometida, para morrer sem chegar a possuí-la, que tem que pagar por suas parcelas como servos feudais uma parte de seus dos seus produtos, que não podem amá-la, nem melhorá-la, nem embelezá-la, plantar um cedro ou uma laranjeira porque ignoram o dia que virá um capataz com a guarda rural a dizer-lhes que tem que se ir; aos 30.000 professores e professoras tão abnegados, sacrificados e necessários ao destino melhor das futuras gerações e que tão mal lhes tratam e lhes pagam; aos 20.000 pequenos comerciantes sufocados por dívidas, arruinados pela crise e por uma praga de funcionários vendidos; aos 10.000 jovens profissionais: médicos, engenheiros, advogados, veterinários, pedagogos, dentistas, farmacêuticos, jornalistas, pintores, escultores, etc., que saem das aulas com seus títulos desejando luta e cheios de esperança para encontrar-se em um beco sem saída, fechadas todas as portas, surdas ao clamor e a súplica.

Esta era a dura realidade da imensa maioria dos cubanos, denunciada por Fidel ante o tribunal que o julgava por liderar um levante contra todas estas iniquidades. Não é à toa que ao longo da guerrilha revolucionária de 1956 até a vitória e a entrada triunfal do M-26-J, em *La Habana*, no *réveillon* de 1959, o apoio e a adesão popular dos camponeses e trabalhadores foi enorme e não houve possibilidade de resistência do governo autoritário de Batista. Como salienta Moniz Bandeira (2009, p. 207), a vitória de 1959 foi “[...] mais do que um acontecimento nacional, um fenômeno latino-americano, ao refletir as contradições não solucionadas entre os Estados Unidos e o resto do hemisfério. Daí seu impacto e a imensa popularidade que alcançou. [...]”.

Por isso Cuba passou a ser o ‘*ejemplo*’ ou o ‘*paradigma*’ para setores da esquerda latino-americana por ser uma referência no projeto de construção de uma nova sociedade que enfrenta e rompe com as determinações capitalistas e não se curva ao jugo imperialista.

3.2.2 A transição socialista extraordinária de Cuba

Como apontamos no capítulo anterior desde trabalho, os clássicos consideravam que entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista deveria existir um período marcado por transformações revolucionárias de duração indeterminada e que tal período de transição exigiria uma forma de Estado nos moldes de uma ‘ditadura do proletariado’ (MARX, 2012). Para o líder bolchevique Lênin (2010, p. 55), “[...] o Estado dessa época deve ser, pois, um Estado democrático (para os proletários e os não-possuidores em geral) inovador e um Estado ditatorial (contra a burguesia) igualmente inovador”.⁹³

Este Estado ‘inovador’ que se constituiu em Cuba no processo pós-vitória revolucionária posicionou-se em favor dos despossuídos – camponeses e proletários

Esse é o povo, cujos caminhos de angústias estão empedrados de enganos e falsas promessas, e não lhes vamos dizer: ‘Vamos te dar’, e sim: ‘Aqui tens, luta agora com todas tuas forças para que sejam tuas a liberdade e a felicidade!’ (CASTRO RUZ, 1953, p. 25, tradução nossa).

⁹³ Para mais detalhes sobre o papel do Estado na transição socialista ver Gomes (2013), particularmente o primeiro capítulo.

–, e contra a burguesia estrangeira, a burguesia cubana e os latifundiários. Assim, uma série de medidas foram tomadas nos primeiros anos do governo revolucionário de 1959 até 1965⁹⁴, afim de consolidar ‘*el primer territorio libre de América*’ e atender as demandas destes setores mais precarizados, conforme havia se comprometido o M-26-J.

Mesmo diante das duras pressões externas, vindas dos EUA, o respaldo popular à Revolução se manteve crescente⁹⁵, justamente por essa firme conduta de enfrentar as diversas expressões da questão social⁹⁶ que se manifestavam na ilha caribenha. Dentre as medidas imediatas e mais representativas deste período (1959-1965), apontamos a punição exemplar dos criminosos da ditadura que não escaparam do país; a Primeira e a Segunda Leis de Reforma Agrária⁹⁷; a Lei de Reforma Urbana⁹⁸; a nacionalização das empresas estrangeiras em 1960 e, logo em seguida, a

⁹⁴ Para Figueroa Albelo (2003), de 1959 até 13 de dezembro de 1960, foi aplicado em Cuba um Modelo de Libertação Nacional baseado num Capitalismo de Estado. A etapa que vai de 13 de dezembro de 1960 até o fim de 1963 conformaria o ‘*salto a la transición extraordinaria al socialismo desde el capitalismo de Estado de liberación nacional*’. Estamos seguindo a periodização de Suarez Salazar (2019), utilizada no seu seminário da CLACSO – ‘*A 60 años de la Revolución Cubana: una mirada crítica desde sus utopías*’: 1959-1965 – ‘*Las utopías fundacionales del “primer territorio libre de América”*’, que vai da vitória do M-26-J até a formação do PCC.

⁹⁵ São exemplos do imenso apoio popular à Revolução as multidões que apoiaram e firmaram a Primeira Declaração de Havana (2 de setembro de 1960), a Proclamação do Caráter Socialista da Revolução (16 de abril de 1961), a Segunda Declaração de Havana (4 de fevereiro de 1962), Declaração de Santiago de Cuba (26 de julho de 1964).

⁹⁶ Para um aprofundamento do debate sobre a categoria Questão Social ver a edição da Revista *Temporalis*, Ano 2, nº 3. Particularmente os artigos de Netto (2001) e Iamamoto (2001).

⁹⁷ A Lei Revolucionária nº 1 estabelecia a Reforma Agrária e foi decretada pelo Exército Rebelde liderado por Fidel Castro no ano de 1958 ainda em Sierra Maestra. Publicada em 4 de janeiro de 1959, após a tomada do poder, no *réveillon* do mesmo ano, a lei “[...] outorgava aos arrendatários, locatários e mesmo aos posseiros as terras alheias, mas por eles cultivadas. Essa medida não atingia 58% da área cultivada de Cuba, de propriedade particular, mas favorecia 64% dos agricultores (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 210). Fidel Castro, já então como primeiro-ministro de Cuba, não demorou a estabelecer medidas que aprofundassem as conquistas revolucionárias. Dessa forma, “[...] a beneficiar entre 200.000 a 250.000 camponeses sem-terra, assinou no dia 17 de maio [de 1959] [...] [a Primeira] Lei de Reforma Agrária, que aboliu o latifúndio e limitou a propriedade de terras a 400 hectares por indivíduo, apenas permitindo que as propriedades rurais, destinadas às plantações de cana-de-açúcar, arroz e criação de gado, possuísem até 1.335 hectares, mas transformando-as em cooperativas sob o controle do Estado” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 227). Tal medida afetou seriamente os interesses estadunidenses na ilha pois atingiu propriedades de várias empresas, dentre elas *United Fruit Sugar Company* e *Guantánamo Sugar Company*. Em 3 de outubro de 1963 é aprovada a *Segunda Ley de Reforma Agraria* que determina a desapropriação das propriedades com áreas superior a sessenta e sete hectares e dez ares (671.000 m²), com algumas poucas exceções previstas na Lei.

⁹⁸ A *Ley de Reforma Urbana* foi promulgada no dia 14 de outubro de 1960. Dentre outras regras, a lei determinava principalmente: a transferência do título de propriedade dos imóveis alugados para seus respectivos habitantes; a indenização dos antigos proprietários; a proibição do aluguel de habitações e de qualquer tipo de aluguel entre particulares.

expropriação das propriedades da burguesia cubana, formando o setor econômico de propriedade estatal socialista; medidas para redistribuir a renda em favor dos trabalhadores, eliminação do desemprego⁹⁹ e consequente melhoria das condições de vida do povo; além da *Campaña Nacional de Alfabetización*¹⁰⁰ (1961) (RODRÍGUEZ; CARRIAZO MORENO, 1990).

Durante esta primeira etapa do processo de transição socialista cubano foi eliminada, de forma relativamente breve, a propriedade privada capitalista nos setores fundamentais da economia nacional, passando a preponderar a propriedade social de caráter estatal. Até o final de 1963 existia ainda alguma heterogeneidade de formas de propriedade que evolui rapidamente para uma estrutura predominantemente estatal no ano seguinte.¹⁰¹ Para Suarez Salazar (2019), nestes primeiros anos foram criadas as bases fundacionais do projeto social da Revolução que culminou com o amadurecimento das organizações políticas e a formação do PCC, em 3 de outubro de 1965.

O processo de transição iniciado em Cuba, no entanto, era diferente do que fora pensado por Marx e Engels.¹⁰² Como vimos, para estes autores o proletariado realizaria o 'assalto ao céu'¹⁰³ primeiro nos países centrais cujas forças produtivas estariam plenamente desenvolvidas, com elevada criação de riqueza e bens materiais.¹⁰⁴ O capitalismo seria o responsável por criar as bases para o surgimento da nova forma de sociedade socialista.¹⁰⁵

⁹⁹ O desemprego e o subemprego alcançavam 25% da força de trabalho no início de 1959 (600.000 desempregados durante o "*tiempo muerto*", após a safra da cana-de-açúcar, e 300.000 desocupados permanentemente).

¹⁰⁰ Campanha que alcançou a alfabetização de 707 mil cubanos, reduzindo a taxa de analfabetismo de Cuba para 3,9%. A taxa de analfabetismo era de 23,6% da população (dados de 1953), sendo que no campo mais de 40% eram analfabetos (RODRÍGUEZ; CARRIAZO MORENO, 1990).

¹⁰¹ Para Figueroa Albelo (2003), de 1964 até 1989 tem-se a segunda etapa da sua periodização da transição socialista cubana, o '*Modelo estatal globalizado de la economía de transición extraordinaria*', marcado pela intensiva predominância da propriedade estatal socialista e alguma presença de propriedade fundiária na forma cooperativa.

¹⁰² Ver Armentero Acosta (2002) para uma discussão sobre "*El período de tránsito al socialismo en las condiciones del desarrollo desigual del capitalismo*".

¹⁰³ Expressão que Marx utilizou para denominar a tomada do poder pelos trabalhadores na Comuna de Paris.

¹⁰⁴ "[...] *para los clásicos, el comunismo es fruto del desarrollo capitalista; no del subdesarrollo, pero se trata además de un proceso histórico universal, viable y posible solamente en una dimensión planetaria. Por lo mismo rechaza el comunismo local, porque sería aplastado tan*

Porém, nos casos concretos, Rússia, China, Coreia do Norte, Vietnã, os processos revolucionários não ocorreram com esta base estrutural de forças produtivas desenvolvidas. Nestas experiências de tomada do poder pelos trabalhadores, cada uma ao seu modo, houve a necessidade de lidar com esta questão do atraso relativo em relação ao centro dinâmico capitalista.

Cuba não foi uma exceção à regra. Como descrevemos anteriormente, tratava-se de um país dependente¹⁰⁶ e subdesenvolvido numa situação de neocolônia estadunidense quando Fidel Castro e seus companheiros derrotaram a ditadura de Fulgêncio Batista em 1959 (FERNANDES, 2012). Por isso, a interpretação do processo de transição cubano exige um avanço na teoria dos pensadores clássicos do marxismo. Figueroa Albelo (2003) é um dos intelectuais cubanos que defendem a impostergabilidade do estudo científico da economia da construção do socialismo a partir das particularidades da Revolução Cubana. O autor sustenta que o projeto de desenvolvimento cubano assenta-se sob a lógica de um Modelo Econômico de Transição Extraordinária ou Periférica ao Socialismo que não fora previsto pelos teóricos do marxismo.

pronto entrase en contacto con las fuerzas del capitalismo mundial. [...]" (FIGUEROA ALBELO, 2003, p. 2, grifos nossos).

¹⁰⁵ "O período burguês da História tem por missão criar a base material do mundo novo; de uma parte, a intercomunicação universal fundada na dependência mútua da humanidade e os meios dessa intercomunicação; de outra parte, o desenvolvimento das forças produtivas da produção material a partir da dominação científica dos elementos. A indústria e o comércio burgueses criam estas condições materiais de um mundo novo do mesmo modo que as revoluções geológicas criaram a superfície da terra. Quando uma grande revolução social tiver se assenhorado dessas realizações da época burguesa, do mercado mundial e das forças modernas de produção, e os tiver submetido ao controle comum dos povos mais avançados, somente então o progresso humano cessará de parecer com este horrível ídolo pagão que somente quer beber o néctar no crânio de suas vítimas" (MARX, 1853, p. 5).

¹⁰⁶ A partir da era imperialista, a lei do desenvolvimento desigual e combinado conduziu a formação de um conjunto de países capitalistas desenvolvidos (centro) e de outro lado, um conjunto de países dependentes (coloniais ou semicoloniais). De acordo com Trotsky (1977, p. 24-25), "um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas do seu passado. [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado".

Trata-se de uma hipótese sustentada pelo economista cubano na obra¹⁰⁷ *“Ensayos de economía política de la transición extraordinaria al socialismo en la experiencia de Cuba”* (FIGUEROA ALBELO, 2003). Para o autor, “[...] *el proyecto socialista cubano, como en otros pocos países subdesarrollados, responde, según nuestra hipótesis, a un modelo económico particular de desarrollo por la vía socialista, diferente en muchos aspectos a la propuesta de los clásicos*” (FIGUEROA ALBELO, 2003, p. 2).¹⁰⁸ Tal modelo fica mais evidente, segundo o autor, a partir da década de 1990 em diante, como abordaremos mais adiante.

A partir do pensamento desenvolvido pelos clássicos, Figueroa Albelo e Sánchez Noda (2006) reafirmam que o conteúdo fundamental do processo de transição socialista é a transformação da base estrutural, ou seja, da base econômica, e, a partir disso, a transformação da superestrutura, que compreende as relações políticas, jurídicas, culturais e sociais, a transformação da própria consciência dos indivíduos e a conseqüente construção do homem novo¹⁰⁹, sendo este último processo todavia deveras longo. Nos processos de transição periféricos a base econômica ainda não está desenvolvida, portanto é necessário fazer avançar a criação de riqueza material e o desenvolvimento das forças produtivas, consolidando a própria formação da consciência da classe trabalhadora neste processo.

Isso seria realizável mantendo um modelo de economia mista de transição ao socialismo com diversidade de formas de propriedade, mas com a presença da planificação estatal e a hegemonia da propriedade social (estatal socialista ou cooperativa). Tal modelo, guardadas as devidas diferenças, foi aplicado na URSS

¹⁰⁷ Também aparece nas obras *‘Economía Política de la Construcción del Socialismo: fundamentos generales’* (COLECTIVO DE AUTORES, 2002) e *‘La economía política de la construcción del socialismo’* (FIGUEROA ALBELO *et al.*, 2006).

¹⁰⁸ “[...] o projeto socialista cubano, como em outros poucos países subdesenvolvidos, responde, segundo nossa hipótese, a um modelo econômico particular de desenvolvimento pela via socialista, diferente em muitos aspectos da proposta dos clássicos” (FIGUEROA ALBELO, 2002, p. 2, tradução nossa).

¹⁰⁹ Os autores seguem na linha do que fora pensado por Che Guevara (2010, p. 230): *“El cambio no se produce automáticamente en la conciencia, como no se produce tampoco en la economía. Las variaciones son lentas y no son rítmicas; hay períodos de aceleración, otros pausados e incluso, de retroceso. Debemos considerar, además como apuntáramos antes, que no estamos frente al período de transición puro, tal como lo viera Marx en la Crítica del Programa de Gotha, sino de una nueva fase no prevista por él; primer período de transición del comunismo o de la construcción del socialismo. Este transcurre en medio de violentas luchas de clase y con elementos de capitalismo en su seno que oscurecen la comprensión cabal de su esencia”*.

após o período do Comunismo de Guerra¹¹⁰, a chamada Nova Política Econômica (NEP)¹¹¹ idealizada por Lênin. A NEP consistia “[...] *en un modelo especial (clásico en la praxis histórica) de acumulación originaria socialista para promover el desarrollo hasta alcanzar, bajo el mando del proletariado y de la propiedad social, las fuerzas productivas existentes en Europa y Norteamérica*” (FIGUEROA ALBELO; SÁNCHEZ NODA, 2006, p. 9).¹¹²

Para estimular a produção e o desenvolvimento das forças produtivas, durante o período da NEP abandonou-se a completa estatização e a coletivização e se permitiu o retorno de formas de propriedade privada capitalistas, tanto no campo como na cidade. A NEP eliminou as requisições forçadas de cereais; passou a adotar o imposto metálico ao invés do imposto em produtos; permitiu aos camponeses e aos artesãos a comercialização da sua produção livremente; incentivou os micro e pequenos empresários; permitiu a formação de sociedade mistas e até a participação do capital estrangeiro na economia nacional (BETTELHEIM, 1979; PARRA, 2013).

Todavia, estas contribuições de Lênin foram abandonadas após o primeiro plano quinquenal da URSS (1929-1932) quando se deu a coletivização da propriedade e a cooperativização forçada dos camponeses (BETTELHEIM, 1983) promovendo um ‘salto prematuro’ ao ‘comunismo’ (FIGUEROA ALBELO, 2003). A partir daí a “Economia Política do Socialismo” dos manuais soviéticos, com suas amputações do

¹¹⁰ Medidas adotadas durante a Guerra Civil Russa (1918-1922), marcadas pela supressão da propriedade privada e conseqüente nacionalização total das terras, fábricas e bancos. Criou uma série de problemas na produção desestabilizando a economia e gerando desabastecimento. O Exército Vermelho foi obrigado a confiscar os cereais estocados pelos camponeses gerando grande insatisfação dessa classe.

¹¹¹ “[...] *La Nueva Política Económica (NEP) que se instauró una vez concluida la guerra civil, y que viniera a sustituir al denominado Comunismo de Guerra, contiene los vectores clave del proceso de acumulación originaria socialista, el enfoque estructural heterogéneo del sistema económico con diversos tipos económico-sociales diferenciados y proyecciones subsecuentes en el mecanismo económico y en sus dimensiones correspondientes en la superestructura, específicamente en las esferas de la política, las clases y la cultura entre otras*” (FIGUEROA ALBELO; SÁNCHEZ NODA, 2006, p. 9).

¹¹² “[...] em um modelo especial (clássico na práxis histórica) de acumulação originária socialista para promover o desenvolvimento até alcançar, sob o controle do proletariado e da propriedade social, as forças produtivas existentes na Europa e América do Norte (FIGUEROA ALBELO; SÁNCHEZ NODA, 2006, p. 9, tradução nossa).

pensamento de Marx, passou a ser a referência de teoria econômica para a transição socialista.

Em Cuba, nos primeiros anos (1959-1965), também houve grande fertilidade intelectual no sentido de pensar um modelo próprio para a transição socialista para ‘*la mayor de las Antillas*’. A atuação de Che Guevara, que exerceu a função de Ministro de Indústria¹¹³, de Carlos Rafael Rodríguez e outros¹¹⁴ foram protagônicas no que ficou conhecido como ‘*El grande debate sobre la economía en Cuba*’. Che considerava a impostergabilidade do desenvolvimento teórico da economia política da transição socialista a partir das particularidades nacionais, levando em conta a diversidade, as rupturas/continuidades, as complexidades, as contradições e as tendências existentes na economia cubana sem copiar os modelos praticados em outras experiências.¹¹⁵

Durante ‘*el gran debate*’, Che defendeu a superação do subdesenvolvimento pautada numa ampla industrialização, porém suas ideias foram malogradas. Também era contra o cálculo econômico que se praticava na URSS e defendia um sistema distinto, o ‘*sistema presupuestario de financiamiento*’¹¹⁶. Che Guevara considerava fundamental a propriedade estatal e a centralização das decisões para assegurar o processo de transição socialista, ao ponto de inclusive manifestar-se contra a forma de propriedade cooperativa.¹¹⁷ Para o revolucionário argentino, os intercâmbios entre empresas ou unidades de produção estatais não configurariam

¹¹³ Ernesto Guevara de la Serna, o Che Guevara, assumiu diversas funções no governo revolucionário dentre elas a de presidente do Banco Central de Cuba e a de Ministro de Industrias. Em 31 de março de 1965 escreveu uma carta para Fidel Castro comunicando seu desligamento das atividades governamentais e sua dedicação a luta revolucionária na África e na América Latina. Para maiores consultas sugerimos a biografia de Che de Taibo Mahajo (2011).

¹¹⁴ Alberto Mora, Miguel Cossio, Joaquín Infante Ugarte, Luis Álvarez Rom, Mario Rodríguez Escalona e os estrangeiros Ernest Mandel e Charles Bettelheim.

¹¹⁵ Che Guevara decerto se inspirara em José Carlos Mariátegui (1894-1930), intelectual e militante marxista peruano cujo pensamento indicava: “**No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heroica. Tenemos que dar vida, con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indo-americano. He aquí una misión digna de una generación nueva**” (MARIÁTEGUI, 1928, [s. p.], grifos nossos).

¹¹⁶ Sistema de gestão das empresas por parte do Estado socialista, em que a empresa é entendida como “[...] un conglomerado de fábricas o unidades que tienen una base tecnológica parecida, un destino común para su producción o, en algun caso, una localización geográfica limitata [...]” (GUEVARA, 2006, p. 76). Diferentemente do Sistema de Cálculo Econômico que tratava como empresa cada unidade de produção com personalidade jurídica individual.

¹¹⁷ Abordaremos este tema mais adiante.

mudança de propriedade dos produtos do trabalho e, portanto, neste tipo de intercâmbio não operaria a lei do valor. Contudo, no caso de intercâmbio de mercadorias entre unidades de produção autônomas ou cooperativas, como há mudança de propriedade, se constituiria em uma troca mercantil, ou seja, operaria a lei do valor. O plano, produzido democraticamente a partir das discussões dos trabalhadores, permitiria a organização consciente da economia nacional, o alcance dos objetivos políticos e a distribuição do produto social (YAFFE, 2011).

Era uma posição bem distinta da pensado por Lênin que se conformou na NEP. Che Guevara negava a possibilidade de utilização consciente da lei do valor e de qualquer mecanismo capitalista para desenvolver as forças produtivas, como ocorria na URSS. Para ele, estímulos materiais, lucros, créditos, juros, empréstimos bancários, intercâmbio de mercadorias, concorrência, dinheiro como forma de pagamento e controle financeiro, etc, eram expressões da lei do valor e, portanto, resquícios do capitalismo que deveriam ser suprimidos (GUEVARA, 2006).¹¹⁸ A não eliminação destes elementos capitalistas e, a manutenção de um sistema 'híbrido', enfraqueceria a consciência coletiva criando obstáculos para a construção do socialismo e do comunismo e do '*hombre nuevo*'.

Porém Cuba passava por muitas tensões internas decorrentes de uma série de ações contrarrevolucionárias e terroristas articuladas desde os EUA, bem como devido aos efeitos do embargo econômico.¹¹⁹ Por conta disso, no contexto beligerante da Guerra Fria, o alinhamento com a URSS foi praticamente inevitável.

¹¹⁸ Para el Ché, [...] *la ley del valor y el plan son dos términos ligados por una contradicción y su solución; podemos, pues, decir que **la planificación centralizada es el modo de ser de la sociedad socialista**, su categoría definitoria y el punto en que la conciencia del hombre alcanza, por fin, a sintetizar y dirigir la economía hacia su meta, la plena liberación del ser humano en el ámbito de la sociedad comunista* (GUEVARA, 2006, p. 86, grifos nossos).

¹¹⁹ O embargo econômico, comercial e financeiro dos Estados Unidos à Cuba iniciou-se em 1962. Após o fim da URSS os efeitos do bloqueio econômico tornaram-se mais nocivos à economia cubana exigindo uma série de ajustes e reformas. Atualmente, o bloqueio econômico a Cuba continua a existir, porém é sistematicamente condenado pela comunidade internacional. A Assembleia Geral da ONU, desde 1992, tem aprovado um resolução que pede o fim do bloqueio econômico. Em 2019, a resolução foi aprovada por 187 votos a favor, 3 contra (EUA, Israel e Brasil, que rompeu uma tradição diplomática de 27 anos de apoio ao fim do embargo por conta do política externa de extrema direita adotada a partir de janeiro de 2019) e 2 abstenções (Colômbia e Ucrânia). Como afirma Rodríguez García (2019, p. 56), "*para que se tenga una idea más precisa de las consecuencias del bloqueo sobre el desarrollo económico-social de Cuba, basta decir que se ha calculado que su eliminación produciría un incremento del 2% del PIB anualmente*".

Principalmente depois que Fidel Castro declarara o caráter socialista da revolução, em 1961, e após todos os imbrólios diplomáticos da crise dos mísseis, em 1962.

Na segunda metade dos anos 1960, Cuba não aplicou uma política semelhante à NEP nem uma política como pensara Che Guevara. A economia continuava girando em torno da cana-de-açúcar, com a URSS assumindo a posição de principal parceiro comercial após o embargo. A máxima da era anterior à vitória da Revolução continuava valendo, *'sin azúcar no hay país'*.¹²⁰ Cuba buscou uma estratégia de desenvolvimento centrada na exportação de açúcar para obter divisas que seriam direcionadas para a modernização de setores estratégicos da economia (prioritariamente agroindústrias de exportação e indústria 'sucroquímica' e, em seguida, agroindústrias para o consumo interno e indústrias de bens de consumo não duráveis). Assim, para gerar excedente se estabeleceu uma meta de produção de 10 milhões de toneladas para 1970 que não foi alcançada. O fracasso da *'zafra de los 10 millones'* levou consigo aquela estratégia de desenvolvimento (VASCONCELOS, 2017a).¹²¹

Na medida que as relações comerciais com a URSS se aprofundavam, cada vez mais Cuba passou a cumprir um papel na divisão internacional do trabalho no interior do Bloco Socialista. Por conta do isolamento econômico e diplomático que impediu Cuba de participar de um bloco comercial na América Latina e Caribe, a partir de 1972, o país ingressou no *Council for Mutual Economic Assistance* (COMECON).¹²²

Cuba, na condição de país subdesenvolvido e produtor de açúcar, esperava que, com o acordo, esta situação de país com base econômica agrícola pudesse ser revertida. Porém, nessa nova condição, se intensificou a especialização nas

¹²⁰ O historiador Eusebio Leal Spengler (2017, p. 46) comenta que esta expressão era utilizada no passado: *"Los viejos solían decir: sin azúcar no hay país"*.

¹²¹ De acordo com Vasconcelos (2017a), tal estratégia recebeu o nome de Estratégia *Turnpike* (estratégia giratória) e adotava o setor agrícola açucareiro como a base para a geração de divisas e, por conseguinte, para o desenvolvimento industrial, constituindo-se num raciocínio semelhante ao da teoria das vantagens comparativas, de que se poderia obter vantagens na especialização. Tal perspectiva ia na contramão das teorias que apontavam o desequilíbrio nos termos de troca entre centro e periferia.

¹²² Criado em 1949 pela URSS, era um união econômica composta por Romênia, Tchecoslováquia, Polônia, Hungria, Bulgária. Em 1950 aderiram RDA e Albânia. Cuba ingressou em 1972 (MONIZ BANDEIRA, 2009).

exportações de matérias-primas em troca de importações de produtos manufaturados que vinham dos países componentes do COMECON (BELL LARA; CARAM LEÓN *et al.*, 2017).¹²³ O ingresso de Cuba no bloco comercial socialista

*[...] sujetó su vida económica y sus proyectos de desarrollo a esa asociación. La férrea necesidad rigió esa elección, pero ella obligó a Cuba a adoptar un modelo que cerraba puertas a un desarrollo económico armónico, autónomo y sostenido. La práctica y la ideología económicas fueron influidas cada vez más por el llamado socialismo real, lo que afectó negativamente a la dirección económica, la eficiencia de los actores, el papel de la actividad económica en las transformaciones socialistas de los individuos, de las instituciones y la sociedad en su conjunto, y al proyecto socialista nacional (MARTÍNEZ HEREDIA, [1993] 2018, p. 803).*¹²⁴

Com o Primeiro Congresso do PCC convocado em 10 de abril de 1975 e realizado entre 17 e 22 de dezembro do mesmo ano, houve um amplo espaço para discussão de um novo modelo de gestão da economia e também para aprimoramento dos mecanismos de participação e administração do Poder Popular. O Congresso deveria tratar, conforme apontou Fidel, dos ‘*errores de idealismo*’ cometidos nos anos anteriores. Desse processo autocrítico teve origem a primeira Constituição Socialista da República de Cuba¹²⁵, que entrou em vigor em 24 de fevereiro de 1976. Porém, a nova constituição¹²⁶ e as medidas econômicas aprovadas no congresso tinham muitas semelhanças com as leis e as políticas aplicadas nos países do Leste Europeu.

¹²³ “[...] *durante mais de veinte años, las cuatro quintas partes de las importaciones cubanas provenieron de los países socialistas y del CAME [COMECON], y el grueso de sus exportaciones estuvo orientado hacia aquel mercado, del que recibió precios preferenciales, créditos comerciales y, sobre todo, créditos para el desarrollo. Igualmente, se privilegiarón intercambios científicos-técnicos que, en general, daban cuenta de una amplia colaboración multilateral* (BELL LARA; CARAM LEÓN *et al.*, 2017, p. 17).

¹²⁴ “[...] *sujeitou sua vida econômica e seus projetos de desenvolvimento a essa associação. A férrea necessidade regeu essa decisão, mas ela obrigou a Cuba a adotar um modelo que fechava portas a um desenvolvimento econômico harmônico, autônomo e sustentável. A prática e a ideologia econômicas foram influenciadas cada vez mais pelo chamado socialismo real, o que afetou negativamente a direção econômica, a eficiência dos atores, o papel da atividade econômica nas transformações socialistas dos indivíduos, das instituições e da sociedade em seu conjunto, e o projeto socialista nacional*” (MARTÍNEZ HEREDIA, [1993] 2018, p. 803. tradução nossa).

¹²⁵ O anteprojeto da Constituição de 1976 foi debatido “[...] *por 6 216 000 ciudadanas y ciudadanos en asambleas libres y abiertas. De esa cifra, 5 500 000 aprobaron el ante proyecto tal y como estaba, 600 000 hicieron algunas propuestas de modificación, 68 votaron en contra y 983 se abstuvieron*” (CANTÓN NAVARRO e DUARTE HURTADO, 2006, p. 263).

¹²⁶ “*La dogmática constitucional asumida desde el punto de vista formal del texto y la organización del cuerpo social son casi idénticas al constitucionalismo de los países de Europa del Este*” (FERNÁNDEZ PÉREZ, 2009, p. 13).

Dentre essas medidas econômicas aprovadas no congresso¹²⁷ estava a implantação do ‘*Sistema de Dirección y Planificación de la Economía*’ (SDPE), que era uma versão adaptada à Cuba do sistema de cálculo econômico utilizado nos países do Leste Europeu.¹²⁸ Se reproduziu em Cuba o que indicavam os manuais de economia política da URSS tão criticados por Che em seus ‘*apuntes críticos*’. Apesar disso, tais escolhas permitiram a Cuba manter uma taxa de crescimento média anual de 1959 a 1989 de 4,3% e certas mudanças na base econômica, com aumento na produção de alguns insumos básicos¹²⁹. Dos anos 1980 em diante, Cuba passou a obter os primeiros resultados com as inovações em biotecnologia e medicina, uma indústria que se consolidou ao longo do tempo e é forte na atualidade.

Todavia, mesmo com algumas mudanças estruturais não ocorreu uma ruptura suficiente para caracterizar uma superação do subdesenvolvimento em termos econômicos, a despeito dos elevados resultados positivos nos indicadores sociais. O desenvolvimento das forças produtivas, a modernização da economia e o aumento da produtividade do trabalho seguiu com características subdesenvolvidas de uma economia agrário-exportadora dependente das relações com o COMECON.

Para se ter uma ideia de tal dependência, em 1987, conforme dados do *Anuario Estadístico de Cuba* de 1988 citados por Bell Lara *et al.* (2017), o comércio internacional especificamente com os países membros do COMECON representava 86,4%. As principais exportações para o bloco eram: açúcar (63%), níquel (73%),

¹²⁷ También foi aprovada as ‘*Directivas para el Desarrollo Económico y Social 1976-1980*’.

¹²⁸ Características do SDPE: “*Se basa en la propiedad social sobre los medios de producción y el desarrollo planificado de la economía sustentado en un plan único y la correspondiente planificación centralizada; Fundamentado en las leyes económicas que rigen la construcción del socialismo, toma en consideración la existencia de la ley del valor y las relaciones mercantiles, las que existen con un nuevo contenido determinado por la esencia del sistema de relaciones de producción socialistas; La planificación es el eslabón principal que abarca todos los procesos socioeconómicos universales de desarrollo de las relaciones socialistas de producción, logrando el incremento de la efectividad económica; El sistema utiliza las relaciones mercantiles en su diversidad de formas; Sistema de precios en sus subsistencias de precios mayoristas, de acopio y minoristas; El presupuesto estatal se concibe como el plan financiero principal; Sistema salarial como forma fundamental de realización de la distribución con arreglo al trabajo; Las relaciones bancario-crediticias y la circulación monetaria; La empresa socialista es el eslabón primario y por tanto la base del complejo del sistema de relaciones de la economía nacional; En la empresa socialista se concretan el complejo de relaciones de la economía socialista que caracterizan la esencia del sistema de Dirección y Planificación de la Economía: el cálculo económico*” (FERNÁNDEZ NUEZ, 1980, p. 202).

¹²⁹ A produção de aço aumentou quatorze vezes, a de cimento seis vezes, a de níquel quatro vezes, a de fertilizantes dez vezes e a produção têxtil sete vezes. De 1959 até 1983 foram criadas 1.100 indústrias (BELL LARA; CARAM LEÓN *et al.*, 2017).

cítricos (95%), peças e componentes eletrônicos (100%), enquanto as importações: alimentos (63%), matérias-primas (86%), combustíveis (98%), máquinas e equipamentos (80%), bens manufaturados (74%).

Observa-se uma flagrante especialização na exportação de produtos de baixo valor agregado e uma dependência de importação de alimentos, combustíveis, matérias-primas e bens manufaturados. Soma-se a isto o fato de que as indústrias cubanas eram intensivas em uso de energia (algo escasso na ilha) e apresentavam uma considerável defasagem tecnológica em relação aos países capitalistas, por conta da importação do padrão produtivo da URSS, da República Democrática Alemã (RDA), da Tchecoslováquia, etc.

Aliás, sobre esta defasagem tecnológica, Che Guevara já a havia observado desde os anos 1960 e alertara que Cuba deveria buscar a industrialização com as tecnologias mais avançadas do mundo capitalista para superar o subdesenvolvimento, mas como pontuamos, isso não foi possível por conta de escolhas de estratégia de desenvolvimento determinadas pela conjuntura geopolítica. A reprodução de padrões econômicos semelhantes aos da URSS e a consequente adoção de uma visão de economia política do socialismo manualizada [...] *hizo pensar que Cuba había rebasado la etapa de la transición del capitalismo al socialismo, aunque seguíamos siendo subdesarrollados, a pesar de las señales evidentes de desarrollo económico y del social al nivel en muchos casos de los países industriales* (FIGUEROA ALBELO, 2003, p. 8).¹³⁰

Por conta dessas defasagens e ineficiências, a partir de 1986, Fidel Castro mobilizou a sociedade cubana para um processo de '*Rectificación de errores y tendencias negativas*'¹³¹. Foi um chamado para recuperar um projeto socialista autóctone da

¹³⁰ “[...] fez pensar que Cuba havia superado a etapa da transição do capitalismo para o socialismo, ainda que seguísemos sendo subdesenvolvidos, apesar dos sinais evidentes de desenvolvimento econômico e social ao nível em muitos casos dos países industriais” (FIGUEROA ALBELO, 2003, p. 8, tradução nossa).

¹³¹ Martínez Heredia lista os principais pontos que deveria ser retificados: “[...] *la apelación desmedida al interés material individual, la multiplicación de la burocracia (aumentó 2,5 veces entre 1973 y 1984) y sobre todo del burocratismo como sistema y del espíritu burocrático, el predominio de puntos de vista tecnocráticos en la dirección de la economía, y a la vez la dilapidación de recursos, las ficciones y alteraciones en la información, los pagos indebidos por concepto de trabajo, las plantillas excesivas, la corrupción en diversas formas, la mercantilización privada de numerosos*

Revolução Cubana, porém este processo foi obstaculizado e não se concluiu por conta da queda da URSS. Ao longo dos anos 1980, a situação econômica já estava se deteriorando nos países do bloco socialista e nos demais países do então chamada ‘terceiro mundo’. A partir de 1986¹³², Mikhail Gorbachev implementou a *Perestroika* (reestruturação da economia) e *Glasnost* (democratização da vida política), mas não conseguiu obter êxito. A URSS viria a desmantelar-se definitivamente em 1991. A RDA já havia se incorporado a República Federal da Alemanha em 1989 e assim desfez-se o Pacto de Varsóvia. Caiu também o COMECON e Cuba perdeu as principais parcerias comerciais que construía a partir de 1972.¹³³

3.2.3 O Período Especial e o ‘*perfeccionamiento*’ do modelo econômico e social cubano

Com a derrocada da URSS, no início dos anos 1990, Cuba enfrentou enormes dificuldades e implantou, sob liderança de Fidel, o ‘*Período Especial en Tiempos de Paz*’¹³⁴. Como afirmou o próprio líder cubano,

Quando se produjo la desintegración de la Unión Soviética, que fue para nosotros como si dejara de salir el sol, la Revolución Cubana recibe un golpe demolidor. No solo se tradujo en un cese total de los suministros de combustible, materiales y alimentos; perdimos los mercados y precios alcanzados para nuestros productos en el duro bregar de la lucha por la soberanía, la integración y los principios. El império y los traidores, llenos de odio, afilaban los puñales con los que pensaban pasar a cuchillo a los revolucionários y recuperar las riquezas del país (CASTRO RUZ, [1998] 2013, p. 475, grifos nossos).¹³⁵

productos y servicios, la utilización de cargos y funciones para obtener privilegios y ventajas materiales, la burla del ordenamiento legal y económico por parte de empresas y organismos, el descontrol” (MARTÍNEZ HEREDIA, [1988] 2018, p. 770-771).

¹³² Recessão 1986-1987 da economia soviética.

¹³³ Para mais informações ver Modrow (2015), Parra (2013), Rodríguez García (2016).

¹³⁴ Dentro dos marcos da estratégia nacional de defesa de Cuba, define-se um ‘*Período Especial en Tiempo de Guerra*’ ao conjunto de ações defensivas, econômicas e políticas contra uma agressão armada ou um bloqueio naval total da ilha pelas nações imperialistas, que impede a entrada de combustíveis, alimentos, remédios, matérias-primas, etc. Tais ações visam defender a pátria com recursos próprios e criar as condições para enfrentar e vencer o inimigo. As ações de enfrentamento e superação da crise dos anos 1990 foram denominadas ‘*Período especial en Tiempo de Paz*’, uma vez que Cuba enfrentou sérios problemas de abastecimento interno e de desestruturação de sua economia sem que tivesse ocorrido uma declaração de guerra de país estrangeiro.

¹³⁵ “Quando ocorreu a desintegração da União Soviética, que foi para nós com de deixasse de sair o sol, a Revolução Cubana recebe um golpe demolidor. Não só se traduziu numa paralização total do

Frente a crise econômica, as incertezas e o recrudescimento dos ataques do imperialismo, Cuba buscou enfrentar esse *'golpe demolidor'* salvando seu povo, salvando a Revolução e fazendo o sol brilhar novamente. Como sempre, nos momentos decisivos da história da Revolução, a liderança política chamou os trabalhadores para decidir e pensar juntos. Em 1991, o IV Congresso do PCC convocou todos os cubanos para uma discussão e uma reanálise do futuro da Revolução diante das novas circunstâncias. Este congresso vai nutrir muitas mudanças cuja reforma constitucional de 1992 é a principal. Serão implementados importantes modificações nos mecanismos de funcionamento do poder popular e da economia cubana.

A *'rectificación'* do final dos anos 1980 deu lugar a um grande esforço para manter a economia funcionando, garantir que as indústrias e a agricultura seguissem produzindo e garantir à população os bens materiais e serviços sociais fundamentais. Tratava-se de fazer uma série de transformações para salvaguardar as conquistas da Revolução e ao mesmo tempo garantir o *'perfeccionamiento'*¹³⁶ das instituições e da economia. Contudo, foi um tempo de muitas privações, foram necessários racionamentos de muitos bens de consumo¹³⁷; por conta das dificuldades houve muitas imigrações, com destaque para o episódio crise do balseiros em 1994 se arriscando pelo mar rumo aos EUA. Aliás, este país seguia *'afilando los puñales'* contra Cuba, apertando o embargo econômico com a Lei

abastecimento de combustíveis, materiais e alimentos; perdemos os mercados e preços alcançados por nossos produtos na dura luta pela soberania, a integração e os princípios. O império e os traidores, cheios de ódio, afiavam os punhais com os quais pensavam esfaquear os revolucionários e recuperar as riquezas do país" (CASTRO RUZ, [1998] 2013, p. 475, tradução nossa).

¹³⁶ O processo de *'Perfeccionamiento Empresarial'*, que já começara nos final dos anos 1980 nas empresas ligadas as FAR-CUBA, ganhou novo impulso durante o *'Período Especial'*, particularmente de 1997 em diante. Passou-se a implementar uma gestão empresarial com mais autonomia e menos participação estatal em setores ligados ao turismo e ao comércio exterior (STOCCO, 2017).

¹³⁷ "[...] Foram anos da água com açúcar; da banana cultivada no quintal; do sabão feito em casa; do fim das latas de comida estocadas quando 'os russos' chegavam à bodega; da ausência de carros circulando na cidade por falta de combustíveis; do *'camello'* como invenção para economizar o precioso ouro negro; das bicicletas como principal veículo de transporte, sob um sol forte; dos chamados (apesar de tudo, com humor) *'alumbrones'* que não 'apagões'; das filas esperando a *'gua-gua'* que nunca chegava, ou dos alimentos que já 'não apareciam'" (XALMA *apud* STOCCO, 2017, p. 62, tradução da autora)

Torricelli¹³⁸ de 1992 e com a Lei Helms-Burton¹³⁹ de 1996, e fazendo vistas grossas aos atentados terroristas e ações que os dissidentes opositoristas seguiam organizando desde Miami (MORAIS, 2011).

Em 1992, Cuba exportou seus produtos, pela primeira vez depois de 31 anos, a preços de mercado, já que até então os preços diferenciados, dos acordos com os países do COMECON, lhe garantiam uma maior geração de divisas. Em 1989, as importações cubanas foram da ordem de US\$ 8.139 milhões, reduzindo-se para US\$ 2.236 milhões em 1992 e US\$1.700 milhões em 1993 (BELL LARA; CARAM LEÓN *et al.*, 2017). O impacto econômico foi tão severo que, conforme o Gráfico 1, de 1990 até 1993 houve uma recessão profunda, que chegou ao seu ápice com um PIB negativo de 15,4% em 1993. A recuperação econômica nos anos seguintes, já sob os efeitos das mudanças econômicas, foi lenta. Pode-se dizer que se obteve sucesso, pois as medidas foram desenhadas para deter a diminuição da economia nacional, que já alcançara mais de um terço (34,8%) de 1989 até 1993, com redução dos investimentos de 61,8% e da produtividade do trabalho de 33,7% (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2019). Em 1995 e 1996 a economia Cubana cresceu 1,9% e 7,3% respectivamente (Gráfico 1).

Após o ano 2000, a economia cubana foi particularmente beneficiada por parcerias econômicas, principalmente com a Venezuela, que passou a garantir o petróleo de que Cuba é tão dependente, mas também com a China e o Brasil. Cuba enviou milhares de médicos para atuar na chamada '*Misión Barrio Adentro*'¹⁴⁰ do governo bolivariano de Hugo Chávez e em contrapartida a Venezuela garantiu a venda de petróleo a preços vantajosos, atendendo assim a demanda energética para o funcionamento da economia cubana. Isso fez com que a situação econômica nos

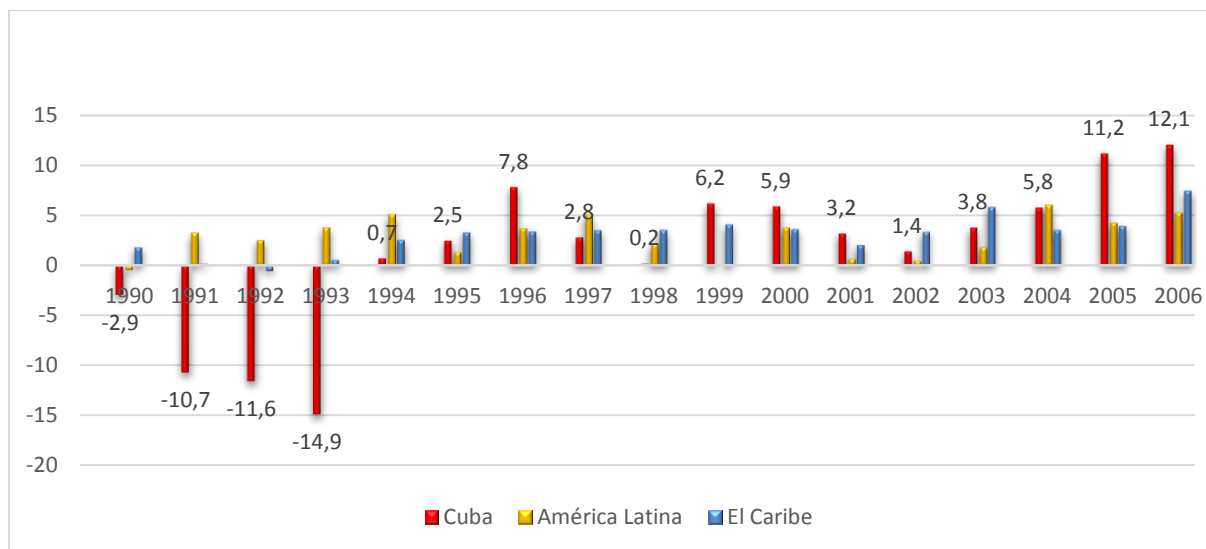
¹³⁸ Para conquistar o eleitorado do estado da Flórida, em fins de 1992, o governo estadunidense de George H. Bush (1989-1993), promulgou a Lei Torricelli que endureceu todas as leis vinculadas ao bloqueio contra Cuba aplicadas desde 1962. O objetivo era aproveitar o fim do COMECON e isolar completamente a economia da ilha para asfixiá-la até o colapso.

¹³⁹ O governo estadunidense de Willian (Bill) Clinton (1993-2001), promulgou em 1996 a Lei Helms-Burton (Lei para a liberdade e a solidariedade democrática cubana), que internacionaliza o bloqueio econômico, negando ajuda financeira e créditos a países, organizações e empresas que realizem algum tipo de cooperação com Cuba, dificultando portanto as relações comerciais e financeiras e o investimento estrangeiro em Cuba.

¹⁴⁰ É um programa social implementado pelo Governo de Hugo Chávez na Venezuela, que visa o atendimento de saúde as populações mais pobres e vulneráveis com a utilização de médicos cubanos e venezuelanos.

anos 2000 em diante fosse um pouco menos aguda do que na década de 1990. Ainda assim, somente em 2006, com o crescimento de 12,1%, a economia cubana voltou ao patamar de 1989 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB (%) – Cuba, Caribe e América Latina – 1990-2006

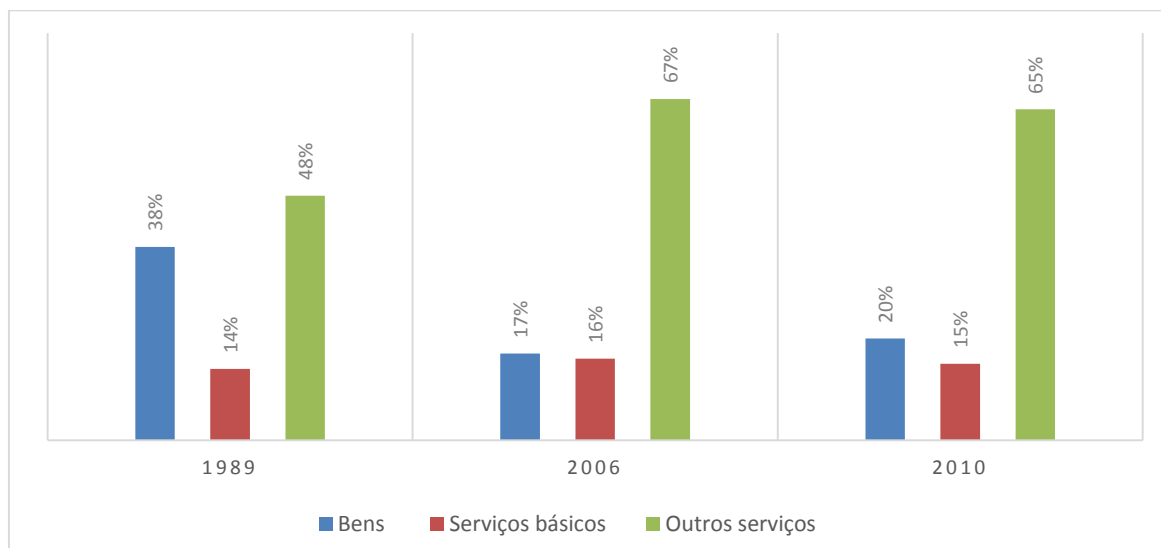


FONTE: ONEI e CEPALSTAT. Elaboração nossa.

A economia cubana também mudou seu perfil de atividades, com redução da participação do percentual da produção de bens (agricultura, pecuária, pesca, florestas, mineração e manufatura) e crescimento da participação dos serviços (Comércio, hotelaria, gastronomia, finanças, administração e serviços sociais) no PIB (Gráfico 2). A participação da produção de bens passou de 38% em 1989, para 17% em 2006 e 20% em 2010, enquanto o setor de serviços que participava na geração de 48% do PIB em 1989, passou para 67% e 65% em 2006 e 2010, respectivamente. Isso demonstra que a estrutura econômica cubana após o fim da URSS e do COMECON e das mudanças estruturais dos anos 1990, tem grande dependência do setor de serviços, com destaque para o setor turístico e as receitas oriundas dos acordos de envios de médicos para trabalhar em missões sociais no exterior.¹⁴¹

¹⁴¹ De acordo com dados do *Ministerio de Salud Pública de Cuba (MINSAP)*, “[...] la cooperación cubana en el terreno de la salud entre 1963 y 2018 abarcó a 407.419 colaboradores que brindaron 1.775.000 consultas y salvaron 6.428.000 vidas en 124 países del mundo. Adicionalmente, en Cuba se formaron más de 29.000 médicos de 105 países. Solamente al cierre de 2018 había 36.000

Gráfico 2 – Distribuição percentual do PIB por bens^a, serviços básicos^b e outros serviços^c – Cuba – Anos Seleccionados - 1989-2006-2010



Fonte: (MESA-LAGO, 2012). Elaboração nossa.

^a – Agricultura, pecuária, pesca, florestas, mineração e manufatura (em 1989 incluiu eletricidade, gás e água. ^b – Eletricidade, gás, água, construção, transporte e comunicações. ^c – Comércio, hotelaria, gastronomia, finanças, administração e serviços sociais.

Mas quais foram as mudanças estruturais realizadas durante o *Período Especial*? Inicialmente foram tomadas uma série de medidas de emergência¹⁴² para garantir a sobrevivência da população. Concomitantemente a estas medidas, as chamadas mudanças estruturais tornaram-se imprescindíveis, mas sem abandonar as conquistas da revolução e, mais que isso, mantendo a intenção de seguir aprofundado a construção socialista. Um resumo de tais medidas está sistematizado no Quadro 2.

colaboradores cubanos brindado servicios de salud en 66 países" (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2019, p. 74).

¹⁴² Medidas emergenciais durante o '*Período Especial*': Redução da jornada de trabalho; Fechamento de centros de produção e serviços não prioritários; Recolocação dos trabalhadores em tarefas prioritárias; Conservação dos postos de trabalho originários de todo o pessoal realocado; Seguro laboral de 70% do salário aos trabalhadores não realocados; Racionamento de todos os produtos alimentícios e bem de consumo; Controle dos preços de todos os produtos alimentícios e dos bens de consumo; Distribuição controlada da energia elétrica por territórios, dias e horas; Racionamento de combustíveis para o transporte; Garantia de funcionamento de todos os serviços sociais: sistema de saúde, educação, assistência e seguridade (BELL LARA; CARAM LEÓN *et al.*, 2017).

Quadro 2 – Resumo das principais medidas do *Período Especial* em Cuba – 1992-1997

Desmonopolização	1992	Reforma constitucional: fim do monopólio estatal e institucional sobre o comércio exterior
Desregulação	1992	Reforma constitucional: reconhecimento da propriedade mista e outras formas
	1993	Decreto-lei nº 140 – Despenalização do porte de divisas e criação de rede comercial nestas moedas (<i>Tiendas de Recuperación de Divisas</i>)
		Decreto-lei nº 141 – Decreto-lei sobre o exercício do trabalho por conta própria
	1994	Decreto-lei nº 191 – Decreto-lei sobre criação de mercados agropecuários
		Decreto-lei nº 192 – Decreto-lei sobre a criação de mercados de produtos industriais e artesanais
	1995	Decreto-lei nº 159 – Decreto-lei sobre inversão estrangeira
		Lei nº 77 - Criação e abertura das <i>Casas de Cambio S.A.</i> (CADECA)
	1996	Decreto-lei nº 165 – sobre zonas francas e parques industriais
Modificação da lei tarifaria		
1997	Reordenamento e animação dos mercados internos de consumo	
Descentralização	1993	Decreto-lei nº 142 Criação das <i>Unidades Básicas de Producción Cooperativas</i> (UBPC) na agricultura
		Difusão do sistema de autofinanciamento empresarial em divisas nas empresas de propriedade estatal
		Criação de novas formas empresariais
	1994	Decreto-lei nº 147 – Reorganização dos órgão da administração central
	1995	Mudanças no processo de planejamento empresarial e territorial
1997	Decreto Lei sobre a organização do sistema bancário	
Outras medidas	1994	Aumento de preços de produtos não essenciais
		Eliminação de gratuidades não relevantes em relação a política social vigente no país
		Decreto-Lei nº 73 – Sistema tributário
		Introdução do Peso Conversível (CUC)
	1997	Reforma das Forças Armadas e Redução do orçamento militar
1997	Decreto-lei nº 171 – Decreto lei sobre o arrendamento de casas	

Fonte: Xalma *apud* STOCCO (2017); Bell Lara *et al.* (2017). Tradução e adaptação nossas.

As medidas tinham como orientação geral a desmonopolização, desregulação e descentralização permitindo a expansão de relações mercantis. Alterou-se o conceito de propriedade permitindo-se a propriedade mista entre Estado e capital privado estrangeiro, permitiu-se o investimento estrangeiro direto e a criação de zonas francas e industriais, despenalizou-se a posse e uso de divisas estrangeiras, autorizou-se mercados privados agropecuários, industriais e de artesanato, liberou-se o trabalho por conta própria, redesenhou-se o sistema tributário, desestatizou-se grandes porções de terra que passaram a ser geridas pelas *Unidades Básicas de*

*Producción Cooperativas (UBPC)*¹⁴³ (CARCANHOLO; NAKATANI, 2006). Também foram eliminadas algumas gratuidades no que tange a política social, houve elevação de preços de bens não essenciais, a autorização para arrendar casas e uma ampla reforma das Forças Armadas¹⁴⁴ com redução do orçamento militar.

Frente à escassez de divisas para importar bens essenciais e a hiperinflação provocada pela monetização do déficit em pesos cubanos e pela restrição de oferta de bens, a economia cubana já passava durante os primeiros anos do '*Período especial*' por uma dolarização informal (STOCCO, 2017). A despenalização do porte de divisas e criação da rede comercial nestas moedas (*Tiendas de Recuperación de Divisas*) tinha o intuito de que as famílias cubanas pudessem trocar as remessas em divisas por uma nova moeda criada em 1994, o Peso Conversível (CUC), criada em 1994. Assim, foi adotado um sistema com duas moedas o Peso Cubano (CUP), com o qual grande parte dos cubanos recebe seus salários e compra bens e serviços e a moeda que guarda paridade com o Dólar, o CUC.

Para qualificar o conjunto destas mudanças no processo de transição socialista cubano, duas questões devem ser apontadas, segundo Bell Lara *et al.* (2017). Primeiro que, diferentemente da quase totalidade dos países latino-americanos e caribenhos com problemas de dívida externa, as mudanças em Cuba não seguiram o receituário neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BM). Segundo, que o ajuste estrutural não representou um processo de concentração e centralização do capital transnacional como nos países latino-americanos e mesmo nos antigos países socialistas do leste europeu. Como também pontua Suárez Salazer (2003, p. 307, grifos nossos),

¹⁴³ Este ponto da cooperativização das terras durante o 'Período Especial' será abordado de forma mais pormenorizada na seção seguinte.

¹⁴⁴ De 1989 até 1991, Cuba repatriou seus soldados que estavam em missões na Etiópia, Angola e Nicarágua. Durante o ano de 1992, o país avançou neste processo e repatriou praticamente todo seu efetivo militar que estava no exterior (DA SILVA, 2013). Em 1994, a reforma das forças armadas redefiniu seu papel internamente, que passou a direcionar seus contingentes altamente preparados para a atuação empresarial. As forças armadas controlam o *Grupo de Administración Empresarial S.A.* (GAESA), um conglomerado de empresas com a seguinte estrutura: *Grupo de Turismo Gaviota* (hotéis, agências de viagem, alugueis de carro); *Tecnotex y Tecnoimport* (importações e exportações); *TRD Caribe* (supermercados varejistas de venda em divisas); *Unión de Construcciones Militares*; *Inmobiliaria Almest*; *Zona de Desarrollo Integral Mariel*; *Almacenes Universales* (serviços portuários, aduaneiros e de transporte).

[...] los cambios que se han producido en la política económica cubana preservan la propiedad social sobre los principales medios de producción y la capacidad reguladora y empresarial del Estado. *Independientemente de las dificultades que actualmente tienen las autoridades económicas cubanas, no renuncian a recuperar ciertos contenidos y formas de la llamada Planificación Socialista. Asimismo, han mantenido al máximo posible el patrimonio sobre las principales riquezas del país. Como norma, las desestatizaciones que se han realizado han sido a favor de empresas mixtas entre capitales estatales y capitales extranjeros o en lo que corresponde a las tierras estatales, a favor de las UBPC [Unidades Básicas de Producción Cooperativa] o de unos pocos campesinos individuales. Del mismo modo, las líneas centrales de la política económica fueron discutidas con amplios sectores de la ciudadanía y, en particular, con los sindicatos.*¹⁴⁵

A política econômica do *Período Especial*, a despeito das críticas que a caracterizam como concessões à lógica capitalista, foi inevitável e foi sustentada pelos princípios de solidariedade e equidade social inerentes ao projeto de transição socialista cubano. Como discutimos na seção anterior, somente a visão manualizada dava como concluída a transição socialista e a superação do subdesenvolvimento. A crise do bloco socialista abriu a possibilidade para Cuba retomar um caminho de construção do socialismo autóctone. Como pontua Figuero Albelo (2003, p. 165), a transição socialista extraordinária entra em uma nova etapa a partir de 1990, que o autor denomina: '*Hacia un Modelo heterogéneo (mixto) de transición extraordinaria*'. "*Se trata de un proceso de adaptación y transformación creciente de la estructura interna más acorde al nivel de desarrollo de las fuerzas productivas y a la necesaria reinserción del país a la economía mundial globalizada*".¹⁴⁶

Todavía, mesmo com essas mudanças buscando mais eficiência, mantiveram-se uma série de problemas na economia cubana como o baixo desenvolvimento das

¹⁴⁵ “[...] as mudanças que se produziram na política econômica cubana preservam a propriedade social sobre os principais meios de produção e a capacidade reguladora e empresarial do Estado. Independentemente das dificuldades que atualmente tem as autoridades econômicas cubanas, não renunciam a recuperar certos conteúdos e formas da chamada Planificação Socialista. Assim mesmo, manteve-se ao máximo possível o patrimônio sobre as principais riquezas do país. Como norma, as desestatizações que se realizaram foram em favor de empresas mistas entre capitais estatais e capitais estrangeiros ou no que corresponde as terras estatais, a favor das UBPC (Unidades Básicas de Produção Cooperativa] ou de uns poucos camponeses individuais. Do mesmo modo, as linhas centrais da política econômica foram discutidas com amplos setores da cidadania e, em particular com os sindicatos” (SUÁREZ SALAZAR, 2003, p. 307, tradução nossa).

¹⁴⁶ “Se trata de um processo de adaptação e transformação crescente da estrutura interna mas de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e com a necessidade de reinserção do país na economia mundial globalizada” (FIGUEROA ALBELO, 2003, p. 165, tradução nossa).

forças produtivas e a baixa produtividades do trabalho. Por isso, após o 'Período especial', Cuba, já sob a liderança de Raul Castro iniciará em 2007 uma nova etapa de transformações, com a atualização do seu modelo econômico e social, mas este será tema do próximo capítulo. Resta-nos ainda fazer um breve resgate neste capítulo sobre a história do cooperativismo ao longo do processo de transição socialista cubana.

3.3 UMA APROXIMAÇÃO À HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO EM CUBA

Como já apontamos na introdução deste capítulo, o cooperativismo em Cuba até 2013 ficou restrito ao setor agrícola. Isso tem a ver com as opções de organização da economia adotadas pela liderança da Revolução Cubana e com certo padrão adotado nos países socialistas do Leste Europeu. No entanto, são 60 anos de contribuição das cooperativas no setor agrícola e, para alguns autores, como Piñeiro Harnecker (2012), essa cultura cooperativa no campo e na sociedade cubana pode ser encarada como uma potencialidade para o processo recente de implementação de CNA. Já há outros autores que consideram que mesmo com toda a histórica presença do cooperativismo no setor agrícola, tal cultura cooperativista não se arraigou na sociedade cubana como poderia, por conta de um insuficiente processo de educação cooperativa (DONÉSTEVEZ SÁNCHEZ, 2018). Para trazer à luz essa trajetória, faremos nessa seção uma breve reconstrução da história do cooperativismo em Cuba.

Antes da vitória da Revolução, em 1959, existem poucas referências sobre o cooperativismo em Cuba. Uma delas aparece no *Programa de Joven Cuba*, um documento da organização política de esquerda e anti-imperialista *Joven Cuba*, fundada em 1934 e liderada por Antonio Guiteras Holmes (1906-1935). Dentro dos marcos das reformas econômicas e fiscais e da reforma agrária que propunham, estava a criação e fomento de cooperativas agrícolas, cooperativas de produção, cooperativas comerciais, cooperativas de crédito e capital. Todavia o movimento não logrou seu objetivo de derrotar insurrecionalmente o governo cubano como propunha (FERNÁNDEZ PEISO, 2012, p. 36).

Uma outra menção as cooperativas aparece na Constituição de 1940, uma constituição de caráter democrático burguesa que na sua seção sobre o trabalho e a propriedade, mais especificamente no Art. 75, indicava que

La formación de empresas cooperativas, ya sean comerciales, agrícolas, industriales, de consumo o de cualquier otra índole, serán auspiciadas por la Ley; pero ésta regulará la definición, constitución y funcionamiento de tales empresas de modo que no sirvan para eludir o adulterar las disposiciones que para el régimen del trabajo establece esta Constitución (CUBA, 1940, [s. p.]).¹⁴⁷

Apesar da constituição de 1940 indicar que o Estado cubano se empenharia na formação dessas organizações, elas eram praticamente inexpressivas até 1959. De um lado, existiram em poucos setores marginalizados que congregavam trabalhadores que se uniam para trabalhar e sobreviver, formando apenas pequenas cooperativas de transporte, de consumo, de moradia e associações privadas de camponeses que tinham uma média de existência formal muito pequena. De outro lado, foram usadas por alguns grupos influentes que buscavam lucros com as concessões governamentais (FERNÁNDEZ PEISO, 2012). Essas poucas cooperativas que existiram eram registradas como associações pois a lei complementar à constituição que deveria tratar especificamente das cooperativas nunca foi elaborada (NOVA GONZÁLEZ, 2011).

Em 1953, Fidel Castro em seu discurso de defesa ‘*La Historia me absolverá*’ anuncia antecipadamente o que viria a se efetivar após a vitória da Revolução – a Reforma Agrária como tarefa indeclinável e cita as cooperativas como uma solução para os camponeses empossados:

*Un gobierno revolucionario, después de asentar sobre sus parcelas con carácter de dueños a los cien mil agricultores pequeños que hoy pagan rentas, procedería a concluir definitivamente el problema de la tierra, primero: estableciendo como ordena la Constitución [de 1940] un máximo de extensión para cada tipo de empresa agrícola y adquiriendo el exceso por vía de expropiación, reivindicando las tierras usurpadas al Estado [...]; segundo: **repartiendo el resto disponible entre familias campesinas con preferencia a las más numerosas, fomentando cooperativas de***

¹⁴⁷ “A formação de empresas cooperativas, sejam comerciais, agrícolas, industriais, de consumo ou de qualquer outra índole, serão patrocinadas pela Lei; mas esta regulará a definição, a constituição e o funcionamento de tais empresas de modo que não sirvam para escapar ou adulterar as disposições que para o regime de trabalho estabelece a Constituição” (CUBA, 1940, [s. p.], tradução nossa).

agricultores para la utilización común de equipos de mucho costo, frigoríficos y una misma dirección profesional técnica en el cultivo y la crianza y facilitando, por último, recursos, equipos, protección y conocimientos útiles al campesinado (CASTRO RUZ, 1953, p. 33, grifos nossos).¹⁴⁸

Dessas notas, podemos verificar que não havia uma cultura cooperativa arraigada em Cuba antes da vitória da Revolução. Com a subjugação cubana na forma neocolonial ao imperialismo estadunidense, a maior parte das terras agricultáveis era propriedade de empresas estrangeiras ou de poucos proprietários nacionais que se dedicavam ao monocultivo da cana-de-açúcar, enquanto milhares de famílias camponesas não tinham nenhuma porção de terra para cultivar (CASTRO RUZ, 1953). À época da vitória do M-26-J, 9,4% dos proprietários possuíam 73,3% das terras cubanas, enquanto 84,3% dos camponeses trabalhavam em porções de terra inferiores a 27 hectares (JIMÉNEZ GUETHÓN; ALMAGUER GUERRERO, 2003).

Na década de 1950, Cuba possuía 600.000 trabalhadores agrícolas, cerca de 100.000 trabalhadores do setor açucareiro, 200.000 famílias camponesas (destas 140.000 em situação extremamente pobre); 64% dos agricultores não era proprietário de terras e pagavam uma taxa de arrendamento aos proprietários (em certos casos esse pagamento alcançava quase 65% das receitas anuais de um pequeno agricultor). A alimentação destes camponeses era basicamente arroz e feijão (apenas 11,2% bebia leite, apenas 4% comia carne, 2,1% ovos, 1% peixe e 3,4% pão). Apenas 8% recebiam atenção médica gratuita por parte do Estado, 43% eram analfabetos (sendo que 44% nunca haviam pisado em uma escola), 74,2% das habitações possuíam condições precárias e somente 10% possuía eletricidade (RODRÍGUEZ; CARRIAZO MORENO, 1990).

¹⁴⁸ “Um governo revolucionário, depois de assentar sobre seus lotes com caráter de donos os 100 mil pequenos agricultores que pagam rendas, concluiria definitivamente o problema da terra, primeiro: estabelecendo como ordena a constituição [de 1940] um máximo de extensão para cada tipo de empresa agrícola e adquirindo o excesso pela via da desapropriação, reivindicando as terras usurpadas pelo Estado [...]; segundo, repartindo o resto disponível entre as famílias camponesas dando preferências as mais numerosas, fomentando cooperativas de agricultores para a utilização em comum de equipamentos de elevado custo, frigoríficos e uma mesma direção profissional técnica para cultivos e criações e facilitando, por último, recursos, equipamentos, proteção e conhecimentos úteis ao campesinato” (CASTRO RUZ, 1953, p. 33, tradução nossa).

Diante dessas circunstâncias de extrema vulnerabilidade o movimento cooperativo não floresceu, vindo a desenvolver-se de fato apenas após a Revolução e a desconcentração fundiária promovida pela promulgação da Primeira e da Segunda Leis de Reforma Agrária (NOVA GONZÁLEZ, 2011; FERNÁNDEZ PEISO, 2012). Seguindo as propostas anunciadas por Fidel em 1953 e recebendo influência do modelo soviético nos anos 1960, o Estado cubano promoveu tal reforma e a criação de cooperativas, pois as consideravam uma forma mais socializada de organizar os camponeses proprietários de pequenos lotes de terra (PIÑEIRO HARNECKER, 2012). Como aponta Jiménez Guethón (2008, p. 2), a Revolução Cubana “[...] *reconoció desde los primeros años después de su triunfo al cooperativismo agrícola como una forma de cooperación que permite ventajas para la modernización de los cultivos y como una vía de explotar la tierra de forma colectiva*”¹⁴⁹.

Da vitória da revolução até o ano de 2012 desenvolveu-se na economia cubana cinco modalidades de cooperativas como está sintetizado no Quadro 1, todas associadas ao setor agrícola. Duas delas, as *Asociaciones Campesinas* (Associações Camponesas - AC) e as *Cooperativas Cañeras* (Cooperativas Canavieiras -CC) tiveram curta existência e desaparecerem logo nos primeiros anos da Revolução. Os outros três tipos – as *Cooperativas de Crédito y Servicios* (CCS), as *Cooperativas de Producción Agropecuaria* (CPA) e as *Unidades Básicas de Producción Cooperativa* (UBPC) –, seguem existindo até a atualidade.

Quadro 3 – Tipos de cooperativas agrícolas da Revolução Cubana – 1959-2019

Tipo de cooperativa	Duração	Origem Econômica	Meios de Produção	Relação com o Estado	Superfície agrícola hoje
Cooperativas Canavieiras (CC)	1959 a 1962	Entrega de parcelas de latifúndios aos trabalhadores assalariados	Propriedade Coletiva híbrida (estatal e privada)	Autonomia jurídica relativa e controle efetivo da administração estatal	-

¹⁴⁹ “[...] reconheceu desde os primeiros anos após o seu triunfo o cooperativismo agrícola como uma forma de cooperação que permite vantagens para a modernização dos cultivos e como via de explorar a terra de forma coletiva” (JIMÉNEZ GUETHÓN, 2008, p. 2).

Continuação Quadro 3

Tipo de cooperativa	Duração	Origem Econômica	Meios de Produção	Relação com o Estado	Superfície agrícola hoje
Associações Camponesas (AC)¹⁵⁰	1960 a 1970	Coletivização voluntária de propriedades camponesas	Propriedade privada coletiva	Supostamente autônomas, mas sufocadas pela safra de 1970	-
Cooperativas de crédito e serviço (CCS)	1960 até hoje	Associação de pequenos proprietários privados	Propriedades privadas individuais associadas	Obtêm crédito do Estado e vendem a maior parte da produção para o Estado (permitem uma margem de excedente privado)	30% a 35%
Cooperativas de produção agropecuária (CPA)	1976 até hoje	Coletivização de propriedades privadas individuais	Propriedade privada coletiva	Obtêm todo crédito do Estado e vendem a maior parte da produção para o Estado (permite uma margem de excedente privado)	10% a 15%
Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC)	1993 até hoje	Desmonte e fragmentação das Granjas Estatais	Terra estatal com usufruto coletivo privado	Subordinadas aos planos estatais, com mínima margem de excedente privado	40% a 45%

Fonte: (VASCONCELOS, 2017b, p. 114-115). Adaptação nossa.

O desenvolvimento deste cooperativismo agrícola após a Revolução pode, segundo Fernández Peiso (2012), ser dividido em três etapas. Na primeira etapa, imediatamente após a vitória do M-26-J, surgiram vários tipos de cooperativas¹⁵¹, todavia, destacam-se as *Asociaciones Campesinas (AC)*, as *Cooperativas Cañeras (CC)* e as *Cooperativas de Crédito y Servicios (CCS)*.¹⁵²

¹⁵⁰ Vasconcelos (2017b) utiliza a denominação Sociedades Agropecuárias (SA), porém, em nossas consultas à literatura verificamos que tratavam-se de *Asociaciones Campesinas* e preferimos, por isso, utilizar o termo traduzido Associações Camponesas (AC).

¹⁵¹ Cooperativas pesqueiras, cooperativas temporárias para a construção de habitações, cooperativa dos carvoeiros da Ciénaga de Zapata, cooperativas de professores e de outros agrupamentos profissionais (FERNÁNDEZ PEISO, 2012).

¹⁵² Também surgiram as *Brigadas de Ayuda Mutua*, em 1963, caracterizadas pela coletivização de parte do trabalho nas terras. Nesse caso os pequenos agricultores uniam-se para realizarem tarefas em suas terras privadas como a colheita, por exemplo. Também podiam se integrar ao trabalho nas terras estatais e depois serem auxiliados em suas terras pelos assalariados estatais, ou seja, não

As AC surgiram da associação voluntária de camponeses que receberam lotes de terra com a Reforma Agrária e transferiam a propriedade destes lotes para a cooperativa. Assim, essas cooperativas tinham a forma de propriedade privada coletiva e tiveram um papel educativo importante de aproximar os camponeses de uma forma de produção coletiva ao invés de individual. Chegaram a existir, nos primeiros anos da Revolução, 3.463 associações deste tipo. A AC foi o gérmen das futuras cooperativas cubanas que surgiriam nos anos 1970, as CPA. (FERNÁNDEZ PEISO, 2012).

Concomitantemente a esta experiência surgiram também as CC para dar fim à safra de cana-de-açúcar de 1960¹⁵³, sendo constituídas pelas terras dos latifúndios nacionalizados e por trabalhadores que não foram beneficiados com lotes de terra com a lei da Reforma Agrária. As CC eram usufrutuárias das terras e dos meios de produção estatais (unidades açucareiras, equipamentos, edificações), além disso, tinham uma série de facilidades de acesso ao crédito. Tinham autonomia jurídica relativa, uma vez que pertencia ao Estado todos os meios de produção, porém até certo ponto a gestão era exercida pelos próprios trabalhadores agrícolas. Daí surgiu o seu principal problema que conduziu a sua liquidação.¹⁵⁴ Por conta da inexperiência dos trabalhadores com o cooperativismo e a baixa qualificação dos gestores para administrar, as CC endividaram-se a taxas muito elevadas levando a sua extinção e conversão em *Granjas Estatales*. Este modelo, da empresa estatal de grande escala com elevada centralização administrativa, irá prevalecer até o começo dos anos 1990 e concentrou 82% do total das terras (JIMÉNEZ GUETHÓN; ALMAGUER GUERRERO, 2003; NOVA GONZÁLEZ, 2011).

havia coletivização das terras e meios de produção mas apenas do trabalho (VASCONCELOS, 2017a).

¹⁵³ Em 1961 existiam 621 CC's que se unificavam em 45 *Agrupaciones Cañeras* (uma espécie de cooperativa de segundo grau). Estas cooperativas ocupavam 873,6 milhões de hectares e contavam com um total de 169.054 trabalhadores cooperados (NOVA GONZÁLEZ, 2011).

¹⁵⁴ Em discurso no *III Congreso da Asociación Nacional de Agricultores Pequeños* (ANAP), Fidel Castro (*apud* FERNÁNDEZ PEISO, 2012, p. 40) reconheceu que poderiam estar induzindo as formação dessas cooperativas, uma espécie de cooperativização forçada: “[...] *aquellas cooperativas cañeras no tenían una base histórica, puesto que las cooperativas se forman con los campesinos propietarios de terras. A mi juicio íbamos a crear una cooperativa artificial, convirtiendo a los obreros agrícolas em cooperativistas*”.

Imediatamente após a Revolução também surgiram as cooperativas mais longevas: as CCS – a mais antiga modalidade de cooperativas que ainda se mantém ativa. Compreendem as associações de pequenos proprietários privados de terra que trabalham em suas terras separadamente, mas que se unem para obter créditos, comercializar ou contratar trabalhadores em conjunto. Seu surgimento, inicialmente na província de Pinar del Río, se deu para garantir a continuidade da obtenção de créditos (pois em 1960 várias instituições bancárias e de crédito agrícola deixaram de existir ou de operar no país)¹⁵⁵, para obter equipamentos que individualmente seria muito custoso e para usufruir de uma logística comum de comercialização (NOVA GONZÁLEZ, 2011).

Nesta primeira etapa, estes desenvolvimentos cooperativos das CC e AC “[...] quedaron truncos por las condiciones histórico-concretas – arrechamiento de la lucha de classes, contrarrevolución interna, agresiones imperialistas – de los años sessentas, que llevaron a la creación de la gran propiedad estatal [...]” (FERNÁNDEZ PEISO, 2012, p. 40).¹⁵⁶ Sem embargo, apesar de incipientes estas primeiras experiências de cooperativas foram sem dúvida um passo inaugural no processo de aprendizagem na longa travessia da transição socialista cubana.

É durante esta primeira etapa de desenvolvimento do cooperativismo em Cuba que Che Guevara construiu sua crítica às cooperativas nos seus *Apuntes Críticos a la Economía Política* dos Manuais da URSS.¹⁵⁷ Che observou que o sistema de direção econômica ‘híbrido’ que fora implementado nas repúblicas soviéticas, o socialismo com elementos de capitalismo, criava as condições para o retorno das relações características do capitalismo. Parte considerável das críticas se dirigia ao

¹⁵⁵ A título de exemplo, o *Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba* (BANFAIC) fechou e a *Compañía Norteamérica Cuban Land* deixou de operar no país. Ambas organizações operavam ofertando créditos aos agricultores (NOVA GONZÁLEZ, 2011). A ANAP também assumiu a tarefa de concessão de créditos.

¹⁵⁶ “[...] ficaram truncados pelas condições histórico-concretas – endurecimento da luta de classes, contrarrevolução interna, agressões imperialistas – dos anos 1960, que levaram à criação da grande propriedade estatal [...]” (FERNÁNDEZ PEISO, 2012, p. 40, tradução nossa).

¹⁵⁷ Enquanto o Manual afirmava que os *kolkhozy* não apresentavam formas de exploração e contradições antagônicas, Che Guevara considerava a própria estrutura do *kolkhoz* uma contradição em si, já que para ele a propriedade cooperativa não era uma forma socialista. “**No hay una negación convincente de que la cooperativa no engendre capitalismo. Aunque tiene tendencias colectivas, es una colectividad con contradicciones frente a la gran colectividad. Si no es un paso hacia formas más avanzadas desarrolla una superestructura capitalista y entra en contradicción con la sociedad**” (GUEVARA, 2006, p. 104, grifos nossos).

papel das cooperativas agrícolas soviéticas, cuja base era o *kolkhoz* (колхоз).¹⁵⁸ Os *kolkhozy* introduziam uma superestrutura capitalista dentro da sociedade socialista (YAFFE, 2011).

A existência de mecanismos de mercado e o estímulo à produtividade por ganhos materiais minariam o desenvolvimento da consciência socialista. Esta foi a constatação de Che nos seus apontamentos sobre o sistema de cooperativismo soviético. Yaffe (2011, p. 141) destaca que ao analisar os *kolkhozy*, Che Guevara percebeu que “[...] *la productividad fue generalmente más alta en las parcelas privadas que en las granjas colectivas, lo que sugiere que los koljosianos estaban motivados más por intereses individuales que por colectivos*”.¹⁵⁹ Nessa linha, Guevara concluiu que o *kolkhoz* era uma característica do modelo da URSS e não do socialismo e advertiu que as cooperativas não constituem uma forma socialista de propriedade, uma vez que impõem uma superestrutura com relações de propriedade e incentivos econômicos capitalistas.¹⁶⁰ Contudo, as CCS foram implementadas em Cuba com um modelo em que se mantinha a propriedade privada da terra. O avançado pensamento de Che saltou etapas e já pensava no comunismo antes da concretização da transição socialista.

Na segunda etapa do desenvolvimento do cooperativismo agrícola, já nos anos 1970, as CCS seguiam existindo e poucas AC resistiam (parte deixou de existir, vindo a se reorganizar logo em seguida, como CCS).¹⁶¹ Em dezembro de 1975,

¹⁵⁸ Constituído no final dos anos 20, os *kolkhozy* eram fazendas coletivas que utilizavam gratuitamente as terras nacionalizadas e utilizavam coletivamente os edifícios, as equipes de trabalhadores e os animais. A remuneração dos integrantes era parte do lucro da fazenda e, além disso, cada integrante podia ter uma porção de terra privada junto as suas residências cuja produção era sua propriedade privada.

¹⁵⁹ “[...] a produtividade foi geralmente mais alta nas parcelas privadas do que nas terras coletivas, o que sugere que os *kolkhosianos* estavam mais motivados por interesses individuais que por coletivos” (YAFFE, 2011, p. 141, tradução nossa).

¹⁶⁰ “[...] *¿Qué es una cooperativa? Si es considerada como tal una agrupación de productores, propietarios de sus medios de producción, frente al capitalismo es un adelanto, en el socialismo un atraso, ya que coloca a estas agrupaciones frente a la sociedad propietaria de los otros medios de producción. En la URSS la tierra es propiedad social pero no los otros medios de producción que pertenecen al kolkós; sin contar con la pequeña propiedad koljosiana que suministra cantidades crecientes de alimentos básicos y ahonda la brecha entre la sociedad y el koljosiano, si no monetariamente, sí ideológicamente*” (GUEVARA, 2006, p. 108, grifos nossos).

¹⁶¹ Segundo a ANAP, as AC’s anteciparam-se no processo de transição socialista e caracterizaram-se por um “comunismo prematuro” que as tornaram não viáveis economicamente. Implementaram um igualitarismo absoluto com salários iguais independente da contribuição dos trabalhadores na produção e distribuição igualitária do produtos para autoconsumo (VASCONCELOS, 2017a).

durante o 1º Congresso do PCC, foi aprovada a resolução ‘*sobre la cuestión agraria y las relaciones con el campesinado*’ que identificava alguns setores da economia agrícola que exigiam um rápido desenvolvimento com grande aporte de recursos e produção em grande escala e outros setores que a disponibilidade de recursos seria menor e o desenvolvimento mais lento. Dada essa heterogeneidade, diz o documento, “[...] *hay zonas donde el campesinado podrá emprender, como forma superior de producción, el camino de la integración de sus parcelas al plan estatal. En otras, la vía a transitar será de la unión de sus tierras para formar una cooperativa de producción [...]*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975, p. 30).¹⁶²

De acordo com a resolução, dado o caráter socialista da economia cubana em transição, qualquer um dos dois caminhos conduziria a formas socialistas de produção e ainda considerava a cooperativa uma forma superior de propriedade socialista e um grande passo avante em relação a pequena parcela individual do camponês. A resolução do congresso delineava a constituição das CPA e as primeiras 136 delas foram constituídas em 1977.¹⁶³

Nesta modalidade de cooperativa, para se associar, o camponês que possuísse terra, oriunda do processo de reforma agrária, deveria vendê-la para a cooperativa, assim como todos os demais meios de produção que possuíssem. Nas CPA todos associados trabalham conjuntamente em terras de propriedade privada coletiva e são, portanto, ao mesmo tempo, proprietários e trabalhadores coletivos (NOVA GONZÁLEZ, 2011; FERNÁNDEZ PEISO, 2012). Por isso, além da CPA ser uma forma mais avançada do que a produção individual do camponês no seu lote de terra, era também mais avançada em relação às CCS, pois nessa forma cooperativa os associados mantinham a propriedade da terra e dos meios de produção, portanto a propriedade não é coletivizada.

¹⁶² “[...] há zonas onde o campesinato poderá empreender, como forma superior de produção, o caminho da integração de suas parcelas de terra ao plano estatal. Em outras, a via a transitar será a da união de suas terras para formar uma cooperativa de produção [...]” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975, p. 30, tradução nossa).

¹⁶³ Entre abril e novembro de 1978, cerca de 3.247 camponeses transferiram suas terras para a formação de CPA's. Em 1986, era 68.708 camponeses agrupados em 1.369 CPA's.

A *Ley No. 36/1982, Ley de cooperativas agropecuarias*, é a primeira legislação a regular estas formas cooperativas dando-lhes uma personalidade jurídica própria. Assim foram definidas as CPA e as CCS:

Art. 4.- *La cooperativa de producción agropecuaria es la asociación voluntaria de agricultores pequeños que unen sus esfuerzos para la producción agropecuaria colectiva, de carácter socialista, sobre la base de la unificación de sus tierras y demás medios de producción* (CUBA, 1982, p. 3).

[...]

Art. 69.- *La cooperativa de créditos y servicios es la asociación voluntaria de agricultores pequeños que mantiene la propiedad de sus respectivas fincas y demás medios de producción, así como sobre la producción que obtienen. Los cooperativistas son sujetos de derechos y obligaciones* (CUBA, 1982, p. 15).¹⁶⁴

A terceira etapa do desenvolvimento do cooperativismo agrícola, segundo Fernández Peiso (2012), responde ao reordenamento político, econômico e social do mundo nos anos 1990 que afetou severamente Cuba. Até 1993, Cuba possuía 82% das terras sob a forma de propriedade e gestão estatal com a presença de grandes empresas, com elevada centralização administrativa e grande escala de produção. Diante do férreo bloqueio econômico e, principalmente, do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o setor agrícola estatal cubano entrou em grave crise e o que se observou foi que “[...] *las formas cooperativas existentes hasta entonces, las CPA y CCS, se encontraban mejor preparadas que la empresa estatal para trabajar y funcionar bajo condiciones tensas de limitaciones de recursos*” (NOVA GONZÁLEZ, 2011, p. 325)¹⁶⁵. Somente 27% das empresas estatais agrícolas eram rentáveis em 1990, situação que seguiu piorando ao longo da década, enquanto 85% das CPA eram rentáveis no ano de 1992, demonstrando naquele momento a maior eficiência da propriedade cooperativa frente à propriedade estatal (NOVA GONZÁLEZ, 2011).

¹⁶⁴ “Art. 4.- A cooperativa de produção agropecuária é a associação voluntária de pequenos agricultores que unem seus esforços para a produção agropecuária coletiva, de caráter socialista, sobre a base da unificação de suas terras e demais meios de produção” (CUBA, 1982, p. 3, tradução nossa); “Art. 69.- A cooperativa de créditos e serviços é a associação voluntária de pequenos agricultores que mantém a propriedade de seus respectivos lotes e demais meios de produção, assim como sobre a produção que obtém. Os cooperativistas são sujeitos de direitos e obrigações” (CUBA, 1982, p. 15, tradução nossa).

¹⁶⁵ “[...] as formas cooperativas existentes até então, as CPA’s e CCS’s, se encontravam melhor preparadas que a empresa estatal para trabalhar e funcionar sob condições tensas de limitações de recursos” (NOVA GONZÁLEZ, 2011, p. 325, tradução nossa).

Dessa forma, foi criada, em 1993, durante o *Período Especial en Tiempo de Paz*, a UBPC a partir da repartição da grande propriedade estatal agrária das *Granjas Estatales*. A UBPC é uma forma híbrida entre empresa estatal e cooperativa, em que os associados trabalham em conjunto em terras coletivas cedidas pelo Estado e com meios de produção coletivos comprados junto ao Estado (PIÑEIRO HARNECKER, 2012). Conforme determinou o *Decreto-Ley No. 142*, as UBPC tem personalidade jurídica própria, operam contas bancárias e tem responsabilidades fiscais que contribuem com os gastos nacionais. Às UBPC pertence sua produção, porém elas devem vendê-la ao Estado (para alguma empresa estatal ou outra forma que o Estado decidir) (NOVA GONZÁLEZ, 2011).

As UBPC representaram uma via para buscar a superação da crise de abastecimento e uma mudança estrutural na propriedade fundiária. A maioria das grandes propriedades de terra estatais tornaram-se propriedade cooperativa que passaram a ser a forma predominante de propriedade fundiária. Dois grupos de UBPC se constituíram: o primeiro, ligado a produção de cana-de-açúcar e gerido pelo *Ministerio da Industria Azucarera* (MINAZ), é dedicado principalmente ao atendimento do mercado externo e obtenção de divisas, e o segundo, voltado para outros cultivos agrícolas e gerido pelo *Ministerio de la Agricultura* (MINAGRI), atende ao mercado interno (JIMÉNEZ GUETHÓN, 2008).

A Ley No. 95/2002, *Ley de Cooperativas de producción agropecuaria y de créditos y servicios*, revogou a Ley No 36/1982, mas manteve a diferenciação entre CPA e CCS.¹⁶⁶ A nova lei, promulgada num momento totalmente distinto do anterior, buscava atualizar as normas frente às mudanças estruturais e socioeconômicas ocorridas após os anos 1990. Além de um desenho que buscasse maior produção

¹⁶⁶ “Art. 4.: **La Cooperativa de Producción Agropecuaria** es una entidad económica que representa una forma avanzada y eficiente de producción socialista con patrimonio y personalidad jurídica propios, constituida con la tierra y otros bienes aportados por los agricultores pequeños, a la cual se integran otras personas, para lograr una producción agropecuaria sostenible.

Art. 5.: **La Cooperativa de Créditos y Servicios** es la asociación voluntaria de los agricultores pequeños que tienen la propiedad o el usufructo de sus respectivas tierras y demás medios de producción, así como sobre la producción que obtienen. Es una forma de cooperación agraria mediante la cual se tramita y viabiliza la asistencia técnica, financiera y material que el Estado brinda para aumentar la producción de los agricultores pequeños y y facilitar su comercialización. Tiene personalidad jurídica propia y responde de sus actos con su patrimonio” (CUBA, 2002, [s. p.], grifos nossos.

agrícola sustentável, eficiente e de qualidade o novo marco legal buscava fortalecer as cooperativas como organizações econômicas socialistas, autônomas e autogestionárias. Ainda assim, a norma legal não unificou o conceito de cooperativa e seguiu considerando, como na legislação anterior, as CPA como uma forma mais avançada e eficiente de produção socialista (NOVA GONZÁLEZ, 2011).

De acordo com dados da *Oficina Nacional de Estadísticas e Información* (ONEI), citados por Piñeiro Harnecker (2012), em 2010, um ano antes do VI Congresso do PCC que aprovou os *Lineamientos*, havia em Cuba 6.253 cooperativas sendo 2.949 CCS, 1.048 CPA e 2.256 UBPC. Sem contar contratações sazonais, as cooperativas geravam 11,44% do emprego total do país criando ocupação para 579.440 associados (362.440 nas CCS, 30.000 nas CPA e 187.000 nas UBPC). Além disso, as três modalidades de cooperativa agropecuária controlavam 74% das terras cultiváveis cubanas, com destaque para as CCS (35,3%) e para as UBPC (30,9%).

As mudanças no que se refere à estrutura e posse da terra em Cuba, após a implementação das UBPC, pode ser observada na Tabela 1. Em 1989, antes da *débâcle* da campo socialista, 82% das propriedade fundiária estava sob controle estatal, enquanto apenas 18% dividiam-se entre CPA (8%) e CCS e privados (10%). Como mostramos, o *Decreto-Ley No. 142/1993* criou as UBPC que passaram a controlar parte significativa das terras antes sob controle estatal. Em 1999, o dados do *Anuario Estadístico de Cuba* indicam que 54% das terras estavam sobre controle estatal (uma redução de 34,15% em relação a 1999). Esta diferença é justamente o percentual de terras transferidos para as UBPC, 3.117 Mha (28%). Note-se que 76% das terras cultivadas no final dos anos 1990 não estavam sob gestão estatal, dividindo-se entre as três formas de cooperativas e o controle privado, com destaque para a quase metade (47%) sob o controle das UBPC.

Passados 18 anos, os dados de 2017, mostram pouca alteração na proporção propriedade estatal (56%) e propriedade não estatal (44%). Porém, houve uma diminuição do percentual de terras das UBPC (28% para 16%) e um aumento das CCS e privados (11% para 23%). Alteração no mesmo sentido se deu no percentual de terras efetivamente cultivadas. As UBPC passaram de 47% das terras cultivadas

em 1999 para 30% em 2017, enquanto as CCS e privados passaram de 19% para 40% (Tabela 1).

Tabela 1 – Estrutura de uso e posse da terra em Cuba – Anos selecionados: 1989, 1999 e 2017

	1989		1999				2017							
	Total Mha	%	Total Mha	%	Agrícola Mha	Cultivada Mha	%	Total Mha	%	Agrícola Mha	%	Cultivada Mha	%	
Total	10.972	100	10.972	100	6.687	100	3.701	100	10.988	100	6.300	100	2.765	100
Estatat	8.997	82	5.890	54	2.234	33	903	24	6.169	56	2.030	32	551	20
Não Estatal	1.975	18	5.082	46	4.453	67	2.798	76	4.820	44	4.271	68	2.214	80
UBPC	-	-	3.117	28	2.756	41	1.739	47	1.723	16	1.478	24	836	30
CPA	868	8	723	7	615	9	372	10	513	5	506	8	272	10
CCS e privados	1.107	10	1.242	11	1.082	17	687	19	2.584	23	2.288	36	1.107	40

Fonte: Nova Gonzáles (2011, p. 329); *Anuario Estadístico de Cuba* – 1989, 1999 e 2019; *Panorama Uso de la tierra Cuba - 2017*. Adaptação, tradução e elaboração nossa.

No que tange o desempenho econômico, as CCS e os proprietários privados mostraram-se mais eficientes e produtivos.¹⁶⁷ Uma das hipóteses para tal desempenho está relacionada com a forma de propriedade. Por se manter a propriedade privada “[...] *en ella se logra mantener el sentimiento real de dueño, lo que favorece su desempeño y sostenibilidad en el tiempo. Además, la CCS tiene facultades gerenciales mucho más amplias que la CPA, y aun en mayor medida que la UBPC*” (NOVA GONZÁLEZ, 2011, p. 331).¹⁶⁸

Por outro lado, particularmente nas UBPC, ocorrem alguns problemas. Um deles é a obrigatoriedade de vender 70% da produção para a *Acopio* (empresa comercializadora estatal) a preços inferiores ao do *Mercado Libre Agropecuario*, o que desestimula a produtividade. Outra questão é a falta de autonomia, herança da forma estatal, pois as UBPC estão subordinadas a uma empresa intermediária que orienta, determina e centraliza as decisões de produção, de preços, de abastecimento de insumos, de investimentos, etc. Há baixa motivação dos membros

¹⁶⁷ As CCS e produtores privados respondem pela produção de 57% da produção total de alimentos do país. Registram baixíssimo percentual de terras ociosas. CCS e privados produzem 56% do leite, dispõem de mais de 55% das vacas produtoras de leite, 50% do rebanho bovino e 59% do rebanho suíno (NOVA GONZÁLEZ, 2011).

¹⁶⁸ “[...] nela se mantém o sentimento real de dono, o que favorece seu desempenho e sustentabilidade no tempo. Ademais, as CCS tem facultades gerenciais muito mais amplas que as CPA, e ainda em maior medida em relação as UBPC” (NOVA GONZÁLEZ, 2011, p. 331, tradução nossa).

por não ser possível a distribuição das sobras (rendimentos) entre eles. Em resumo, para Nova González (2011, p. 332) “[...] *las UBPC adolecen de la autonomía necesaria para un desempeño exitoso. Esta situación há motivado que una parte significativa de las UBPC en la actualidad sean irrentables*”.

Atualmente, dados da ONEI de 2018, indicam a existência de 2.468 CCS, 878 CPA e 1.527 UBPC com um total de 451,8 mil trabalhadores atuando nessas organizações cooperativas (sendo 58,4 mil mulheres). Mesmo que o cooperativismo agrícola exista em Cuba há seis décadas, a cultura cooperativa que poderia vir das iniciativas no campo para colaborar com o processo de implementação das CNA, que começou em 2013, é incipiente. Isso se deve a uma insuficiente educação cooperativa (diferente da educação formal), fundamental para que as relações sociais de produção se modifiquem verdadeiramente com a adoção do cooperativismo. Donéstevez Sánchez (2018, p. 118) considera que a

*[co-operative] education is a fundamental condition of fomenting a revolutionary consciousness and a socialist ethos among individuals and families accustomed to working for others or on their own account, and is part of the new culture of work based on co-operation. This culture is preceded by or formed in a process of becoming aware that economic production and work relies on social co-operation. And when there is no tradition of co-operative development or culture of co-operation this educational process is essential for the successful development of co-operatives as a form of economic and social organisation. **After decades of their existence, the agricultural co-operatives that were formed in a culture of social solidarity and socialist practice are still in need of further development of this underlying and preexisting co-operative culture. The State has the responsibility and a role to play in fomenting this culture.***¹⁶⁹

Esta tarefa de uma formação especificamente voltada para o cooperativismo nunca foi prioridade pois, como já apontamos, a propriedade estatal foi hegemônica e as

¹⁶⁹ “A educação [cooperativa] é uma condição fundamental para fomentar uma consciência revolucionária e um *ethos* socialista entre indivíduos e famílias acostumados a trabalhar para os outros ou por conta própria, e faz parte da nova cultura do trabalho baseada na cooperação. Essa cultura é precedida ou formada em um processo de conscientização de que a produção e o trabalho econômicos dependem da cooperação social. E quando não há tradição de desenvolvimento cooperativo ou cultura de cooperação, esse processo educacional é essencial para o desenvolvimento bem-sucedido de cooperativas como uma forma de organização econômica e social. **Após décadas de existência, as cooperativas agrícolas formadas em uma cultura de solidariedade social e prática socialista, ainda precisam de um maior desenvolvimento dessa cultura cooperativa subjacente e preexistente.** O Estado tem a responsabilidade e um papel a desempenhar no fomento dessa cultura” (DONÉSTEVEZ SÁNCHEZ, 2018, p. 118, tradução nossa).

cooperativas desenvolveram-se somente no campo. Como veremos adiante no processo de formação de CNA conduzido pelo Estado novamente não se deu a atenção devida a este elemento tão importante.

3.4 NOTAS CONCLUSIVAS

Nesta breve contextualização do processo de transição socialista cubano foi possível observar concretamente como se deu a dinâmica das sucessivas revoluções dentro da revolução, com seus sucessivos processos críticos e autocríticos, de avanços e retrocessos, correções e aperfeiçoamentos tendo sempre os trabalhadores e trabalhadoras cubanos como atores protagonistas. A resistência durante o *'Período especial'* mostrou a vitalidade do projeto revolucionário e a necessidade de avançar nas transformações e aperfeiçoamentos da economia do *'primer territorio libre de América'*.

Apesar de chegar ao ano de 2020 como praticamente o único país da América Latina e Caribe sem uma Lei Geral de Cooperativas¹⁷⁰, Cuba teve durante mais de 50 anos a existência de um cooperativismo ligado ao agro. Porém as escolhas nos primeiros 50 anos da revolução preteriram as cooperativas de produção e serviços não agropecuárias, priorizando a forma estatal nestas atividades. Dois fatores colaboraram para isso:

[...] En Cuba hemos estado influídos por el socialismo soviético, que veía a la cooperativa con recelos o como una figura transitoria cuyo establecimiento se debía a que no quedaba otra opción, al punto de limitarlas o bloquearles de disímiles maneras su desarrollo. Igualmente hemos vivido bajo el influjo de quienes desde adentro y desde afuera, no creen en el socialismo y piensan que las cooperativas no van a funcionar, que al final la empresa privada es lo mejor (SERRA, 2014, p. 4).¹⁷¹

¹⁷⁰Não existe uma norma jurídica unificada e sim uma norma para cada forma específica de cooperativa. CCS e CPA: *Ley No. 95/2002 - Ley de Cooperativas de producción agropecuaria y de créditos y servicios*; UBPC: *Decreto-Ley No. 142/1993 – Sobre las unidades básicas de producción cooperativas*; CNA: *Decreto-Ley No. 305/2012 – De las cooperativas no agropecuarias* alterado pelo *Decreto-Ley No. 366/2019 – De las Cooperativas no Agropecuarias*.

¹⁷¹ “[...] Em Cuba estivemos influenciados pelo socialismo soviético, que via a cooperativa com receios ou como uma figura transitória cujo estabelecimento se devia a que no restava outra opção, ao ponto de limitarem ou bloquearem de diferentes maneiras seu desenvolvimento. Igualmente vivemos sob um influxo de quem desde dentro ou de fora, não creem no socialismo e pensam que as

Como ficou demonstrado ao longo do capítulo, a aproximação com a URSS e as relações comerciais no interior do COMECON levaram Cuba a implantar uma forma de organização da economia com similitudes ao que fora implantado nos países eurosoviéticos. A cooperativa estava presente apenas no setor rural soviético, na forma *Kolkhosiana*. Da mesma forma em Cuba, as CCS, CPA e, a partir do *Período Especial*, as UBPC assumiram a produção rural não estatal. Como aponta Serra (2014), essa visão de deixar as atividades produtivas para o controle cooperativo quando não se tem outra opção corrobora com a ausência de uma cultura do cooperativismo, que se soma no *Período Especial* com visões que defendem a empresa privada como mais eficiente do que as cooperativas.

A transferência da propriedade estatal da terra para a gestão cooperativa, na forma das UBPC, sem a devida formação e cultura cooperativista, transformou mecanicamente aqueles antigos trabalhadores estatais em sócios de cooperativas, sem que os mesmos soubessem de fato como era o funcionamento dessas organizações. Além disso, a falta de autonomia seguiu existindo. Esses problemas aparecerão novamente na implementação das CNA, como apontaremos adiante.

Neste capítulo também fica patente que a história da transição socialista cubana mostra que nunca é tarde para inovar e experimentar novas formas de organização e promover novas revoluções dentro da revolução (SUÁREZ SALAZAR, 2019). É neste sentido, que a partir de 2007 se inicia a *actualización* do modelo econômico e social cubano e após o ano de 2012 são autorizadas as CNA, como já apontamos anteriormente. É isto que iremos abordar nos próximos capítulos.

cooperativas não vão funcionar, que ao final a empresa privada é melhor (SERRA, 2014, p. 4, tradução nossa).

4 ATUALIZAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL CUBANO E O MARCO LEGAL DAS COOPERATIVAS NO AGROPECUARIAS

4.1 INTRODUÇÃO

Buscamos neste capítulo descrever o processo recente de atualização do modelo econômico cubano, com o intuito de contextualizar o surgimento e implementação das CNA durante a liderança de Raúl Castro. Para isso, na seção seguinte, demonstraremos as determinações histórico-concretas a partir de 2007, que impuseram a necessidade de *actualización* do modelo econômico socialista e apresentamos de forma sintética as principais conquistas da revolução, as quais pretende-se que sejam preservadas e impulsionadas. Mostramos também uma sistematização das principais visões políticas que disputaram a condução do processo de atualização que culminou com a aprovação dos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*.

Como resultado dos estudos e diagnósticos, bem como das discussões no interior da sociedade cubana, o processo de atualização que se formalizou nos *Lineamientos* elegeu dentre outras inovações a implementação de cooperativas de produção e serviços no setor não agropecuário pela primeira vez na história de Cuba. Por isso, na segunda seção deste capítulo, sistematizamos, a partir da análise documental, a evolução do marco legal que regulamenta a constituição das CNA, sua forma de organização e sua administração. Sempre com foco no tema das cooperativas, dividimos esta seção sobre o marco legal em quatro subseções: na primeira, tratamos das cooperativas nos *Lineamientos* de 2011 (VI Congresso do PCC); na segunda, abordamos a legislação sobre as CNA de 2012; na terceira apresentamos a atualização dos *Lineamientos* de 2016, a *Conceptualización* do modelo econômico e social cubano e o *Plan Nacional de Desarrollo Socialista hasta 2030* (VII Congresso do PCC); por fim, na quarta subseção, tratamos das mudanças da nova Constituição cubana e dos aperfeiçoamentos da legislação relativa às CNA de agosto de 2019.

4.2 AS MUDANÇAS RECENTES: AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO SOCIALISTA MANTENDO AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

4.2.1 O processo de *actualización* do modelo económico e social cubano

Um discurso de Fidel Castro na *Universidad de La Habana* em 2005 de certa forma inicia uma nova etapa de reflexão autocrítica e de reconstrução do processo de transição socialista em Cuba. Em uma aula magna que celebrou o sexagésimo aniversário do seu ingresso na universidade, o então presidente da República de Cuba reconheceu: “*Una conclusión que he sacado al cabo de muchos años: entre los muchos errores que hemos cometido todos, el más importante error era creer que alguien sabía de socialismo, o que alguien sabía de cómo se construye el socialismo [...]*” (CASTRO RUZ, 2005, p. 17).¹⁷²

Com certeza, Fidel fazia alusão aos chamados ‘*errores de idealismo*’¹⁷³ dos primeiros anos pós-1959 e à excessiva dependência da URSS e de seus manuais de socialismo nos anos seguintes. Era necessário a partir de então construir um caminho próprio para a transição socialista cubana, a partir de suas especificidades mas sem desconsiderar o pensamento dos clássicos e os aprendizados com o próprio processo cubano e com outros processos de transição na URSS, na China, no Vietnã, na Coreia do Norte, etc. Em 2006, ano seguinte a este discurso de Fidel, Cuba alcançou o PIB que tivera em 1989 depois dos longos e difíceis anos do *Período Especial*.¹⁷⁴ O ano também é marcado pela transição de poder de Fidel Castro para seu irmão Raúl Castro no comando do *Consejo de Estado*.¹⁷⁵

¹⁷² “Uma conclusão que cheguei ao cabo de muitos anos: entre os muitos erros que cometemos todos, o mais importante erro era crer que alguém sabia de socialismo, ou que alguém sabia como construir o socialismo [...]” (CASTRO RUZ, 2005, p. 17, tradução nossa).

¹⁷³ “*Creo que en cierto momento fuimos demasiado ambiciosos y quisimos saltar etapas. Quisimos saltar la etapa de la construcción del socialismo, y aspirábamos, como dijo Marx a raíz de la Comuna de París, a conquistar el cielo por asalto. Casi queríamos construir de inmediato una sociedad comunista, cuando hacía falta un desarrollo de las fuerzas productivas para la construcción de la sociedad comunista, hacía falta una fase en que usted tenía que aplicar los principios de la distribución socialista ya establecidos por Marx. El planteaba que en el socialismo cada cual debía aportar según su capacidad y recibir según su trabajo, es decir, según la cantidad y calidad del trabajo. Nosotros pasamos por alto un poquito esa etapa. Creo que empezando de nuevo, nos ahorraríamos esos errores*” (CASTRO RUZ, 1988, p. 178-179).

¹⁷⁴ O crescimento do PIB foi de 11,9% (Gráfico 1).

¹⁷⁵ Raúl Castro Ruz assumiu a presidência do Conselho de Estado interinamente a partir de 31 de julho de 2006, devido a fragilização da saúde de Fidel Castro. Em 24 de fevereiro de 2008, foi efetivado no cargo que esteve sob seu comando até 19 de abril de 2018, quando foi substituído por Miguel Díaz-Canel Bermúdez.

Mesmo que Cuba tenha se recuperado da crise dos anos 1990 e diversificado sua economia a partir das diversas mudanças ocorridas, o desafio de seguir transformando a estrutura econômica da ilha era enorme.¹⁷⁶ Assim como Che nos primeiros anos da vitória da revolução cubana, na atualidade, em que se discute as atualizações do modelo econômico e social, o PCC segue considerando o debate econômico como imprescindível. Como aludiu Raúl (CASTRO RUZ, 2010a, p. [s. p.]), “[...] *la batalla económica constituye hoy, más que nunca, la tarea principal y el centro del trabajo ideológico de los cuadros, porque de ella depende la sostenibilidad y preservación de nuestro sistema social*”.¹⁷⁷ Ou como apontou outro intelectual cubano, “[...] *el reto de la economía sigue siendo para Cuba el reto esencial. Como en los primeros días, podría añadirse*” (ALONSO, 2010, p. [s. p.]).¹⁷⁸

Nesse sentido, dado o desafio imposto por esta *batalla económica*, na qual a transição socialista parte de uma infraestrutura econômica subdesenvolvida, o socialismo deve ser entendido como uma “[...] *propuesta de desarrollo diferente a la lógica del capital, que implica ruptura y superación [...]*” que contemple todos os âmbitos da sociedade: “[...] *los patrones de producción, distribución, cambio e consumo, derechos, instituciones, cultura, medio ambiente, educación, axiología, ciencia y el ser humano [...]*”¹⁷⁹ (PÉREZ SOTO; BORREGO ESQUENAZI, 2017, p. 50). É nessa perspectiva que o processo de *actualización* está se desenvolvendo desde 2007.

¹⁷⁶ Como argumenta Stocco (2017, p. 78), “[...] frente às mudanças econômicas e sociais realizadas na década de 1990 e as alterações que produziram no sistema de distribuição, esses aspectos tornaram-se desafios. Primeiramente, existem as dificuldades em aumentar a produção de riqueza internamente para ampliar a oferta de produtos, e, segundo, a heterogeneidade da base econômica que resultou em novas formas de apropriação da renda e da riqueza, o que contribuiu para uma ampliação da diferenciação social. A necessidade de elevar a produtividade interna e a competitividade da produção frente à ampliação da inserção de Cuba no mercado internacional são novas determinações que incidem sobre esses aspectos distributivos, transformando-os em desafios a serem superados.

¹⁷⁷ “[...] a batalha econômica constitui hoje, mais do que nunca, a tarefa principal e o centro do trabalho ideológico dos quadros, porque é dela que a sustentabilidade e preservação do nosso sistema social” (CASTRO RUZ, 2010, [s. p.], tradução nossa).

¹⁷⁸ “[...] o desafio da economia segue sendo para Cuba o desafio essencial. Como nos primeiros dias se poderia acrescentar” (ALONSO, 2010, p. [s. p.], tradução nossa).

¹⁷⁹ “[...] proposta de desenvolvimento diferente da lógica do capital, que implica ruptura e superação[...]” que contemple todos os âmbitos da sociedade: “[...] os padrões de produção, distribuição, troca e consumo, direitos, instituições, cultura, meio ambiente, educação, axiologia, ciência e o ser humano [...]” (PÉREZ SOTO; BORREGO ESQUENAZI, 2017, p. 50, tradução nossa).

Comumente, costuma-se tratar como o período de atualização do socialismo cubano o que se inicia a partir de 2011, quando ocorreu a aprovação dos *Lineamientos de la política económica y social del partido y la Revolución*, no VI Congresso do PCC, porém, o processo de atualização começou antes, já a partir da transição de poder de Fidel para Raúl em 2006. Em linhas gerais, o processo de atualização teve, desde o seu início, o objetivo de buscar o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável com base na indispensável transformação estrutural da economia cubana. Almejava-se superar os problemas econômicos que desde 2005 tencionavam o manejo macroeconômico da ilha: o crescente déficit na conta financeira do balanço de pagamentos, as retenções bancárias de transferências do exterior por conta do embargo econômico, os elevados serviços da dívida externa e a ineficiência de muitas empresas estatais (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a).¹⁸⁰

Estes fatores associados a crise financeira internacional que se iniciou no setor imobiliário dos EUA em 2008 e se alastrou para as principais economias do mundo¹⁸¹, a redução dos preços internacionais do níquel (importante produto da pauta de exportação cubana), impactaram na menor entrada de divisas em Cuba, implicando em menor importação de bens essenciais ao desenvolvimento da ilha e reduzindo a capacidade de investimento (STOCCO, 2017). Ademais, os furacões que amiúde assolam a ilha causaram grandes estragos neste período¹⁸² provocando a necessidade de gastos emergenciais não planejados. Por conta de todos estes

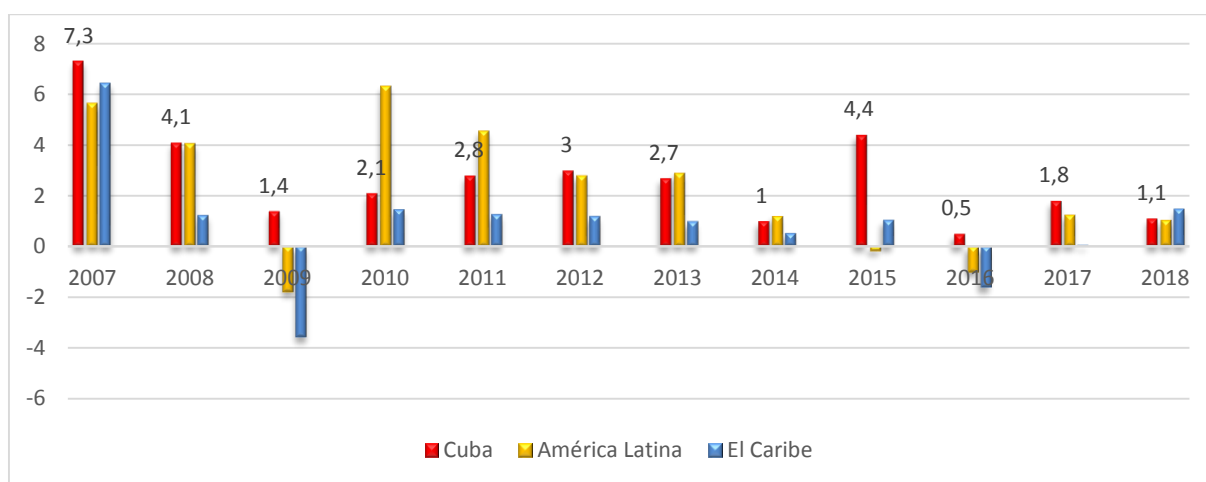
¹⁸⁰ Como salienta Pérez Villanueva (2010, p. 22), a partir de 2008 já começaram a ser implementadas medidas que demonstravam a vontade governamental de tornar mais viável o socialismo cubano e atender demandas da população, tais como: “– *La liberalización para los cubanos de la venta de algunos artículos de la red comercial, como las computadoras y equipos de reproducción de DVD. – El acceso a servicios como la telefonía celular, que estaban reservados a empresas, sector diplomático y ciudadanos extranjeros. – Levantamiento a las restricciones a los cubanos de alojamiento en hoteles reservados al turismo internacional. – el anuncio de la flexibilización en la formación de los salarios con la Resolución 9 del Ministerio del Trabajo y Seguridad Social. – Decreto Ley No. 260 de 2008 de tratamiento laboral y salarial a maestros y profesores jubilados para que se incorporen a las aulas. – Decreto Ley No. 259 sobre la entrega de tierras ociosas en usufructo. – Decreto que permite el plurimpleo*”.

¹⁸¹ Ainda assim, a economia cubana teve um desempenho em 2009 melhor que o restante da América Latina e Caribe (Gráfico 3).

¹⁸² De 2008 a 2017, Cuba, por sua localização geográfica, sofreu os impactos da passagem de 7 ciclones tropicais que afetaram a estrutura física das habitações (1.136.634 habitações danificadas) e a produção agrícola já insuficiente para atender as demandas de consumo interno. As perdas estimadas são de 32,341 bilhões de pesos (aproximadamente 1,347 bilhão de dólares), sendo 15,583 bilhões de pesos somente para a reconstrução e a reformas de habitações (CUBA, 2019f). Em janeiro de 2019, mais uma tormenta tropical afetou a ilha provocando danos materiais e três mortes.

fatores, o crescimento econômico cubano que fora de 12,1% em 2006, iniciou uma trajetória descendente. Cuba cresceu 7,3% e 4,1%, em 2007 e 2008 respectivamente, enquanto em 2009 o PIB variou apenas 1,4 pontos percentuais (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%) – CUBA, CARIBE E AMÉRICA LATINA – 2007-2018



FONTE: ONEI e CEPALSTAT. Elaboração nossa.

O debate do projeto do *Lineamientos* se dá nessa conjuntura: além de atacar os problemas estruturais da economia cubana e seguir diversificando a capacidade produtiva do país, os planos futuros precisariam dar conta de impulsionar o crescimento econômico, que, como apontam Pérez Soto e Borrego Esquenazi (2017), é condição fundamental para o desenvolvimento socialista cubano. Todavia, de 2010 a 2018 a média de crescimento da economia cubana foi de apenas 2,15%, ficando abaixo das expectativas do PCC e do governo cubano (Gráfico 3). Particularmente, depois de janeiro de 2017, com a posse de Donald Trump nos EUA

e o endurecimento na aplicação da Lei Helms-Burton¹⁸³ as possibilidades de um crescimento econômico sustentável tornaram-se mais difíceis.¹⁸⁴

Frente ao grande desafio da *batalla económica* o PCC lançou o *Proyecto de Lineamientos* em 2010 que deu origem aos *Lineamientos* propriamente ditos, aprovados no VI Congresso do partido, 2011. Para identificar o que mudar e como mudar o projeto foi amplamente discutido com os trabalhadores cubanos, com números que impressionam.¹⁸⁵

O documento propõe uma série de mudanças conceituais e estruturais para garantir a continuidade do socialismo e realiza um diagnóstico que indica de forma sintética os principais desafios para superar as limitações da economia cubana: 1) a

¹⁸³ “Desde abril de 2018 hasta marzo de 2019, el bloqueo ha causado pérdidas a Cuba en el orden de los 4 mil 343, 6 millones de dólares. [...] A precios corrientes, los daños acumulados durante casi seis décadas de aplicación de esta política alcanzan la cifra de 138 mil 843, 4 millones de dólares. Tomando en cuenta la depreciación del dólar frente al valor del oro en el mercado internacional, el bloqueo ha provocado perjuicios cuantificables por más de 922 mil 630 millones de dólares, valor que representa un decrecimiento del 1,2 por ciento con respecto al período anterior, debido a la disminución del precio del oro en 1,6 por ciento” (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2019, p. 50-51).

¹⁸⁴ A guerra econômica dos EUA contra a Venezuela também impactou negativamente a economia cubana. Em 2015, as relações comerciais de Cuba com a Venezuela representavam 28% do total, sendo que 60% do petróleo demandado pela *Mayor de las Antillas* era fornecido pela país bolivariano. Cuba que havia crescido só 0,5% em 2016, apresentou variação no PIB de 1,8% e 1,1%, em 2017 e 2018 respectivamente (Gráfico 3). Para 2019 a expectativa é de um crescimento ligeiramente superior a 1%.

¹⁸⁵ O documento ‘*Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido e la Revolución*’, aprovado no dia 18 de abril de 2011, durante o VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, resultou de amplos debates com a população da ilha caribenha. Tal discussão se deu em três etapas: 1) discussão do *Proyecto de Lineamientos* por todo o povo (entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011); 2) discussão em cada província pelos delegados e convidados ao VI Congresso (de 8 a 10 de abril de 2011); 3) Discussão pelas *Comisiones* durante o VI Congresso (17 e 18 de Abril de 2011). Na primeira etapa, os 291 *Lineamientos* do projeto original foram discutidos em 163.079 reuniões com 8.913.838 participantes (a população de Cuba em 2011 era de 11,35 milhões de habitantes). Se realizaram 3.019.471 intervenções, que se agruparam em 781.644 propostas (*opiniones*). Destas propostas, 395 mil foram aceitas e incluídas na reformulação dos *Lineamientos*; cerca de 210 mil corresponderam a propostas de ação de implementação; mais de 65 mil foram dúvidas e preocupações que se esclarecerem; outras 62 mil propostas se referiam a temas já contemplados no projeto e aproximadamente 50 mil não foram aceitas e serão estudadas e rediscutidas em etapas futuras. Desse processo resultaram 311 *lineamientos*. Na segunda etapa os 311 *lineamientos* foram encaminhados para as províncias para serem discutidos pelos delegados e convidados do VI Congresso. Participaram 978 delegados e 216 convidados que aprovaram mais 257 propostas sobre 146 *lineamientos* (57% do total). Finalmente, durante o VI Congresso, 986 delegados e 97 convidados, divididos em 5 comissões, modificaram 86 *lineamientos* (28% do total) e aprovaram mais 2 novos, totalizando 313 *lineamientos* no documento final (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b). Como indica o documento do PCC (2011b, p. 3), o exposto ‘[...] ratifica que los *Lineamientos de la Política Económica y Social* son la expresión de la voluntad del pueblo, contenida en la política del Partido, el Estado y el Gobierno de la República de Cuba.’

necessidade de tornar as terras ociosas produtivas e incrementar os rendimentos agrícolas; 2) a necessidade de incrementar a capacidade exportadora com diversificação de bens e serviços e a redução da dependência das importações, para equilibrar o balanço de pagamentos; 3) encontrar novas formas de financiamento para estancar a descapitalização da indústria e da infraestrutura nacional; 4) dar mais liberdade às empresas e impulsionar os territórios a promoverem o desenvolvimento econômico; 5) promover uma reestruturação de empregos e salários, admitindo formas não estatais de gestão onde for conveniente, garantindo que o trabalho seja o meio fundamental de obtenção de rendimentos por parte dos trabalhadores; 6) aumentar a produtividade do trabalho via aumento da disciplina e de estímulos materiais com a simultânea e paulatina eliminação do igualitarismo dos mecanismos de distribuição e redistribuição de renda (supressão de gratuidades indevidas e subsídios excessivos); 7) superar a dualidade monetária e fortalecer os mecanismos de coordenação da política macroeconômica; 8) fazer que a planificação realmente corresponda as necessidades das empresas e da economia nacional superando o foco excessivo nos problemas de balanço de pagamentos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a).

Para dar conta destes desafios o processo de *actualización* do modelo econômico socialista cubano tem implementado uma série de transformações complexas. Conforme o levantamento realizado por Stocco (2017), as principais medidas adotadas de 2011 a 2016 foram: **1) Liberalizações:** permissão para comercialização de casas e automóveis entre pessoas físicas; liberação e regulamentação da oferta de crédito e serviços bancários para pessoas físicas; liberação comercialização direta de produtos agrícolas não industrializados, arroz e carvão vegetal. **2) Transferência de atividades estatais para gestão não estatal:** ampliação das atividades a serem exercidas por trabalhadores por conta própria e mudança na sua forma de tributação; regulamentação das CNA, que trataremos em detalhes ainda neste capítulo; transferência de unidades produtivas estatais para a gestão de trabalhadores por conta própria e CNA. **3) Mudanças na legislação trabalhista e previdenciária:** novo Código do Trabalho com previsão de relações trabalhistas entre pessoas físicas, mudança no Regime Especial de Seguridade Social para os trabalhadores por conta própria, mudanças na forma de remuneração

dos atletas, nova Política Salarial para empresas oriundas de investimentos estrangeiros. **4) Reforma ministerial e administrativa:** Criação do *Ministerio de Energía y Minas* (MINEM) e do *Ministerio de Industrias* (MINDUS); extinção dos *Ministerio de la Industria Ligera* e do *Ministerio de la Industria Sideromecánica*; Reordenamento da política Industrial. Criação do *Grupo Estatal Azcuba* e extinção do *Ministerio del Azúcar* (MINAZ); reorganização do *Ministerio de Relaciones Exteriores* (MINREX). **5) Medidas macroeconômicas:** preparação para o fim da dualidade Monetária, criação de normas contábeis e metodológicas para a formação de preços atacadistas e varejistas; nova Lei de Investimento Estrangeiro Direto; regulamentação para qualificar empresas exploradoras de Petróleo.¹⁸⁶

Todas estas mudanças recentes tem como objetivo alterar a estrutura da economia cubana e avançar na construção socialista mantendo as conquistas da Revolução, principalmente no que se refere as políticas sociais que atendem a população como saúde e assistência social, educação, previdência social, esporte e cultura. Destacaremos em linhas gerais as principais conquistas que fazem com que Cuba apresente estatísticas sociais condizentes com as dos países centrais capitalistas.¹⁸⁷

Dentre estas conquistas da Revolução Cubana e de seu processo de transição socialista destacam-se os elevados resultados obtidos nas áreas de educação e saúde. Segundo um estudo patrocinado pelo Banco Mundial, nenhum sistema escolar latino-americano, com exceção do cubano, está perto de mostrar os parâmetros de eficiência mais elevados a nível mundial¹⁸⁸, marcados por forte talento acadêmico, elevada autonomia profissional e alta remuneração ou ao menos adequada. Dentre os países da América Latina e Caribe, somente o corpo docente de Cuba pode ser considerado de alta qualidade em comparação com os

¹⁸⁶ Outras medidas adotadas entre 2011 e 2016: novo marco regulatório do planejamento urbano e habitacional, modificações nas normas para aluguel de habitações e liberação de concessão de subsídios às pessoas físicas para reformas de habitações. Novas regras para a política de migração interna. Reordenamento do comércio atacadista. Nova política de Ciência, Tecnologia e Inovação (STOCCO, 2017).

¹⁸⁷ Um resumo da evolução dos principais indicadores sociais de Cuba em 1960 e em 2015/17 comparados com os indicadores da América Latina está na Tabela 16, nos Apêndices. O dados foram compilados por (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2019).

¹⁸⁸ O estudo considera como parâmetro de eficiência os sistemas educacionais da Finlândia, de Cingapura, Shangai (China), Coréia do Sul, Suíça, Países Baixos e Canadá (BRUNS; LUQUE, 2014).

parâmetros mundiais (BRUNS; LUQUE, 2014).¹⁸⁹ A taxa de analfabetismo que era de 23,6% em 1960, em 2015/17, era de apenas 0,2%, enquanto na América Latina era 6,8%. A escolaridade média da população economicamente ativa é de 12,8 anos e 20% dos trabalhadores tem formação de nível superior (dados na Tabela 16, no Apêndice).

No tocante à saúde, as direções da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), sem deixar margem para dúvidas, reconhecem que o nível de excelência e eficiência do sistema de saúde cubano é um dos melhores do mundo e modelo para os outros países. A taxa de mortalidade infantil é de apenas 4,1 crianças por mil nascidas vivas (60 crianças em 1960), contra uma média de 15,2 crianças na América Latina. A expectativa de vida da população cubana é de 78,45 anos, 3,45 anos acima da média da América Latina (75 anos), enquanto a taxa de homicídios por mil habitantes é de 4,5 em Cuba, contra 21,5 na América Latina. Para cada 150 cubanos há um médico, enquanto na América Latina são 529 habitantes por médico (dados na Tabela 16, no Apêndice).

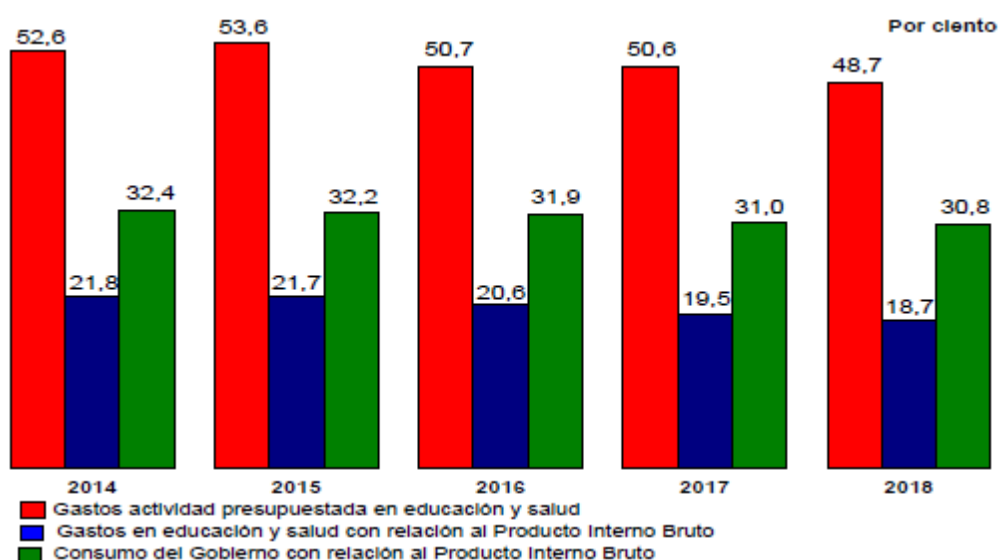
Em Cuba, apesar das limitações orçamentárias e dos efeitos nocivos do embargo econômico, o governo tem se esforçado para manter nos últimos anos uma média de 20% do PIB em recursos para os sistemas de saúde e educação. A tendência de redução que se observa no Gráfico 4, barras azuis, não é suficiente para impactar negativamente os resultados e a eficiência dos sistemas. No mesmo gráfico, nas barras vermelhas, observa-se o peso e a importância dessas duas áreas sociais no orçamento público, com gastos superiores a 50%, exceto em 2018 (21,3% de gastos com educação e 27,4% de gastos com saúde e assistência, totalizando 48,7% do total orçado para o ano). Para o ano de 2019, com o orçamento público totalizando 38.711.200.000 CUP para a *actividad presupuestada*, novamente observa-se o impactante percentual 51,2% de gastos com Educação, Saúde e Assistência Social.

¹⁸⁹ Para ser fidedigno com o texto, os autores deste estudo tentam mistificar esta constatação, ou no mínimo deixar alguma dúvida, usando a expressão “*con la posible excepción de Cuba*” (BRUNS; LUQUE, 2014), já que não deve ser confortável para um estudo patrocinado pelo Banco Mundial admitir que a ilha caribenha sem pôr em prática as políticas neoliberais preconizadas pela instituição consiga alcançar tais indicadores de eficiência, enquanto os demais países latino-americanos e caribenhos, que aplicam tais políticas, apresentam resultados muito aquém do almejado.

Os gastos com seguridade social representam 17,2% (MINISTERIO DE FINANZAS Y PRECIOS, 2018).

Outro ponto a observar é que sistema de seguridade social cubano, público e universal, assiste com pensões a totalidade dos trabalhadores que cumpriram sua jornada laboral contributiva ao longo da vida, além de beneficiar com pensões não contributivas aos indivíduos que comprovadamente não puderam trabalhar por incapacidades diversas.¹⁹⁰ O sistema remunera, ao todo, 1,669 milhão de pensionistas com uma pensão média de 285,7 CUP. A pensão média teve um incremento de 10,18% em seu valor de 2013 para 2017.¹⁹¹

Gráfico 4 – Orçamento para educação e saúde (%) – Cuba – 2014-2018



Fonte: (CUBA, 2019f); ONEI; *Anuario Estadístico de Cuba* 2018.

A taxa de desocupação na economia cubana foi de apenas 1,7% no período 2015/2017, contra 9,4% na média dos países da América Latina. As taxas de pobreza estão entre 15 e 20% da população, contra 30,7% na América Latina, contudo é preciso diferenciar a pobreza existente em Cuba, uma vez que uma série de serviços são garantidos de forma gratuita pelo Estado, como o básico para a

¹⁹⁰ Os gastos com seguridade e assistência social representaram 11,1% do PIB em 2015/17 (dados na Tabela 16, no Apêndice).

¹⁹¹ De 1990 até 2015, conforme dados da ONEI, a população cubana cresceu apenas 7,6% por conta da baixa taxa de natalidade. Se considerarmos de um lado o envelhecimento da população pela maior expectativa de vida (78,45 anos) e, de outra, esse baixo crescimento da população e alguma 'fuga de cérebros' (emigração de jovens que buscam viver em outros países), o impacto nos gastos com pensões e aposentadorias tem aumentado ao longo das três últimas décadas.

alimentação, moradia, educação, saúde, previdência e assistência social. O índice de Gini¹⁹², que era de 0,22 em 1986, saltou para 0,40 com as reformas ocorridas durante o período especial, indicando que houve um processo de concentração de renda. Ainda assim o resultado é inferior ao América Latina (0,47) (dados na Tabela 16, no Apêndice).

São estas conquistas e indicadores sociais positivos que as transformações propostas pelos *Lineamientos* não abrem mão de manter. As CNA se inserem nesse conjunto de transformações. Como ficou evidenciado através dos dados nesta subseção, a atualização implementada desde 2007 até 2019 não se descuidou das políticas sociais que garantem o bem-estar da população. Na sequência apresentamos sinteticamente as vertentes que contribuíram na concepção do processo de atualização.

4.2.2 Principais visões que disputam a hegemonia no processo de *actualización* em Cuba

Muito se falou, após a queda do Muro de Berlim e da *débâcle* da União Soviética, do fim do socialismo enquanto projeto societário de superação do capitalismo. Imediatamente após tais eventos, o economista Francis Fukuyama, colaborador direto do ex-presidente estadunidense Ronald Reagan, sentenciou o fim da história anunciando uma era na qual o capitalismo em sua vertente neoliberal reinaria absoluto. Fukuyama errou na análise de conjuntura. A história não acabou com aqueles episódios marcantes da história mundial, mas o socialismo, a partir dali, precisaria ser repensado e reconstruído sobre as bases da crítica da experiência que foi realizada.

Em Cuba não seria diferente e no curso do debate para identificar o que atualizar no modelo econômico e social e como atualizar, diferentes perspectivas sobre o socialismo se manifestaram. Os *Lineamientos* de 2011 constituem uma primeira

¹⁹² O Índice de Gini, elaborado pelo estatístico italiano Corrado Gini, mensura a desigualdade de renda (concentração de renda). Varia de zero (completa igualdade de renda) até um (completa desigualdade de renda).

síntese, que se concretiza com a *Conceptualización* de 2016 e a nova Constituição da República de Cuba de 2019.

Conforme aponta Piñeiro Harnecker (2012b), as principais visões sobre o socialismo que influem sobre o processo de atualização em Cuba podem ser agrupadas em três grupos: estatista, economicista e autogestionário (Quadro 4). A autora sugere que há certo acordo quanto ao objetivo futuro a ser alcançado, qual seja, uma sociedade mais justa que supere as limitações econômicas atuais. Todavia há diferenças no que se refere a identificação das causas dos problemas e nas propostas para soluções. Em última instância, há uma diferença na forma como se compreende o socialismo e sobre qual caminho ele deve seguir.

A autora chama atenção para o fato de que esta tipificação serve como ferramenta de análise para aglutinar as ideias que mais identificam os três pontos de vista, mas é preciso ter em conta que na realidade concreta, determinados grupos ou intelectuais podem identificar-se mais com uma das perspectivas e ainda assim compartilhar de posições, diagnósticos e sugestões das outras (PIÑEIRO HARNECKER, 2012b). Ou seja, haveria mais posições que meramente as três sistematizadas e, como salienta a autora, as três perspectivas indicadas “[...] *no ‘son tan en blanco y negro’*, [...] *sin duda, hay muchas variantes que combinan aspectos de esas tres posiciones que representan con mayor certeza el pensamiento de la mayoría de las personas*” (PIÑEIRO HARNECKER, 2012c, p. 7).¹⁹³

A variante estatista é a predominante em Cuba por conta da própria história da Revolução Cubana e das políticas adotadas ao longo dos primeiros 30 anos de transição socialista. A identificação da propriedade estatal como propriedade socialista e a empresa estatal como a forma quase absoluta de organização da produção, como vimos, caracterizou a transição socialista cubana antes do *Período Especial*. Os adeptos desta vertente seguem na defesa de um Estado forte e reorganizado e de um amplo processo de planificação centralizada. Defendem a empresa estatal como o cerne da estrutura econômica e a aplicação de medidas de

¹⁹³ “Não são tão em branco e preto [...], sem dúvida, há muitas variantes que combinam aspectos dessas três posições que representam com maior certeza o pensamento da maioria das pessoas. Não obstante, ao identificar essas três tendências

maior fiscalização e controle sobre os trabalhadores, associada a uma mudança de mentalidade dos mesmos, para elevar a produtividade do trabalho (PIÑEIRO HARNECKER, 2012b).

Quadro 4 – Principais visões que influem no processo de atualização do modelo econômico e social em Cuba

Visão	Estatista	Economicista	Autogestionária
Tipo de socialismo	Socialismo de Estado	Socialismo de mercado	Socialismo democrático
Objetivo principal do socialismo	Um Estado forte, aperfeiçoado, representativo, bem administrado, eficiente e que controle a sociedade, a produção e a distribuição da riqueza.	O desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, capacidade tecnológica para criar mais riqueza material e promover o crescimento econômico pelas vias de mercado.	Controle social da sociedade sobre o Estado, a economia, o sistema político e todas as instituições sociais via mecanismos de autogestão ou autogoverno.
Forma de organização predominante	Empresa estatal	Empresa privada	Cooperativa ou empresas geridas democraticamente
Visão sobre o mercado e a empresa privada	As empresas privadas e as relações de mercado são males necessários que podem ser domesticados pelo controle e fiscalização do Estado para cumprir um papel dentro do plano.	Ainda que nem sempre reconheçam publicamente consideram a empresa privada e o mercado como a forma mais eficiente de coordenar as atividades econômicas.	Empresas privadas e relações mercantis não devem ser proibidas e podem ser superadas gradualmente com a expansão de cooperativas.
Melhor forma de prover a sociedade com bens materiais e serviços	Um setor empresarial estatal com planejamento centralizado através de uma estrutura vertical e complementado de forma subsidiária por empresas privadas.	São pragmáticos: todas as instituições e modelos de gestão eficientes e produtivos são úteis para a construção do socialismo: <i>'no importa el color del gato mientras que cace ratones'</i> . ¹⁹⁴	Um conjunto de organizações autogeridas que permitam a participação democrática e possibilitem a geração de riqueza de maneira mais justa e equitativa.
Diagnóstico da causa da baixa produtividade na economia cubana	Indisciplina dos trabalhadores e falta de exigência dos administradores, funcionários de ministérios e membros do PCC, o que resulta em baixa produtividade e qualidade, descontrole e desorganização, permitindo que o desvio de recursos tenha se tornado natural e expandido a corrupção.	A centralização, o monopólio estatal do comércio e da produção de bens e serviços, as restrições orçamentárias, a ineficiência do setor empresarial estatal e a ausência de incentivos materiais resultantes da iniciativa privada e das relações de mercado.	A escassa ou nula participação democrática nas instituições políticas e econômicas e nos órgãos executivos e de controle, o que junto com os baixos rendimentos, resulta em pouca motivação para o trabalho, decisões gerenciais equivocadas e corrupção em todos os níveis do Estado.
Proposta para aumentar a produtividade	Por considerarem que o problema tem uma causa de ordem cultural, a solução estaria na educação que provocaria um <i>'cambio de mentalidad'</i> . Além disso, mais fiscalização e controle por parte do administradores.	Incentivos materiais, ou seja, rendimentos mais altos via mecanismo de mercado que incentivem e recompensem a busca pelo aumento da produtividade.	Modelos de gestão com relações sociais menos alienantes que permitam um sentido de pertencimento e liberem as capacidades criativas dos trabalhadores elevando a produtividade.

Fonte: Elaboração nossa com base do texto de Piñeiro Harnecker (2012b).

¹⁹⁴ Uma alusão ao ex-secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCCh), Deng Xiaoping.

A vertente economicista, ou adepta do socialismo de mercado, considera a empresa privada e a livre iniciativa como as vias mais adequadas e eficientes para o desenvolvimento das forças produtivas. Apontam o excessivo controle do Estado na economia socialista como a causa das ineficiências e recomendam as recompensas via mecanismos de mercados (incentivos materiais), como os possíveis fatores geradores de aumento da produtividade do trabalho. Essa perspectiva é usualmente associada às políticas aplicadas na China, a partir do comando de Deng Xiaoping em 1976 (PIÑEIRO HARNECKER, 2012b).

A perspectiva autogestionária, da qual Piñeiro Harnecker (2012b) se filia, apresenta-se como alternativa às visões do socialismo centradas no Estado e no mercado.¹⁹⁵ Propõe o controle social sobre a economia e as instituições políticas através da prática da autogestão. Considera as empresas cooperativas formas mais adequadas de organização da produção e do trabalho do que as empresas estatais ou privadas. É contra a proibição da iniciativa privada e defende que as cooperativas, ao mostrarem-se como formas mais eficientes e superiores de organização do trabalho, paulatinamente eliminariam a empresa privada. Associam a baixa produtividade do trabalho à heterogestão, ou seja, ao elevado controle na empresa estatal e a baixa participação dos trabalhadores¹⁹⁶, logo, defendem formas de gestão mais participativas para elevar a produtividade do trabalho.

Para os defensores desta perspectiva as formas organizativas autogestionárias (cooperativas de trabalhadores) tem diversas vantagens em relação a empresa estatal e a empresa privada (Quadro 5), já que, em tese, estas organizações permitem uma gestão democrática (todo sócio tem direito a voto), são organizações que representam interesses sociais (vocação social) e podem atender as necessidades individuais dos seus sócios e as necessidades coletivas da comunidade, o que seria uma questão central na construção socialista. O aporte de trabalho prevaleceria em relação ao aporte de capital e a relação de trabalho seria independente, com remuneração através de retiradas do excedente produzido

¹⁹⁵ Para uma visão crítica à dicotomia Estado-Mercado ver Odriozola Guitart e Colina Hernández (2017).

¹⁹⁶ Para um debate sobre a participação dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas ver Pandolfi (2017).

repassadas aos sócios, ao invés do trabalho assalariado, como nas empresas privadas e estatais.

Todas essas características, inclusive, são amiúde apresentadas na defesa das CNA como a forma mais adequada para organizar a produção e o trabalho na economia cubana (PIÑEIRO HARNECKER, 2011). Uma particularidade importante de ser notada é o fato de que a diferença entre uma empresa convencional e uma cooperativa não está necessariamente na forma de propriedade legal dos meios de produção, mas sim em quem controla e realiza a gestão e com quais objetivos.

Quadro 5 – Diferenças fundamentais entre a empresa convencional e a cooperativa

	Empresa convencional	Cooperativa de trabalhadores
Forma de propriedade	Privada, estatal (não socialista) ou mista	Privada coletiva com vocação social
Controle das decisões	Os donos/acionistas ou o governo, de acordo com o capital aportado	O coletivo de sócios, sendo todos trabalhadores e cada um com direito a um voto
Gestão	Heterogestão	Autogestão
Objetivo principal	Maximizar o lucro dos acionistas.	Satisfazer as necessidades dos trabalhadores associados (sócios) e da comunidade
Motivação principal dos proprietários	Lucros ou dividendos individuais dos acionistas	Benefícios individuais e coletivos, materiais e espirituais dos sócios
Destino dos excedentes	Decidido pelos acionistas	Decidido pelos sócios
Fator produtivo dominante	Capital	Trabalho
Rendimentos dos trabalhadores	Decidido pelos acionistas ou pelos administradores e gerentes designados	Decidido pelos sócios em Assembleia Geral
Direito democrático dos trabalhadores	Podem ter voz através dos sindicatos, mas não tem voto e são minoria nos conselhos de administração	Cada trabalhador associado tem voz e voto na Assembleia Geral
Relações de trabalho	Trabalho assalariado. Relação de dependência.	Trabalho livre associado. Relação de independência.
Influência na transformação das relações sociais capitalistas de produção	Empresas associadas a relações de trabalho de caráter capitalista	Tendência crítica, classista ou revolucionária
		Tendência neutra, interclassista ou apolítica

Fonte: Cruz Reyes e Piñeiro Harnecker (2011, p. 49), Piñeiro Harnecker (2015a, p. 55); Ruiz Almeida e López Sánchez (2017, p. 295). Tradução e adaptação nossas.

Nessa vertente, a autogestão, característica das cooperativas, é um elemento fundamental na construção de um socialismo adaptado às necessidades do século

XXI e remontaria as clássicas proposições de Marx.¹⁹⁷ Para muitos intelectuais o processo de autocrítica e reconstrução do socialismo¹⁹⁸ exige a democracia e a autogestão como valores que orientem a transição socialista na atualidade¹⁹⁹, como é o caso de Gambina e Roffinelli (2011), para os quais a autogestão é um elemento fundamental para que os trabalhadores criem uma nova subjetividade, já que o socialismo, como apontava Che, não deve ser apenas uma simples fórmula de distribuição de bens materiais, mas deve contribuir para a formação de uma nova consciência – *el hombre nuevo*.

Nesse mesmo diapasão, o filósofo István Mészáros sustenta que o socialismo exige o autocontrole (autogestão) da produção e da alocação do excedente social. Para Mészáros (1999, p. 24-25, grifos nossos),

A Teoria do valor-trabalho só pode deixar de operar mediante uma transformação socialista radical. Essa é a primeira coisa a se enfatizar. Para se desfazer da Teoria do valor-trabalho, você deve desfazer-se da extração e alocação do “sobretalho” por qualquer tipo de corpo externo, seja ele

¹⁹⁷ Como sustenta o professor Eleutério Prado (2014, p. 76, grifos nossos), “[...] o socialismo delineado por Marx requer necessariamente o **planejamento descentralizado e democrático** – e não o planejamento centralizado, posto em prática no “socialismo real”. O socialismo é a superação tanto da sociedade natural, espontânea e anárquica quanto da sociedade construída, administrada e hierárquica. O socialismo é uma formação social constituída pela associação heterogênea e pluralista de pessoas livres e emancipadas. **Ele se organiza economicamente com base na autogestão, comunitária, consciente e democrática de trabalhadores.** Pressupõe, assim, que a complexidade do social se desenvolve como uma totalidade descentrada. Na mesma linha, Ruy Mauro Marini (1998, p. 123, grifos nossos) argumenta que: “**O controle operário, a co-gestão e a autogestão das empresas;** [...] a participação e o controle popular sobre as políticas orçamentária, educacional, de saúde, de transporte público, junto à reivindicação de uma maior autonomia regional e local; [...] são alguns dos instrumentos de que as massas estão lançando mão, aqui e ali, para defender seus interesses, elevar sua cultura política e amadurecer seu espírito revolucionário. É por este caminho que elas estão se capacitando para — diferentemente do que ocorreu até agora nas revoluções socialistas — assumirem, elas mesmas, a direção do processo de transição socialista. O que, ao fim e ao cabo, é a única garantia segura de seu êxito.

¹⁹⁸ Figueroa Albelo (2003, p. 7, grifos nossos), por exemplo, reconhece que “[...] *hay esencias del socialismo que no fueron resultas por el modelo eurosoviético. Una civilización socializada supone la autogestión participativa en todas las esferas, la intervención de todos en la vida económica y social. Una democracia participativa integral y efectiva donde encuentre su realización más plena el hombre emancipado, solidario e internacionalista* [...]”.

¹⁹⁹ Esses elementos são particularmente evidenciados no corpo discursivo do chamado *Socialismo del siglo XXI*, da Revolução Bolivariana, que procura pautar-se pela propriedade coletiva (não necessariamente estatal) dos meios de produção e democratização de todas as esferas da vida social, mas mantendo a propriedade privada (BORÓN, 2014). Seguindo a argumentação de Hugo Chávez (BENÍTEZ, 2005), o *Socialismo del siglo XXI*, pauta-se por uma nova moral que recupera o sentido ético da vida, por uma democracia participativa que expressa o poder popular, por uma conciliação entre liberdade e igualdade e, por último, considerando “[...] *lo estrictamente económico, el nuevo socialismo requiere cambios en dirección del asociativismo, la propiedad colectiva, el cooperativismo y una amplia gama de experiencias de autogestión y cogestión, así como diversas formas de propiedad pública y colectiva*” (BORÓN, 2014, p. 242, grifos nossos).

político ou econômico. Mas para tanto você deve mudar o sistema em seu todo. **Em outras palavras, podemos falar de socialismo apenas quando as pessoas estiverem controlando suas próprias atividades e da alocação de seus frutos para seus próprios fins.** Isso significa a **auto-atividade** e o **autocontrole** da sociedade pelos “produtores associados”, como Marx afirmara. Naturalmente, os “produtores associados” não podem controlar suas atividades e seus objetivos a menos que eles controlem a alocação do excedente socialmente produzido. Inconcebível, portanto, instituir o socialismo se um corpo separado permanece no controle da extração e apropriação do sobretrabalho.

Fica evidenciado, assim como abordamos também no primeiro capítulo deste trabalho, que para Marx, a autogestão dos meios de produção pelos próprios trabalhadores seria uma condição fundamental para o socialismo. Particularmente no caso de Cuba, que se encontra em uma transição extraordinária ao socialismo, partindo do subdesenvolvimento, há todavia que se respeitar a *Ley del cambio gradual de las formaciones económico-sociales* leninista (YERA, 2017).

Com base nas nossas leituras ao longo da investigação, entendemos que mesmo que existam distintas posições disputando o processo de *actualización*, não há a vitória de nenhuma das três perspectivas ‘puras’ apresentadas por Piñeiro Harnecker (2012b). Nos documentos do PCC, nas legislações e na política concreta, que analisamos adiante, há uma síntese das três perspectivas de socialismo, porém com prevalência da perspectiva estatista. Isto é, a longa tradição estatista não foi demolida e o PCC segue definindo a propriedade estatal (redefinida para *propiedad de todo el pueblo*), a empresa estatal e a planificação da economia como alicerces centrais da transição socialista cubana. Não obstante, há uma clara abertura para formas de gestão não estatal (outras formas de propriedade), para uma maior presença de mecanismos de mercado e a inovação das CNA, sempre sobre o controle do Estado. Mesmo que com participação ainda minoritária dessas outras formas de gestão, a síntese demonstra que Cuba está adotando o que recomenda a correta compreensão do legado leninista²⁰⁰:

²⁰⁰ O historiador húngaro Tamás Krausz, biógrafo intelectual de Lênin, expõe que no pensamento original do revolucionário russo estão presentes as três concepções apontadas por Piñeiro Harnecker (2012b). A absolutização da forma estatal do Comunismo de Guerra, associado ao ‘socialismo de mercado’; a NEP, associada ao ‘socialismo de mercado’ e “[...] **a concepção de socialismo fundada em uma produção autogeradora – baseada em necessidades, democracia direta, empreendimentos cooperativos e no ‘sistema cooperativo’ de produção e consumo coletivo –**

*No nos entregaremos a un 'socialismo sentimental' [...]. Podemos utilizar, y dado que es necesario, **debemos aprender a utilizar todas las formas económicas de transición para fortalecer los vínculos entre el campesinado y el proletariado, para reanimar inmediatamente la economía del país martirizado y arruinado, para elevar la industria y facilitar futuras medidas más amplias y profundas** [...]* (LENIN, 1978, p. 559, grifos nossos).²⁰¹

Para Yera (2017), Cuba encontra-se em uma situação semelhante à da China em 1978 e do Vietnã em 1986. Cuba, frente ao vazio que o fim da URSS deixou e o atraso das forças produtivas em comparação com os países do mundo capitalista, deve “[...] utilizar **adecuadamente**, a diferencia del pasado, **todos** los tipos de propiedad en el universo empresarial para impulsar activamente el desarrollo de sus fuerzas productivas, mientras esperan por el triunfo del socialismo en los colosos [del capitalismo]” (YERA, 2017, [s. p.], grifos do autor)²⁰², e isso sem abandonar o sistema empresarial estatal como alicerce central da estrutura econômica. Desta forma, para Yera (2017, [s. p.]), com base no legado leninista, é teoricamente possível a construção do socialismo em Cuba “[...] a partir del desarrollo de su propia NEP representada por la Conceptualización del Modelo Económico y Social de Desarrollo Socialista [2016], la cual contempla todos los tipos de propiedad. El asunto es combinarlos convenientemente e interrelacionarlos.”²⁰³

O líder bolchevique ensinara que “[...] quanto mais atrasado é o país que, em virtude dos ziguezagues da história, teve de começar a revolução socialista, mais difícil é para ele passar das velhas relações capitalistas para as socialistas. [...]” (LENINE,

remonta o modo de pensar de Lênin [...]. Portanto, sob vários aspectos, os socialistas de mercado, os socialistas de Estado e os ‘autogestionários’ poderiam, todos, ser remontados a Lênin, cuja postura teórica sobre o socialismo era fundamentada no conceito marxista de autogoverno social” (KRAUSZ, 2017, p. 515, grifos nossos). Ocorre que correntes e facções políticas e intelectuais passaram a reivindicar essas posições separadamente.

²⁰¹ “Não nos entregaremos a um ‘socialismo sentimental’ [...]. Podemos utilizar, e dado que é necessário, devemos aprender a utilizar todas as formas econômicas de transição para fortalecer os vínculos entre o campesinato e o proletariado, para reanimar imediatamente a economia do país martirizado e arruinado, para alavancar a indústria e facilitar futuras medidas mais amplas e profundas” (LENIN, 1978, p. 559, tradução nossa).

²⁰² “[...] utilizar **adecuadamente**, diferentemente do passado, **todos** os tipos de propriedade no universo empresarial para impulsionar ativamente o desenvolvimento das forças produtivas, enquanto esperam pelo triunfo do socialismo no colossos [do capitalismo]” (YERA, 2017, [s. p.], grifos do autor).

²⁰³ “[...] a partir do desenvolvimento de sua própria NEP representada pela Conceptualização do Modelo Econômico e Social de Desenvolvimento Socialista [2016], o qual contempla todos os tipos de propriedade. O assunto é combiná-los convenientemente e integrá-los” (YERA, 2017, [s. p.]).

1980, p. 499). Assim, nos marcos da NEP e da sua heterogeneidade de formas de propriedade pensada para a Rússia, havia um papel especial destinado às cooperativas. Diferentemente, das propostas utópicas dos cooperativistas do século XIX ou do cooperativismo como braço para alavancar a acumulação capitalista, em uma transição socialista as cooperativas, cumpririam um importante papel na socialização da produção.²⁰⁴ Em um texto de 1923, Lenin (2017, p. 554) reconheceu:

[...] No fundo, tudo aquilo de que necessitamos é de cooperativizar a população russa em grau suficientemente profundo e amplo sob o domínio da NEP, pois agora encontramos o meio de combinar os interesses privados, os interesses comerciais privados, da sua verificação e controle pelo Estado, o meio da sua subordinação aos interesses gerais.

Portanto, o processo de atualização cubano ao aproveitar este potencial das cooperativas trilha uma das pistas sobre o processo de transição deixadas por Lenin. Destarte, a crise da economia cubana se apresenta como uma oportunidade para atualizar os caminhos da transição socialista. Uma oportunidade para se fazer uma autocrítica do processo de transição socialista que existiu para que um novo processo possa surgir mantendo as conquistas do período anterior. Uma oportunidade para retomar a luta pela construção de *formas superiores de organização social* sob novas bases. Ou seja, o processo de construção do socialismo não se finda, mas entra numa nova fase de negação para posterior superação. Respostas seguras não existem, é a práxis que há de mostrar se as escolhas do presente estão certas ou não. Assim como a implementação da NEP russa gerou muitas contradições, a *actualización* cubana terá que enfrentar outras tantas, como reflete Alzugaray Treto (2009, p. 46, grifos nossos):

*¿Cuáles son las bases para la edificación de una sociedad justa que responda a los ideales socialistas? Habrá que resolver **las contradicciones entre las distintas formas de propiedad; entre la centralización y la descentralización; entre los estímulos morales y los materiales; entre el desarrollo de las fuerzas productivas y el de la conciencia revolucionaria.** Lo que ha demostrado la historia de Cuba, y la de otros modelos, es que la hipercentralización, la subestimación de las leyes del mercado, el inadecuado manejo de la relación entre las distintas formas de estímulo y el menosprecio de la eficiencia y desarrollo de las fuerzas*

²⁰⁴ “[...] Com a propriedade social dos meios de produção, com a vitória de classe do proletariado sobre a burguesia, o regime dos cooperadores cultos é o regime socialista” (LENIN, 2017, p. 558).

*productivas conducen a callejones sin salida y no propician la formación del hombre nuevo. Si bien **hay peligros evidentes en el uso irrestricto de los mecanismos de mercado**, ignorar la necesidad de progreso y prosperidad de los ciudadanos colectiva e individualmente no es la solución al problema. Como dijera Martí: 'Pero, en lo común de la naturaleza humana, se necesita ser próspero para ser bueno.'*²⁰⁵

Entendemos que, mesmo considerando eventuais perigos, o PCC e as lideranças cubanas estão atualizando o modelo econômico e social sob um indubioso controle e supervisão do Estado, para, assim como ensinou Lênin, aproveitar da melhor maneira todas as formas de propriedade para obter o máximo progresso social. Este caminho é tortuoso e exige cautela, por isso é transcorrido lentamente, mas se segue, '*sin prisa, pero sin pausa*', para que os erros cometidos ao longo da jornada sejam analisados e retificados para que não se generalizem

Feitas essas considerações de cunho mais teórico que consideramos relevantes, avançamos na seção seguinte para o debate do marco legal das CNA.

4.3 O MARCO LEGAL DAS COOPERATIVAS NO AGROPECUARIAS

4.3.1 Os *Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución de 2011*

Como já fora exposto, em abril de 2011, no VI Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC), foi aprovado o documento *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, no qual se indicam as diretrizes que devem orientar a reformulação do modelo econômico e social cubano nos anos seguintes. No debate, liderado por Raúl Castro, para promover mudanças estruturais e

²⁰⁵ "Quais são as bases para a edificação de uma sociedade justa que responda aos ideais socialistas? Haverá que resolver as contradições entre as distintas formas de propriedade; entre a centralização e a descentralização; entre os estímulos morais e os materiais; entre o desenvolvimento das forças produtivas e a consciência revolucionária. O que demonstra a história de Cuba, e a de outros modelos, é que a hipercentralização, a subestimação das leis do mercado, o inadequado manejo das relações entre as distintas formas de estímulo e o menosprezo da eficiência de desenvolvimento das forças produtivas conduzem a becos sem saída e não propiciam a formação do homem novo. Se bem que há perigos evidentes no uso de mecanismos de mercado, ignorar a necessidade do progresso e prosperidade dos cidadãos coletiva e individualmente não é a solução do problema. Como dissera Martí: 'Mas, em comum à natureza humana, se necessita ser próspero para ser bom'" (ALZUGARAY TRETO, 2009, p. 46, tradução nossa).

conceituais no modelo socialista cubano abriu-se uma frente para a utilização de formas de propriedade e gestão não estatais, dentre elas as futuramente chamadas *cooperativas no agropecuarias* ganharam relevância.

Já no primeiro item dos *Lineamientos (Modelo de gestión económica)* aparece o ponto nevrálgico da proposta que passou a orientar o governo cubano nesta última década no sentido da atualização do modelo económico e social. Indica o documento, já no seu primeiro *lineamiento*, que o sistema de planificação socialista seguirá sendo central na direção da economia nacional, porém passará por transformações metodológicas, organizacionais e da forma como executa o controle da atividade econômica. Ademais, se reconhece o papel do mercado²⁰⁶ e se propõe influir sobre o mesmo levando em conta suas características e especificidades (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a).

Portanto, para garantir a continuidade e a irreversibilidade do socialismo e para sustentar os valores históricos da revolução de igualdade e soberania, os *Lineamientos* indicam que o Estado e a planificação seguirão como os alicerces centrais no controle e gestão do meios de produção, enquanto o mercado e as formas não estatais serão admitidos e ganharão mais espaço para contribuir com o desenvolvimento nacional e maiores ganhos de eficiência, porém submetidas ao plano (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a).

O segundo *lineamiento* ratifica a centralidade da empresa estatal socialista como a forma principal da estrutura econômica nacional cubana mas reconhece e se propõe a promover o setor não estatal, a saber, “[...] *las modalidades de inversión extranjera previstas en la ley (empresas mixtas, contratos de asociación económica internacional, entre otras), las cooperativas, los agricultores pequeños, los usufructuarios, los arrendatarios, los trabajadores por cuenta propia y otras formas [...]*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a, p. 10, grifos nossos).²⁰⁷ Nos

²⁰⁶ O *Lineamiento* número 1, na versão em que constava no *Proyecto de lineamientos*, antes dos debates a que foram submetidos junto aos trabalhadores cubanos, não possuía a expressão mercado. Foi a partir dos debates nas diversas instâncias que se deu importância a relação Estado-mercado e foram apresentadas 52 propostas em 13 províncias no sentido de definir o papel que terá o mercado no modelo económico e social cubano (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

²⁰⁷ “[...] as modalidades de investimento estrangeiro previstas na lei (empresas mistas, contratos de associação econômica internacional, entre outras), as cooperativas, os pequenos agricultores, o

Lineamientos não está indicado se o fomento às cooperativas de produção será prioritário em relação às formas privadas, no entanto, declarações de Marino Murillo, do *Ministerio De Economía y Planificación* (MEP), indicavam que o cooperativismo seria promovido no setor de serviços e industrial e teria uma condução especial por se tratar de uma forma mais socializada e que, por não se pautar fundamentalmente pela contratação de força de trabalho assalariada, tende a evitar a concentração de riqueza e a exploração do trabalho (PIÑEIRO HARNECKER, 2012).

O PCC e o governo cubano esperavam que as empresas estatais e as formas não estatais, em seu conjunto, contribuíssem para a melhoria da eficiência na produção e oferta de bens e serviços à população. Ocorre que tais formas não estatais, nas quais figuram formas de propriedade privada individual (*cuentapropismo*) e formas de propriedade privada coletiva (cooperativas) podem possibilitar acumulação de riquezas por parte destes proprietários²⁰⁸ e ao invés de colaborar com a redução das desigualdades, que se manifestaram em Cuba após a derrocada da URSS, podendo agravá-las. Por este motivo, o *lineamiento* número 3 é taxativo determinando que não se permitirá a concentração de propriedade em pessoas jurídicas ou físicas²⁰⁹ nas formas de gestão não estatais (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a).

Além disso, fica expresso no *lineamiento* 5 que *la planificación* – que abrange o sistema empresarial estatal, a *actividad presupuestada*²¹⁰ e as associações econômicas internacionais –, terá como função regular as formas de gestão não estatais (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a). Dessa forma, fica indicado no documento que a atualização do modelo econômico e social cubano será

usufrutuários, os arrendatários, os trabalhadores por conta própria e outras formas [...]” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a, p. 10, tradução nossa).

²⁰⁸ Apesar deste não ser o objetivo das cooperativas, há muitos casos de ruptura com os princípios e a cooperativa opera de forma muito semelhante a uma empresa privada.

²⁰⁹ “*Personas naturales*”.

²¹⁰ As *unidades presupuestadas* em Cuba são entidades cujo objetivo social não é a geração de excedente e sim a satisfação de determinadas demandas da população ou de instituições. Como exemplo pode-se citar o Banco de Sangue e outras entidades do setor de saúde pública, que por serem gratuitas, desaparece seu caráter mercantil. Não obstante, para a oferta desses serviços são efetuados *gastos presupuestales*, ou gastos sociais, que são mensurados através de relações monetário mercantis (ODRIOZOLA GUITART; COLINA HERNÁNDEZ, 2017).

acompanhada por mecanismos de controle governamental para que as mudanças cumpram os objetivos que foram traçados.²¹¹

As transações entre as empresas estatais ou mistas, *unidades presupuestadas* e as formas de gestão não estatais serão estabelecidas por meio de contratos em que se observará e exigirá a “[...] *calidad del proceso de negociación, elaboración, firma, ejecución, reclamación y control del cumplimiento de los mismos como instrumento esencial para la gestión económica*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a, p. 11).²¹²

Dos 313 *lineamientos* que constituem o documento aprovado pelo pleno do PCC, 5 tratam especificamente da caracterização da forma cooperativa de gestão não estatal – do *lineamiento* 25 até o *lineamiento* 29. Apresentam-se aí as concepções mais gerais que serviram de guias para a formulação das normas jurídicas sobre as cooperativas que foram aprovadas em 2012. Importante frisar que o documento aprovado em 2011 ainda não especificava o termo *cooperativas no agropecuarias*, mas indicava que a implementação de cooperativas seria em *diferentes sectores*, como fica expresso no *lineamiento* 25²¹³ a seguir:

Se crearán las cooperativas de primer grado como una forma socialista de propiedad colectiva en diferentes sectores, las que constituyen una organización económica con personalidad jurídica y patrimonio propio, integradas por personas que se asocian aportando bienes o trabajo, con la finalidad de producir y prestar servicios útiles a la sociedad y asumen todos sus gastos con sus ingresos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a, p. 12, grifos nossos).²¹⁴

²¹¹ Para autores como Mesa-Lago (2019), que são críticos ao controle estatal, essas medidas são uma camisa de força que impede o avanço da economia cubana.

²¹² “[...] qualidade do processo de negociação, elaboração, assinatura, execução, reclamação e controle do cumprimento dos mesmo como instrumento essencial para a gestão econômica” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a, p. 11, tradução nossa).

²¹³ O tema das cooperativas suscitou intensos debates na fase de discussão do *Proyecto de Lineamientos*. No que se refere somente ao *lineamiento* 25, que estava assim redigido inicialmente: as cooperativas “*estarán basadas en la libre disposición de los trabajadores a asociarse en ellas. Pueden ser propietarias de los medios de producción, arrendarlos o emplearlos en usufructo permanente*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b, p. 6), surgiram 1.130 dúvidas em todos o país no sentido de elucidar e especificar o conceito de cooperativa. Além disso, incluiu-se na redação final que a cooperativa é uma forma socialista de propriedade coletiva, a partir de 29 sugestões provenientes de 9 províncias.

²¹⁴ “Se criarão as cooperativas de primeiro grau como uma forma socialista de propriedade coletiva em diferentes setores, as que constituem uma organização econômica com personalidade jurídica e patrimônio próprio, integradas por pessoas que se associam aportando bens ou trabalho, com a

A abertura ao *sector no estatal*, como já foi exposto, busca alcançar maiores níveis de eficiência e produtividade sem perder de vista a construção de relações sociais de produção socialistas. Dessa forma, pode-se depreender a partir dos *Lineamientos* que a constituição de cooperativas, em *diferentes sectores* para além do agrícola, cumpre importante papel, uma vez que sendo uma *forma socialista de propiedad colectiva*²¹⁵ (como está posto no *lineamiento*) podem assumir atividades econômicas anteriormente estatais de maneira mais socializada do que na forma da empresa de propriedade privada ou na forma de trabalho por conta própria (PIÑEIRO HARNECKER, 2014).²¹⁶ Além disso, estariam também orientando a promoção de CNA os seguintes objetivos, segundo Piñeiro Harnecker (2014, p. 293):

[...] *permitir a las empresas estatales concentrarse en sus actividades principales, contratando a las cooperativas servicios de apoyo y otras actividades secundarias; generar empleo estable y no precario como alternativa para los trabajadores redundantes en las empresas estatales, y para la población en general; satisfacer necesidades de los territorios, ofreciendo bienes y servicios deficitarios con calidad y a precios asequibles para la población; aumentar y diversificar la oferta de servicios y bienes de consumo de manera socialmente responsable y autosustentable.*²¹⁷

O *lineamiento* 26 reconhece a cooperativa como uma forma de *propiedad social* e determina que, por este motivo, a futura norma jurídica deverá impedir que sejam vendidas, que sua propriedade seja transmitida a outras cooperativas, outras formas de gestão não estatal ou *personas naturales* (pessoas físicas). Uma vez que a atualização do modelo econômico e social planeja que parte da propriedade das empresas estatais se tornará cooperativa, o documento do PCC indica uma preocupação que essa propriedade possa ser negociada ou acumulada por outros

finalidade de produzir e prestar serviços úteis à sociedade e assumem todos seus gastos com seus rendimentos” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a, p. 12, tradução nossa).

²¹⁵ Apesar de se tratar juridicamente como uma forma de propriedade privada coletiva, nos marcos da atualização cubana se reconhece o caráter superior da propriedade cooperativa e se lhe atribui a caracterização de *forma socialista de propiedad colectiva* e, mais adiante no documento, forma de propriedade social.

²¹⁶ Como apontamos na seção anterior, assim também pensava Lenin (2017).

²¹⁷ “[...] permitir as empresas estatais concentrar-se em suas atividades principais, contratando das cooperativas serviços de apoio e outras atividades secundarias; gerar emprego estável e não precário como alternativa para os trabalhadores em excesso das empresas estatais, e para a população em geral; satisfazer necessidades dos territórios, oferecendo bens e serviços deficitários com qualidade e a preços acessíveis para a população, aumentar e diversificar a oferta de serviços e bens de consumo de maneira socialmente responsável e autossustentável” (PIÑEIRO HARNECKER, 2014, p. 293, tradução nossa).

tipos de unidades econômicas e apresenta como solução preventiva a proibição dessas negociações (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a).²¹⁸

As cooperativas poderão estabelecer contratos para fornecimento de bens e serviços com outras cooperativas, empresas, *unidades presupuestadas* e outras formas não estatais. Após o cumprimento das metas de fornecimento estabelecidas com o Estado pela planificação, será permitido a realização de vendas livremente sem intermediação.²¹⁹ Após o pagamento dos impostos e com base na futura legislação as cooperativas decidirão como repartir as sobras entre os trabalhadores associados. Tais indicativos aparecem nos *lineamientos* 27 e 28.

O *lineamiento* 29, último que trata especificamente das cooperativas, define o conceito das cooperativas de segundo grau.²²⁰ Estas poderão se constituir a partir da associação de cooperativas de primeiro grau e terão personalidade jurídica e patrimonial próprias. A principal finalidade da associação de cooperativas em cooperativas de segundo grau é formar cadeias de produção em que as cooperativas associadas agregam valor aos seus produtos e serviços. Também buscam com a união realizar compras e vendas em conjunto de forma mais eficiente e com menores custos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a).

4.3.2 O pacote normativo das Cooperativas no Agropecuarias de 2012

Os *Lineamientos*, aprovados em 18 de abril de 2011, criaram as bases iniciais para que se discutisse o marco legal para a criação das CNA. Contudo, a autorização para a criação de cooperativas no setor de produção e serviços não agropecuários da economia só foi dada em caráter experimental no mês de novembro de 2012. A referida legislação foi publicada na *Gaceta Oficial de la República de Cuba* em 11 de

²¹⁸ Na maior parte dos casos, entretanto, a propriedade segue estatal e somente é arrendada à cooperativa.

²¹⁹ A possibilidade de vendas livres sem intermediação não figurava na versão preliminar do *Proyecto de Lineamientos*.

Após os debates foi incluída a partir de 438 sugestões em 14 províncias (PCC, 2011b).

²²⁰ O *lineamiento* 29 também gerou intensos debates. Foram 993 dúvidas que surgiram a partir da versão inicial do *Proyecto de Lineamientos* que foram elucidadas e resultaram na conceituação da cooperativa de segundo grau.

dezembro de 2012 e, já em julho de 2013, entraram em operação 16 das 126 cooperativas que o governo autorizou funcionar experimentalmente.²²¹

O pacote legislativo que regulou²²² a implementação experimental de cooperativas não agropecuárias é composto pelos seguintes documentos:

- *Decreto-Ley No. 305 – “De las cooperativas no agropecuarias”– Consejo de Estado (CUBA, 2012a).*
- *Decreto-Ley No. 306 – “Del régimen especial de seguridad social de los socios de las cooperativas no agropecuarias” – Consejo de Estado (CUBA, 2012b).*
- *Decreto No. 309 – “Reglamento de las cooperativas no agropecuarias de primer grado” – Consejo de Ministros (CUBA, 2012c).*
- *Resolución No. 570/2012 do Ministerio de Economía y Planificación (CUBA, 2012d), que aprova e põe em vigor o procedimento de licitação para CNA.*
- *Resolución No. 427/2012 do Ministerio de Finanzas y Precios (CUBA, 2012e), que estabelece regras para preços e patrimônio estatal, constituição de fundo público e a Norma Especifica de Contabilidade para as CNA.*
- *Ley No. 113/2012 – “Del sistema tributario”: Título II –Del impuesto sobre las Utilidades, Capítulo II –De los regimientos especiales, Sección IV –Del Régimen Especial para el Sector Cooperativo no Agropecuario. Asamblea Nacional del Poder Popular (CUBA, 2012f).*

O *Decreto-Ley No. 305 del Consejo de Estado* e o *Decreto No. 309 del Consejo de Ministros* estabelecem em caráter experimental as normas que regulam as constituição, registro, funcionamento e extinção de CNA de primeiro grau. As CNA aparecem na sociedade cubana em um ambiente de desconhecimento e incerteza sobre essa forma de gestão coletiva, uma vez que foram mais de quatro décadas

²²¹ E o processo de formação de cooperativas seguiu seu curso: conforme notícia veiculada no site do Granma, de 30 de abril de 2014, já existiam na ilha a proposta de implantação de “[...] 452 asociaciones de este tipo en los sectores de comercio, gastronomía y servicios; construcción; transporte; industria y alimentación; y recientemente las ramas de energía y servicios contables acogieron esta modalidad de gestión” (GRANMA, 2014, acesso em 05 out. 2014). No próximo capítulo abordaremos especificamente o processo de implementação das CNA.

²²² Essa legislação teve validade até 28 de outubro de 2019. A partir do dia 29 de outubro de 2019 passou a vigorar um novo conjunto de normas aperfeiçoadas que mostraremos mais adiante.

com presença praticamente total da forma de gestão estatal, mas deve-se destacar que as cooperativas sempre estiveram presentes no campo por todo este período, como mostramos no capítulo anterior. A despeito do caráter experimental do processo de implementação, tudo indica que as CNA vieram para ficar. O termo experimental se refere muito mais ao marco jurídico, passível de reformulações e ajustes, do que propriamente a forma de gestão não estatal com base em cooperativas.

Pretendia-se apresentar uma legislação para cooperativas de segundo grau 360 dias após o pacote legislativo de 2012 (mas até a atualidade não foi promulgada tal lei). Além disso, os setores mais entusiastas da implantação de CNA aguardam com expectativa a promulgação da *Ley General Cooperativa*, que superaria o caráter experimental na norma jurídica atual das CNA, permitiria maior segurança jurídica e incorporaria mudanças e ajustes com base nas experiências das cooperativas já constituídas até a atualidade, porém a lei geral também não foi discutida nem aprovada.²²³

Os decretos, leis e resoluções listados acima foram válidos até 28 de outubro de 2019, quando passou a vigorar um novo marco legal aperfeiçoado para as CNA. Portanto, para caracterizar a implementação das CNA em Cuba nesses pouco mais de seis anos é preciso recorrer ao pacote legislativo de 2012. Por isso, trataremos das principais questões do marco jurídico antigo, que valeu de 2013 a 2019, e na sequência apresentaremos a título de complementação do debate os principais aperfeiçoamentos que passaram a vigorar no fim de 2019.

Começemos pelo mais trivial. A forma como o *Decreto-Ley No. 305* define a cooperativa²²⁴

²²³ As reformulações na legislação de 2019, que abordaremos adiante, não configuram uma lei geral de cooperativas. Uma lei geral normatizaria CNA, CCS, CPA e UBPC, autorizaria cooperativas de segundo grau, federações, dentre outras medidas.

²²⁴ A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade que representa internacionalmente o movimento cooperativo, define a cooperativa como uma “*Asociación autónoma compuesta principalmente de personas unidas voluntariamente para satisfacer sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales comunes a través de una empresa de propiedad conjunta y control democrático que actúa según unos valores y principios acordados internacionalmente tal como*

[...] es una organización con fines económicos y sociales, que se constituye voluntariamente sobre la base del aporte de bienes y derechos, y se sustenta en el trabajo de sus socios, cuyo objetivo general es la producción de bienes y la prestación de servicios mediante la gestión colectiva, para la satisfacción del interés social y el de los socios (CUBA, 2012a, p. 249).²²⁵

As cooperativas possuem personalidade jurídica e patrimônio próprios, usam os bens sob sua propriedade, cobrem seus gastos com suas próprias receitas e respondem às suas obrigações com seu patrimônio. Todos os sócios devem se associar voluntariamente e devem contribuir com o seu trabalho, mesmo que tenham aportado bens e direitos (CUBA, 2012a). Para além de fins econômicos as cooperativas também possuem fins sociais, que devem estar ligados às demandas locais dos territórios em que se encontram, por isso está atrelada a forma cooperativa a ideia de que o trabalho coletivo e cooperado pode satisfazer determinadas anseios sociais e contribuir tanto com o desenvolvimento local, quando com o desenvolvimento do socialismo cubano.

O *Artículo 4* do *Decreto-Ley No. 305* define os princípios que devem sustentar a formação de CNA (Quadro 6). Trata-se de uma adaptação às necessidades cubanas dos 7 princípios que regem o cooperativismo internacionalmente ligados a Aliança Cooperativa Internacional (ACI)²²⁶, os quais evoluíram dos princípios da Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale²²⁷ (1844), considerados fundadores do cooperativismo junto com Robert Owen (1771-1858), que os inspirou.

Importa ressaltar que, como vem sendo exposto, a implantação de CNA inseriu-se no contexto de atualização do modelo econômico cubano que pretende garantir as conquistas da revolução e avançar na construção do socialismo. Nesse sentido, as

describe la Alianza Cooperativa Internacional. Los miembros suelen recibir una retribución limitada, si la hubiera, sobre el capital aportado como requisito de afiliación a la cooperativa” (ACI, 2018, p. 63).

²²⁵ “[...] é uma organização com fins econômicos e sociais, que se constitui voluntariamente sobre a base do aporte de bens e direitos, e se sustenta no trabalho de seus sócios, cujo objetivo geral é a produção de bens e prestação de serviços mediante a gestão coletiva, para a satisfação do interesse social e dos sócios” (CUBA, 2012a, p. 249, tradução nossa).

²²⁶1) Livre acesso e adesão voluntária; 2) Controle, organização e gestão democrática; 3) Participação econômica dos seus associados; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, capacitação e informação; 6) Cooperação entre cooperativas; 7) Compromisso com a comunidade.

²²⁷1) Livre adesão e livre retiro; 2) Controle democrático; 3) Neutralidade política, radical e religiosa; 4) Vendas à vista, em dinheiro; 5) Devolução de excedentes; 6) Interesse limitado sobre o capital; 7) Educação contínua.

cooperativas, como está exposto no 6º princípio devem contribuir com o desenvolvimento nacional planejado sem um espírito especulativo que vise apenas a acumulação material (Quadro 6).

Quadro 6 – Princípios que orientam as Cooperativas no Agropecuarias cubanas

PRINCÍPIOS	DEFINIÇÃO
1 – Voluntariedad	<i>La incorporación y permanencia de los socios en la cooperativa es libre y voluntaria.</i>
2 – Cooperación y ayuda mutua	<i>Todos los socios trabajan y se prestan ayuda y colaboración entre sí, para alcanzar los objetivos de la cooperativa.</i>
3 – Descisión colectiva e igualdad de derecho de los socios	<i>Los actos que rigen la vida económica y social de la cooperativa se analizan y deciden en forma democrática por los socios, que participan en la toma de decisiones con iguales derechos.</i>
4 – Autonomía y sustentabilidad económica	<i>Las obligaciones se cubren con los ingresos. Pagados los tributos establecidos, crean los fondos y las utilidades se reparten entre sus socios en proporción a su contribución al trabajo.</i>
5 – Disciplina cooperativista	<i>Todos los socios aportan su trabajo en la cooperativa; conocen, cumplen y acatan conscientemente las disposiciones que regulan su actividad, así como los acuerdos de sus órganos de dirección y administración, y demás regulaciones que sean de aplicación a la cooperativa.</i>
6 – Responsabilidad social, contribución al desarrollo planificado de la economía y al bienestar de sus socios e familiares	<i>Los planes de las cooperativas tienen como objetivo contribuir al desarrollo económico y social sostenible de la nación, proteger el medio ambiente, desarrollar sus actividades sin ánimo especulativo y garantizar el cumplimiento disciplinado de las obligaciones fiscales y otras. Trabajan por fomentar la cultura cooperativista y por las satisfacciones de las necesidades materiales, de capacitación, sociales, culturales, morales y espirituales de sus socios y familiares.</i>
7 – Colaboración y cooperación entre cooperativas y con otras entidades	<i>Las cooperativas se relacionan entre sí y con otras entidades estatales o no, mediante contratos, convenios de colaboración, intercambio de experiencias y otras actividades lícitas.</i>

Fonte: Decreto-ley No. 305 (CUBA, 2012a). Elaboração nossa.

O cumprimento dos princípios estabelecidos no Decreto-Ley No. 305 é um bom indicador do bom funcionamento das CNA, pois elas não devem apenas ter um bom desempenho econômico e mostrarem-se sustentáveis, precisam também praticar a autogestão e contribuir com o desenvolvimento social para concretamente serem uma forma de propriedade social superior. Quanto a isso, segundo Piñeiro Harnecker (2014), há uma lacuna na legislação que não criou um órgão superior de fiscalização das cooperativas. A autora considera que seria importante criar uma

espécie de Instituto Cooperativo, para representar as CNA junto ao Estado²²⁸, mas também para fiscalizar o funcionamento das CNA. Este instituto também seria responsável por credenciar instituições para realizar formações voltadas ao cooperativismo, um outro ponto deficiente no marco legal e no processo e implementação das CNA em Cuba.²²⁹

Chama a atenção também na exposição dos princípios cooperativos do *Decreto-ley* No. 305, a ausência do princípio relacionado à educação ou educação contínua.²³⁰ Classicamente, as cooperativas tem como princípio a busca pela formação dos seus sócios com base na filosofia cooperativista. Provavelmente, pelo fato de Cuba possuir uma educação gratuita e universal, intuímos que o legislador confundiu a educação formal com a educação para o cooperativismo. Como pontua Piñeiro Harnecker (2014, p. 305), “[...] *el hecho de que nuestra población tenga un alto nivel de instrucción no elimina la importancia y necesidad de que los miembros de las cooperativas dominen las particularidades organizativas y éticas de esas organizaciones*”.²³¹

As CNA não são subordinadas a nenhuma entidade estatal, porém seguem vinculadas ao *Organismo de la Administración Central del Estado* (OACE) que rege a atividade econômica que desempenham. É papel desses organismos (ministérios, governos municipais ou provinciais) zelar para que a cooperativa cumpra as normas técnicas e de qualidade, porém o organismo não pode interferir na gestão democrática da cooperativa nem fiscaliza seu processo de gestão. Como veremos adiante, esse mesmo organismo que autoriza o funcionamento da cooperativa pode solicitar a extinção da CNA.

²²⁸ Como a *Asociación Nacional de Agricultores Pequeños* (ANAP) que representa as cooperativas agrícolas.

²²⁹ Apesar de Cuba ter cooperativas desde 1959 no campo, como abordamos anteriormente não há uma cultura de cooperativismo consolidada. Além disso, no caso das cooperativas formadas a partir de entidades estatais seria fundamental que os sócios passassem por um processo de formação sobre o cooperativismo. Alguns sócios, principalmente os administradores, realizaram cursos de carga horária muito reduzida (20h a 30h).

²³⁰ Como aparecem nos sete princípios da ACI e dos Pioneiros de Rochdale.

²³¹ “O fato de que nossa população tenha um alto nível de instrução não elimina a importância e necessidade de que os membros das cooperativas dominem as particularidades organizativas e éticas dessas organizações” (PIÑEIRO HARNECKER, 2014, p. 305 tradução nossa)

As CNA de primeiro grau podem formar-se, conforme o *Artículo 6* do *Decreto-Ley No. 305*, nas seguintes situações: a) pessoas físicas que decidem voluntariamente associar-se sob o regime de propriedade coletiva e constituem um patrimônio integrado a partir de aportes pecuniários; b) pessoas físicas que decidem voluntariamente associar-se apenas com a finalidade de adquirir em conjunto matérias-primas e serviços, comercializar produtos e serviços, ou empreender outro tipo de atividade econômica, conservando os sócios a propriedade sobre seus respectivos bens; c) quando se optar pela gestão na forma cooperativa de meios de produção que constituem o patrimônio estatal, como imóveis, instalações, equipamentos, que poderão ser cedidos aos sócios da cooperativa por meio de arrendamento, usufruto ou outros mecanismos legais que não impliquem a transferência da propriedade; d) uma combinação dos casos anteriores (CUBA, 2012a).²³²

Estão aptos a constituir uma cooperativa as pessoas físicas maiores de 18 anos, com residência permanente em Cuba, e com capacidade para realizar a atividade fim da cooperativa aportando trabalho. Nos casos em que a cooperativa se origina de transferência de gestão de meios de produção estatal, a prioridade para se tornar sócio fundador será dos antigos trabalhadores da entidade estatal (CUBA, 2012a). A CNA precisa ter no mínimo 3 sócios para solicitar aprovação junto aos órgãos competentes e os sócios fundadores, bem como os sócios que se associarem às cooperativas após sua fundação, tem os direitos e os deveres definidos pelo *Decreto No. 309*, conforme Quadro 7. Destaque para os direitos de ter voz, votar na tomada das decisões e ser votado para exercer atividades administrativas e o dever de aportar trabalho independentemente de outros aportes pecuniários, características que diferenciam a cooperativa de outras formas de gestão.

²³² Comparando com as cooperativas agrícolas, o primeiro caso assemelha-se a CPA, o segundo a CCS e o terceiro a UBPC.

Quadro 7 – Direitos e deveres do sócio da cooperativa

Direitos	<ul style="list-style-type: none"> • Participar com voz e voto nas assembleias gerais de sócios. • Receber oportunamente as antecipações e parte das sobras que corresponda ao trabalho aportado, segundo o estabelecido pelos estatutos. • Eleger e ser eleito para desempenhar funções administrativas na cooperativa. • Desfrutar de descanso, segundo estabeleçam os estatutos. • Conhecer os balanços de resultados da gestão da cooperativa com a periodicidade que se acorde nos estatutos. • Conhecer e aprovar os planos econômicos, balanços financeiros e as comprovações internas. • Solicitar sua baixa como sócio.
Deveres	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir com o estatuto e demais acordos da cooperativa. • Aportar seu trabalho à cooperativa. • Contribuir para o bom funcionamento da cooperativa. • Manter relações de ajuda mútua e solidariedade. • Cumprir o regime disciplinar da cooperativa.

Fonte: *Decreto* No. 309 (CUBA, 2012c). Elaboração e tradução nossa.

A legislação permite que as CNA contratem trabalhadores assalariados por até 3 meses em um exercício fiscal, para que realizem atividades cujos sócios não tem condições de assumir. A jornada dos trabalhadores assalariados não deve ultrapassar 10% do total da jornadas-sócios do período fiscal. Para calcular as jornadas-sócios total, conforme o *Artículo* 63 do *Decreto* No. 309, multiplica-se a quantidade de sócios da cooperativa pela jornada-sócio anual. Após o três meses, se a cooperativa segue necessitando do trabalho prestado pelos assalariados ela pode consultá-los sobre o interesse de ingressar na cooperativa como sócio (CUBA, 2012a).

O *Decreto* No. 309 *del Consejo de Ministros* especifica com mais detalhes o processo de constituição, registro, funcionamento e extinção das CNA. Particularmente, o processo de constituição tem recebido muitas críticas. Para Piñeiro Harnecker (2014, p. 303) “[...] *el procedimiento para la creación de cooperativas es demasiado complicado, demorado y está supeditado a la voluntad administrativa*”.²³³ Para Rodríguez (2017, p. 81) existem muitos obstáculos para se constituir uma CNA pois o processo é “[...] *engorroso y muy burocrático que involucra un número importante de instituciones de diversa naturaleza, con sus*

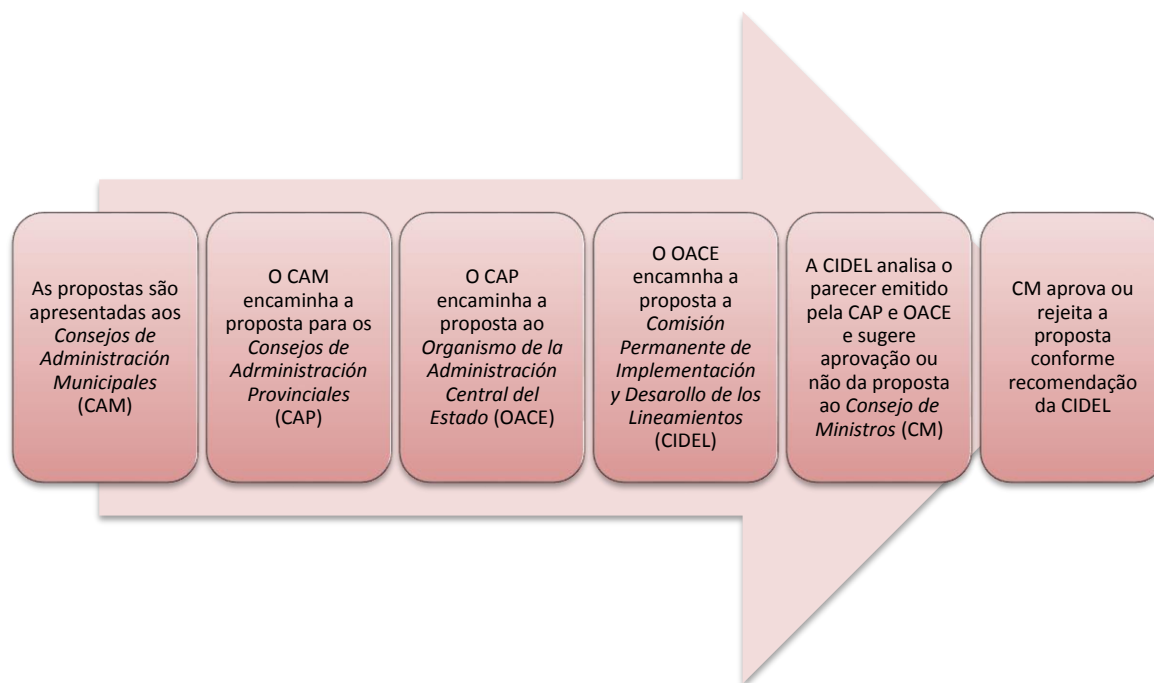
²³³ “[...] o procedimiento para a criação de cooperativas é complicado demais, demorado e está submetido à vontade administrativa” (PIÑEIRO HARNECKER, 2014, p. 303, tradução nossa).

respectivas dependencias territoriales, así como un importante nivel de intervención por parte del Estado".²³⁴

O procedimento (Figura 1) nos casos em que os aspirantes a sócios fundadores pretendem constituir uma CNA a partir de seus próprios recursos começa com a formulação de uma solicitação em que conste a atividade econômica que pretendem realizar na cooperativa e o âmbito geográfico em que a mesma se instalará. Tais propostas devem ser apresentadas nas dependências dos órgãos municipais do poder popular, os *Consejos de Administración Municipales* (CAM). O CAM encaminha a proposta às dependências da administração provincial do poder popular, os *Consejos de Administración Provincial* (CAP). Os conselhos provinciais encaminham a proposta ao organismo estatal que regula a atividade que a cooperativa pretende desenvolver, ou seja um dos ministérios que compõem os *Organismos de la Administración Central del Estado* (OACE). O organismo estatal que regula a atividade econômica da pretensa cooperativa então faz suas considerações sobre a proposta e a encaminha para a *Comisión Permanente para la Implementación y Desarrollo de los Lineamientos* (CIDEL). A CIDEL avalia a solicitação de criação da cooperativa, faz considerações se a cooperativa deve ou não ser aprovada e envia ao *Consejo de Ministros* (CM) para aprovação (CUBA, 2012c; PIÑEIRO HARNECKER, 2014). Como não há prazo definido na legislação para as respostas, o processo que está esquematicamente descrito na Figura 1 pode levar até dois anos ou mais, causando desânimo nos proponentes que ficam muitas vezes sem saber informações.

²³⁴ “[...] complicado e muito burocrático que envolve um número importante de instituições de diversas naturezas, com suas respectivas dependências territoriais, assim como um importante nível de intervenção por parte do Estado” (RODRÍGUEZ, 2017, p. 81, tradução nossa).

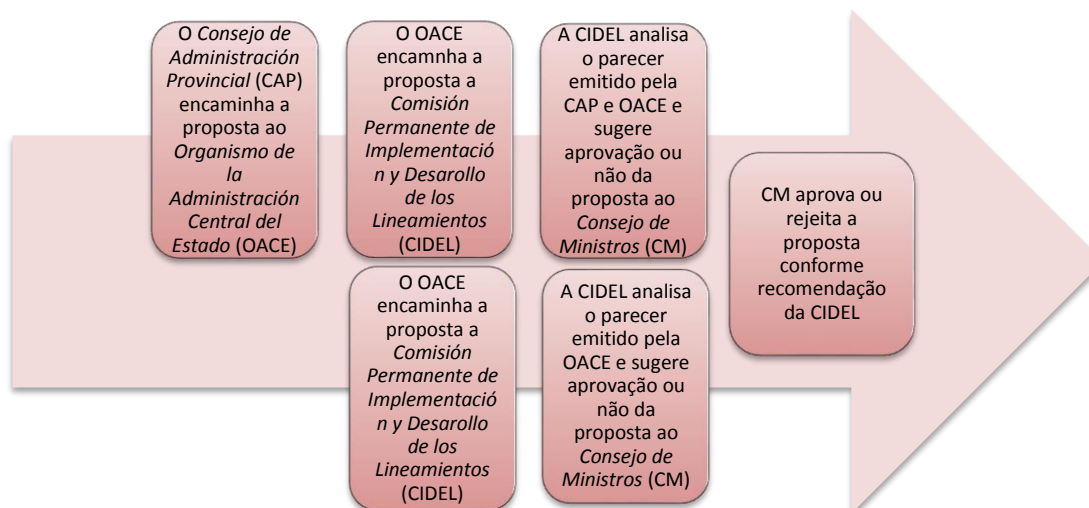
Figura 1 – Processo para criação de *Cooperativas no Agropecuarias* por iniciativa dos próprios sócios fundadores



Fonte: *Decreto* No. 309 (CUBA, 2012c). Elaboração nossa.

Quando a proposta de constituição da CNA se dá por iniciativa de entidades estatais que pretendem transferir algumas atividades para gestão não estatal, o processo é semelhante, porém pode começar em níveis acima do órgão do poder popular municipal (Figura 2). As propostas de novas cooperativas podem ser apresentadas ao CAP ou diretamente ao OACE correspondente às empresas ou *unidades presupuestadas* que administram os bens que se pretende passar para a gestão cooperativa. Se a proposta for apresentada ao CAP, o conselho avalia e encaminha para a OACE. Propostas encaminhadas pelos CAP ao OACE ou apresentadas diretamente a estes órgãos seguem para o CIDEL com parecer. O CIDEL, por seu turno, avalia, dá parecer e encaminha para o CM recomendado aprovação ou rejeição quando for o caso (CUBA, 2012c; PIÑEIRO HARNECKER, 2014).

Figura 2 - Processo para criação de *Cooperativas no Agropecuarias* por iniciativa de entidades estatais



Fonte: Decreto No. 309 (CUBA, 2012c). Elaboração nossa.

Quando se trata de formação de CNA a partir da iniciativa governamental o processo mostrou-se mais rápido, prova disso, como veremos no próximo capítulo, é que a maior parte das CNA constituídas surgiram de entidades estatais convertidas em cooperativas. As CNA 'induzidas', como vem sendo caracterizadas, partem de uma decisão administrativa de órgãos do Estado que informam os trabalhadores sobre a mudança de forma de gestão e muitas vezes são caracterizadas por críticos do procedimento com uma cooperativização forçada, já que não resta outra alternativa ao trabalhador que não optar pela associação à cooperativa. Os trabalhadores estatais são consultados e é dado um prazo para sua manifestação. Em caso de não terem interesse em se tornarem sócios das novas cooperativas devem declarar-se disponíveis. Outra crítica recorrente é que não se leva em conta a possibilidade de grupos de trabalhadores estatais se organizarem e proporem a criação de uma cooperativa (PIÑEIRO HARNECKER, 2014).

Após o CM aprovar a solicitação para a criação de uma CNA, seja de origem estatal ou partindo da iniciativa de grupos de trabalhadores, começa a fase da '*Cooperativa en formación*'²³⁵ quando uma série de demandas burocráticas devem ser cumpridas

²³⁵ "Artículo 7.1.- Se entiende por *Cooperativa en Formación*, al grupo de personas aspirantes a socios fundadores de una cooperativa que se encargan de realizar gestiones y trámites para su constitución. 2. En tanto no se produzca la inscripción registral, los aspirantes a socios fundadores

até o efetivo registro em cartório (*notario*), para em seguida efetivar o registro da pessoa jurídica no *Registro Mercantil* (só a partir desse momento a CNA passa a ter a capacidade para ser sujeito de direitos e obrigações). Depois disso ainda deve registrar-se no *Oficina Nacional de Administración Tributaria* (ONAT), no *Registro del Instituto Nacional de Seguridad Social* (INSS), no *Directorio de Entidades de la Oficina Nacional de Estadísticas e Información* (ONEI) e no registro comercial da instância municipal do *Ministerio de Comercio Interior* (MINCIN). Somente após todas estas etapas está definitivamente constituída a cooperativa.²³⁶

Uma vez constituídas as CNA têm algumas vantagens em relação ao *cuentapropismo* e outras formas de gestão não estatal. Tais vantagens visam estimular que *cuentapropistas* se unam em CNA, que como vimos, de acordo com a proposta de atualização cubana é uma forma de gestão da propriedade mais socializada.²³⁷ As CNA tem prioridade nas licitações para fornecimento de bens e serviços as entidades estatais e podem operar em atividades que estão vedadas aos *cuentapropistas*. Podem também comprar insumos de empresas estatais a preços no varejo ou no atacado, quando for o caso, com desconto de 20% e podem receber créditos de bancos estatais. No caso de CNA constituídas de entidades estatais, elas podem seguir adquirindo os insumos antes disponibilizados pela planificação com os mesmos 20% de desconto (CUBA, 2012c; PIÑEIRO HARNECKER, 2014).

Com relação a tributação as CNA possuem vantagens também em comparação com outras formas de gestão não estatais. Contribuem 5% menos para a seguridade social em comparação com *cuentapropistas* (a alíquota que incide sobre as retiradas dos sócios é de 20% em vez de 25% como é para os *cuentapropistas*). A alíquota sobre as receitas é 5% menor em cada categoria (10% até 45% nas CNA e 15% até 50% para *cuentapropistas*). Ademais, as CNA contam com três meses de isenção

deberán añadir a la denominación de la Cooperativa que pretenden constituir, las palabras “en formación”” (CUBA, 2012c, p. 261).

²³⁶ Piñeiro Harnecker (2014) cita que existiram casos de cooperativas aprovadas mas não constituídas pois os aspirantes a sócios desistiram da constituição por conta do excesso de tramites.

²³⁷ Essas vantagens dadas às cooperativas seguem claramente a proposição leninista da NEP: “É necessário organizar politicamente a cooperação de modo que ela não só tenha em geral e sempre certas vantagens, mas que essas vantagens sejam de ordem puramente material (taxa de juro bancário etc.). É necessário conceder à cooperação melhor do Estado que ultrapassem, ainda que pouco, os meios concedidos às empresas privadas, mesmo até ao nível concedidos à indústria pesada etc.” (LENIN, 2017, p. 556).

de impostos após sua constituição, além de poderem deduzir os gastos e um montante de 10.000 CUP por sócio no cálculo do imposto sobre as receitas (CUBA, 2012f; PIÑEIRO HARNECKER, 2014; SERRA, 2014; RODRÍGRUES, 2017).²³⁸

As CNA tem personalidade jurídica própria como uma empresa, podem abrir conta bancária e operar em CUP ou CUC.²³⁹ Elas formam seus preços por oferta e demanda, exceto nos casos em que os bens e serviços ofertados forem considerados muito importantes para a população, nesses casos os preços deverão seguir o tabelamento estatal. As CNA podem importar e exportar acessando os serviços das agencias estatais existentes que realizam o comércio com o exterior, desde que estejam disponíveis os respectivos coeficientes de liquidez (CL)²⁴⁰ para realizar as operações.

As CNA deverão constituir um fundo obrigatório, a *Reserva para perdidas y contingencias*, que deve ter entre 2% e 10% dos gastos. Também podem constituir outros fundos não obrigatórios (fundo de operações, fundo para investimentos, fundo para atividades sociais e culturais, etc.). Até que as reservas não atinjam o limite estabelecido, 50% das receitas devem ser utilizadas na sua composição e, depois de constituídas as reservas, 30% (CUBA, 2012a; CUBA, 2012b).

²³⁸ O *impuesto sobre las utilidades* é calculado com base na *utilidad fiscal per cápita*, ou seja, a receita que foi gerada por cada membro da cooperativa, com isenção para geração até 10.000 CUP. A *utilidad fiscal per cápita* é calculada subtraindo-se dos rendimentos anuais totais: 1) os 10.000 CUC mínimo de isenção de cada membro; 2) os gastos associados a atividade conforme estabelecido pelo *Ministerio de Finanzas y Precios*; 3) os tributos pagos; 4) os arrendamentos de móveis e imóveis, se for o caso; 5) uma retribuição por sócio, de acordo com o salário médio provincial em que opera a CNA; 6) os aportes a constituição das reservas de contingência. O resultado é dividido pelo número de sócios para se obter a *utilidad fiscal per cápita*, a qual será aplicada a escala progressiva de 10% a 45% para cada membro da cooperativa. Assim, se o valor for até 10.000 CUP, aplica-se 10%; se o valor maior que 10.000 CUP até 20.000 CUP, aplica-se 15%; se o valor é maior que 20.000 CUP até 30.000 CUP, aplica-se 25%; se o valor é maior que 30.000 CUP até 40.000 CUP, aplica-se 35%; se o valor é maior que 50.000 CUP, aplica-se 45%. O resultado obtido é multiplicado pelo número de sócios para se obter o total de impostos a pagar. Para o pagamento do *impuesto sobre utilidades* as CNA deverão apresentar um relatório (*Declaración Jurada*) no primeiro trimestre após o fim do ano fiscal. Os gastos da CNA serão todos contabilizados mas as cooperativas estão dispensadas de justificar até 40% dos gastos nos relatórios apresentados ao fisco (CUBA, 2012e; CUBA, 2012f; SERRA, 2014).

²³⁹ A contabilidade das CNA deve ser realizada em CUP, mas podem realizar comprar e vendas em CUC cuja taxa de câmbio na CADECA é 1 CUC = 24 CUP.

²⁴⁰ Respaldo em divisas para realizar importações. Os coeficientes de liquidez são determinados pelos *Organismos de la Administración Central del Estado* (OACE) ou pelas *Organizaciones Superiores de Dirección Empresarial* (OSDL). Ou seja, as empresas estatais que controlam o comércio exterior precisam ter os coeficientes de importação para atender eventuais demandas das CNA.

O *Decreto-Ley* No. 305 e o *Decreto* No. 309 também determinam a forma de funcionamento e de administração das CNA. Conforme o *Artículo* 18.1 do *Decreto-Ley* No. 305 as CNA com até 20 sócios poderão eleger um Administrador; as CNA com mais de 20 e até 60 sócios poderão eleger um Conselho de Administração (*Consejo Administrativo*); as CNA com mais de 60 sócios poderão eleger um Conselho de Administração e uma Junta Diretiva (*Junta Directiva*) (CUBA, 2012a). Os Administradores, o Conselho de Administração e a Junta Diretiva respondem sempre a Assembleia Geral (*Asamblea General*) que é o órgão superior de direção das cooperativas (*Artículo* 17.1 do *Decreto-Ley* No. 305). Na Figura 3 temos a representação esquemática dessa estrutura organizativa das CNA de acordo com a legislação. No centro encontra-se a *Asamblea General* que elege e dirige o Administrador, o Conselho de Administração, a Junta Diretiva e, em alguns casos, a Comissão de Controle e Fiscalização (*Comisión de Control y Fiscalización*) e, em contrapartida, todos prestam contas a *Asamblea General*.

Figura 3 – Estrutura organizativa de uma cooperativa



Fonte: Piñeiro Harnecker (2015a, p. 66).

A Assembleia Geral (*Asamblea General*) é o órgão superior de direção das CNA e dela participam todos os sócios com direitos iguais a voz e voto, sendo que a cada sócio corresponde um voto. As atribuições da Assembleia Geral são as mais importantes para o processo de autogestão das CNA (Quadro 8). Dentre essas

atribuições destacamos as modificações estatutárias que precisam ser discutidas e aprovadas pela Assembleia Geral, assim como a aprovações dos orçamentos, relatórios financeiros e as decisões sobre admissão e expulsão de sócios, as retiradas dos sócios e a distribuição de sobras. Além de eleger o seu próprio presidente, também compete a Assembleia Geral, como já havia sido indicado antes, eleger o Conselho Administrativo ou o Administrador, a Junta Diretiva e a Comissão de Controle e Fiscalização.

Quadro 8 – Atribuições da Assembleia Geral da Cooperativa

Assembleia Geral da Cooperativa
<ul style="list-style-type: none"> • Eleger e revogar seu presidente, seu substituto e seu secretário; aos demais membros da Junta Diretiva e da Comissão de Controle e Fiscalização, e ao sócio que se encarrega destas funções. • Designar o Conselho Administrativo e o administrador. • Aprovar o orçamento com receitas e gastos por atividade, os estados financeiros, o fundos e sua destinação, a distribuição das sobras e o montante das retiradas. • Modificar os estatutos. • Aprovar a admissão de novos sócios. • Aplicar a medida disciplinar de suspensão definitiva da condição de sócio. • Aprovar a baixa de ativos fixos ou qualquer outro ato de disposição sobre os demais bens de propriedade da cooperativa. • Acolher e resolver as reclamações de direitos dos sócios e trabalhadores. • Solicitar a dissolução da cooperativa. • Decidir sobre outros assuntos que por sua importância assim determine os estatutos.

Fonte: *Decreto* No. 309 (CUBA, 2012c). Elaboração e tradução nossa.

Para o correto funcionamento organizativo das CNA é fundamental a consequente atuação do presidente da Assembleia Geral e do secretário da Assembleia geral, cujas atribuições estão dispostas no Quadro 9. O presidente que não deve ser confundido com o administrador, é quem exerce a representação da cooperativa junto aos sócios e aos terceiros, além de convocar, presidir e dirigir as sessões da *Asamblea General*. Enquanto o secretario realiza as funções mais burocráticas de comunicar as convocações de reuniões aos sócios e fazer os devidos registros em atas das decisões tomadas pela *Asamblea General*.

Quadro 9 – Atribuições do Presidente e do Secretário da Assembleia Geral da Cooperativa

Presidente da Assembleia Geral da Cooperativa
<ul style="list-style-type: none"> • Exercer a representação da cooperativa frente aos próprios sócios e a terceiros. • Propor a Assembleia Geral a aprovação ou expulsão de sócios ou outra medida. • Presidir e dirigir as deliberações da Assembleia Geral e do órgão de administração. • Dirigir e controlar o funcionamento da cooperativa. • Prestar contas do desempenho de suas funções à Assembleia Geral e ao órgão de administração. • Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral, assim como convidar a quem resulte procedente. • Solicitar a abertura e encerramento das contas bancárias da cooperativa. • Dirigir a elaboração dos planos de produção e prestação de serviços. • Assinar os contratos em que seja parte a cooperativa • Controlar o cumprimento, pelos demais membros da cooperativa, das suas respectivas funções.
Secretário da Assembleia Geral da Cooperativa
<ul style="list-style-type: none"> • Preparar e circular as convocações para a Assembleia Geral. • Garantir a redação da ata de todas as reuniões da Assembleia Geral, assim com a sua custódia e o controle do cumprimento dos acordos. • Levar o controle e o registro das atas, dos sócios e demais documentos que se requeira. • Certificar, quando se requeira, os acordos da Assembleia Geral.

Fonte: *Decreto* No. 309 (CUBA, 2012c). Elaboração e tradução nossa.

O Conselho de Administração (nas CNA com mais de 20 sócios) e os administradores (nas CNA com até 20 sócios), por seu turno, são os responsáveis pela direção e administração propriamente ditas, responsáveis pela gestão administrativa das CNA (Quadro 10). Elaboram os planos de produção ou serviços, os submetem a aprovação da *Asamblea General*, os executam junto ao setor produtivo da CNA e retornam os resultados para acompanhamento da *Asamblea General*. Podem ter retiradas maiores que os demais sócios devido a maior complexidade do trabalho, desde que em conformidade com os estatutos e aprovadas pela maioria dos sócios na Assembleia Geral.

Quadro 10 – Atribuições do Conselho de Administração ou Administrador da Cooperativa

Conselho de Administração ou Administrador
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão administrativa da cooperativa. • Elaborar planos de produção ou serviços, de receitas e gastos da cooperativa, e submetê-los à aprovação da Assembleia Geral. • Informar periodicamente à Assembleia Geral o estado de cumprimento dos planos de produção da cooperativa. • Propor à Assembleia Geral a organização dos trabalhos inerentes ao objeto social da cooperativa, a cargo dos sócios. • Advertir à Assembleia Geral sobre as situações que prejudiquem o cumprimento dos plano, assim como a aquisição de insumos ou a comercialização dos produtos e serviços, ou outras atividades que conformam o objeto social da cooperativa. • Informar à Assembleia Geral os danos ou perdas que ocorram, de bens ou direitos do patrimônio da cooperativa e suas causas, assim como propor as medidas dirigidas a obter o ressarcimento correspondente. • Adotar medidas organizativas encaminhadas a favorecer o devido cumprimento dos acordos da Assembleia Geral. • Contratar os trabalhadores eventuais, segundo o marco regulatório que se aprove nos estatutos. • Controlar o cumprimento dos deveres gerais e demais tarefas que se atribuam a cada sócio, assim como, em seu caso, das tarefas dos trabalhadores eventuais da cooperativa e informar seu resultado à Assembleia Geral, ao presidente e a Junta Diretiva quando proceda. • Prestar contas periodicamente à Assembleia Geral sobre o resultado do seu desempenho. • Qualquer outra função que resulte necessária e que conste nos estatutos da cooperativa.

Fonte: Decreto No. 309 (CUBA, 2012c). Elaboração e tradução nossa.

Aos sócios de uma cooperativa reunidos na Assembleia Geral e seguindo as proposições estatutárias compete a decisão de dissolução da cooperativa, assim como em tese, em algum momento os sócios se reuniram e decidiram formá-la. No caso das CNA, a legislação cubana estabelece mais algumas possibilidades para a dissolução, ou seja a interrupção das atividades. O *Artículo 30 do Decreto-Ley 305* garante ao Estado o poder de dissolver as CNA quando: a) a cooperativa já não tem mais possibilidade de cumprir a atividade autorizada ou a atividade se esgotou; b) ocorre o vencimento do contrato de usufruto ou arrendamento concedido pelo Estado, que opta por não renovar; c) a cooperativa não cumpre o fins e princípios que orientaram sua fundação e o mesmo órgão que a autorizou pode revogar a autorização concedida.²⁴¹ Uma vez que há a dissolução da cooperativa inicia-se o processo de liquidação. Forma-se uma comissão que conduzirá o processo de liquidação do patrimônio não estatal da cooperativa (bens e direitos dos sócios), que

²⁴¹ Mesmo que a solicitação de dissolução seja decisão dos próprios sócios, o órgão estatal que autorizou o funcionamento da cooperativa deverá emitir um ato administrativo de revogação da autorização.

será repartido entre os sócios desde que a cooperativa não tenha sido dissolvida com dívidas (CUBA, 2012a).

Não obstante essas prerrogativas garantidas ao Estado cubano para dissolver as CNA, as administrações de cooperativas que tiverem a autorização revogada e considerarem os atos administrativos injustos e abusivos, poderão recorrer a instancias judiciais em busca da defesa de suas posições.

A legislação cubana não permite a licitação de atividades econômicas e comerciais, somente é possível licitar o arrendamento de bens imóveis e móveis. Assim, a atividade que a cooperativa dissolvida realizava, no caso em que os bens estatais são cedidos por arrendamento ou usufruto, pode ser reincorporada ao conjunto de atividades estatais ou uma nova licitação de bens imóveis e móveis pode ser realizada para interessados em formar uma nova cooperativa. Essa é uma forma de proteger a '*propiedad de todo el pueblo*', ou seja, a gestão passa a ser privado-coletiva na forma de cooperativa mas a propriedade segue sendo estatal socialista. É uma forma de buscar o aumento da eficiência mas sem abrir mão do controle do Estado sob a propriedade social.

4.3.3 A atualização dos *Lineamientos* e a *Conceptualización del modelo económico y social de 2016*

Em abril de 2016, realizou-se o VII Congresso do PCC, cujo objetivo era avaliar os avanços na implementação dos *Lineamientos* aprovados em 2011 e traçar as diretrizes para os seguintes anos. Na ocasião foram apresentados, discutidos e aprovados quatro documentos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016c):

- *Reseña de la evolución de la economía en el quinquenio 2011-2015. Actualización de los Lineamientos para el período 2016-2021.*
- *Proyecto Bases del Plan Nacional de desarrollo económico y social hasta 2030: Propuesta de Visión de la nación. Ejes y sectores estratégicos.*
- *Proyecto de Conceptualización del modelo económico y social cubano de desarrollo socialista.*

- *Trabajo del Partido en cumplimiento de los Objetivos aprobados en la Primera Conferencia Nacional y de las Directrices del Primer Secretario del Comité Central.*

No balanço realizado no ‘Informe sobre los resultados de la implementación de los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución’ durante o VII Congresso foi apresentado que 21% do *Lineamientos* aprovados no VI Congresso do PCC foram totalmente implementados, enquanto 77% se encontravam em diferentes fases de implementação e apenas 2% não foi iniciada a implementação (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016c). O processo de *actualización* foi consequente com os objetivos da transição socialista cubana, ou seja, realizou mudanças profundas porém de forma não abrupta para não prejudicar pessoas mais humildes no curso do processo. As palavras de Raúl Castro na abertura do Congresso expressam sinteticamente esta avaliação:

*Al valorar el ritmo de las transformaciones en curso, no debe perderse de vista el hecho de que en el caso de Cuba jamás puede permitirse la aplicación de las llamadas “terapias de choque”, frecuentemente empleadas en detrimento de las clases más humildes de la sociedad. Esta premisa, que se corresponde con el principio de que nadie quedará desamparado, condiciona en gran medida la velocidad de la actualización del modelo económico cubano, en lo cual es innegable la influencia de la crisis económica internacional y en particular los efectos del bloqueo económico contra Cuba. **Las fórmulas neoliberales que propugnan la privatización acelerada del patrimonio estatal y de los servicios sociales, como la salud, la educación y la seguridad social, nunca serán aplicadas en el socialismo cubano** (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016c, p. 2).²⁴²*

A avaliação dá uma resposta aos que consideram o processo de atualização muito lento, e a outros críticos que consideram as medidas flexibilizadoras e descentralizadoras do processo análogas às políticas de cunho neoliberal. A direção do PCC trata de diferenciar claramente as questões, afirmando que o processo de

²⁴² Ao avaliar o ritmo das transformações em curso, não deve perder-se de vista o fato de que no caso de Cuba jamais se pode permitir a aplicação das chamadas “terapias de choque”, frequentemente empregadas em detrimento das classes mais humildes da sociedade. Esta premissa, que se corresponde com o princípio que ninguém ficará desamparado, condiciona em grande medida a velocidade da atualização do modelo econômico cubano, no qual é inegável a influência da crise econômica internacional e em particular os efeitos do bloqueio econômico contra Cuba. **As formulas neoliberais que propugnam a privatização acelerada do patrimônio estatal e dos serviços sociais, como a saúde, a educação a seguridade social, nunca serão aplicadas no socialismo cubano** (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016c, p. 2, tradução nossa).

atualização do modelo econômico e social cubano não deve ser confundido com o neoliberalismo e que a velocidade do processo não ultrapassará os limites que porventura venham prejudicar o povo cubano, que está no centro do projeto socialista.

O VII Congresso aprovou o importante documento “*Actualización de los lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución para el período 2016-2021*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016a) que traça as diretrizes a serem seguidas nos anos que se seguem ao VII Congresso, além do “*Proyecto de conceptualización del modelo económico y social cubano de desarrollo socialista*”²⁴³ e o “*Proyecto plan nacional de desarrollo económico y social hasta 2030: propuesta de visión de la nación, ejes y sectores estratégicos*”²⁴⁴ (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b). O dois últimos são documentos de suma importância uma vez que a *Conceptualización* expressa o modelo econômico e social que se pretende alcançar com o processo de atualização e o *Plan Nacional* elenca as bases, cujo cumprimento contribuirá para alcançar, no futuro, o modelo conceitualizado (PCC, 2016b).

Tais diretrizes, contidas nos três documentos do PCC, orientarão o processo de atualização do modelo econômico e social nos próximos anos, agora sob a condução do novo *Presidente del Consejo de Estado y de Ministros de Cuba*, Miguel Días-Canel Bermúdez, que foi empossado no dia 19 de abril de 2018. Além disso, estes documentos serviram de base para o processo de discussão da nova

²⁴³ “*Es la primera vez que presentamos a un Congreso del Partido el tema de la Conceptualización, que recoge las bases teóricas y las características esenciales del modelo económico y social al que aspiramos como resultado del proceso de actualización. A lo largo de estos cinco años se elaboraron ocho versiones de la Conceptualización que fueron analizadas sucesivamente, primero en las reuniones de la Comisión del Buró Político para el control de la implementación de los acuerdos del 6to. Congreso y posteriormente en el Buró Político y en los plenos del Comité Central, con la participación del Consejo de Ministros*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016c).

²⁴⁴ “[...] *el proyecto relacionado con las bases del Plan Nacional de Desarrollo hasta el 2030, es fruto de la labor realizada desde hace cuatro años por académicos y especialistas de los organismos del gobierno y de la Comisión Permanente para la Implementación y Desarrollo. Aborda un asunto de alcance trascendental, cuya gran complejidad técnica no nos permitió llegar al Congreso con el Plan Nacional de Desarrollo hasta el 2030 terminado, como era el propósito inicial, sino que se presentan sus bases, o sea, la Visión de la Nación y los Ejes y Sectores Estratégicos, lo cual nos proporciona una formidable herramienta para continuar trabajando hasta su conclusión, que esperamos alcanzar en el año 2017*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016c).

Constituição da República de Cuba. É claro que, dentro de todos estes documentos, interessa-nos particularmente pinçar as informações relativas às CNA.

No âmbito das cooperativas, o documento que atualiza os *lineamientos* de 2011 e conta com 273 tópicos tem dois novos *lineamientos* sobre as CNA. O *lineamiento* 15 postula “*avanzar en el experimento de las cooperativas no agropecuarias, priorizando aquellas actividades que ofrezcan soluciones al desarrollo de la localidad, e iniciar el proceso de constitución de cooperativas de segundo grado*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016a, p. 8).²⁴⁵ Como se observa o PCC indica que o processo de implementação de CNA seguirá e enfatiza que serão priorizadas principalmente as que tenham propostas voltadas para o desenvolvimento dos territórios onde atuam. Esse é um indicativo do processo de descentralização promovido pelas medidas de *actualización*, dando mais liberdade para que os CAM, os CAP e as CNA desenvolvam projetos voltados para o desenvolvimento local.²⁴⁶ No que se refere à constituição de cooperativas de segundo grau, mais uma vez o indicado no *lineamiento* 15 não se efetivou até a atualidade, assim como não fora após a aprovação do *Decreto-Ley* No. 305 de 2012.

O *lineamiento* imediatamente seguinte ratifica que as CNA enquanto propriedade coletiva não poderão ser vendidas ou ter sua posse transmitida para outras cooperativas, outras formas de gestão não estatal ou pessoas físicas. Por último, o *lineamiento* 16 indica a criação de uma instância de governo para acompanhar especificamente a implantação de CNA (CUBA, 2016a). O órgão será uma referências para os sócios de CNA que poderão contar com um setor unificado ao

²⁴⁵ “Avançar no experimento das cooperativas não agropecuárias, priorizando aquelas atividades que ofereçam soluções ao desenvolvimento local, e iniciar o processo de constituição de cooperativas de segundo grau” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016a, p. 8, tradução nossa).

²⁴⁶ Essa perspectiva de ampliar a descentralização associada ao desenvolvimento local aparece no *Lineamiento* 17. “*Impulsar el desarrollo de los territorios a partir de la estrategia del país, de modo que se fortalezcan los municipios como instancia fundamental, con la autonomía necesaria, sustentables, con una sólida base económico-productiva, y se reduzcan las principales desproporciones entre estos, aprovechando sus potencialidades. Elaborar el marco jurídico correspondiente*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016a).

invés de recorrer ao respectivo OACE (ministérios). Todavia, tal órgão não foi criado até a atualidade.²⁴⁷

Já o ‘*Proyecto de conceptualización del modelo económico y social cubano de desarrollo socialista*’ é composto por 330 tópicos divididos em introdução, quatro capítulos e considerações finais. O capítulo 2 trata especificamente das formas de propriedade sobre os meios de produção que são: a propriedade socialista de todo o povo, a propriedade cooperativa, a propriedade mista, a propriedade privada, a propriedade das organizações políticas, de massas, sociais e outras formas associativas. Os tópicos 158 até 167 conceitualizam a propriedade cooperativa (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b).

O documento indica que as cooperativas reconhecidas pelo modelo (as CNA, mas também as CCS, CPA e UBPC) compõem o sistema de propriedade socialista e se pautam em princípios coletivos de produção e distribuição de resultados. Define as cooperativas²⁴⁸ como “[...] *entidades económicas con personalidad jurídica, constituidas voluntariamente para la producción de bienes y servicios con fines económicos y sociales, que asumen los gastos con sus ingresos y se sustentan a partir de lo trabajo se los socios*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b, p. 10).²⁴⁹ Constituem uma forma de propriedade coletiva, respeitam os princípios cooperativos, desenvolvem as atividades com meios próprios, o órgão máximo de direção é a assembleia geral e praticam a autogestão, podem contratar trabalhadores assalariados temporariamente, etc. Do que se depreende que na conceptualização do modelo econômico e social cubano de 2016, o que está posto sobre as cooperativas não tem nenhuma divergência e nenhuma novidade com o que consta no *Decreto-Ley* No. 305 de 2012, bem como, no Decreto No. 309, também de 2012.

²⁴⁷ Tal órgão poderia ser semelhante ao Instituto Cooperativo que Piñeiro Harnecker (2014) propôs, como já mencionamos anteriormente.

²⁴⁸ A versão final do documento de conceptualização define: “*Las cooperativas son constituidas como entidades económicas que poseen personalidad jurídica de carácter empresarial. Asumen los gastos a partir de sus ingresos, y producen bienes y servicios con fines económicos y sociales, con énfasis en satisfacer necesidades de la localidad*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017, p. 27).

²⁴⁹ “[...] entidades econômicas com personalidade jurídica, constituídas voluntariamente para a produção de bens e serviços com fins econômicos e sociais, que assumem os gastos com suas receitas e se sustentam a partir do trabalho dos seus sócios” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b, p. 10, tradução nossa).

O projeto de conceptualização indica que o modelo socialista cubano prevê a formação de cooperativas a partir da associação de outras cooperativas, ou seja, cooperativas de segundo grau²⁵⁰, e que elas “*contribuyen a liberar el Estado de la responsabilidad directa sobre determinadas actividades que requieren un alto grado de independencia, autonomía y responsabilidad en su gestión o administración*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b, p. 10).²⁵¹ Na versão final do documento essa menção a substituição das tarefas estatais foi retirada (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

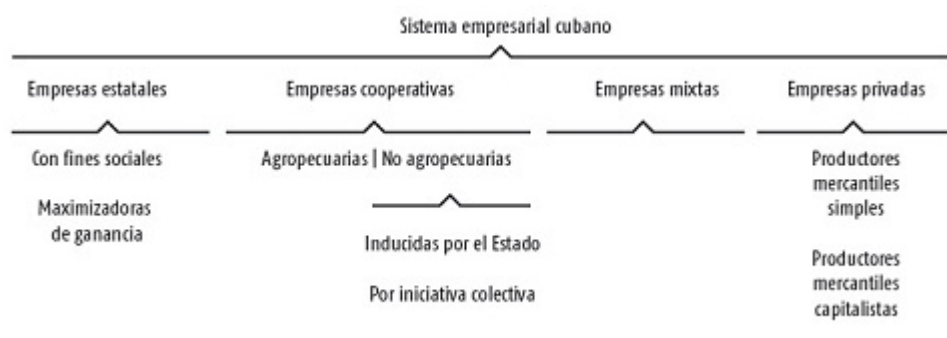
O Modelo Econômico e Social atualizado, portanto, funciona com um sistema empresarial com todas as formas de propriedade estipuladas pela lei (Figura 4), em que as diferentes formas empresariais tem liberdades limitadas pela planificação estatal e pelo objetivos socialistas traçados pelo partido. É nesse sentido, como afirmamos anteriormente, que o modelo cubano aposta em um construção híbrida que permite elementos de socialismo de mercado e elementos de socialismo autogestionário mas sob o controle do Estado, contudo não absolutiza a propriedade estatal como fora nos anos 1970 e 1980 (FIGUEROA ALBELO, 2003). Como define a conceptualización, “[...] *el Estado regula la constitución, disolución, liquidación y reestructuración de las personas jurídicas de todas las formas de propiedad, define sus ámbitos de actuación y actividades principales*” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b, p. 11).²⁵² Ou seja, todo o sistema empresarial cubano (Figura 4), mesmo suas formas não estatais, estão submetidos à coordenação estatal que busca uma adequação ao plano de desenvolvimento socialista para o país.

²⁵⁰ Que como já mencionamos não foram autorizadas até a atualidade.

²⁵¹ “Contribuem para liberar o Estado da responsabilidade direta sobre determinadas atividades que requerem um alto grau de independência, autonomia e responsabilidade em sua gestão ou administração” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b, p. 10, tradução nossa).

²⁵² “[...] o Estado regula a constituição, dissolução, liquidação e reestruturação das pessoas jurídicas de todas as formas de propriedade, define seus âmbitos de atuação e atividades principais” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b, p. 11, tradução nossa).

Figura 4 – Componentes do sistema empresarial cubano



Fonte: Pacheco Fernández *et al.* (2016, p. 66).

Por fim, o documento '*Plan nacional de desarrollo social hasta 2030: propuesta de visión de la nación, ejes y sectores estratégicos*', estabelece a visão da nação que se quer alcançar definida pelos princípios de soberania, independência, socialismo, democracia, prosperidade e sustentabilidade, princípios que como vimos conformaram-se ao longo da história da Revolução Cubana desde os seus primórdios. Além disso, define o eixos e setores estratégicos e as forças motrizes incumbidas de concretizar o plano de desenvolvimento (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b).

Os setores econômicos estratégicos eleitos pelo PCC são: a) construções e indústria de materiais de construção; b) energético, refino de petróleo, gás e produção de energia limpa; c) telecomunicações e tecnologia da informação; 4) logística de transporte, armazenamento e comércio; 5) infraestrutura de abastecimento de água para a produção e a população; 6) turismo e toda sua cadeia produtiva; 7) serviços profissionais, especialmente os médicos; 8) agroindústria não açucareira e indústria de alimentos; 9) farmacêutico, biotecnológico e produção biomédicas; 10) agroindústria açucareira; 11) indústria leve que atende o consumo interno (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b).

Nestes setores estratégicos, que foram identificados a partir de critérios²⁵³ no '*Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030*', há o entendimento por parte

²⁵³ Critérios metodológicos para definição dos setores econômicos estratégicos: 1) Peso relativo no PIB, experiência tecnológica e conhecimento acumulado, capacidade de adaptação a condições internas e externas; 2) Permitem produzir e exportar valor agregado a partir de recursos naturais abundantes; 3) Incidem positivamente sobre o Balanço de Pagamentos; 4) Permitem a formação de cadeias produtivas densas e diversificadas que promovem a integração interna da economia; 5) São

do PCC de que o Estado deve seguir atuando como agente central, e as cooperativas podem assumir tarefas subsidiárias como no setor de construção, de turismo, de transportes e outros. Aliás, de fato é o que tem ocorrido com restaurantes, lavanderias, oficinas mecânicas, etc. sendo geridos na forma de cooperativas para que o Estado oriente seus esforços em tarefas centrais da construção do modelo socialista que gerem maiores benefícios para toda a população.

4.3.4 A nova Constituição da República de Cuba e a reforma da legislação das Cooperativas no Agropecuarias em 2019

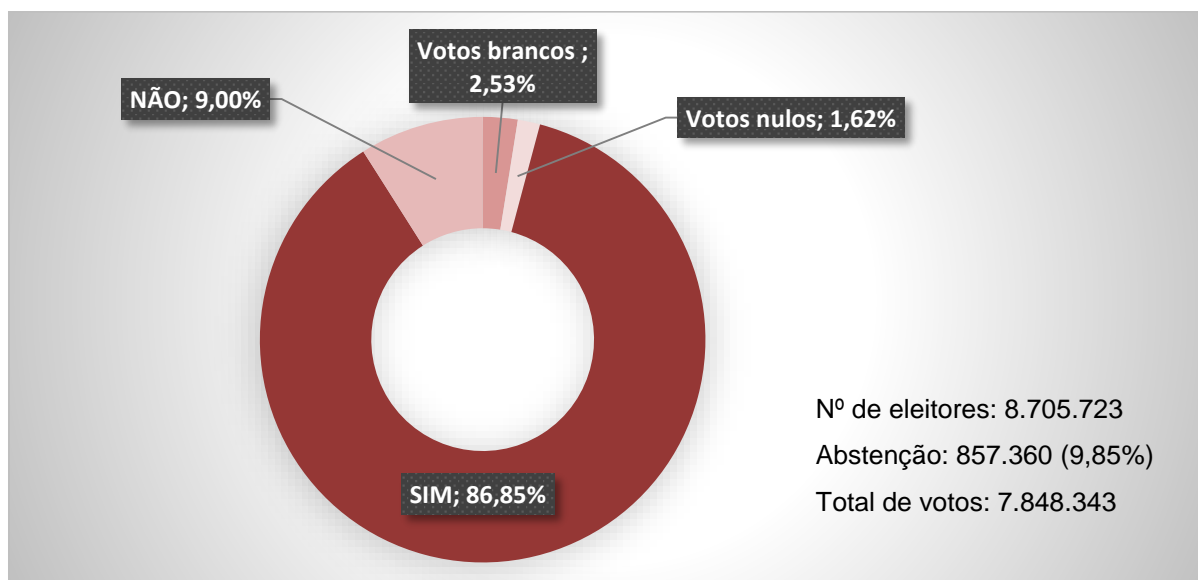
No ano de 2019 houve a aprovação da nova Constituição da República de Cuba e a promulgação de uma nova legislação, visando o aperfeiçoamento do processo de implementação de CNA.

Com elementos dos '*Lineamientos*', da '*Conceptualización*' e do '*Plan Nacional de Desarrollo Social*', o projeto de nova Carta Magna foi discutido pela população²⁵⁴ e referendado no dia 24 de fevereiro de 2019, através do voto universal, livre, secreto e direto pela população cubana. Com participação de mais de 7 milhões de cubanos, a segunda constituição socialista de Cuba foi aprovada com 86,85% dos votos válidos (Gráfico 5). A nova constituição define a República de Cuba como um Estado socialista de direito e justiça social, democrático, independente e soberano pautado pelos valores da liberdade, da equidade, da igualdade, da solidariedade e do bem-estar e prosperidade individual e coletiva (CUBA, 2019e).

relevantes no mercado interno na geração de emprego, abastecimento de demandas e economias regionais e locais; 6) Geram empregos produtivos; 7) Favorecem a conexão de novos paradigmas tecnológicos em nível internacional e promovem a inovação; 8) Possibilitam superar limitações logísticas e de infraestrutura aumentando assim a eficiência, a competitividade e a produtividade do trabalho; 9) Contribuem para a soberania e a segurança nacional; 10) Favorecem ou não prejudicam a sustentabilidade ambiental (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b)

²⁵⁴ Dados oficiais da consulta popular indicam que foram realizadas 133.681 assembleias de base, sendo 79.947 da população em geral, 45.452 de coletivos de trabalhadores, 3.441 de camponeses, 1.585 de estudantes universitários e 3.256 de estudantes do ensino médio, com presença de 8.945.521 cubanos e cubanas. Foram efetuadas 1.706.872 intervenções (783.174 propostas, 666.995 modificações, 32.149 adições, 45.548 eliminações, 38.482 dúvidas). Além disso, foram avaliadas 2.125 propostas enviadas através do MINREX por cubanos residentes no exterior.

Gráfico 5 – Resultados do referendo constitucional (% do total de votos) – Cuba – 2019



FONTE: *Granma*. Elaboração nossa.

A nova Constituição, no capítulo que define os fundamentos econômicos, estabelece que em Cuba há um sistema de economia socialista baseado na direção planejada e na propriedade de todo o povo (nova expressão para a antiga propriedade estatal) como a forma de propriedade principal. Admite-se os mecanismo de mercado e outras formas de propriedade no sistema de economia socialista cubano, porém sob regulação e controle do Estado.²⁵⁵ As distintas formas de propriedade estabelecidas pela Constituição (Quadro 11) já apareciam na *Conceptualización del Modelo económico y social cubano de desarrollo socialista* (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

²⁵⁵ "ARTÍCULO 18. En la República de Cuba rige un sistema de economía socialista basado en la propiedad de todo el pueblo sobre los medios fundamentales de producción como la forma de propiedad principal, y la dirección planificada de la economía, que tiene en cuenta, regula y controla el mercado en función de los intereses de la sociedad" (CUBA, 2019e, p 73).

Quadro 11 – Formas de propriedade na nova constituição cubana aprovada em 2019

Forma de propiedad	Definición
Propiedad socialista de todo el pueblo	<i>la que el Estado actúa en representación y beneficio del pueblo como propietario.</i>
Propiedad cooperativa	<i>la sustentada en el trabajo colectivo de sus socios propietarios y en el ejercicio efectivo de los principios del cooperativismo.</i>
Propiedad de las organizaciones políticas, de masas y sociales	<i>la que ejercen estos sujetos sobre los bienes destinados al cumplimiento de sus fines.</i>
Propiedad privada	<i>la que se ejerce sobre determinados medios de producción por personas naturales o jurídicas cubanas o extranjeras; con un papel complementario en la economía.</i>
Propiedad Mixta	<i>la formada por la combinación de dos o más formas de propiedad.</i>
Propiedad de instituciones y formas asociativas	<i>la que ejercen estos sujetos sobre sus bienes para el cumplimiento de fines de carácter no lucrativo.</i>
Propiedad personal	<i>la que se ejerce sobre los bienes que, sin constituir medios de producción, contribuyen a la satisfacción de las necesidades materiales y espirituales de su titular</i>

Fonte: *Constitución de la República de Cuba* (Cuba, 2019e). Elaboração nossa.

O sistema de economia socialista cubano prevê um sistema de propriedade em que a propriedade estatal ou de ‘*todo el pueblo*’ é a base, mas ela interage com outras formas como a cooperativa, a mista, a privada, a pessoal.²⁵⁶ Podemos dizer que, no seu conjunto, se desenha um sistema de propriedade para o processo de transição socialista em que cada uma cumpre um papel específico e tem sua importância (ODRIOZOLA GUIDART *et al.*, 2013). Mesmo a propriedade privada é permitida e deve ter uma função social dentro plano de desenvolvimento socialista. Ela é rigorosamente controlada para impedir o desencadeamento de um processo de acumulação capitalista, o que lembra o controle estatal sobre os mecanismos de mercado na NEP leninista. Ou seja, entendemos que a participação dessas outras formas de propriedade tem importância no processo de transição socialista cubano,

²⁵⁶ Sobre esta questão ver Castillo Sánchez e outros (2013).

principalmente após a autocritica realizada no que se refere a absolutização da propriedade estatal nas etapas anteriores da Revolução. A propriedade estatal segue sendo fundamental em diversos setores mas não deve ser a única no processo de transição como discutimos nos capítulos anteriores, principalmente considerando as circunstancias de uma transição extraordinária ao socialismo, como argumenta Figueroa Albelo (2003), e a necessidade de levar em conta a *Ley del cambio gradual de las formaciones económico-sociales* leninista, apotada por Yera (2017).

Após a promulgação da nova constituição, um novo pacote para regular as CNA foi publicado na *Gaceta Oficial de la República de Cuba*, no dia 30 de agosto de 2019. Compõe o pacote os seguintes documentos:

- *Decreto-Ley No. 366 “De las Cooperativas no Agropecuarias” – Consejo de Estado* (CUBA, 2019a).
- *Decreto No. 356 “Reglamento de las Cooperativas no Agropecuarias” – Consejo de Ministros* (CUBA, 2019b).
- *Resolución No. 361/2019 - Ministerio de Finanzas y Precios* (CUBA, 2019c).
- *Resolución No. 362/2019 - Ministerio de Finanzas y Precios* (CUBA, 2019d).²⁵⁷

Trata-se de um conjunto de aperfeiçoamentos da legislação de 2012, porém, como afirma o *Artículo 1* do *Decreto-Ley No. 366*, o caráter experimental das normas permanece na nova versão publicada. O mesmo *Decreto-Ley No. 366*, diferentemente do anterior de 2012, explicita na conceituação e caracterização das CNA que elas constituem “[...] *una alternativa para relevar al Estado de la administración de aquellas actividades económicas, productivas o de servicios que*

²⁵⁷ A reformulação da legislação referente às CNA já estava na programação estabelecida após o VII Congresso do PCC em 2016. O processo foi um pouco moroso, o que gerou bastante apreensão entre muitos cooperativistas. O *Decreto-Ley No. 366*, foi aprovado em 19 de novembro de 2018, o *Decreto-Ley No. 356* em 02 de março de 2019 e as Resoluções No. 361/2019 e No. 362/2019 foram aprovadas em 09 de agosto de 2019. Publicadas na *Gaceta Oficial de la República de Cuba* em 30 de agosto de 2019, as legislação entrou em vigor 60 dias depois, ou seja, no dia 29 de outubro de 2019. Por se tratar de modificação muito recente ainda não é possível avaliar os impactos da norma jurídica e se elas resolvem os problemas que foram identificados pela CIDEL na versão anterior o marco jurídico.

no se consideren principales” (CUBA, 2019a, p. 1335)²⁵⁸, de forma muito semelhante ao que dispunha o projeto de conceptualização de 2016 (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b). Nesse sentido, é traçado no marco legal um limite à criação das CNA, ou seja, elas são entidades que produzem bens e prestam serviços sob gestão coletiva para a satisfação da sociedade e dos sócios, mas devem ser criadas quando for conveniente ao plano nacional de desenvolvimento socialista e se apresentarem como alternativa que alivia o Estado, permitindo que este se concentre em tarefas consideradas fundamentais.

O novo *Decreto-ley* também delimita que tipo de cooperativas são as CNA. Trata-se de **cooperativas de trabalho** “[...] *donde cada uno de los socios tienen como principal contribución su trabajo personal, sin perjuicio de los aportes en bienes y derechos que realicen por mandato de la ley o voluntariamente, con arreglo a lo dispuesto en este Decreto-Ley y su Reglamento*” (CUBA, 2019a, p. 1334).²⁵⁹ Este pode ser um primeiro passo para a mudança futura da nomenclatura das CNA, que ainda seguem sendo identificadas na nova legislação pelo advérbio de negação ‘no’, ou seja, as que não são vinculadas ao setor agrícola, pois isso as unifica. Porém, apesar de seguirmos utilizando a nomenclatura oficial, tratam-se de cooperativas de trabalho, ou como as denominamos em alguns momentos cooperativas de produção e serviços. Ademais, elas não são cooperativas agrícolas, mas também não são cooperativas de consumo, cooperativas de crédito, etc., então precisá-las como cooperativas de trabalho significa dirimir dúvidas.

No que se refere aos princípios que orientam os cooperativistas uma mudança importante apareceu na nova legislação, a inclusão do oitavo princípio que trata de educação e formação (Quadro 12). Os demais princípios mostrados no Quadro 5 mantiveram-se. A inclusão do princípio sobre educação e formação resolve uma lacuna apontada na legislação anterior e se adapta as práticas internacionais e ao que é proposto pela ACI (PIÑEIRO HARNECKER, 2014). Possivelmente, como argumentamos anteriormente, os legisladores na primeira versão da lei, definiram

²⁵⁸ “[...] uma alternativa para aliviar o Estado da administração daquelas atividades, produtivas e de serviços que não se consideram principais” (CUBA, 2019a, p. 1335, tradução nossa).

²⁵⁹ “[...] onde cada um dos sócios tem como principal contribuição seu trabalho pessoal, sem prejuízo dos aportes de bens e direitos que realizam por mandado da lei ou voluntariamente, de acordo com o disposto neste Decreto-Lei e seu regulamento” (CUBA, 2019a, p. 1334, tradução nossa).

que não era necessário incluir o princípio de educação e formação pois o Estado cubano garante educação formal de caráter universal e gratuito para os cubanos.²⁶⁰ Mas isso não impede, como determina a nova legislação, que os sócios trabalhem sua própria formação cooperativista para aperfeiçoarem a prática eficiente da autogestão, até porque, como apontaremos no capítulo seguinte, a ausência de formação específica causou uma série de dificuldades às CNA. Além da inclusão do princípio educação e formação a legislação também determina que as CNA constituam o respectivo fundo para financiar estas atividades.

Quadro 12 – Princípio educação e formação das *Cooperativas no Agropecuarias*

PRINCÍPIO	DEFINIÇÃO
8 – Educación y formación	<i>La cooperativa ofrece formación a sus miembros en las actividades a desarrollar con el fin de que estas se realicen con eficacia, eficiencia y calidad; igualmente educa a todos los miembros en los principios del cooperativismo y asegura su formación, particularmente a los que ocupan cargos en la dirección y administración de la cooperativa, para que adquieran o mejoren su gestión administrativa y liderazgo.</i>

Fonte: *Decreto-Ley* No. 366 (CUBA, 2019a). Elaboração nossa.

As cooperativas fundadas antes da nova legislação e as que vierem a surgir só poderão atuar fora da província de domicilio se tiverem um alcance nacional autorizado, para garantir que as mesmas cumpram seu papel no desenvolvimento local. Foi incluído no 6º principio das CNA sobre responsabilidade social, contribuição ao desenvolvimento planejado da economia e ao bem-estar de seus sócios e familiares que: “*Los planes de la cooperativa tienen como objetivo contribuir al desarrollo económico y social sostenible de la nación desde el ámbito territorial donde realiza sus actividades*” (CUBA, 2019a, p. 1334, grifos nossos).²⁶¹ Excepcionalmente, o *Ministro de la Construcción* poderá autorizar que as CNA que atuam na construção civil possam exercer suas atividades fora do domicilio. Críticos a esta medida argumentam que o Estado impede a livre competição das CNA mais eficientes o que poderia provocar redução de preços, porém o Estado quer se prevenir frente a possibilidade de que algumas CNA possam crescer

²⁶⁰ Importante salientar que existem modelos de cooperativas educacionais que assumem a educação formal dos filhos dos cooperados.

²⁶¹ “Os planos da cooperativa tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômicos e social sustentável da nação **desde o âmbito territorial onde realiza suas atividades**” (CUBA, 2019a, p. 1334, tradução e grifos nossos).

exageradamente e caminhar para a monopolização da produção de alguns bens ou prestação de alguns serviços.

Assim como no *Decreto-Ley* No. 305, as contratações de trabalhadores assalariados para tarefas que os sócios não podem assumir permanecem mantidas, podendo durar até três meses por ano e não podendo exceder 10% do total de jornadas-sócios das cooperativas.²⁶² Após os três meses há a opção de incorporação do trabalhador contratado a cooperativa como sócio ou postulante a sócio (*socio a prueba*) e, nesse caso, ele passa a ter direito as distribuições das sobras referentes aos três meses que trabalhou como assalariado (CUBA, 2019b). O *Decreto-Ley* No. 366 traz como novidade a proibição para as CNA do setor de construção contratarem trabalhadores assalariados para executar as atividades que compreendem seu objeto social (CUBA, 2019a). Dado que a contratação de assalariados foram excessivas nessas CNA, a reforma legal optou por proibir as contratações (estes problemas das CNA de construção será abordado no capítulo seguinte).

O *Decreto-Ley* No. 366 também estabelece que as cooperativas já existentes poderão expandir o quadro de sócios conforme as regras expostas no Quadro 13. Uma cooperativa que tenha de 3 a 10 sócios poderá dobrar de tamanho, enquanto uma cooperativa com mais de 101 sócios poderá aumentar a quantidade de sócios em apenas 10%. As novas CNA que surgirem aplicarão a mesma regra com base na quantidade dos sócios fundadores (CUBA, 2019a). Não podem se tornar sócios das CNA os trabalhadores que já sejam sócio de alguma outra cooperativa e os que sejam funcionários do Estado ou ocupem cargos eletivos com caráter profissional em órgãos estatais. A legislação de 2012 não explicitava estes impedimentos e houve casos em que o cooperativista se tornou sócio de mais de uma cooperativa (CUBA, 2019a).

²⁶² A *Resolución* No. 362-2019, em acordo com a *Ley* No. 113-2012 “*Del Sistema Tributario*”, determina a aplicação de imposto sobre rendimentos pessoais sobre os rendimentos dos trabalhadores assalariados contratados por CNA que ultrapassarem 2.500 CUP (de 2.500 CUP até 5.000 CUP alíquota de 3%; acima de 5.000 CUP alíquota de 5%) (CUBA, 2019d).

Quadro 13 – Regra para a incorporação de novos sócios nas *Cooperativas no Agropecuarias*

No. de sócios	% de crescimento
De 3 a 10 sócios	Até 100%
De 11 a 50 sócios	Até 50%
De 51 a 100 sócios	Até 25%
Mais de 101 sócios	Até 10%

Fonte: *Decreto-Ley* No. 366, (CUBA, 2019a). Elaboração nossa.

Um dos aperfeiçoamentos mais importante está no *Decreto* No. 356, no *Artículo* 51, que determina regras para as retiradas aos sócios. Na lei anterior os sócios estavam livres para definir em Assembleia Geral o montante das retiradas conforme o trabalho aportado pelos cooperativistas a partir da sua quantidade, complexidade e qualidade. No entanto, ocorreram abusos com retiradas muito diferentes entre trabalhadores da direção/administração e da produção e, por este motivo, o novo decreto define que a retirada mais alta de um sócio poderá ser no máximo três vezes superior à menor, afim de que a CNA pratique uma distribuição justa e equitativa das receitas geradas.²⁶³ O cálculo da quantidade, complexidade e qualidade do trabalho aportado pelos sócios nas distintas atividades de uma CNA deverá ser incluído no estatuto da CNA afim de servir de regra para retribuição dos cooperativistas (CUBA, 2019b).

No que se refere a direção, anteriormente não existiam critérios para escolha do presidente da Assembleia Geral e, conseqüentemente presidente da CNA, fato que também provocou problemas com escolhas equivocadas. Por isso, critérios para essas escolhas passaram a ser válidos a partir de 29 de outubro de 2019. Dentre outros critérios o sócio escolhido para presidir a CNA deve conhecer e ter experiência com a atividade fim da cooperativa, gozar de bom reconhecimento público, ter capacidade de liderança e ser exemplo de disciplina para os demais sócios. Nos casos em que o presidente for declarado responsável por delitos ou tiver

²⁶³ Como mostramos no capítulo ‘Propriedade e transição socialista’, uma preocupação constante dos socialistas e do movimento cooperativo é a possibilidade de degeneração das cooperativas em empresas privadas. Por isso, Marx recomentou aos delegados do Congresso da AIT a manutenção de uma remuneração igualitária entre todos os integrantes, sócios ou não-sócios. A restrição do governo Cubano segue essa linha. Ao limitar a retirada máxima busca evitar desvios que estavam sendo comentidos que não condizem com as boas práticas das cooperativas, principalmente em um processo de transição socialista.

responsabilidade direta ou indireta com atos de corrupção ou descontrole com os bens da CNA em sua administração, ele poderá ser retirado do cargo pela OACE que autorizou o funcionamento da cooperativa, ou por votação dos sócios superior a 50% do total de votos na Assembleia Geral (CUBA, 2019a).

A determinação dos preços das CNA seguirá sendo definida por parâmetros de oferta e demanda como era anteriormente, de acordo com a *Resolución* No. 361-2019, do *Ministerio de Finanzas y Precios*, exceto nos casos em que os preços e tarifas forem regulados centralmente pelas entidades estatais em benefício da população. Os CAP podem definir preços e tarifas fixos máximos conforme as necessidades de cada território. A *Resolución* No. 361 também definiu alguns limites máximos de receitas sobre os gastos totais de bens e serviços vendidos pelas CNA às entidades estatais. No caso de reparos e manutenção automotivos, lanternagem e pintura de veículos e serralheria em alumínio as receitas não podem exceder 30% dos gastos totais (descontando tributos, gastos financeiros e gastos com serviços adquiridos de outras formas de gestão não estatal). No caso do setor de construção civil e produção de materiais de construção o limite não pode ultrapassar 20% dos gastos totais (CUBA, 2019c).²⁶⁴ Com isso, o governo cubano busca regular as receitas das CNA que apresentaram maiores ganhos em decorrência da elevação de preços, como mostraremos no próximo capítulo.

4.4 NOTAS CONCLUSIVAS

Neste capítulo, apresentamos as razões que levaram Cuba a promover o processo de *actualización* do seu modelo econômico e social. As medidas tomadas pelo

²⁶⁴ “Los precios y tarifas de los productos y servicios que comercializan, a las empresas estatales, unidades presupuestadas y las sociedades mercantiles de capital ciento por ciento cubano, las cooperativas no agropecuarias vinculadas con las actividades de: **servicios de reparación y mantenimiento de equipos automotores, reconstrucción y chapistería de vehículos; y servicios de montaje, reparación y mantenimiento de carpintería de aluminio, pueden generar utilidades de hasta un treinta por ciento (30%)** de los gastos totales, descontando de estos los gastos tributarios, financieros y por los servicios comprados a formas de gestión no estatal.

El límite en la generación de la utilidad referido en el párrafo anterior es de **hasta el veinte por ciento (20%) para los servicios constructivos y de producción de materiales de la construcción**; para la determinación de los precios y tarifas de estos servicios se pueden considerar con carácter referencial, las normas técnicas de consumo material, de rendimiento de la mano de obra y del uso de equipos, vigentes para los servicios de construcción” (CUBA, 2019c, p. 1367, grifos nossos).

governo, a partir de amplo debate público, atacam problemas estruturais da economia cubana, para garantir o desenvolvimento social e as conquistas da revolução.

A irreversibilidade do caráter socialista da revolução declarada nos documentos do PCC e do Estado cubano deve ser destacada. Como apontamos, diferentes visões de socialismo disputam a hegemonia do processo de atualização, mas na prática há uma síntese das visões com preponderância da visão que mantém o Estado e o partido na condução do processo. Os mecanismos de mercado, as diferentes formas de propriedade, as cooperativas autogestionárias, o *cuentapropismo* etc. conjugados com a empresa estatal, a *propiedad de todo el pueblo* e a planificação, caracterizam grosso modo, as mudanças na economia cubana. Ou seja, setor estatal preponderante, controlando os principais meios de produção, e um setor não estatal que é permitido e controlado, assim como pensara Lenin quando formulou a NEP para a Rússia.

As CNA, cujo marco legal apresentamos, surgiram como umas das engrenagens desse novo modelo econômico e social. A legislação, primeira sobre o tema depois de 52 anos da vitória da revolução, apresentou avanços mas também tinha debilidades. Parte dos problemas que enfrentaram as CNA decorreram das insuficiências e imprecisões do marco legal. Não obstante, observa-se a vitalidade do processo de transição cubana que reconheceu erros, fez a autocrítica e lançou um novo pacote normativo em 2019, logo após a aprovação da nova Constituição da República.

Como se pôde evidenciar, a maior parte dos aperfeiçoamentos no marco legal são tentativas de extinguir problemas ocorridos durante os primeiros seis anos de implementação das CNA, mas nem todos problemas foram solucionados: as cooperativas de segundo grau ainda são uma pendência, assim como a criação de um organismo para representar e assessorar as CNA, etc. Obviamente, é impossível avaliar no momento os efeitos do novo marco legal que está em vigor há pouco mais de três meses. Além disso, novas CNA não foram autorizadas desde a recente aprovação do novo marco legal.

No próximo capítulo, na análise do processo de implementação e de seus resultados apontaremos os principais problemas ocorridos ao longo dos últimos anos nas CNA, bem como os pontos positivos da experiência.

5 COOPERATIVAS NO AGROPECUARIAS: IMPLEMENTAÇÃO, DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo analisamos o processo de implantação de *cooperativas no agropecuarias* (CNA) em Cuba, com o máximo de informações sobre a realidade concreta das mesmas que tivemos acesso durante o processo de desenvolvimento da investigação. Partes destes dados são públicos e constam na base estatística da ONEI, mas grande parte dos dados referentes às CNA, principalmente no que se refere ao seu desempenho econômico, estão de posse da *Comisión de Implementación de los Lineamientos* (CIDEL), da *Contraloría de la República* e da própria ONEI, e são de acesso restrito.²⁶⁵ Alguns estudos realizados por pesquisadores cubanos fizeram um diagnóstico empírico das CNA através de entrevistas realizadas com os cooperativistas (PIÑEIRO HARNECKER, 2014; PIÑEIRO HARNECKER, 2015; PIÑEIRO HARNECKER, 2017; PALMA ARNAUD, 2017; ODRIOZOLA GUIDART; PALMA ARNAUD, 2018). Outros estudos tiveram acesso a parte destes dados não acessíveis, particularmente Piñeiro Harnecker (2018a).²⁶⁶ Apesar de se tratar de um processo relativamente recente e não ter muitos estudos de caso, consideramos que os dados obtidos permitem um diagnóstico que possibilita refletir sobre as relações sociais que estão se desenvolvendo a partir das CNA.

Na seção seguinte descrevemos o processo de implementação das CNA em Cuba de 2013 até 2019, buscando dimensionar o tamanho e a relevância dessas cooperativas para a economia cubana. Em seguida analisamos o desempenho econômico das mesmas no que se refere aos resultados financeiros, à geração de

²⁶⁵ Na nossa curta estada em Cuba, pouco mais de um mês, não foi possível acessar estes dados. Porém, tivemos acesso a pesquisas que realizaram entrevistas semiestruturadas com sócios de CNA ou que tiveram acesso a parte destes dados que não tivemos acesso. Particularmente, Piñeiro Harnecker (2018a), que é investigadora do *Centro de Estudios de la Economía Cubana* (CEEC), obteve importantes informações sobre o desempenho financeiro das CNA relativos ao ano de 2016, os quais analisaremos mais adiante.

²⁶⁶ Notadamente, Piñeiro Harnecker tem se destacado como uma das principais pesquisadoras sobre o tema das CNA cubanas. Seu protagonismo se manifesta não só por suas publicações, inclusive anteriores aos *Lineamientos* (PIÑEIRO HARNECKER, 2008a; PIÑEIRO HARNECKER, 2008b; PIÑEIRO HARNECKER, 2011), mas também por sua militância e defesa das cooperativas e da autogestão como modelo de construção do socialismo em Cuba. Dessa forma, como já ficou evidente no capítulo anterior, é praticamente impossível estudar o tema sem levar em conta as análises da autora.

renda aos sócios, bem como os aportes tributários ao Estado. Tratamos, a partir do estudo de Piñeiro Harnecker (2018a), especificamente dos resultados referentes ao ano de 2016 com a caracterização do desempenho em alguns setores específicos (gastronomia, mercados agropecuários, construção civil, confecções e serviços automotivos).

Em seguida, apresentamos uma seção de avaliação de resultados na qual levantamos os principais avanços (*logros*) e problemas (*malogros*) apresentados pelas CNA em Cuba, afim de tirar nossas próprias conclusões sobre os limites e possibilidades dessa forma de propriedade e seu papel na construção de relações sociais de produção socialistas em Cuba. Por último, discorreremos sobre as perspectivas para o futuro das CNA e sua inserção na tessitura econômica cubana.

5.2 A IMPLEMENTAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO AGROPECUARIAS EM CUBA

A partir da promulgação dos *Decretos-ley* No. 305 e 306 em 2012 iniciou-se o processo de formulação de propostas de CNA. Tais propostas deveriam percorrer um longo processo burocrático, como apontamos no capítulo anterior, até a aprovação pelo *Consejo de Ministros*, para somente em seguida se iniciar o processo efetivo de constituição das cooperativas. Segundo Piñeiro Harnecker (2014), até 2014 haviam sido autorizadas, pelo *Consejo de Ministros*, a criação de 498 CNA em quatro reuniões do conselho.

Cada reunião do *Consejo de Ministros* aprovou um grupo de cooperativas: Grupo I em abril de 2013 (126 cooperativas sendo 114 de origem estatal e 12 de origem não estatal), Grupo II em julho de 2013 (71 cooperativas sendo 33 de origem estatal e 38 de origem não estatal), grupo 3 em outubro de 2013 (73 cooperativas sendo 41 de origem estatal e 32 de origem não estatal) e grupo 4 em março de 2014 (228 cooperativas sendo 196 de origem estatal e 32 de origem não estatal).²⁶⁷

²⁶⁷ A Tabela 13, no apêndice, indica quantas cooperativas por setor de atividade foram aprovadas em cada etapa (Grupo).

Destas CNA aprovadas, 77% (384) foram de origem estatal, ou seja, induzidas por entidades estatais, enquanto o restante (114 cooperativas) surgiram de propostas de iniciativa dos próprios sócios. Dentro dos marcos do que propõe o processo de atualização do modelo econômico e social cubano, essa transferência de atividades estatais para gestão coletiva não estatal, como já abordamos anteriormente, tem a função de descentralizar atividades e reduzir as tarefas do Estado permitindo que o mesmo se concentre no que é mais essencial para o desenvolvimento econômico do país.

As CNA aprovadas tem permissão para atuar em diversas atividades econômicas (Tabela 2), sendo a atividade gastronômica a que possui maior número de cooperativas aprovadas: 213 CNA (42,7 %). Com muitos investimentos em turismo na ilha caribenha, o setor de restaurantes é sempre muito requisitado por visitantes estrangeiros e pode ter elevadas receitas se operar com *pesos convertibles* (CUC) atendendo estrangeiros.

Em Cuba, este setor de cafeterias e restaurantes era preponderantemente estatal e vinculado ao *Ministerio del Comercio Interior* (MINCIN). Porém, em 2009, já nos marcos da *actualización pre Lineamientos*, o MINCIN começou a implementar a '*Política para la implementación de formas no estatales de gestión en las actividades de gastronomía y servicios técnicos y personales de uso doméstico, en el comercio interno*'.²⁶⁸ Segundo Piñeiro Harnecker (2018a), o MINCIN possuía em fevereiro de 2015 12.988 unidades estatais com 134.402 trabalhadores, sendo 8.984 no setor de gastronomia e 4.004 de outros serviços. Destas, 3.573 unidades (com 11.277 trabalhadores) tinham sido arrendadas por *cuentapropistas* ou convertidas em CNA, restando ainda 9.415 unidades a serem transferidas para gestão não estatal (7.500 do setor de gastronomia e as outras de serviços pessoais e técnicos). As cafeterias e restaurantes com até 5 trabalhadores já transferidas para gestão não estatal foram na maioria dos casos arrendadas por *cuentapropistas*. Apesar da legislação permitir CNA a partir de 3 sócios, priorizou-se a transferência para essas formas das unidades maiores, com mais trabalhadores. Esses dados indicam que ainda existe

²⁶⁸ Política para a implementação de formar não estatais nas atividades de gastronomia e serviços técnicos e pessoais de uso doméstico no comércio interno.

uma grande quantidade de estabelecimentos estatais que podem ser convertidos em CNA, todavia, como mostraremos mais adiante isso não ocorreu até a atualidade.

Tabela 2 – Atividades e número de *Cooperativas no Agropecuarias* autorizadas – Cuba – Março de 2014

Atividade	Unid.	%
1 Gastronomía	213	42,77
2 Comercio minorista de produtos agropecuários	101	20,28
3 Construcción y producción de materiales de construcción	68	13,65
4 Servicios personales y técnicos	32	6,43
5 Comercialización de aves	17	3,41
6 Recuperación de desechos	15	3,01
7 Transporte de carga y servicios al transporte	11	2,21
8 Producción y reparación de muebles, cerámica, confecciones textiles, clavos de herrería, calzado, talabartería y plásticos	11	2,21
9 Transporte de pasajeros	6	1,20
10 Servicios contables	6	1,20
11 Producción y servicios decorativos	5	1,00
12 Servicios de energía	5	1,00
13 Producción de alimentos y bebidas	3	0,60
14 Servicios técnicos de mantenimiento y reparación de equipos	3	0,60
15 Impresiones gráficas, decoración e interiorismo	2	0,40
Total	498	100,00

Fonte: Harnecker (2014) com dados da *Comisión Permanente para la Implementación y Desarrollo de los Lineamientos* (CIDEL)

Depois das cooperativas gastronômicas é o setor de comércio varejista de produtos agropecuários, os *agromercados*, ou somente *agros* como chamam os cubanos no dia-a-dia, que teve maior número de CNA aprovadas (Tabela 2): 101 CNA (20,2%). Os *agromercados* cooperativos oferecem produtos agrícolas (legumes, frutas, verduras, cereais, etc.) definindo os preços, conforme indica a legislação, a partir da oferta e demanda e, por conta disso, se observou casos de elevação dos preços. Isso tem gerado críticas, já que o objetivo esperado nos *Lineamientos* com a transferência de tais atividades ao setor não estatal era a redução ao invés do aumento dos preços (PIÑEIRO HARNECKER, 2014; CAMPS RODRÍGUEZ, 2017). O argumento dos cooperativistas deste setor em geral tem sido os custos de logística, já que, em certos casos os produtos tem que atravessar o país do oriente ao ocidente ou vice versa. Além disso, há as constantes tragédias climáticas que

assolam a ilha e prejudicam as safras. No fundo, há também as ineficiências e baixa produtividade do setor agrícola que impactam na oferta e, conseqüentemente, no preço final praticado por essas cooperativas, que precisam adicionar alguma margem aos preços para terem viabilidade econômica.

O setor de construção e produção de materiais de construção, vem logo em seguida com 68 propostas de CNA aprovadas até 2014 (13,6% do total). Essas cooperativas cumprem importante papel na produção de novas unidades habitacionais, dentro dos marcos da política habitacional do *Ministerio de la Construcción* (MICONS), bem como na reforma e recuperação das habitações danificadas pelas constantes tormentas tropicais que afetam Cuba.²⁶⁹ Uma particularidade das CNA de construção, é que não surgiram mediante indução do Estado. Todas, exceto uma, “[...] surgieron por iniciativa de grupos de personas, reuniendo su propio capital. Muchos de los fundadores son antiguos directivos o trabajadores de empresas del sistema de la construcción” (PIÑEIRO HARNECKER, 2018, p. 81).²⁷⁰

Na sequência aparecem 32 CNA de serviços pessoais e técnicos (6,4%), também na sua maior parte induzidas a partir de transferência de unidades estatais do MINCIN para a gestão não estatal coletiva. Ainda com dois dígitos figuram a aprovação das 17 CNA de criação e comercialização de aves, das 15 CNA de reciclagem de materiais, das 11 CNA de transporte de carga e das 11 CNA de produção industrial diversas. Outras atividades que tradicionalmente tem potencial de organização na forma cooperativa como o transporte de passageiros tiveram pouca expressão com apenas 1,2% do total das propostas aprovadas.

Das cooperativas aprovadas até 2014 nem todas foram constituídas. Como mostramos no capítulo anterior, a legislação determina que após a aprovação pelo

²⁶⁹ Cuba conta com mais de 3,8 milhões de habitações, sendo que 90% da população é proprietária de ao menos uma habitação. De 2008 até 2017, um total de 1.136.654 habitações apresentaram danos de algum tipo por conta dos ciclones tropicais, sendo que destas, 132.093 foram totalmente destruídas (CUBA, 2019f). “*En las ciudades cubanas [más de 20.000 personas], sólo un 4,6 por ciento de su población vive en condiciones precarias, dadas por deficiencias en la infraestructura técnica, mal estado constructivo de las viviendas o exposición a peligros naturales, sin embargo, se satisfacen sus necesidades de acceso a la salud, educación y seguridad social*” (CUBA, 2019f, p. 82).

²⁷⁰ “[...] surgiram por iniciativas de grupos de pessoas, reunindo seu próprio capital. Muitos dos fundadores são antigos diretores e trabalhadores de empresas do sistema de construção” (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 81, tradução nossa).

Consejo de Ministros se inicia o processo de constituição que culmina no registro. Em 2013, já haviam sido efetivamente constituídas 198 CNA e, no final de 2014, Cuba tinha 345 CNA constituídas (Tabela 3). O número de organizações dessa forma de gestão não estatal experimental foi crescendo lentamente ao longo do anos seguintes, alcançando o número máximo de 439 CNA em 2017, ou seja, nunca chegou a alcançar o total de CNA aprovadas em 2014. Nestas cooperativas aprovadas e não constituídas os sócios fundadores não levaram adiante todos os trâmites para a constituição. No fechamento do terceiro trimestre de 2019 haviam 433 CNA funcionando em Cuba. Houve o encerramento das atividades de 8 CNA e a constituição de 3 CNA durante o ano de 2018, com saldo de menos 5 e, ao longo de 2019, a extinção de 1 CNA.²⁷¹ Os processos de extinção se deram por irregularidades ou inviabilidade econômica das CNA. Mesmo com uma taxa de crescimento de 118,68% de 2013 até o terceiro trimestre de 2019 as CNA representam apenas 8,17% do total de cooperativas existentes em Cuba, quando se leva em conta as cooperativas agrícolas (CCS, CPA e UBPC).

Tabela 3 – Principais entidades por forma de organização em Cuba - 2011-2019*

Anos	Empresas	Sociedades		Cooperativas				Unidades	Total
		Mercantiles	Total	CNA	UBPC	CPA	CCS	Presupuestadas	
2011	2.422	275	5.811		2.165	1.002	2.644	2.455	10.963
2012	2.250	236	5.688		2.038	1.006	2.644	2.382	10.556
2013	2.235	237	5.420	198	1.811	909	2.502	2.354	10.246
2014	1.992	229	5.506	345	1.754	903	2.504	2.297	10.024
2015	1.956	224	5.473	367	1.699	897	2.510	2.361	10.014
2016	1.904	223	5.348	397	1.593	887	2.471	2.345	9.820
2017	1.801	230	5.355	439	1.563	882	2.471	2.242	9.628
2018	1.776	236	5.310	434	1.529	879	2.468	2.241	9.563
2019*	1.774	237	5.295	433	1.519	877	2.466	2.241	9.547

Fonte: ONEI. Elaboração nossa.

* Dados referentes ao terceiro trimestre (julho-setembro) de 2019.

O ano de 2017 foi o último com crescimento no número de CNA quando ocorreu a constituição de 42 CNA (crescimento de 10,58% em relação a 2016). A partir de

²⁷¹ Em 2018 foram extintas 1 CNA do setor de construção, 1 do setor de fornecimento de eletricidade, gás e água, 5 de comércio e reparação de equipamentos pessoais, 1 de serviços empresariais. Foram constituídas 1 CNA no setor de ciência e inovação tecnológica e 2 no setor de gastronomia. Em 2019 foi extinta uma CNA do setor de gastronomia. Para detalhes dessa evolução ver Tabela 15 no Apêndice.

2018 e, particularmente de 2019 até a atualidade, se inicia um período de consolidação das CNA já constituídas sem que novas propostas sejam aprovadas. A CIDEL busca com isso ajustar as CNA existentes às novas normas editadas em 2019 e corrigir eventuais erros e problemas identificados.

Todas as CNA, ao longo do processo de aprovação, receberam o parecer favorável de um *Organismo de la Administración Central del Estado* (OACE). Dessa forma, após a constituição, elas seguem vinculadas a um órgão ou organismo estatal. Em geral são ministérios, como se observa na Tabela 4. No terceiro trimestre de 2019, Cuba possuía 67 CNA vinculadas ao MICONS, 28 CNA ligadas ao MINDUS, 18 ao MINTUR e 17 ao MINAGRI, dentre outros ministérios supervisionando um número de CNA inferior a dois dígitos. Grande parte das CNA, no entanto, estão vinculadas aos Órgãos de Administração do Poder Popular: os *Consejos de Administración Provincial* (CAP) ou *Consejos de Administración Municipal* (CAM). Neste caso existem 277 CNA (64% do total). Como deve ser parte do objetivo social das CNA cooperar com o desenvolvimento local, nada mais natural que estejam vinculadas a administrações provinciais e municipais. Este é o caso por exemplo de muitas entidades estatais do MICIN transferidas para gestão coletiva de CNA.

Tabela 4 – Cooperativas por forma de organização e órgão ou organismo a que estão vinculadas – Cuba – 2019*

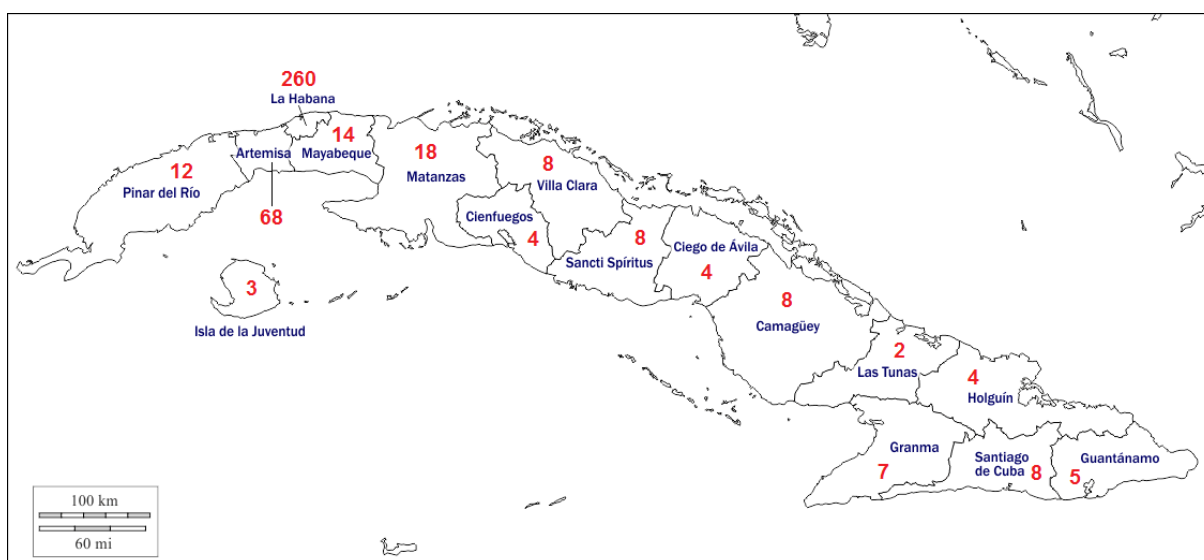
Organos o organismos	CNA	%	UBPC	CPA	CCS
Ministerio de Industrias	28	6,5	-	-	-
Ministerio de Energía y Minas	5	1,2	-	-	-
Ministerio de la Industria Alimentaria	3	0,7	-	-	-
Ministerio de la Construcción	67	15,5	-	-	-
Ministerio de la Agricultura	17	3,9	1.030	645	2.405
Grupo Azucarero (AZCUBA)	-	0,0	489	232	61
Ministerio del Transporte	5	1,2	-	-	-
Ministerio del Comercio Interior	2	0,5	-	-	-
Instituto Nacional de Deportes, Educación Física y Recreación	1	0,2	-	-	-
Ministerio del Turismo	18	4,2	-	-	-
Ministerio de las Fuerzas Armadas Revolucionarias	1	0,2	-	-	-
Poder Popular	277	64,0	-	-	-
Otros organismos	9	2,1	-	-	-
Total	433	100,0	1.519	877	2.466

FONTE: ONEI. Elaboração nossa.

* Dados referentes ao terceiro trimestre (julho-setembro) de 2019.

As cooperativas agrícolas (CCS, CPA e UBPC) estão todas vinculadas ao MINAGRI ou a *Organización Superior de Dirección Empresarial (OSDE)*²⁷² AZCUBA que substituiu o *Ministerio de Industria Azucarera (MINAZ)*. Exceto 17 CNA vinculadas ao MINAGRI, todas as demais CNA vinculam-se a outros órgãos ou organizações não ligadas ao setor agrícola (Tabela 4). Além disso, nenhuma CNA se vincula a uma OSDE.

Figura 5 – Cooperativas no Agropecuarias por províncias – Cuba – 2019*



Fonte: ONEI. Elaboração nossa. * Dados referentes ao terceiro trimestre (julho-setembro) de 2019.

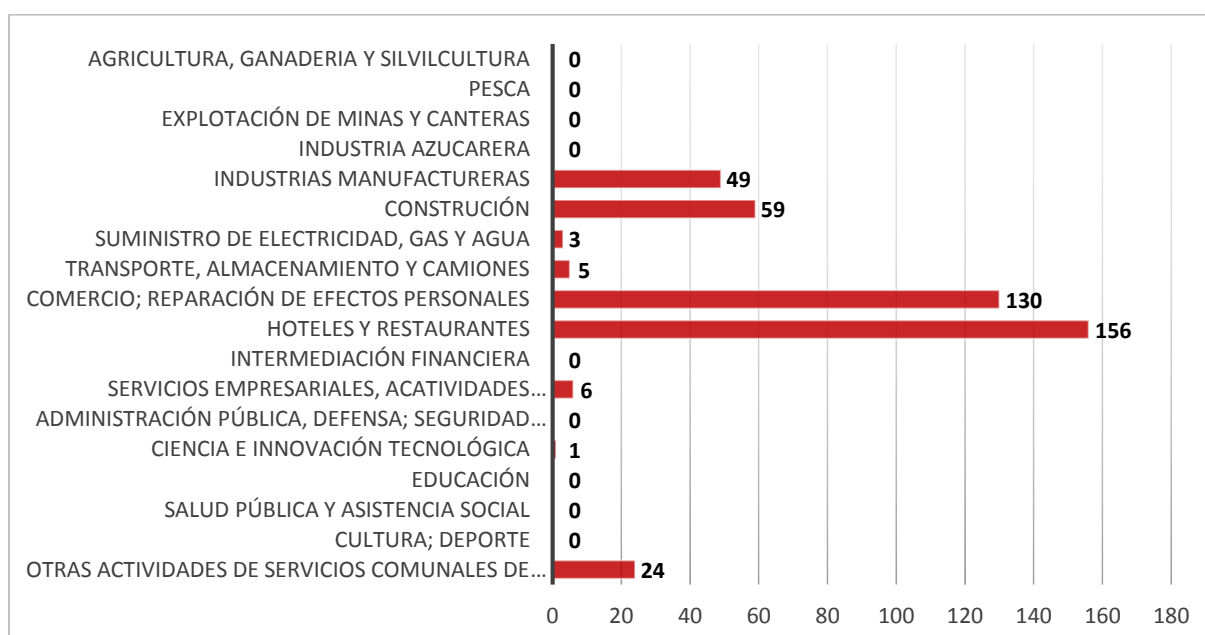
As CNA concentram-se em La Habana, a capital de Cuba e cidade mais populosa com mais 2 milhões e 200 mil habitantes. Na capital estão 60% das CNA (Figura 5). As províncias vizinhas Artemisa (68 cooperativas), Matanzas (18 cooperativas), Mayabeque (14 cooperativas) e Pinar del Río (12 cooperativas) indicam uma concentração da implementação de CNA na parte ocidental da ilha (85,9%) em detrimento da banda oriental, onde se situa Santiago de Cuba, segunda cidade mais

²⁷² Instituídas pelo Decreto No. 335/2017, as OSDE surgem para suprir as seguintes necessidades: separação de funções estatais de empresariais, manutenção da organização das empresas em conformidades com os interesses estatais, unificar empresas com similaridades tecnológicas e produtivas, flexibilizar os processos de direção, tornar mais eficiente o controle e a solução de problemas. As OSDE possuem personalidade jurídica independente e devem beneficiar a gestão das empresas que as integram. O financiamento dos seus gastos em moeda nacional se dá com aportes das empresas que as integram como parte de seus gastos gerais de administração. Um exemplo de OSDE é o *Grupo Empresarial Biocubafarma* que reúne as empresas do setor biofarmacêutico cubano responsável pela produção de diversos medicamentos, vacinas e desenvolvimento de novos procedimentos para tratamentos de saúde, ou o *Grupo Azucarero – Azcuba*, responsável pela produção canavieira cubana.

populosa da ilha, cerca de 500 mil habitantes, que conta com apenas 8 cooperativas. As demais províncias tem entre 2 e 8 CNA.

Quando se analisam as CNA por ramos de atividade, a partir dos dados da ONEI (Gráfico 6), verificamos que no terceiro trimestre de 2019 o setor de hotéis e restaurantes (*cafeterias, comedores*) possui o maior número de cooperativas constituídas (156) seguido de perto pelo setor que congrega comércio (*agromercados, venda minorista de alimentos, bebidas y tabaco, venda minorista de otros productos*) e reparos em geral (reparos em eletrodomésticos, móveis, veículos, etc.) com 130 cooperativas. O setor de construção possui 59 cooperativas e o de indústrias manufatureiras 49 cooperativas (fábricas de móveis, brinquedos, produtos de vidro, produtos de metal, produtos de plástico, roupas, etc.).²⁷³ Dentre os ramos de atividade das cooperativa constituídas pode-se depreender que há setores com maior exigência de investimentos em capital fixo e aparatos tecnológicos (como da atividades industrial e de reparos técnicos) e outros que são pouco intensivos como o setor de gastronomia, no entanto, muitas CNA são afetadas por limitações de importações por conta de restrições de divisas e do embargo econômico.

Gráfico 6 – *Cooperativas no Agropecuarias* por atividade econômica – Cuba – 2019*



Fonte: ONEI. Elaboração nossa. * Dados referentes ao terceiro trimestre (julho-setembro) de 2019.

²⁷³ Para um detalhamento completo das atividades desenvolvidas pelas CNA conforme o registro e o código de Nomenclatura de Atividades Econômicas da ONEI, ver a Tabela 15 no Apêndice.

Dentre os avanços que se esperavam com o fomento do setor não estatal e das CNA, ainda em 2011, um deles era a geração de empregos de qualidade em atividades que o setor estatal não era eficiente e, portanto, como vimos paulatinamente essas atividades foram sendo transferidas para a gestão do setor não estatal. Trata-se de um tema central pois dentre as alternativas ao assalariamento estatal ou nas empresas de propriedade mistas, o cooperativismo sempre foi considerado uma forma de organização superior ao *cuentapropismo*, mesmo que o governo cubano tenha reconhecido inúmeras vezes a necessidade e a importância do trabalho por conta própria.

O que se observa a partir da Tabela 5 é ainda uma participação pequena de trabalhadores atuando em CNA. Os dados do terceiro trimestre de 2019 indicam que 18,1 mil trabalhadores, apenas 0,40% de toda população ocupada, estavam vinculados em CNA, sendo que o máximo alcançado foi em 2018 com 18,6 mil trabalhadores (0,42% do total da população ocupada).

Os dados de 2013 a 2018, expressos na Tabela 5²⁷⁴, indicam uma clara tendência de crescimento da geração de postos de trabalho no setor não estatal da economia cubana. Houve um crescimento de 9,64% de 2013 até 2018, com a participação de 124,5 mil trabalhadores a mais no setor não estatal, enquanto no setor estatal, observa-se uma redução de 15,45% (menos 560,6 mil trabalhadores). Não obstante, notadamente o setor estatal segue com a maior proporção de trabalhadores alcançando 68,42% do total contra 31,58% no setor não estatal em 2018.

O setor não estatal agrupa o setor cooperativo e o setor privado. O setor cooperativo compreende as cooperativas agrícolas (CCS, CPA e UBPC) em que atuavam em 2018 451,8 mil trabalhadores (10,08% do total de ocupados) e as CNA. O setor privado inclui dentre outras ocupações, os camponeses privados (usufrutuários de terras estatais ociosas)²⁷⁵, os trabalhadores por conta própria, os artistas plásticos,

²⁷⁴ Em 2014 houve uma mudança metodológica da ONEI em relação a 2013. Os trabalhadores associados a CCS eram considerados como privados e a partir de 2014 passaram a ser contados junto com as cooperativas agropecuárias (CPA e UBPC). Por isso percebe-se um grande redução do total de trabalhadores privados e um grande crescimento das cooperativas agropecuárias em 2014.

²⁷⁵ Buscando reduzir a dependência de importação de alimentos, o governo cubano ao longo do processo atualização passou para controle privado mais de 2,1 milhões de hectares de terras estatais

escritores e outros trabalhos intelectuais e totalizavam 945,8 mil trabalhadores ao final de 2018 (Tabela 5). Como apontamos, o total de trabalhadores atuando em CNA ainda representa uma pequena parcela do total de ocupados, porém de 2013 a 2018 houve um crescimento considerável no número de trabalhadores dessas cooperativas da ordem de 686,5% (passaram de 2,3 mil em 2013 para 18,1 em 2018).

Tabela 5 – Distribuição dos empregos por forma de gestão dos meios de produção (milhares de trabalhadores e percentual) – Cuba – 2013-2018

	2013		2014		2015	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total de Ocupados	4.918,8	100,00	4.969,8	100,00	4.713,7	100,00
Estatal	3.627,6	73,75	3.591,3	72,26	3.460,1	73,41
No estatal	1.291,2	26,25	1.378,5	27,74	1.253,6	26,59
Cooperativas	227,0	4,61	614,1	12,36	531,3	11,27
Agropecuarias	224,7	4,57	608,6	12,25	523,6	11,11
No agropecuarias	2,3	0,05	5,5	0,11	7,7	0,16
Privado	1.064,2	21,64	764,4	15,38	722,3	15,32
Trabajadores por cuenta propia	424,3	8,63	483,4	9,73	499,0	10,59
	2016		2017		2018	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total de Ocupados	4.591,1	100,00	4.474,8	100,00	4.482,7	100,00
Estatal	3.262,0	71,05	3.087,5	69,00	3.067,0	68,42
No estatal	1.329,1	28,95	1.387,3	31,00	1.415,7	31,58
Cooperativas	446,7	9,73	476,9	10,66	469,9	10,48
Agropecuarias	435,4	9,48	458,3	10,24	451,8	10,08
No agropecuarias	11,3	0,25	18,6	0,42	18,1	0,40
Privado	882,3	19,22	910,4	20,35	945,8	21,10
Trabajadores por cuenta propia	540,8	11,78	583,2	13,03	580,8	12,96

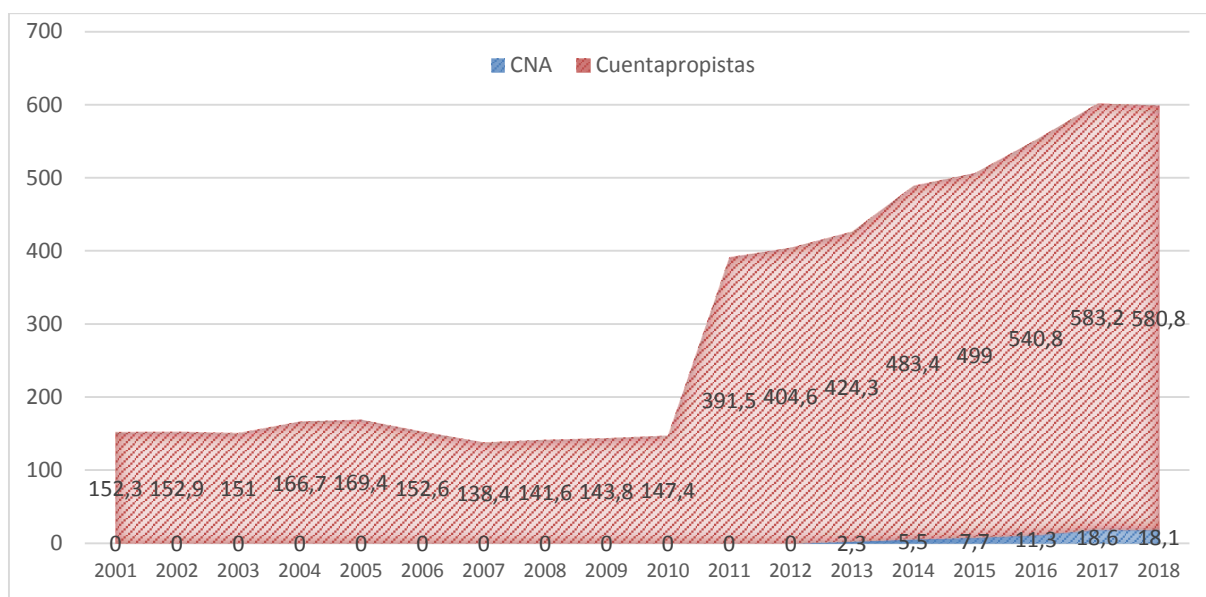
Fonte: Anuário Estatístico de Cuba 2018 - ONEI. Elaboração nossa.

Quando se compara o percentual de *cuentapropistas* com o de cooperativistas das CNA se observa uma grande diferença (Gráfico 7). O trabalho por conta própria bastante incentivado durante o *Período Especial* apresentou uma trajetória estável na primeira década do novo milênio. Em 2001 eram 152,3 mil *cuentapropistas* que passaram para 169,4 mil em 2005 (crescimento de 11,22%). Nos cinco anos

ociosas. Foram 289,474 solicitações de usufrutuários e 244.851 concessões – 241.604 a camponeses privados e 3.247 a pessoas jurídicas –, conforme informações do MINAGRI para 2018.

seguintes houve um tendência de redução chegando ao patamar de 147,4 mil *cuentalpropistas* em 2010 (redução de 12,98%).

Gráfico 7 – Relação de trabalhadores ocupados em *Cooperativas no Agropecuarias e Cuentalpropismo* – CUBA – 2001-2018



Fonte: *Anuario Estadístico de Cuba 2018* - ONEI. Elaboração nossa.

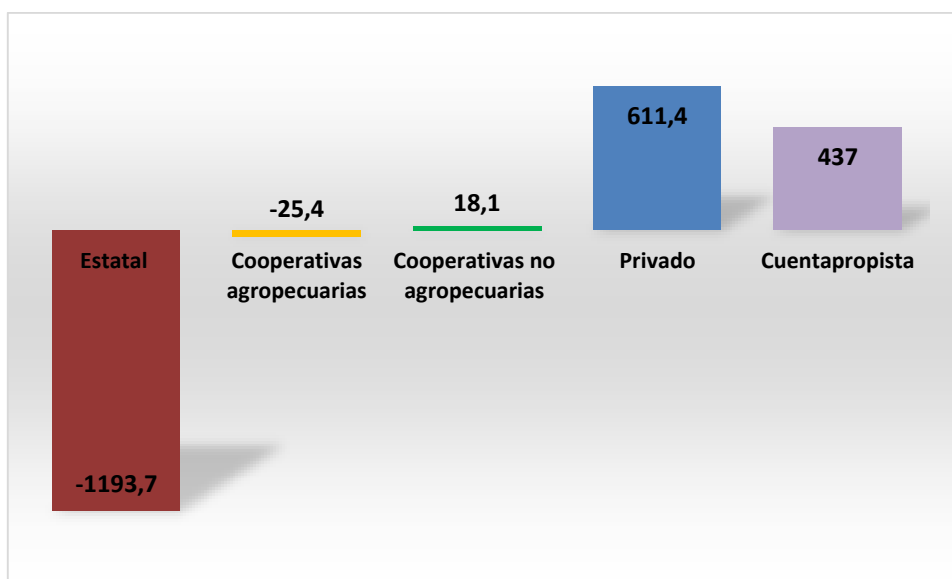
A partir de 2010, já nos marcos de processo de *actualización*, observa-se uma explosão de crescimento (294,03%) chegando a 580,8 mil trabalhadores por conta própria em 2018 (Gráfico 8). Este é um efeito do aumento do número de atividades liberadas para que se pudesse exercer o *cuentalpropismo*, dentre elas a possibilidade de alugar quartos a turistas (*arrendamiento de viviendas*), e do *Decreto-Ley* No. 268 de 2009 que reforma o regime laboral e permite o *pluriempleo*.²⁷⁶ Muitos trabalhadores passaram então a ter mais de uma atividade laborativa para complementar seus rendimentos, podendo executar uma segunda atividade com contratos por tempo determinado ou mesmo exercendo alguma atividade como *cuentalpropista* que não impacte na execução do labor principal.

²⁷⁶ O *Decreto-Ley* No. 268 “*Modificativo del régimen laboral*” determina no Artigo 1 a possibilidade do *pluriempleo*: “*Los trabajadores después de cumplir los deberes del cargo, ocupación o empleo que desempeñan, pueden concertar más de un contrato de trabajo y percibir los salarios que le corresponden por los resultados de la labor realizada*” (CUBA, 2009, p.1). Podem exercer essa segunda atividade na modalidades de contratos temporários e trabajo por conta própria. É possível que o trabalhador estatal por exemplo exerça determinadas atividades como *cuentalpropista*. Nesses casos as entidades que emitem as autorizações do trabalho por conta própria devem se certificar que a segunda atividade não impactará a atividade laborativa principal.

Assim, mesmo com a possibilidade de um superdimensionamento²⁷⁷, o que se verifica em 2018 é a existência de 580,8 mil *cuentalpropistas* frente a 18,1 mil cooperativistas atuando nas CNA.

A despeito das críticas que se possa ter ao setor não estatal, é nele que houve a maior geração de emprego no período de atualização do modelo econômico e social. De 2009 até 2018, houve uma redução de 1.193,7 milhão de empregos no setor estatal, enquanto o saldo líquido de geração de emprego no setor não estatal foi de 604,1 mil postos de trabalho. O setor cooperativo apresentou redução de 25,4 postos de trabalho nas cooperativas agropecuárias (CCS, CPA e UBPC) e criação de 18,1 mil postos nas CNA. O setor privado criou 611,1 mil postos de trabalho, sendo que destes 437 mil são *cuentalpropistas* (Gráfico 8). As CNA, por conta do seu caráter experimental na atualização do modelo econômico e social, ainda tem pequena importância se comparadas a outras atividades não estatais, mas devem ser desconsideradas como um setor importante na nova configuração do modelo econômico cubano.

Gráfico 8 – Saldo de geração de empregos por setor da economia (milhares de postos de trabalho) – Cuba – 2009-2018



Fonte: ONEI. Elaboração nossa.

²⁷⁷ Não encontramos os dados que demonstrassem qual o percentual do total de *cuentalpropistas* vivem apenas do trabalho por conta própria sem um emprego no Estado, empresas mistas ou mesmo nas cooperativas.

No que se refere a segmentação dos trabalhadores por gênero nas CNA (Tabela 6) verifica-se que a participação masculina é muito superior a feminina e segue se distanciando. Se, em 2013, 78,26% dos ocupados em CNA eram homens, em 2018 passaram a ser 83,43%. Do lado feminino, enquanto 21,74% de mulheres trabalhavam em CNA em 2013, em 2018 elas passaram a 16,57%.

Essa larga diferença aparece também no *cuentapropismo* cuja presença masculina é muito superior a feminina (383,6 mil homens e 197,2 mil mulheres em 2018). Paschoal (2017) sugere que tal fenômeno pode ser explicado pelo elevado grau de qualificação das mulheres (60,48% possui formação superior) relacionado ao fato de que as atividades que são autorizadas para o *cuentapropismo*, na maioria dos casos, exigem baixa qualificação. Ou seja, as mulheres estariam executando atividades que exigem maior qualificação no setor estatal e teriam maior resistência para trocá-lo pelo não estatal ou não estariam atuando no mercado de trabalho. Todavia, consideramos que esta sugestão de explicação exige estudos e análises mais aprofundadas, principalmente para validar esta hipótese, pois não há razões que impediriam as mulheres qualificadas de trocaram o setor estatal pelo não estatal, já que este último proporciona maiores rendimentos.

Evidenciamos que a constituição das CNA reproduz um padrão de '*divisão sexual do trabalho*', em que, por exemplo, as CNA de construção civil ou reparos de veículos automotivos, cujos rendimentos são maiores, tem maior participação masculina, enquanto os setores como gastronomia e confecções, cujos rendimentos são menores, tem mais participação feminina.²⁷⁸ Se, além das CNA, o mesmo ocorre no *cuentapropismo*, trata-se da reprodução de uma lógica patriarcal ainda não superada completamente no processo da Revolução Cubana, em que as atividades com maiores rendimentos, atualmente no setor não estatal, acabam sendo ocupadas em grande parte pelos homens. Talvez, por essa razão, apenas 3 mil mulheres atuavam nas CNA em 2018, enquanto os homens totalizam 15,1 mil.²⁷⁹

²⁷⁸ Voltaremos a abordar esse tema quando avaliarmos alguns setores específicos das CNA.

²⁷⁹ Esta é uma discussão que exige investigações e aprofundamentos futuros.

Tabela 6 – Distribuição das ocupações por gênero nas *Cooperativas no Agropecuarias* – Cuba – 2013-2018

Ano	Homens		Mulheres		Total
	mil	%	mil	%	
2013	1,8	78,26	0,5	21,74	2,3
2014	4,3	78,18	1,2	21,82	5,5
2015	6,1	79,22	1,6	20,78	7,7
2016	9,1	80,53	2,2	19,47	11,3
2017	15,1	81,18	3,5	18,82	18,6
2018	15,1	83,43	3,0	16,57	18,1

Fonte: Anuário Estatístico de Cuba 2018 - ONEI. Elaboração nossa.

Com estas informações encerramos a caracterização mais geral do conjunto de CNA constituídas em Cuba. Agora partimos para considerações a respeito do desempenho econômico dessas cooperativas.

5.3 O DESEMPENHO ECONÔMICO DAS COOPERATIVAS NO AGROPECUARIAS EM CUBA

Nesta seção, buscamos apresentar os principais resultados no que tange o desempenho econômico e financeiro das CNA em Cuba. Dado que a experiência de implementação das CNA é relativamente recente, muitas informações não estão acessíveis e não há vasto número de análises a respeito do processo, como já abordamos. Assim consideraremos para análise as informações que obtivemos através do *Ministerio de Finanzas y Precios* e da CIDEL, parte delas divulgadas pelo portal Cubadebate (FIGUEREDO REINALDO, 2019). Além disso, será fundamental os dados obtidos a partir do trabalho de Piñeiro Harnecker (2018), que apresenta uma planilha com os resultados das CNA segmentadas por setor (gastronomia, mercados agropecuários, construção civil, confecções e serviços automotivos), obtida junto a ONEI, referente ao ano de 2016. Infelizmente, não tivemos acesso ao dados relativos ao demais anos, o que nos permitiria construir uma série e realizar comparações. Porém, mesmo com estas limitações consideramos ser possível cumprir este objetivo de traçar um panorama do desempenho econômico das CNA.

As CNA, implementadas a partir de 2013, tiveram um crescimento no número de unidades até 2017, quando iniciou-se o processo de consolidação e ajustes. Desta feita, na medida em que a cada ano mais atividades eram transferidas do setor estatal para a gestão não estatal e novas CNA eram constituídas o mais natural era que se observasse um crescimento dos rendimentos brutos dessa forma de gestão ao longo dos anos. E é exatamente isso que se verificou conforme está exposto no Gráfico 9. O rendimento bruto das CNA que foi de 962,4 milhões de CUP em 2014 alcançou o total de 5.968,4 bilhões de CUP em 2017 (crescimento de 520.15% acompanhando o crescimento de 121,71% no número de CNA constituídas).²⁸⁰ Como vimos anteriormente em 2018 a expansão de CNA não avançou (redução de 5 CNA), ainda assim o total de rendimentos apresentou ligeira elevação alcançando 6.033,7 bilhões de CUP (251,4 milhões de CUC)²⁸¹.

A dinâmica dos gastos totais²⁸² e das receitas antes de impostos (*utilidad antes de impuesto*) das CNA, bem como o pagamento de retiradas aos sócios (*pago a cuenta de utilidades – anticipo*) pelas CNA apresentaram trajetórias semelhantes (Gráfico 9). Os gastos totais tiveram crescimento de 2014 a 2017 (644,5 milhões de CUP para 3.693,6 bilhões de CUP) e estabilização em 2018 (3.692,2 bilhões de CUP), assim como as receitas antes de impostos que em 2014 foram 317,9 milhões de CUP e em 2017 2.274,8 bilhões de CUP. Em 2018, as receitas antes de impostos foram 2.341,5 bilhões de CUP apresentando ligeiro crescimento (2,93%) em relação ao ano anterior.

Um indicador relevante para avaliar as CNA é sua capacidade de pagar as retiradas mensais e distribuir sobras aos seus sócios. Essas retiradas constituem a remuneração dos sócios conforme o aporte de trabalho dos mesmos e as diferenças

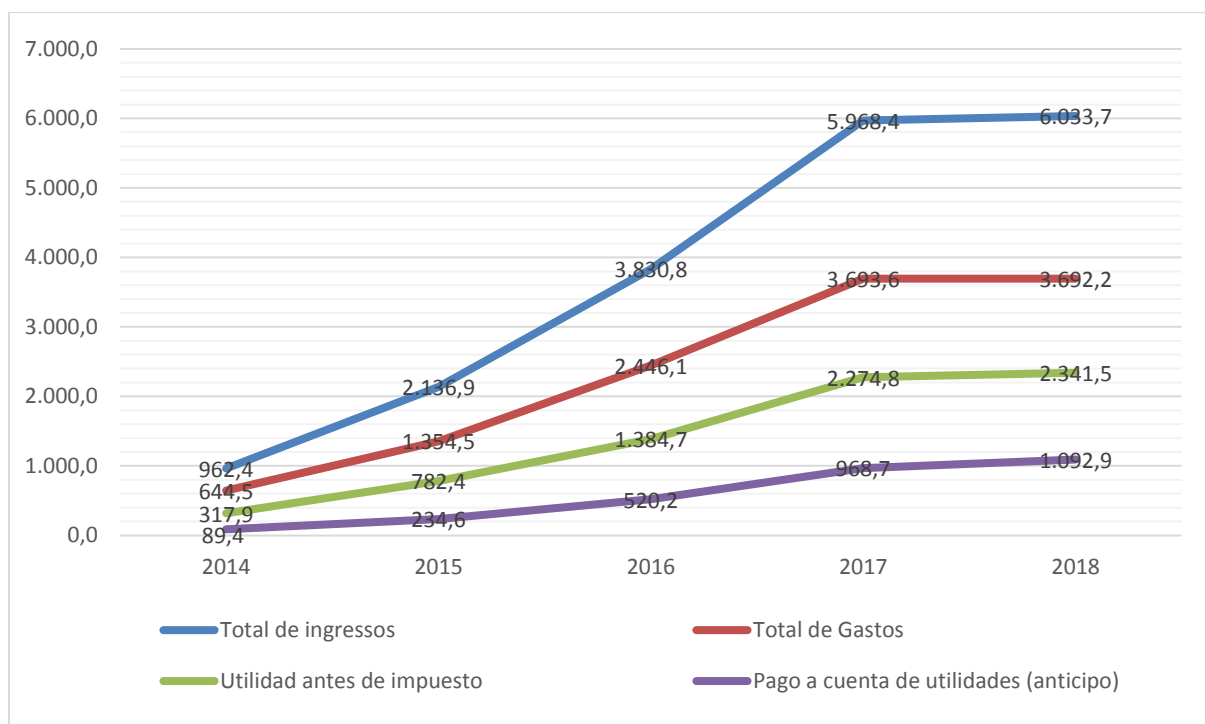
²⁸⁰ Não foi possível identificar se tais dados agregados correspondem ao total das CNA em todos os anos da série. No ano de 2016, que temos a disposição as informações, tais dados se referem a 359 CNA que reportaram a ONEI, de um total de 397 constituídas no ano, ou seja, os dados correspondem a 90,42% do total das cooperativas. Considerando que nos demais anos, mesmo que não sejam dados relativos ao total de CNA mas que estejam próximos aos 90% do total, consideramos ser uma amostra bastante representativa.

²⁸¹ As conversões de CUP para CUC sempre levarão em conta a taxa de câmbio das CADECA – 1 CUC = 24 CUP.

²⁸² O total de gastos compreende os custos com matérias-primas e equipamentos, combustíveis, energia elétrica, telefone, gás, água, correios, gastos com serviços de terceiros (trabalhadores por conta própria, outras cooperativas, empresas estatais, etc.)

do valor das retiradas é decidida em assembleia. As CNA pagaram retiradas no montante de 89,4 milhões de CUP em 2014. Tal montante cresceu com a constituição de mais cooperativas e em 2018 o pagamento de retiradas aos sócios foi de 1.092,9 bilhão de CUP. Considerando que em 2018 trabalhavam nas CNA 18,1 mil sócios, teríamos uma retirada média anual por sócio aproximada²⁸³ da ordem de 60.381,21 CUP (5.031,76 CUP por mês ou 209,65 CUC). Este montante foi muito superior ao salário médio mensal nacional das entidades estatais e mistas observado em 2018 que foi de 777 CUP (ONEI, 2019).²⁸⁴

Gráfico 9 – Indicadores econômicos selecionados das Cooperativas no Agropecuarias (Bilhões de CUP) – Cuba – 2014-2018



Fonte: (FIGUEREDO REINALDO, 2019). *Comisión de Implementación de los Lineamientos*. Cubadebate.

Notadamente o setor estatal cubano tem apresentado desde a década de 1990 remunerações estáveis porém baixas se comparadas aos rendimentos que podem

²⁸³ Como afirmamos anteriormente não foi possível saber se estes dados agregados correspondem ao total de sobras distribuídas por todas as CNA constituídas em cada ano. Por isso, uma aproximação. Realizando o mesmo cálculo para o ano de 2017 temos uma retirada média anual por sócio aproximada de 52.084,64 CUP (4.340,05 CUP em média por sócio ao mês ou 180,83 CUC). Em 2017, o salário médio mensal nas entidades estatais e mistas foi 767 CUP (ONEI, 2019).

²⁸⁴ Cabe lembrar que o trabalhador cubano tem saúde e educação gratuitas, acesso à cultura e ao transporte a preços subsidiados, recebe uma cesta com produtos básicos por meio da *Libreta de Abastacimiento*, tem seus custos de abastecimento de água e energia elétrica subsidiados.

ser obtidos com o recebimento de divisas do exterior, trabalho no exterior (caso do médicos e outros profissionais) e em algumas atividades do setor não estatal, como as CNA e o *cuentapropismo*. O trabalhador cubano de depara, portanto, com os seguintes custos de oportunidade:

- *Los ingresos que deja de percibir, en el caso de elegir el sector estatal, donde obtiene ingresos fijos y estables independientemente de su esfuerzo.*
- *La frustración que experimenta al abandonar el ejercicio de su profesión, o al divorciar el contenido de su trabajo con su calificación en el caso de elegir el sector no estatal. – Diferentes factores individuales asociados a una elección como el trabajo en el exterior* (GALTÉS GALEANO, 2017, p. 70).²⁸⁵

Essas contradições são observadas quando se compara o setor estatal e o setor não estatal. A possibilidade de maiores rendimentos através do trabalho em algumas atividades do setor não estatal, trabalho no exterior ou remessas recebidas do exterior associadas a essa defasagem dos rendimentos praticados no setor estatal estão ampliando a desigualdade em Cuba, como aponta Galtés Galeano (2017).²⁸⁶ O tema é sensível a nossa temática de investigação, pois a possibilidade de ganhos mais elevados nas CNA do que no setor estatal tem se demonstrado um fator motivador, inclusive para incentivar o aumento da produtividade, pois mais receitas implicam em maiores retiradas e sobras distribuídas. Ainda que Cuba esteja num processo de transição socialista a forma como está configurada a economia faz com que maiores rendimentos permitam maiores níveis de bem-estar e acesso diferenciado a determinados bens de consumo duráveis, principalmente oriundos do exterior via importações.

²⁸⁵ “– Os rendimentos que deixa de receber, no caso de optar pelo setor estatal, onde obtém rendimento fixos e estáveis independentes do esforço. – A frustração que experimenta ao abandonar o exercício da sua profissão, ou ao divorciar os conteúdos do seu trabalho da sua qualificação no caso de optar pelo setor não estatal. – Diferentes fatores individuais associados a uma opção de trabalho no exterior” (GALTÉS GALEANO, 2017, p. 70, tradução nossa).

²⁸⁶ Em alguns casos, dependendo do montante de remessas que se recebe é possível viver sem realizar alguma atividade laboral formal, já que saúde, educação e outros serviços são gratuitos e garantidos pelo Estado cubano. Por isso os *lineamientos* focaram em atualizar o modelo econômico afim de garantir que a geração de renda seja por meio do trabalho, criando mecanismos para que essas remessas pudessem ser investidas em pequenos negócios privados, intensificando o que já vinha ocorrendo desde o *Período Especial*, ou retornando ao Estado via *Tiendas de Recaudación de Divisas*. Como aponta Landaburo Sánchez (2016, p. 29-30), “*La oportunidad de desarrollo de pequeños negocios familiares, de orden privado (trabajo por cuenta propia), o acceder al usufructo de la tierra en Cuba a partir de 2010 fueron dos de las formas provechosas de inversión privada basada en capitales provenientes de migrantes cubanos en el exterior*”.

Uma outra forma de avaliar o desempenho das CNA, que também está relacionada com os seus resultados e o aumento da produtividade, é o quanto elas aportam em impostos ao orçamento anual do Estado cubano, ou seja, quanto melhor for o desempenho econômico das CNA maior será seu aporte tributário ao erário público. No entendimento do PCC, a transferência de atividades estatais para CNA, de um lado alivia o Estado de prestar uma série de atividades não prioritárias permitindo a este focar no que é essencial e, de outro lado, ao promover a elevação da produtividade nessas atividades também ocorre o aumento na arrecadação de impostos.

Como vimos, ao longo dos 6 anos de implementação das CNA na *Mayor de las Antillas*, os rendimentos brutos aumentaram seguidamente, por conseguinte, o mesmo ocorreu com os aportes tributários para o orçamento nacional. Conforme expõe a Tabela 7, com base nas *Leys del Presupuesto del Estado* de Cuba, a importância da contribuição tributária das CNA foi crescente. Em 2016, a *Ley del Presupuesto del Estado* definia as CNA como origem de 273,10 milhões de CUP em impostos para financiar os gastos do Estado (porém a arrecadação estimada foi muito superior, alcançando 640,50 CUP). Em 2017, a *Ley* indicava que 734,60 milhões de CUP seriam provenientes de impostos de CNA, mas novamente a arrecadação estimada superou este montante e foi de 1.036,90 bilhão de CUP. Lembrando que 2017 foi o último ano com expansão no número de CNA (passaram de 397 em 2016 para 439 em 2017).

No ano de 2018, a *Ley del Presupuesto del Estado* indicava a origem de 1.241,20 bilhão de CUP em impostos pagos por CNA e a estimativa de arrecadação foi um pouco inferior (1.181,90 bilhão de CUP) (Tabela 7). Já na *Ley* de 2019 as CNA aportariam ao orçamento nacional o montante de 1.213,90 bilhão de CUP. Em termos do que foi votado pela *Asamblea Nacional* a contribuição das CNA ao orçamento cresceram 344,48% de 2016 até 2019.

Tabela 7 – Aportes tributários das formas de gestão não estatal - *Ley del Presupuesto del Estado* e estimativa de arrecadação (Bilhões de CUP) – Cuba – 2016-2019

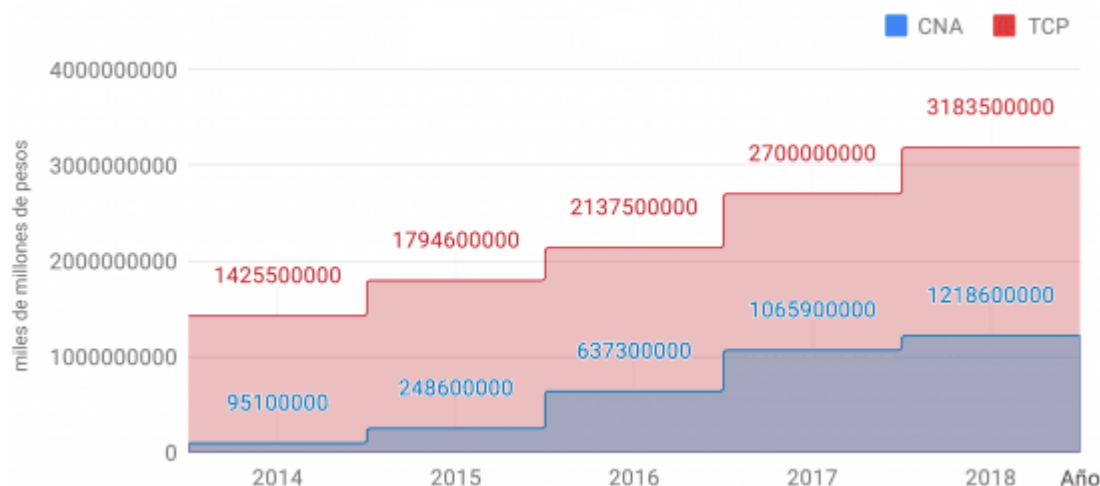
	2016		2017		2018		2019	
	Ley	Estimado	Ley	Estimado	Ley	Estimado	Ley	Estimado
TCP	1.869,60	2.077,10	2.271,90	2.705,10	3.125,50	3.110,00	3.482,50	-
CNA	273,10	640,50	734,60	1.036,90	1.241,20	1.181,90	1.213,90	-
Otros ingresos de gestión no estatal	1.029,70	1.203,10	1.526,00	1.665,30	2.014,60	2.582,20	3.299,60	-
Total	3.172,40	3.920,70	4.532,50	5.407,30	6.381,30	6.874,10	7.996,00	-

Fonte: *Ministerio de Finanzas y Precios*. Elaboração nossa.

Os crescimento da participação no aporte de tributos não foi só das CNA. Todo o setor não estatal apresentou essa tendência de crescimento, conforme demonstra a Tabela 7. Também o trabalho por conta própria e outras formas de gestão não estatal aumentaram sua participação no orçamento nacional. A participação no orçamento nacional dos aportes tributários das formas de gestão não estatal, conforme estipulado nas *Leys del Presupuesto del Estado*, foi de 11,5% em 2017, 11,2% em 2018 e 13,3% em 2019. Ademais, as formas de gestão não estatal contribuem também com o desenvolvimento local ao aportarem contribuições aos orçamentos provinciais e municipais.

Os dados apresentados no Gráfico 10 demonstram o aportes consolidados pelas forma de gestão não estatal CNA e TCP. Como já havíamos observado com base nas *Leys del Presupuesto del Estado* nota-se a tendência crescente. Enquanto os aportes do *cuentalpropistas* cresceu 123,32% de 2014 a 2018, as CNA apresentam um crescimento de 1.181,38%, com um aporte em 2018 da ordem de 1.218,6 bilhão de CUP. Para ser ter uma ideia este montante representou, de acordo com a *Ley del Presupuesto del Estado* de 2018, 15% do orçamento da Educação ou 11,72% do orçamento da Saúde e Assistência Social.

Gráfico 10 – Aportes tributários de *Cooperativas no Agropecurias* e Trabalhadores por conta própria (Bilhões de CUP) – Cuba – 2014-2018



Fonte: (FIGUEREDO REINALDO, 2019). *Ministerio de Finanzas y Precios*. Cubadebate.

As contribuições tributárias dos 580,8 mil *cuentapropistas* registrados em 2018 foi 2,61 vezes superior que os aportes dos 18,1 mil cooperativistas das CNA, ou seja, os impostos médios recolhidos por sócio de CNA são muito superiores que o aporte individual médio dos trabalhadores por conta própria.²⁸⁷ Porém, a despeito das críticas que possa se ter aos *cuentapropistas*, muitas vezes identificados como um classe empresarial em gestação com princípios muito distintos do que preconiza o socialismo, o fato é que o governo Cubano reconhece o seu papel e não demonstra indícios de reverter o processo que permite sua atuação.²⁸⁸ Desde o início do

²⁸⁷ Os aportes tributários de *cuentapropistas* poderia ser maior caso não ocorressem expedientes que geram evasão fiscais, por exemplo: não emissão de documentos que certificam a venda de bens e serviços e ou emissão de documento de certificação de venda de bens e serviços inferior ao preço acordado com o cliente. Em algumas CNA a *Contraloría de la República* também identificou este tipo de expediente.

²⁸⁸ Como discursou Raúl Castro Ruz (2010b, p. [s. p.], grifos nossos) “[...] *si hemos arribado a la conclusión de que el ejercicio del trabajo por cuenta propia constituye una alternativa más de empleo para los ciudadanos en edad laboral, con el fin de elevar la oferta de bienes y servicios a la población y liberar al Estado de esas actividades para concentrarse en lo verdaderamente decisivo, lo que corresponde hacer al Partido y al Gobierno en primer lugar es facilitar su gestión y no generar estigmas ni prejuicios hacia ellos, ni mucho menos demonizarlos, y para eso es fundamental modificar la apreciación negativa existente en no pocos de nosotros hacia esta forma de trabajo privado. Los clásicos del marxismo leninismo al proyectar los rasgos que debían caracterizar la construcción de la nueva sociedad, definieron —especialmente Lenin— que el Estado, en representación de todo el pueblo, mantendría la propiedad sobre los fundamentales medios de producción. Nosotros absolutizamos ese principio y pasamos a propiedad estatal casi toda la actividad económica del país. Los pasos que hemos venido dando y daremos en la ampliación y*

processo de *actualización* o Estado tem contado com os aportes tributários dos trabalhadores por conta própria, assim como das CNA, a partir de 2013.

As CNA, portanto, contribuem com o orçamento público e aliviam o Estado de prestar algumas atividades, permitindo-o se concentrar na realização das tarefas centrais que são a prestação de serviços públicos gratuitos e de qualidade e a gestão dos setores econômicos estratégicos. Além disso, as CNA respondem a demanda de uma parcela da população cubana que opta por trabalhos no setor não estatal com mais rendimentos.

Como afirmamos no início desta seção, não obtivemos dados para construir uma série detalhada do desempenho econômico das CNA nestes mais de seis anos de implementação. Mas, através do trabalho de Piñeiro Harnecker (2018) obtivemos este detalhamento referente ao ano de 2016, com dados que autora obteve junto a ONEI, formados por relatórios de resultados financeiros enviados pelas CNA ao órgão (Tabela 9).²⁸⁹

A Tabela 9, na sua primeira coluna, indica que 359 CNA relataram seus resultados financeiros à ONEI, ou seja, 90,42% do total de 397 CNA constituídas em 2016 (ver Tabela 3). Os dados referentes ao total das receitas (3.830,8 bilhões de CUP), ao total de gastos (2.446,1 bilhões de CUP), ao total das receitas antes de impostos (1.384,7 bilhões de CUP) e ao total de pagamentos aos sócios na forma de retiradas (520,1 milhões de CUP) conferem com os dados agregados de desempenho econômico referentes ao ano de 2016 expostos no Gráfico 9. O total de sócios das CNA 11.320 (sendo 2.222 mulheres – 19,63%) confere com o dados da Tabela 5 e Tabela 6 referentes ao ano de 2016.

O total de impostos pagos pelas CNA em 2016 que consta na Tabela 9 (697.697.956,41 CUP) é superior ao que foi divulgado pelo *Ministerio de Finanzas y Precios* (ver Gráfico 10).²⁹⁰ A carga tributária média sobre o total das receitas foi de 18,21% enquanto o peso dos tributos sobre receitas antes de impostos foi de

flexibilización del trabajo por cuenta propia, son el fruto de profundas meditaciones y análisis y podemos asegurar que esta vez no habrá retroceso".

²⁸⁹ Por se tratar de uma tabela grande ela aparece no fim desta seção.

²⁹⁰ Em nossa investigação não conseguimos identificar as razões dessa divergência nos números.

59,39%. Considerando as 359 CNA que relataram seus resultados temos uma média de impostos recolhidos por CNA de 1.943,4 bilhão de CUP e, considerando os 11.320 mil sócios, uma média de impostos por sócio 61.643,10 CUP (2.568,46 CUC).²⁹¹

No que se refere ao aporte das CNA referente a *Contribución Territorial para el Desarrollo Local*²⁹² em 2016, o montante foi de 36,2 milhões de CUP (3,71% do total arrecadado de 974,7 milhões de pesos).²⁹³ A contribuição que corresponde a 10% do imposto sobre as vendas e compõe os orçamentos provinciais e municipais junto a outros recursos transferidos pelo governo central cubano e deve ser utilizada pelas administrações provinciais e locais para investimentos e solução de demandas dos territórios com o objetivo de potencializar o desenvolvimento.

Do total de 1.111,5 bilhão de CUP de receitas após impostos as CNA pagaram na forma de retiradas 520,1 milhões de CUP (Tabela 9, primeira coluna). Isso representa uma retirada média por sócio anual de 45.951,14 CUP (ou uma retirada média mensal de 3.829,26 CUP/159,55 CUC). Essa média de remuneração mensal, apesar das diferenças entre os setores econômicos que atuam na forma de CNA, representou um montante 5,17 vezes superior ao salário médio mensal nacional de 2016 (740 CUP). Se se levar em conta a média do total anual de rendimentos dos sócios, ou seja as retiradas mensais, mais a distribuição das sobras no fim do ano, temos 68.732,50 CUP anuais, o que dá um rendimento mensal médio 7,74 vezes

²⁹¹ Mais adiante faremos as comparações com base em alguns setores, pois como no conjunto das CNA figuram as mais diversas atividades econômicas essa média mais oculta que elucida os fatos concretos. Basta notar que uma pequena CNA da área de gastronomia é bem distinta de uma CNA da construção civil, por exemplo.

²⁹² A *Contribución Territorial para el Desarrollo Local* é um dos tributos que estabelece a Ley No. 113 'del Sistema Tributario' de 23 de julho de 2012. Sua aplicação experimental começou em 2013 nas províncias de Artemisa y Mayabeque sendo expandida nos anos seguintes. A lei estabelece que a arrecadação deste imposto deve servir ao desenvolvimento sustentável dos municípios e o fato gerador é a comercialização de bens e serviços por empresas, sociedades mercantis e cooperativas efetuadas nos respectivos territórios.

²⁹³ A arrecadação com a *Contribución Territorial para el Desarrollo Local* foi: 2013 (33,8 milhões de CUP), 2014 (73,3 milhões de CUP), 2015 (699,5 milhões de CUP), 2016 (974,7 milhões de CUP), 2017 (1.122,4 bilhão de CUP), 2018 estimado (1.225,0 bilhão de CUP), 2019 estimado (1.358,0 bilhão de CUP) (MINISTERIO DE FINANZAS Y PRECIOS, 2018).

superior ao salário mensal médio nacional de 2016 (PIÑEIRO HARNECKER, 2018).²⁹⁴

As 359 CNA contrataram ao longo do ano de 2016, por meio do assalariamento temporário, 1.981 trabalhadores, dos quais 257 eram do sexo feminino (12,97%). Este número de contratados representa 17,50% do total de sócios das CNA no mesmo ano.²⁹⁵ As cooperativas pagaram em salários a estes trabalhadores 147,3 milhões de CUP, o que dá um salário médio anual de 74.382,90 CUP. Em termos mensais, cada trabalhador contratado pelas CNA recebeu em média 6.198,58 CUP (258,27 CUC), uma cifra 8,37 vezes superior ao salário médio mensal nacional de 2016 (740 CUP).

Na tabela 9, também temos alguns setores selecionados que nos permite um olhar para a heterogeneidade que há no conjunto das CNA. Considerando o total das 359 CNA que passaram seus informes financeiros à ONEI, temos 101 CNA cuja atividade econômica é a Gastronomia (28,13%), 88 CNA do setor de *agromercados* (24,51%), 56 CNA do setor de construção civil (15,60%), 5 CNA de confecções (1,39%) e 6 CNA de prestação de serviços automotivos (1,67%). Essa amostra representa 71,31% das cooperativas (256 CNA das 359 que passaram seus informes à ONEI). Descreveremos agora, com base nos dados obtidos o desempenho econômico por setores selecionados afim de mostrar algumas especificidades das CNA de cada área.

- Gastronomia

As CNA no setor de gastronomia são as mais numerosas com 156 entidades constituídas até o terceiro trimestre de 2019. Em 2016, eram 147 e destas 101 informaram seus resultados à ONEI (Tabela 9, segunda coluna). Como já mencionamos anteriormente, a política do MINCIN de transferir essas atividades

²⁹⁴ A autora considerou para o cálculo o salário médio mensal da província de La Habana (644 CUP). Optamos por utilizar o salário mensal médio nacional pago pelo setor estatal e empresas mistas em 2016 que foi 740 CUP (ONEI, 2019).

²⁹⁵ De acordo com o Artigo 26.2 do *Decreto-Ley* No. 305, as CNA podem contratar trabalhadores desde que as contrações não excedam 10% do total das jornadas-sócio por período fiscal. O cálculo da jornada-sócio, conforme o Artigo 63 do Decreto 309, é feito multiplicando a quantidade de sócios da cooperativa vezes a jornada-sócio anual.

para o setor não estatal (CNA e *cuentapropistas*) explica este elevado número (PIÑEIRO HARNECKER, 2018). As 101 CNA que constam no informe obtiveram um receita bruta de 356,1 milhões de CUP, 9,30% das receitas totais das 359 cooperativas do informe. Pagaram em impostos 40,9 milhões de CUP (5,82 % do total de impostos pagos pelas 359 CNA), sendo 3,2 milhões de CUP na forma de *Contribución Territorial para el Desarrollo Local*. A carga tributária total das CNA gastronômicas foi de 11,40%, 6,81% abaixo do patamar da tributação média total das CNA.

É claro que o cálculo de uma média entre estas CNA oculta questões relevantes como a existência de heterogeneidades e o fato de existirem poucas CNA gastronômicas com elevados resultados em detrimento de muitas com um resultado muito pequeno. Como pontua Piñeiro Harnecker (2018, p. 76), algumas destas CNA, “[...] *en particular El Biky, La Divina Pastora y otras que surgen del Ministerio del Turismo (Mintur) que aunque pagan un arrendamiento mayor (en CUC) reciben más insumos y por lo general mantienen/tienen sus precios en CUC – alcanzan niveles bien altos en comparación con el resto*”.²⁹⁶

Segundo a autora, 44% dos restaurantes e cafeterias cooperativos obtiveram receitas com vendas inferiores a 1 milhão de CUP e 67% receitas inferiores a 3 milhões de CUP. Enquanto 44 CNA tiveram renda inferior a 1 milhão de CUP apenas 3 tiveram receita com vendas superior a 20 milhões de CUP, sendo que destas 3, apenas a CNA *El Biky*²⁹⁷ obteve sozinha uma receita de 45 milhões de CUP (praticamente o dobro que as outras duas). Em 2016, foram 8 CNA de gastronomia com prejuízos e 25 CNA com receitas líquidas inferiores a 50 mil CUP.

²⁹⁶ “[...] *em particular El Biky, La Divina Pastora y otras que surgen do Ministerio del Turismo (MINTUR) que ainda que paguem um arrendamento maior (em CUC) recebem mais insumos e em geral mantem seus preços em CUA – alcançando níveis bem altos em comparação com o resto*” (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 76, tradução nossa).

²⁹⁷ “*En el mes de Diciembre 2013, se obtuvo el Acuerdo N.º. 368/2013 dictado por el CAP de La Habana, autorizando la formación de la Cooperativa “El Biky”, con un Objeto Social definido por la propia e incipiente CNA. Eran en ese momento cuatro socios. Cumpliendo los requisitos establecidos, el 26 de febrero 2014, en la Notaría de Playa, se formalizó ante Notario el nacimiento de la CNA, la que quedó inscrita en igual fecha ante el Registro Mercantil de La Habana. A partir de ese momento y durante más de un año y medio, se ejecutaron labores constructivas, las que además de los trabajos propios del inmueble, incluyeron obras inducidas, al acometerse la reparación integral de cinco servicios sanitarios y/o cocinas en igual cantidad de apartamentos de viviendas, que existen en los pisos superiores a El Biky.*” Atualmente a CNA *El Biky* conta com mais de 200 cooperativistas. Informações do site da cooperativa: www.elbiky.com.

As CNA que obtiveram as maiores receitas líquidas foram *El Biky* (9 milhões de CUP), *La Divina Pastora* (7 milhões de CUP), *La Casona del 17* (2 milhões de CUP) (PIÑEIRO HARNECKER, 2018).

As CNA do setor de gastronomia (restaurantes e cafeterias) são formadas por 1.252 sócios (11,06% do total de sócios das 359 CNA), sendo 548 mulheres (43,77% dos sócios). É o setor com o maior percentual de mulheres associadas depois do setor de confecções. Observa-se claramente a reprodução de papéis tradicionais assumidos pelas mulheres no setor produtivo (cozinhar e costurar) por conta de um padrão de divisão sexual do trabalho patriarcal ainda não superado em Cuba. As 101 CNA de gastronomia obtiveram 46,7 milhões de CUP de receitas após impostos (média de 462.489,78 CUP por CNA) e distribuíram na forma de retiradas 25,4 milhões de CUP. A retirada média anual foi de 20.292,92 CUP, o que representa uma retirada média mensal de 1.691,08 CUP (ou 70,46 CUC) e um rendimento médio mensal 2,28 vezes superior ao salário médio mensal nacional de 2016 (740 CUP). Quando se soma às retiradas as sobras distribuídas temos 26.116,64 CUP anuais, proporcionando um rendimento médio mensal aos sócios 2,94 vezes superior ao salário médio mensal nacional.

Trata-se da segunda menor média de remuneração entre os setores com dados disponíveis (perde apenas para os *agromercados*). Obviamente que, como abordamos anteriormente, há diferenças entre as receitas com vendas entre as CNA o que implica em diferenças no pagamento de retiradas e distribuição de sobras. Os sócios da CNA *El Biky*, por exemplo, decerto receberam rendimentos muito superiores do que os sócios das 44 CNA que tiveram receitas com vendas inferiores a 1 milhão de CUP.

As CNA de gastronomia contrataram 163 trabalhadores, dos quais 83 eram mulheres (50,92% das contratações). Os trabalhadores contratados representaram 13,02% do total de sócios (3,02% acima do que a legislação permite) e o montante de salários pagos foi de 2,8 milhões de CUP. A remuneração média mensal foi de 1.467,85 CUP (61,16 CUC) ultrapassando 1,98 vezes o salário médio mensal nacional do setor estatal e empresas mistas de 2016 (740 CUP).

- Mercados Agropecuários

Os *agromercados* são a segunda atividade com maior número de CNA constituídas totalizando 103 até o terceiro trimestre de 2019 (101 de comércio varejista e 2 de comércio atacadista)²⁹⁸, praticamente todas formadas de um processo de conversão de mercados agropecuários estatais em cooperativas. Em 2016, eram 106 CNA gerindo mercados agropecuários das quais 88 constam do relatório da ONEI (Tabela 9, coluna 3). O total de receitas auferidas pelos *agromercados* em 2016 foi de 124,3 milhões de CUP (uma receita média por CNA de 1.413.340,47 CUP). Como aponta Piñeiro Harnecker (2018), é a maior homogeneidade entre os setores de CNA com dados disponíveis, já que das 88 CNA 53,4% tem receitas de vendas inferiores a 1 milhão de CUP e 42% receitas entre 1 e 3 milhões de CUP. Apesar do elevado número de cooperativas os *agromercados* geram apenas 3,25% das receitas das 359 CNA do informe e apresentam elevados custos decorrentes à logística de transporte das mercadorias agrícolas.

Os mercados agropecuários cooperativos aportaram 1,8 milhões de CUP em impostos (0,27 % do total de impostos das CNA), dos quais 308.438,02 CUP para o orçamento das administrações municipais e provinciais desenvolverem ações de desenvolvimento local. As CNA agromercantis possuem a menor carga tributária dentre todos os setores com dados disponíveis, apenas 1,51% (16,70% abaixo da média percentual da tributação sobre as 359 cooperativas). Segundo Piñeiro Harnecker (2018), isso se deve ao fato de que os *agromercados* se beneficiam com uma bonificação de até 10% nos impostos sobre as receitas e pagam reduzidos impostos sobre vendas.

Os *agromercados* também tem a menor média de sócios dentre todos os setores, apenas 7,32 sócios por CNA. No total são 644 trabalhadores associados sendo 142 mulheres (22,05% do total). As receitas depois de impostos auferidas pelas CNA foram 14,8 milhões de CUP (média de 168.870,55 CUP por CNA) e os 644 cooperativistas receberam retiradas no montante de 5,2 milhões de CUP, o que significa uma retirada média anual de 8.148,08 CUP (679,01 CUP mensais ou 28,29

²⁹⁸ Ver Tabela 15 no apêndice.

CUC). O valor médio das retiradas mensais nos *agromercados* é o menor de todos os setores com dados disponibilizados: é 82,26% menor que a média de remuneração das 359 cooperativas e 8,24% menor que o salário médio mensal nacional de 2016 (740 CUP). Se levarmos em conta as distribuições de sobras, o rendimento médio anual por sócio aumenta para 16.152,84 CUP e o rendimento médio mensal passa a ser 81,90% (1.346,07 CUP) superior ao salário médio mensal nacional de 2016.

As CNA agromercantis contrataram os serviços de 85 trabalhadores (16 mulheres) e pagaram um total de salários de 333.412,81 CUP. O salário médio mensal dos trabalhadores contratados foi de 326,88 CUP (13,62 CUC) figurando como a menor remuneração média entre os trabalhadores contratados de todos os setores que temos as informações disponíveis. Este salário médio é 94,73% menor que a média de salários dos contratados por CNA (6.198,58 CUP) e 55,83% menor que o salário médio mensal nacional de 2016 (740 CUP).

No diagnóstico realizado por Piñeiro Harnecker em 2014, já observando os problemas deste setor, a autora sugeriu que a CIDEL reconsiderasse a decisão de arrendar os *agromercados* à cooperativas de trabalhadores (CNA). Para a pesquisadora, uma solução mais adequada seria arrendar os *agromercados* a cooperativas de segundo grau formadas a partir da união de cooperativas agrícolas (CCC, CPA ou UBPC) que poderiam se responsabilizar coletivamente pela logística dos produtos até os pontos de venda. De outra lado, poder-se-ia também, conforme aponta a autora, pensar na possibilidade de arrendar os *agromercados* a cooperativas de segundo grau originadas da união de cooperativas de consumo que surgissem através de iniciativas coletivas nos centros urbanos (PIÑEIRO HARNECKER, 2014). Contudo, como abordamos no capítulo anterior, as cooperativas de segundo grau não foram regulamentadas e as cooperativas de consumo não estão autorizadas pelo *Decreto-ley* No. 305.

- Construção civil

As CNA cuja atividade é a construção de edifícios e obras de engenharia civil totalizavam 54 até o terceiro trimestre de 2019. Em 2016 eram 60 CNA das quais 56

constam no relatório da ONEI publicado por Piñeiro Harnecker (2018). Segundo a autora, todas as CNA do setor exceto uma, surgiram da reunião de pessoas, em geral antigos diretores ou trabalhadores de empresas estatais de construção, que aportaram seu próprio capital. É o terceiro setor com o maior número de CNA e o que gera mais receitas e movimenta mais recursos por conta das atividades em si, que consome muitos insumos e é intensiva em força de trabalho. A atividade fim de interesse social e a geração de empregos as tornam bastante importantes dentro do processo de *actualización* do modelo econômico e social.

Ao fim do ano de 2016, as 54 CNA da construção civil tiveram juntas uma receita de 2.487,3 bilhões de CUP, praticamente 65% das receitas do total das cooperativas que aparecem na Tabela 9 – coluna 4 (a receita média por CNA foi 44,4 milhões de CUP). Como as CNA mais ativas em termos de impacto na atividade econômica, juntas tiveram gastos totais de 1.502,1 bilhões de CUP (61,41% dos gastos de todas as cooperativas) e aportaram 494,6 milhões de CUP em impostos (70,89% de toda arrecadação proveniente de CNA em 2016). Da mesma forma a maior contribuição para o *Desarrollo Local* foi do setor: 24,9 milhões de CUP – 68,87% do total. A carga tributária total sobre as cooperativas deste setor foi de 19,89%.

As CNA de construção são as que tem o maior número de cooperativistas: eram 5.751 em 2016 representando 50,80% do total de sócios das 359 CNA constantes no relatório, apresentando uma média de 102 sócios por cooperativa. Em termos relativos, a participação feminina é a segunda menor (9,09 % do total de sócios)²⁹⁹ dos setores com dados disponíveis, perdendo apenas para o setor de reparos em automóveis. As receitas após impostos totalizaram 786,7 milhões de CUP e as CNA pagaram na forma de retiradas aos sócios 346,2 milhões de CUP. A média de retiradas anual por sócio foi de 60.215,68 CUP, o que dá uma retirada mensal média de 5.017,97 CUP (209,08 CUC). Essa retirada mensal média no setor de construção civil é superior a remuneração média do total das cooperativas e é 6,78 vezes superior ao salário médio mensal nacional de 2016 (740 CUP). Quando se leva em conta a distribuição de sobras aos sócios, a remuneração média anual dos sócios

²⁹⁹ Em termos absolutos são 523 sócias no total.

sobe para 95.764,26 CUP (7.980,36 CUP mensais: uma remuneração média mensal 10,78 vezes superior ao salário médio nacional).

As CNA de construção também realizaram o maior número de contratações de trabalhadores assalariados: foram 1.451 (73,25% das contratações de todas as CNA que relataram) e destes apenas 76 mulheres (5,24%). A relação de contratações em relação ao número de sócios é de 25 contratados por 100 sócios, indicando um percentual de contratações muito superior ao permitido pelo *Decreto-Ley* No. 305, que é de 10%. De acordo com Piñeiro Harnecker (2018, p. 81-82), nas CNA de construção

[...] este incumplimiento es excesivo y se debe a que tienen una gran demanda de fuerza de trabajo y una voluntad menor de hacer socios a los trabajadores contratados. Esto era de esperar si se tiene en cuenta que estas cooperativas surgieron con aún menos preparación que las de origen estatal y prácticamente no han recibido ninguna capacitación. No obstante, la contratación de trabajo asalariado por las CNA de construcción en 2016 es casi la mitad en relación a la de 2015, como resultado de mayores acciones de control del Micons.³⁰⁰

Os salários acumulados pagos aos trabalhadores contratados totalizaram 135,9 milhões de CUP, portanto, o salário médio mensal 7.807,61 CUP (325,32 CUC), uma remuneração média mensal 10,55 vezes maior que o salário médio nacional de 740 CUP. A remuneração média dos trabalhadores contratados é superior a remuneração média do total do contratados pelas 359 CNA (6.198,58 CUP) e é a segunda maior entre os setores, perdendo apenas para o salário médio pago pelo setor de serviços automotivos, por se tratar de uma das atividades que exigem maior especialização.

³⁰⁰ “[...] este descumprimento é excessivo e se deve ao fato de que tem uma grande demanda de força de trabalho e uma vontade menor de fazer sócios os trabalhadores contratados. Isto era de se esperar se se levar em conta que estas cooperativas surgiram com ainda menos preparação que as de origem estatal e praticamente não receberam nenhuma capacitação. Não obstante, a contratação de trabalho assalariado pelas CNA de construção em 2016 é quase a metade em relação a 2015, resultado de maiores ações de controle por parte do MICONs” (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 81-82, tradução nossa).

- Confecções

As cooperativas que atuam na atividade de confecções todas surgiram do setor estatal. Eram 5 em 2016 e todas repassaram seu informe financeiro à ONEI (1,39% do total).³⁰¹ O total de receitas com vendas destas CNA foi de 18,6 milhões de CUP, uma receita média de 3.737.394,44 CUP por CNA (Tabela 9 – Coluna 5). Porém, apenas a CNA Cooptext obteve 11,5 milhões de CUP em receitas com vendas, seguida pelas CNA Opina (3,8 milhão de CUP) e CNA Model (1,8 milhão de CUP). Essas três CNA também apresentaram os maiores resultados de receitas líquidas (Cooptext – 5 milhões de CUP, Opina 1,7 milhão de CUP e Model – 0,6 Milhão de CUP), enquanto as outras duas não tiveram perdas, porém as receitas líquidas foram inferiores a 50 mil CUP (PIÑEIRO HARNECKER, 2018).

Os aportes tributários totalizaram 2,4 milhões de CUP, sendo 484.021,40 CUP destinados a *Contribución Territorial para el Desarrollo Local*, formando uma carga tributária total de 13%. Os impostos recolhidos pelo Estado junto às CNA de confecções representaram apenas 0,35% do total de impostos pagos pelas 359 CNA constantes no relatório da ONEI, um percentual que só não é inferior ao dos *agromercados*.

Compunham as CNA de confecção 165 cooperativistas dos quais 131 (79,39%) eram mulheres, o maior percentual de presença feminina dentre todos os setores com dados disponíveis. As 5 CNA de confecções pagaram retiradas médias no montante total de 3,5 milhões de CUP, dando uma retirada média anual de 21.431,24 CUP por sócio (1.785,94 CUP por mês ou 74,41 CUC). A retirada média mensal é 2,41 vezes superior ao salário mensal médio nacional, mas comparando com os demais setores, a remuneração média das CNA de confecções só é superior a remuneração média das CNA agromercantis. Computando as distribuições de sobras que ocorrem ao fim do ano fiscal, a remuneração média mensal sobe para 2.501,06 CUP, 3,38 vezes superior ao salário mensal médio nacional de 2016 (740 CUP).

³⁰¹ Atualmente, conforme registros do terceiro trimestre de 2019, são 4 CNA no setor.

Foram contratados 9 trabalhadores assalariados dos quais 6 eram mulheres, quantidade abaixo dos 10% que determina a lei. O salário médio mensal foi de 478,62 CUP (19,94 CUC). Chama a atenção a discrepância entre a retirada mensal média do sócios (74,41 CUC) e o salário médio mensal dos trabalhadores contratados (19,94 CUC): os contratados recebem 73,20% menos e essa é a maior diferença verificada nos setores entre a remuneração dos sócios e dos contratados.

- Serviços automotivos

As CNA que prestam serviços de manutenção de veículos automotores surgiram todas de antigas empresas estatais. São 7 CNA na área, e destas 6 reportaram seus resultados à ONEI (1,67% das 359 CNA). Totalizaram receitas com prestação de serviços na ordem de 275,7 milhões de CUP, representando 7,20% do total das receitas com vendas das CNA (Tabela 9 – coluna 6). Também se observa grande diferenças nas receitas das cooperativas nesse setor. Segundo consta no trabalho de Piñeiro Harnecker (2018), a CNA CRV obteve receita com vendas de 143 milhões de CUP e a CNA Autochap receita de 117 milhões de CUP.³⁰² Na sequência, já bem distante a CNA Júpiter com 9,7 milhões de CUP. Nenhuma cooperativa do setor teve prejuízos e as maiores receitas após impostos foram da CNA CRV (77 milhões de CUP), CNA Autochap (56 milhões de CUP) e, novamente, bem distante a CNA Júpiter (1 milhão de CUP).

As cooperativas do setor pagaram 77,1 milhões de CUP em impostos (média de 12,8 milhões de CUP por CNA), o que representou 11,06% do total de impostos das 359 CNA. Ao orçamento dos municípios e províncias aportaram 2,6 milhões de CUP para contribuir com o desenvolvimento local. A carga tributária das CNA de reparos automotivos foi a maior registrada dentre os setores (27,98%), superando em 9,77% a média da carga tributária de todas as CNA em conjunto.

As CNA estavam formadas em 2016 por 353 sócios (3,12% do total), sendo 27 mulheres, apenas 7,65% representando a menor proporção de participação feminina

³⁰² As receitas mais elevadas explicam-se pois “[...] mientras las otras [CNA] brindan servicios de ponchera, CRV y Autochap ofrecen chapistería, pintura, tapicería y reconstrucción de vehículos, y han encontrado un nicho de mercado con poca competencia de empresas estatales y TCP, a diferencia de los servicios de ponchera” (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 80).

dentre todos os setores. O total pago na forma de retiradas foi de 77,5 milhões de CUP. Assim, os sócios auferiram uma retirada média anual de 177.955,20 CUP (14.829,60 CUP mensais ou 617,90 CUC mensais). É a maior retirada média dentre todos os setores (287,27% superior à média de retiradas de todas as CNA em conjunto – 159,55 CUC mensais). É uma remuneração média mensal 20,04 vezes superior ao salário médio mensal nacional (740 CUP).

As CNA que atuam efetuando manutenção de automóveis contrataram 28 trabalhadores ao longo do ano de 2016 (apenas 2 mulheres) e pagaram 4,7 milhões de CUP em salários. As contratações foram inferiores ao que a lei permite. O salário médio anual foi de 168.299,63 CUP (14.024,97 CUP por mês ou 584,37 CUC). O salário médio mensal é o maior dentre todos os setores e é 18,95 vezes superior ao salário mensal médio nacional de 2016 (740 CUP).

Como se evidencia existe grande heterogeneidade, em termos do desempenho econômico, entre as diversas CNA constituídas em Cuba. Parte disso se deve a própria atividade econômica que as CNA desenvolvem e outra parte a alguns problemas estruturais da economia cubana que impactam no desempenho de algumas cooperativas (abordaremos estas questões mais aprofundadamente na próxima seção).

Dentre os objetivos que o governo cubano definiu para a implementação das CNA estava o aumento da produtividade do trabalho. Como a maior parte das cooperativas se formaram a partir da transformação de entidades estatais em cooperativas, um bom indicador de avaliação do aumento da produtividade do trabalho seria a comparação dos resultados anteriores a conversão em cooperativas com o resultados após a implementação. Em nossa investigação, não encontramos dados sobre esta questão publicados pelos órgãos oficiais cubanos. Porém, mais uma vez, o estudo de Piñeiro Harnecker (2018) nos brinda com dados de algumas cooperativas permitindo avaliar a questão. A autora realizou um estudo de caso com 6 CNA: Cooptext e Model (confecções), CRV e Autochap (serviços automotivos), El Modelo e El Recodo (Gastronomia).

Na Tabela 8 temos o valor agregado bruto³⁰³ gerado pelas cooperativas antes da conversão em CNA (2012 ou 2013) e após a conversão (2016), bem como o valor agregado gerado pelos trabalhadores antes, enquanto a propriedade era estatal, e depois pelos cooperativistas, já no formato de CNA. Das CNA estudadas, as cooperativas do setor de confecções e reparos automotivos apresentaram elevação do valor agregado bruto quando se compara os resultados antes e depois da conversão em CNA. Enquanto as duas cooperativas do setor de gastronomia apresentaram redução no valor agregado bruto.

A CNA Coopetext, praticamente sem mudança no número de trabalhadores em relação a estatal antiga *Confeciones Gala* (eram 57 em 2012 e passaram a 56 sócios e 3 contratados em 2016), multiplicou por mais de 9 vezes seu valor agregado bruto saindo de 710,6 mil CUP em 2012 para 6,7 milhões de CUP em 2016 (Tabela 8). O valor agregado bruto por trabalhador saltou de 12,4 mil CUP em 2012 para 114,0 mil CUP 2016 (variação de 89,06%). As receitas com vendas, que foram 866.054,00 CUP em 2012, passaram para mais de 11,5 milhões de CUP em 2016. Um crescimento de 92,49% nas receitas que se explica, segundo Piñeiro Harnecker (2018), por uma mistura de fatores: elevação de preços, tabelamento de preços em CUC e forte presença de clientes estatais.

A CNA Model, por sua vez, obteve em 2016 com receitas de vendas 1.802,3 bilhão de CUP e adicionou valor no montante de 985,2 milhões de CUP, enquanto em 2012, quando ainda era a estatal *Empresa Provincial de Servicios Personales y Técnicos*, o valor adicionado bruto foi de 673,7 milhões de CUP. Um aumento no valor agregado bruto de 46,24% com redução no número de trabalhadores (eram 55 em 2012 e passaram para 39 sócios e 5 contratados em 2016). Na CNA Model o valor adicionado por trabalhador mais que dobrou se considerarmos apenas os sócios atuantes em 2016, porém, considerando também os 5 trabalhadores

³⁰³ O Valor Agregado Bruto (VAB) usado para medir a geração de riqueza de um determinado país, região ou empresa, é calculado pelo Valor Bruto da Produção a preços de mercado (VBPpm) menos o consumo intermediário (CI). Assim o valor das mercadorias que entram na produção de outras mercadorias é descontado do valor total das mercadorias produzidas e se evita a dupla contagem. A divisão do VAB pelo número de trabalhadores nos dá o valor adicionado por cada trabalhador.

contratados, o valor agregado bruto por trabalhador aumentou 82,80% (passou de 12.249,09 CUP em 2012 para 22.391,56 CUP em 2016).

Tabela 8 – Valor agregado bruto criado por *Cooperativas no Agropecuarias* e por trabalhador estatal/sócios/sócios-contratados (CUP) – CUBA – 2012/13 - 2016

	Cooptext 2016	Model 2016	CRV 2016	Autochap 2016	El Modelo 2016	El Recodo 2016
Vendas ou receita líquida	11.543.243,16	1.802.342,55	143.097.897,02	117.847.755,08	778.075,26	473.080,00
Valor Agregado Bruto Criado	6.727.780,75	985.228,49	119.458.519,98	60.595.977,43	278.641,08	325.990,24
No. de sócios	56	39	130	177	7	4
No. de contratados	3	5	12	10	-	2
VAB por sócio	120.138,94	25.262,27	918.911,69	342.350,15	39.805,87	81.497,56
VAB por sócio e contrat.	114.030,18	22.391,56	841.257,18	324.042,66	39.805,87	54.331,71
	Cooptext 2012	Model 2012	CRV 2012	Autochap 2013	El Modelo 2013	El Recodo 2012
Vendas ou receita líquida	866.054,00	2.043.430,59	2.056.837,44	1.958.582,48	4.377.900,00	2.431.281,52
Valor Agregado Bruto Criado	710.679,50	673.700,26	1.906.738,79	684.384,62	2.349.588,96	724.189,18
No. médio de trabalhadores	57	55	56	48	13	12
VAB por trabalhador	12.468,06	12.249,09	34.048,90	14.258,01	180.737,61	60.349,10

Fonte: Piñeiro Harnecker (2018a). Tradução e adaptação nossas.

As CNA do setor de serviços automotivos apresentaram o maior crescimento do valor agregado bruto dentre as cooperativas estudadas por Piñeiro Harnecker (2018). A antiga *Empresa de Servicios Automotores de Ciudad de La Habana* (atual CNA CRV) tinha, em 2012 quando era estatal, 56 trabalhadores e gerou um valor agregado bruto de 1,9 milhão de CUP (média de 34.048,90 CUP adicionado por trabalhador). Com a transformação em CNA, a CRV contava com 130 sócios em 2016 (aumento de 132%) e ainda contratou 12 trabalhadores assalariados por tempo determinado, alcançando uma agregação de valor bruto de 119,4 milhões de CUP (um impressionante aumento de 6.165,07%). O valor agregado bruto por trabalhador que era de 34.048,90 CUP em 2012 passou para 841.257,18 CUP em 2016 (um diferença de 2.370,73%). Já a antiga *Empresa de Talleres de Cienfuegos* (atual CNA Autochap) tinha 48 trabalhadores estatais em 2013 e passou a ter 177 sócios e 10 trabalhadores contratados quando já convertida em CNA no ano de 2016. O valor agregado bruto criado em 2012 foi de 648.384,62 CUP e, em 2016, a CNA Autochap agregou valor no montante de 60,5 milhões de CUP (novamente um crescimento extraordinário, agora de 8.754,08%). O valor acionado por trabalhador em 2012 foi

de 14.258,01 CUP e aumentou para 324.042,66 CUP em 2016 (aumento de 2.172,70%).

Como é sabido, a frota de automóveis cubana é composta por muitos carros antigos produzidos nos EUA antes da vitória da revolução em 1959, bem como, por muitos carros da antiga empresa soviética Lada. Os cubanos tiveram que desenvolver uma *expertise* para manter as *maquinas* em funcionamento ao longo dos anos. Por isso, existe grande demanda por serviços de reformas, pinturas, manutenção, etc. Quando essas oficinas mecânicas eram estatais tinham uma meta de serviços a prestar que constava da planificação geral da economia e os seus trabalhadores estatais não tinham maiores motivações para serem mais produtivos além daquela meta estipulada, já que suas remunerações não se alterariam. Todos os insumos eram adquiridos com os recursos públicos e por vezes ocorriam desvios desses materiais. Por não se sentirem *dueños*, as administrações faziam vistas grossas a tais desvios e muitas vezes até participavam de tais expedientes.

Com a implementação da forma cooperativa, os trabalhadores, agora sócios, resolvem essa questão da relação com a propriedade e passam a sentir-se *los dueños*, além disso, tem os estímulos materiais para produzir além das antigas metas planificadas, pois a maior produtividade das cooperativa significará maiores retiradas e distribuição de sobras. Além disso estão mais dispostos a buscar redução dos custos e melhoria da qualidade do serviço prestado. No caso da Autochap e CRV ainda se observa uma considerável elevação dos preços reais dos serviços e a ausência de empresas estatais competidoras, como pontuou Piñeiro Harnecker (2018). Essas razões associadas a grande demanda por serviços automotivos em Cuba explicam o sucesso dessas duas CNA, porém, como foi descrito anteriormente nem todas as CNA do setor foram tão bem sucedidas, duas delas obtiveram receitas líquidas inferiores a 50 mil CUP.

As duas CNA de gastronomia, por seu turno, apresentaram menor geração de valor agregado bruto após a transição da propriedade estatal para a cooperativa. A antiga *Unidad Básica de Gastronomía de Playa* foi convertida na CNA El Modelo em 2014 (PIÑEIRO HARNECKER, 2018). Em 2013, a unidade estatal que contava com 13 trabalhadores, teve receitas com vendas no montante de 4,3 milhões de CUP e

gerou um valor agregado bruto de 2,3 milhões de CUP, enquanto o valor agregado por trabalhador foi 180.737,61 CUP. Já a CNA El Modelo estava constituída por 7 sócios em 2016 e não contratou trabalhadores assalariados. Obteve receitas de vendas de 778.075,26 CUP e gerou um valor agregado bruto de 278.641,08 CUP, uma média por sócio de 39.805,87 CUP. A redução no valor agregado bruto gerado foi de 743,23% enquanto a redução no valor adicionado por trabalhador foi menor 354,04%.

A CNA El Recodo formou-se a partir da antiga *Unidad Básica de Gastronomía Plaza* em 2013 (PIÑEIRO HARNECKER, 2018). No seu último ano como unidade estatal teve receitas com vendas de 2,4 milhões de CUP e gerou um valor agregado bruto de 724.189,18 CUP. Contava com 12 trabalhadores que geraram um valor adicionado de 60.349,10 CUP cada um. Em 2016, já como CNA El Recodo a receita com vendas foi de 473.080,00 CUP e ao valor agregado bruto 325.990,24 CUP. A CNA tinha apenas 4 sócios e contou com 2 trabalhadores contratados (cada um gerou um valor agregado bruto de 54.331,71 CUP). A redução na geração de valor adicionado foi de 122,15%, enquanto a redução na geração de valor agregado pelos sócios e contratados foi de 11,07%.

As duas cooperativas gastronômicas tiveram uma grande redução nas receitas com vendas e, por conseguinte, na agregação de valor. Segundo Piñeiro Harnecker (2018), circunstâncias particulares explicam essa *débâcle* tão significativa. No caso de El Modelo, que foi constituída a partir de instalações de boa qualidade e era considerada em 2014 uma CNA de gastronomia com êxito, houve desvio de conduta do presidente da cooperativa que desfalcou o caixa e impossibilitou o abastecimento de insumos e a oferta de produtos. Os impactos negativos se apresentaram em 2015 e 2016. Já El Recodo, foi constituída em uma situação complicada³⁰⁴ e não conseguiu se reerguer. No fim de 2017, o CAP de La Habana, seguindo sugestão do *Contraloría de la República*, iniciou o seu processo de extinção junto com outras cooperativas de gastronomia que apresentaram problemas de descontrole contábil,

³⁰⁴ [...] surgió de una unidad con pésimas condiciones materiales, imagen de “bar de mala muerte” y con un administrador que revendía a revendedores casi la totalidad de lo que se le abastecía por lo que se alcanzaban niveles de venta relativamente altos pero no se brindaba ningún servicio a la población (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 86).

conflitos entre sócios ou porque as atividades nunca se iniciaram após a aprovação da constituição (PIÑEIRO HARNECKER, 2018).

Entre as CNA de gastronomia há muita heterogeneidade. As mais rentáveis e bem sucedidas operam com preços em CUC e atendem ao setor turístico, o que depende muito da localização das mesmas. Muitas cafeterias estatais convertidas em cooperativas sem uma formação dos sócios fez com que os problemas já existentes persistissem.

Na próxima seção, que se inicia imediatamente após a Tabela 9, abordaremos os principais sucessos e insucessos do processo de implementação das CNA em Cuba.

Tabela 9 - Indicadores econômicos das Cooperativas no Agropecuarias (CUP) - Setores selecionados - Cuba - 2016

	Total	Gastronomia	Mercados agropecuários	Construção civil	Confecções	Serviços automotivos
CNA que relataram	359	101	88	56	5	6
CNA que relataram (%)	100	28,13	24,51	15,60	1,39	1,67
Total de Receitas	3.830.805.746,11	356.121.394,76	124.373.961,32	2.487.320.330,57	18.686.972,19	275.766.314,40
Total de Receitas (%)	100,00	9,30	3,25	64,93	0,49	7,20
Total de Gastos	2.446.079.124,66	307.687.728,10	109.204.914,85	1.502.100.814,59	11.128.534,51	138.243.056,70
Total de Gastos (%)	100,00	12,58	4,46	61,41	0,45	5,65
Receitas antes de impostos	1.384.726.621,45	48.433.666,66	15.169.046,47	985.219.515,98	7.558.437,68	137.523.257,70
. Total de Gastos em matérias-primas e materiais, combustíveis e energia elétrica	1.075.828.386,01	201.616.055,57	75.457.939,75	508.526.656,36	7.983.375,76	52.294.231,79
. Total de Gastos com telefone, gás, água e correios	34.209.993,14	2.043.904,20	469.164,15	26.452.311,27	63.435,32	1.109.004,65
. Total de Gastos com serviços pagos a TCP, coop., empresas estatais e outros	719.192.245,14	34.537.283,25	14.051.380,06	554.370.961,03	1.073.572,26	36.476.751,66
Outros impostos e contribuições da contratação	61.721.836,08	6.096.412,20	1.018.213,94	46.359.041,12	47.527,60	2.732.620,11
Impostos sobre as vendas	362.752.244,09	32.776.613,44	554.101,59	249.810.597,69	1.897.870,75	26.644.103,55
Contribuição ao desenvolvimento local (10% do imposto sobre vendas)	36.275.224,41	3.277.661,34	55.410,16	24.981.059,77	189.787,08	2.664.410,36
Impostos sobre as sobras	273.223.876,24	1.722.198,64	308.438,02	198.447.705,55	484.021,40	47.782.992,41
Total de impostos	697.697.956,41	40.595.224,28	1.880.753,55	494.617.344,36	2.429.419,75	77.159.716,07
Total de impostos das CNA	100,00	5,82	0,27	70,89	0,35	11,06
Receitas depois de impostos	1.111.502.745,21	46.711.468,02	14.860.608,45	786.771.810,43	7.074.416,28	89.740.265,29
Sobras distribuíveis por sócio	68.732,50	26.116,64	16.152,84	95.764,26	30.012,68	177.955,20
Carga tributária (%) (total impostos/total receitas)	18,21	11,40	1,51	19,89	13,00	27,98

Continuação	Total	Gastronomia	Mercados agropecuários	Construção civil	Confecções	Serviços automotivos
Total impostos/receitas antes de impostos (%)	50,39	83,82	12,40	50,20	32,14	56,11
Média de impostos por cooperativa	1.943.448,35	401.932,91	21.372,20	8.832.452,58	485.883,95	12.859.952,68
Média de impostos por sócio	61.634,10	32.424,30	2.920,42	86.005,45	14.723,76	218.582,77
Total de sócios das cooperativas	11.320	1.252	644	5.751	165	353
Total de sócios das cooperativas (%)	100,00	11,06	5,69	50,80	1,46	3,12
Média de sócios	31,53	12,40	7,32	102,70	33,00	58,83
Total de sócias - mulheres	2.222	548	142	523	131	27
Mulheres sócias (%)	19,63	43,77	22,05	9,09	79,39	7,65
Pagamento aos sócios (retirada)	520.166.857,71	25.406.735,98	5.247.360,72	346.299.819,49	3.536.154,90	77.509.382,74
Retirada média por sócio ANUAL	45.951,14	20.292,92	8.148,08	60.215,58	21.431,24	219.573,32
Retirada média por sócio MENSAL	3.829,26	1.691,08	679,01	5.017,97	1.785,94	18.297,78
Retirada média por sócio MENSAL (CUC)	159,55	70,46	28,29	209,08	74,41	762,41
Rendimento total por sócio ANUAL (retirada+distribuição de sobras)	68.732,50	26.116,64	16.152,84	95.764,26	30.012,68	177.955,20
Rendimento médio por sócio em relação ao salário médio nacional (740 CUP mensal)	7,74	2,94	1,82	10,78	3,38	20,04
Total de trabalhadores contratados pelas cooperativas	1.981	163	85	1.451	9	28
Relação contratados/sócios (%)	17,50	13,02	13,20	25,23	5,45	7,93
Total de trabalhadoras contratadas pelas cooperativas - mulheres	257	83	16	76	6	2
Mulheres contratadas (%)	12,97	50,92	18,82	5,24	66,67	7,14
Salário acumulado pelos trabalhadores contratados	147.352.530,66	2.871.120,72	333.412,81	135.946.152,63	51.690,67	4.712.389,65
Salário médio dos contratados ANUAL	74.382,90	17.614,24	3.922,50	93.691,35	5.743,41	168.299,63
Salário médio dos contratados MENSAL	6.198,58	1.467,85	326,88	7.807,61	478,62	14.024,97
Salário médio dos constatados MENSAL (CUC)	258,27	61,16	13,62	325,32	19,94	584,37

Fonte: Piñeiro Hamecker (2018a), ONEI. Tradução nossa.

5.4 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DAS COOPERATIVAS NO AGROPECUARIAS: LOGROS Y MALOGROS

Como vimos o processo de implementação de CNA é muito recente e ainda é definido como experimental. Não obstante, nestes mais de seis anos de experiência já é possível indicar pontos positivos (*logros*) e negativos (*malogros*) afim de se indicar caminhos para o aperfeiçoamento das CNA de forma que elas possam contribuir mais para o processo de transição socialista cubano delineado nos *Lineamientos* (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a; PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016a) e na *Conceptualización* (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017). Estes elementos também contribuem com a reflexão sobre as relações sociais de produção que estão se materializando nas CNA no curso do processo de transição socialista cubano.

Para traçar os principais aspectos dessa avaliação, lançamos mão de pesquisas qualitativas realizadas por pesquisadores cubanos (PIÑEIRO HARNECKER, 2014; PIÑEIRO HARNECKER, 2015b; OJEDA SURÍS, 2015; VUOTTO, 2016; PIÑEIRO HARNECKER; OJEDA SURÍS, 2017; PALMA ARNAUD, 2017; PIÑEIRO HARNECKER, 2018a; ODRIEZOLA GUITART; PALMA ARNAUD, 2018).³⁰⁵

5.4.1 Pontos positivos: *los logros*

Na sequência, apresentamos os pontos positivos agrupados por temas que aparecerão em negrito.

O primeiro e um dos mais largamente discutidos é o **aumento dos rendimentos dos trabalhadores associados**, apontado pela literatura e em todas as pesquisas realizadas. Já nos primeiros meses de funcionamento, em 2014, a média do rendimento mensal dos sócios das novas cooperativas triplicou-se, e a retirada

³⁰⁵ Em nossa curta estadia em Cuba, tivemos a possibilidade de visitar algumas CNA localizadas em La Habana. Em reuniões/entrevistas com os cooperativistas (administradores e sócios) foi possível confirmar alguns dos apontamentos feitos pelas pesquisas citadas. Todavia, optamos por não utilizar tais informações com fonte por uma questão de rigor acadêmico: 1) a proposta da pesquisa nunca foi realizar entrevistas, por isso não houve submissão do projeto ao Conselho de Ética e Pesquisa afim de aprovar o uso dessa metodologia; 2) as cooperativas visitadas não configuram uma amostra significativa.

média foi de 1.680 CUP.³⁰⁶ Somente as CNA administradoras de mercados agropecuários, que se comportam como intermediadores entre o produtor rural e o consumidor final, informaram que seus rendimentos não tinham aumentado consideravelmente. As CNA de gastronomia informaram retiradas mensais entre 300 CUP e 400 CUP, uma cifra muito inferior ao rendimento que garantiria a satisfação das necessidades básicas mínimas, entre 1.200 CUP e 1.300 CUP.³⁰⁷ Conforme a avaliação de Piñeiro Harnecker (2015b), nas CNA que apresentaram aumento de ingressos de seus sócios, tal aumento estava relacionado ao aumento da produtividade associado a maior motivação e mudanças na administração das entidades. Como apontamos anteriormente, a média de retiradas mensais em 2016 foi de 3.829,26 CUP (Tabela 9). Porém, não é homogênea, novamente as CNA agromercantis (679,01 CUP) e as CNA de gastronomia (1.691,08 CUP) tem médias de retiradas menores.

Os rendimentos dos cooperativistas podem vir das retiradas correspondentes a qualidade e quantidade do trabalho aportado e da distribuição das sobras no final do exercício fiscal. Em certos casos também, conforme decisão coletiva aprovada em Assembleia Geral, podem se beneficiar dos produtos ou serviços da própria cooperativa a preços inferiores aos de mercado, sendo este diferencial de preço absorvido nos custos totais da CNA (VILA PÉREZ; ALARCÓN GUERRA, 2017). Assim, se são mais produtivos, os sócios das CNA podem receber retiradas maiores e podem gerar mais sobras a serem distribuídas no fim do ano.

Além disso, a partir das decisões em Assembleia Geral e conforme o estatuto da CNA “[...] se adicionan los fondos de consumo que crea la cooperativa para cubrir la demanda cultural, recreativa y deportiva y otros con fines netamente sociales de atención a los socios” (VILA PÉREZ; ALARCÓN GUERRA, 2017, p. 32).³⁰⁸ Tais fundos permitem que as CNA busquem atender demandas sociais de seus sócios como empréstimos para sócios com dificuldades financeiras (OJEDA SURÍS, 2015).

³⁰⁶ Pesquisa realizada por integrantes do *Centro de Estudios de la Economía Cubana* (CEEC) e da *Asociación Nacional de Economistas de Cuba* (ANEC), entre fevereiro e maio de 2014, com 40 CNA (39 localizadas em La Habana) (PIÑEIRO HARNECKER, 2014; PIÑEIRO HARNECKER, 2015b).

³⁰⁷ Dados para 2011, segundo García y Anaya apud Piñeiro Harnecker (2015).

³⁰⁸ “[...] se somam fondos de consumo que cria a cooperativa para cubrir a demanda cultural, recreativa e deportiva e outras com fins claramente sociais de atenção aos sócios” (VILA PÉREZ e ALARCÓN GUERRA, 2017, p. 32, tradução nossa).

Sem dúvidas o elemento que mais gera satisfação nos sócios de CNA é “[...] *el hecho de que ahora con los ingresos que obtienen producto de su trabajo pueden satisfacer muchas de las necesidades de sus familias que antes eran imposibles de satisfacer con su salario*” (PIÑEIRO HARNECKER; OJEDA SURÍS, 2017, p. 140).³⁰⁹ É o que também demonstra a investigação realizada por Palma Arnaud (2017), com CNA do setor de construção civil.³¹⁰ A maior vantagem apontada pelos sócios são os rendimentos (Tabela 10). De 90 cooperativas foram 73 sócios (81,11% do total) que responderam que os rendimentos são muito vantajosos e apenas 2 consideram seus rendimentos pouco ou muito pouco vantajosos. No que se refere as motivações para o trabalho nas CNA, 67,78% dos entrevistados consideraram que os motivava ganhar mais que trabalhando para o Estado e 46,67% disseram que também os motivava obter rendimentos conforme o trabalho aportado ao invés do capital aportado (Tabela 11).

Tabela 10 - Principais vantagens observadas pelos sócios – CNA de construção – La Habana

Vantagens	Muito	Suficiente	Pouco	Muito pouco	Nada	Total
Rendimentos	73	10	1	1	5	90
Autonomía e independência	57	20	5	3	5	90
Relações de trabalho	46	22	13	1	8	90

Fonte: Palma Arnaud (2017). Tradução e adaptação nossa.

A **melhoria das condições de trabalho** também é uma vantagem identificada pelos cooperativistas das CNA. Os sócios das CNA relatam experiências de melhorias nas condições materiais para executar suas atividades laborais, bem como mudanças subjetivas, como maior sentido de pertencimento garantidos pela autonomia e gestão democrática. Muitas CNA fizeram reformas na estrutura física dos locais de trabalho e renovaram a tecnologia e os equipamentos, dentro das possibilidades de oferta que há em Cuba.

³⁰⁹ “[...] o fato de que agora com os rendimentos que obtêm, produto do seu trabalho, podem satisfazer muitas das necessidades de suas famílias que antes eram impossíveis de satisfazer com seus salários” (PIÑEIRO HARNECKER; OJEDA SURÍS, 2017, p. 140, tradução nossa).

³¹⁰ Em 2017 eram 67 CNA que se dedicavam a atividades de construção civil e produção de materiais de construção CNA. A maior parte delas localizadas em La Habana (42 – 62,69%). As demais atuavam em Matanzas (11), Sancti Spiritus (4), Camaguey (3), Artemisa (2), Granma (2), Santiago de Cuba (2) e Holguín (1). Atualmente são 38 em La Habana, 11 em Matanzas, 3 em Sanctis Spiritus, 3 em Santiago de Cuba, 2 em Artemisa, 2 em Camaguey, 2 em Granma e 1 em Holguín (MINISTERIO DE LA CONSTRUCCIÓN, 2019).

Nas entrevistas realizadas em 2014 pela equipe de Piñeiro Harnecker (2015b, p. 57-58), o sócios das CNA relataram que percebiam um ambiente mais prazeroso e se sentiam mais satisfeitos pois havia “[...] *una mayor unión, colaboración y trabajo en equipo en las cooperativas. Las tareas se distribuyen sin atender a cargos o títulos, de manera que se logra el multioficio y se reduce la división entre el trabajo directo (manual) y el indirecto (administrativo o intelectual)*.”³¹¹ Na pesquisa feita por Ojeda Surís (2015)³¹², dois anos após o início da implementação, também se verificou casos de sócios de CNA se sentiam mais otimistas por poderem participar da tomada de decisões e se sentiam todos iguais sem chefes ou subordinados.³¹³

Já a pesquisa realizada por Palma Arnald (2017) com os cooperativistas das CNA de construção civil, de 90 sócios, 57 indicaram como vantagem das CNA a maior autonomia e independência e 46 indicaram melhorias nas relações de trabalho (Tabela 10). Como as CNA são entidades com personalidade jurídica e patrimônio próprios tem mais liberdade para tomar decisões que implicam aportes de recursos, como nos casos em que houve reformas na estrutura física e renovação de equipamentos. Nesses casos basta uma decisão coletiva em Assembleia Geral, não sendo mais necessária uma aprovação dentro da planificação geral do Estado, como se dava quando a gestão da propriedade era estatal. No tocante às motivações desses sócios de CNA de construção civil, 40% indicaram que o fato de todos os sócios trabalharem e participarem da tomada de decisões era uma motivação importante (Tabela 11).

Todas estas relações positivas entre os cooperativistas observadas no interior das CNA, a nosso juízo, tem grande potencial de construir uma cultura de autogestão no interior do processo de transição socialista cubano. Um ponto relevante a ser observar também é que apenas 11,11% dos sócios entrevistados consideraram que

³¹¹ “[...] *uma maior união, colaboração e trabalho em equipe nas cooperativas. As tarefas se distribuem se levar em conta cargos ou títulos, de maneira que se permite o multioficio e se reduz a divisão entre trabalho direto (manual) e indireto (administrativo ou intelectual)*” (PIÑEIRO HARNECKER, 2015b, p. 57-58, tradução nossa).

³¹² Foram realizadas 38 visitas em CNA pela investigadora Ojeda Surís (2015) do CEEC.

³¹³ “[...] *More generally, in cases where employees are unemployed or unhappy with their current labour relations, workers' co-operatives can provide them with a dignified work that satisfies not only their material needs but also their need for professional and personal development*” (PIÑEIRO HARNECKER, 2018b, p. 194).

‘ser o seu próprio chefe’ era uma motivação, um desejo que está muito mais associado a uma perspectiva ideológica que permeia as PyMES privadas e o *cuentalpropismo*, do que às CNA, que tem uma lógica de autogestão coletiva. Além disso, 31,11% consideraram ser uma motivação o fato do marco legal dar vantagens tributárias às CNA em relação ao trabalho por conta própria (Tabela 11).

Tabela 11 - Principais motivações dos sócios – CNA de construção – La Habana

Motivações	Respostas		% em relação ao total de questionários
	n°	%	
Ganhar mais que trabalhando para o Estado	61	31,28	67,78
Queria ser o meu próprio chefe	10	5,13	11,11
Contribuir para o desenvolvimento local	18	9,23	20,00
Obter rendimentos conforme o trabalho e não o capital aportado	42	21,54	46,67
Mais benefícios em relação aos trabalhadores por conta própria	28	14,36	31,11
Todos sócios trabalham e participam da tomada de decisões	36	18,46	40,00
Total	195	100	-

Fonte: Palma Arnaud (2017). Tradução e adaptação nossa.

O **aumento da motivação** dos trabalhadores expressou-se em **aumento da produtividade, da eficiência e da qualidade dos bens e serviços oferecidos**. A falta de motivação em determinadas entidades estatais cubanas sempre é apontada como um fator que gera baixa eficiência e produtividade. Os caminhos para resolver isso com maior controle e fiscalização nem sempre obtêm sucesso. Nas CNA de origem estatal se observou uma mudança de atitude em relação ao trabalho, particularmente no que se refere a disciplina. Já nos primeiros meses de implementação, administradores e trabalhadores relataram que a pontualidade, a redução de faltas ao trabalho, o respeito às normas técnicas e a redução de erros no processo de produção eram perceptíveis.³¹⁴ Como salienta Piñeiro Harnecker (2015b, p. 57), a intensidade do trabalho em algumas cooperativas aumentou tanto que “[...] *incluso existe el riesgo de que se esté incurriendo en la “autoexplotación”*”

³¹⁴ “[...] *En una cooperativa de producciones textiles la económica contaba que cuando eran empresa estatal tenía que estar detrás de las costureras para que trabajaran, ahora las tiene que sacar de la cooperativa y enviarlas a la casa para que descansen, cuenta que la época de ausentismo y llegadas tardes terminó*” (OJEDA SURÍS, 2015, p. 54).

en algunas cooperativas donde las personas han decidido trabajar hasta horas de la noche y fines de semana para no incumplir con los clientes".³¹⁵

Apesar de isolados, estes possíveis casos de “*autoexplotación*” também estão relacionados, como vimos, às possibilidades de maiores rendimentos.³¹⁶ Os sócios tem a consciência de que suas retiradas resultarão dos resultados da cooperativa e do seu desempenho individual. No início dos anos 1960, Che Guevara defendera os incentivos morais³¹⁷ como mais condizentes para a construção do socialismo do que os incentivos materiais. Não obstante, uma das questões que se depreende de toda esta tese que estamos desenvolvendo é o quão complexo é o processo de transição socialista e de construção do *hombre nuevo*. Nas CNA mais eficientes é o sentimento de *dueño*³¹⁸ e a possibilidade de maiores rendimentos que conduzem a maior eficiência e produtividade, ou seja, incentivos materiais. Mesmo que a propriedade seja estatal e arrendada aos cooperativistas, a desvinculação do plano e o fim do salário fixo aparecem como fatores motivadores.

Isso teve reflexos também no maior controle interno, no uso mais racional dos recursos disponíveis, do maior zelo com os meios de produção o que permitiu que algumas CNA apresentassem incremento na produção superiores a 30% acompanhados de melhorias na qualidade dos bens e serviços ofertados. Também se observou redução de custos como eletricidade, água e telefone. Os sócios nas reuniões discutem a necessidade de eliminar os custos desnecessários para não

³¹⁵ “[...] inclusive existe o risco de que esteja ocorrendo “autoexploração” em algumas cooperativas onde as pessoas decidiram trabalhar até altas horas da noite e nos fins de semana para não descumprirem com os clientes” (PIÑEIRO HARNECKER, 2015b, p. 57, tradução nossa).

³¹⁶ A autoexploração é um problema recorrente em cooperativas que operam nas sociedades capitalistas. Por terem que manter níveis de competitividade ou pela busca por ampliar as receitas os cooperativistas acabam trabalhando mais horas do que se estivessem sobre proteção de legislação trabalhista (DARDENGO, 2013).

³¹⁷ Premiações simbólicas para os trabalhadores mais produtivos.

³¹⁸ Uma das questões que se levanta é qual o porquê da inexistência de sentimento de *dueño* em relação a propriedade estatal? Primeiro, há que dizer que não são em todas atividades estatais que os trabalhadores não se sentem *dueños* (há empresas estatais eficientes). Novamente, a questão pode estar relacionada com os incentivos materiais, já que notadamente a remuneração no setor estatal são inferiores que no setor não estatal. Acredita-se que o aumento gradativo das remunerações estatais, que já está em curso, pode elevar os níveis de produtividade. Outra questão é a necessidade de uma mudança cultural, e para isso a nova constituição de 2019 utiliza o termo *propiedad de todo el pueblo* ao invés de *propiedad estatal*. Não se trata de mera questão semântica, mas de tentar construir uma cultura da propriedade social, da propriedade coletiva, em que todo cubano se sinta *dueño*, e assim tenha mais zelo e empenho nas atividades estatais.

afetar a saúde financeira da CNA e, conseqüentemente, seus rendimentos presentes e futuros (PIÑEIRO HARNECKER, 2015b).

Os clientes das CNA relatam que estão mais satisfeitos com o tratamento que recebem, com a maior flexibilidade que encontram para o atendimento de demandas específicas, com a maior rapidez nas soluções e com a redução dos prazos de entrega dos bens adquiridos ou serviços contratados, com as garantias dadas e com os serviços de pós-venda (PIÑEIRO HARNECKER; OJEDA SURÍS, 2017). Diferentemente de quando eram trabalhadores de entidades estatais, agora os sócios das CNA têm interesse de que os clientes fiquem satisfeitos e voltem a adquirir bens e serviços das cooperativas. Cabe destacar que essas melhorias na qualidade e na eficiência não foram observadas na maioria das CNA agromercantis e nas CNA gastronômicas, contraditoriamente o maior número de CNA encontra-se nessas duas categorias.³¹⁹

Cabe destacar que o sentimento de *dueño*, quando associado ao **exercício da propriedade coletiva e da autogestão**, é apontado como um ponto positivo no processo de implementação de CNA. Os sócios demonstram estar mais comprometidos com o avanço da organização e o fato da obrigatoriedade legal das Assembleias Gerais com direito a voz e voto a cada sócio, permite-lhes tomar decisões de escolha de administradores, aprovar ou modificar os estatutos, as normas de funcionamento, a formação dos fundos e a distribuição das sobras dentre outras decisões importantes. Assim, como apontou Ojeda Surís (2015, p. 32), *“la mayoría están preocupados por la superación, tanto en temas contables y económicos, como de estrategia para mejorar la gestión o legales para conocer cómo defender sus derechos y tener claro que pueden o no hacer”*.³²⁰

Uma das características das CNA, que aparece no seu desenho institucional, é a capacidade de **contribuição com o desenvolvimento local**, ou seja, devem não só satisfazer os interesses dos sócios mas também devem buscar atender interesses

³¹⁹ Novamente existem as exceções, como as CNA El Biky e La Divina Pastora do setor de gastronomia, que prestam serviços considerados de ótima qualidade.

³²⁰ “A maioria estão preocupados com a superação, tanto em temas contábeis e econômicos, como de estratégia para melhorar a gestão jurídica para conhecer como defender seus direitos e ter claro como podem ou não fazer” (OJEDA SURÍS, 2015, p. 32, tradução nossa).

sociais dos territórios onde estão localizadas. A forma mais imediata e perceptível é o pagamento dos impostos realizado pelas CNA, que pagam impostos sobre os resultados, sobre as vendas, sobre os serviços e pela utilização de força de trabalho (CUBA, 2012e). Os aportes tributários das CNA de 2014 até 2018 somaram 4.475,40 bilhões de CUP (Gráfico 9) e a *Ley del Presupuesto del Estado* de 2019 estima a arrecadação de 1.213,90 bilhão de CUP (Tabela 7). No ano de 2016 o aporte médio de impostos por CNA foi de 1,943 milhão de CUP e a média por sócio de 61.634,30 CUP (Tabela 9). Estes tributos são importantes para o Estado cubano utilizar nas políticas sociais, em investimentos, nas importações de bens que Cuba é dependente, etc. Dessa forma, quando mais eficientes forem as CNA, mais aportes tributários irão realizar e contribuir mais com a construção do socialismo.

Não obstante, o marco legal indica que as CNA não devem contribuir somente pagando impostos, devem se envolver em projetos e estratégias de desenvolvimento local com ações concretas. A literatura sobre a temática indica que há uma certa dificuldade de mensurar este outro tipo de impacto, relacionado às próprias atividades produtivas das CNA, que podem recuperar e reformar espaços, equipamentos e veículos estatais ociosos e também gerar emprego para pessoas disponíveis nos territórios. Todavia, como aponta Piñeiro Harnecker (2018a, p. 85), existem CNA que “[...] se preocupan por brindar servicios con precios diferenciados a personas de bajos ingresos, brindan mantenimiento a policlínicos, casas del médico de la familia, hogares de ancianos, escuelas, y donan equipos electrodomésticos que estas instituciones necesitan”.³²¹ Há contudo, uma falta de articulação entre governos municipais e provinciais e as CNA o que tende a diminuir esse impacto positivo das CNA nos territórios. De um lado tais governos pecam em não convocar as CNA para contribuir de alguma forma em projetos de desenvolvimento local, de outro lado, muitos governos rejeitaram as propostas apresentadas espontaneamente pelas CNA (PIÑEIRO HARNECKER; OJEDA SURÍS, 2017).

³²¹ “[...] se preocupam em oferecer serviços com preços diferenciados a pessoas de baixos ingressos, oferecem manutenção nas policlínicas, casas de médicos da família, asilos, escolas, e doam equipamentos eletrodomésticos que estas instituições necessitam” (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 85, tradução nossa).

5.4.2 Pontos negativos: *los malogros*

Como todo processo social a implementação das CNA em Cuba também está eivada de contradições. Buscamos nessa subseção apontar os principais problemas identificados nas CNA ao longo dos seus mais de seis anos de experiência.

Desde o início do processo de implementação, as autorizações das CNA em ramos privados estão submetidas a um rígido controle estatal. Chama a atenção, como vimos no capítulo anterior que o *Consejo de Ministros*, um dos organismos do poder popular de maior importância do país, tenha que autorizar a formação de uma cooperativa. Contudo, o Estado e o PCC buscam com isto manter o controle sobre o experimento de implementação das CNA buscando evitar que desvios sejam cometidos e que surjam falsas cooperativas (empresas que operam como empresas privadas sob a forma jurídica de cooperativas com viés maximizador de lucro). Práticas de corrupção e uso irregular das cooperativas para fins de acumulação privada não são permitidos e as eventuais cooperativas que incorram em tais erros são descredenciadas. Ademais, o Governo e o PCC buscam evitar que as organizações econômicas atuem fora das determinações dos *Lineamientos* e da *Conceptualización*. Por isso, a expansão das CNA é lenta³²², como pontuava em 2015 Raúl (CASTRO RUZ *apud* PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 90, grifos nossos),

*Las cooperativas tienen un carácter experimental y aunque se avanza en su aplicación, no tenemos por qué acelerar el paso, tenemos que cogerle el ritmo a los acontecimientos [...], rectificar errores antes de generalizar los experimentos. [El principio] es no masificar la creación de cooperativas, la prioridad deberá ser consolidar las que existen e ir avanzando de forma gradual, pues de lo contrario estaríamos generalizando los problemas que se presentan.*³²³

³²² A pesquisadora Piñeiro Harnecker (2015b, p. 60) está de acordo que o processo de implementação seja lento: “*La experiencia es prácticamente inédita en el mundo, por lo cual requiere una constante evaluación crítica y la decisión política de que es mejor avanzar lento y bien, en lugar de crear muchas cooperativas que no lo sean realmente o terminen fracasando por no contar con las condiciones imprescindibles para su éxito*”.

³²³ As cooperativas têm um caráter experimental e ainda que se avance em sua aplicação, não temos que acelerar o passo, temos que pegar o ritmo dos acontecimentos [...], retificar erros antes de generalizar os experimentos. [O princípio] é não massificar a criação de cooperativas, a prioridade deve ser consolidar as que existem e ir avançando de forma gradual, pois caso contrário estaríamos generalizando os problemas que se apresentaram (CASTRO RUZ *apud* PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 90, tradução nossa).

Mesmo com toda a cautela e controle não foi possível evitar que desvios de trajetória ocorressem. Apesar de muitos resultados positivos como o aumento da produtividade e o fornecimento de produtos e serviços de maior qualidade à população, algumas CNA apresentam também insuficiências graves como atos de indisciplina, apropriação indevida de recursos e rendas, pessoas que servem como sócios de várias cooperativas ao mesmo tempo, deficiências nos registros contábeis, utilização de créditos bancários para fins distintos dos quais foram liberados, assim como condutas de corrupção (GRANMA, 08 agosto 2017). Segundo Yovana Vega Matos, responsável pela área de *Perfeccionamiento a Entidades de la Comisión Permanente para la Implementación y Desarrollo de los Lineamientos* (CIDEL), em 2017:

Ha sido posible comprobar que una de las principales desviaciones radica en que algunas cooperativas actuaban como empresas privadas, donde el presidente ejercía como si fuera el dueño, con un mínimo de socios, y fundamentalmente realizaban su gestión contratando los servicios de trabajadores por cuenta propia como asalariados, para luego repartir las utilidades solo entre los socios. Además, se han puesto de manifiesto diferencias significativas e injustificadas en los ingresos que reciben los socios. Nada más alejado de lo que el cooperativismo realmente significa (GRANMA, 08 agosto 2017).³²⁴

Ou seja, nada mais distante do que propõe os *Lineamientos e a Conceptualización del modelo económico y social* cubano. Tais desvios foram tratados energeticamente no processo de atualização do modelo econômico com a extinção de algumas CNA.³²⁵ Além disso, no primeiro dia de agosto de 2017, o Conselho de Ministros, presidido por Raúl Castro, anunciou a suspensão de novas licenças ao setor privado, primeiro atividades ligadas ao *cuentapropismo* para combater a evasão

³²⁴ “Foi possível comprovar que um dos principais desvios se encontra no fato de que algumas cooperativas atuavam como empresas privadas, onde o presidente comandava como se fosse o dono, com um mínimo de sócios, e fundamentalmente realizava sua gestão contratando os serviços de trabalhadores por conta própria como assalariados, para em seguida repartir as sobras(receitas) apenas entre os sócios. Ademais, foi observado diferenças significativas e injustificadas entre os rendimentos que recebem os sócios. Nada mais distante do que o cooperativismo significa (GRANMA, 8 agosto 2017, tradução nossa).

³²⁵ Em 2017, o CAP de La Habana resolveu extinguir quatro CNA de gastronomia: *El Jardín* (descontrole financeiro), *Varsovia* (conflitos entre sócios), *El Recodo* (sugestão da *Contraloría de la República*) e *El Castillo de Cristina* (os sócios não iniciaram as operações). Também foram extintas as CNA de gastronomia *Sodito 6* em Santiago de Cuba e *La Ragazza* em Camagüey. Também em 2017, o MICONS decidiu extinguir sete CNA de construção civil por descontrole financeiro, aumentos de preços em contratos com o Estado, cobrança de propinas (alguns presidentes responderão judicialmente; um deve 30 milhões de CUP ao banco) (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a).

fiscal³²⁶, e logo em seguida, em 2018, como informou Yovana Vega Matos (*apud* FIGUEREDO REINALDO, 2019, [s.p.]), responsável pela área de ‘*Perfeccionamiento a entidades de la Comisión de Implementación de los Lineamientos*’, as autorizações para novas CNA foram suspensas, e seguirão assim por mais algum tempo, uma vez que “[...] *la prioridad es concentrar los esfuerzos en la consolidación de las [CNA] constituidas [...] lo que no significa dejar de avanzar en el experimento, sino hacerlo de manera coherente, eliminando las desviaciones que han ocurrido para lograr su generalización*”.³²⁷

Com o aperfeiçoamento do marco legal das CNA, aprovado em 2019, as CNA existentes deverão praticar as novas diretrizes legais. Assim, o período de consolidação visa tratar os principais problemas na gestão das cooperativas, que estão associados principalmente a desvios de conduta ou atos de indisciplina e violação do marco legal e dos princípios do cooperativismo.³²⁸ A CIDEL, segundo Figueredo Reinaldo (2019), reuniu ao longo dos anos informações sobre os seguintes tipos de desvio:

- Apropriação indevida de recursos e corrupção. Foram detectados inclusive casos de acordo entre CNA e entidades estatais para cometer ilícitos no setor de construção.
- CNA que realizam parte importante do seu objeto social através da contratação de trabalhadores assalariados ou terceirizando serviços.
- Deficiência nos registros contábeis para reduzir o pagamento de impostos.
- Elevada diferença entre as retiradas recebidas pelos sócios que atuam na direção em relação aos sócios que atuam na atividade fim. Foram detectadas

³²⁶ As palavras de Raúl Castro no *Consejo de Ministros* foram as seguintes: “*Considero conveniente enfatizar que **no hemos renunciado** al despliegue y desarrollo del trabajo por cuenta propia, ni a proseguir el experimento de las cooperativas no agropecuarias. No vamos a retroceder ni a detenernos, ni tampoco permitir estigmas y prejuicios hacia el sector no estatal, pero es imprescindible respetar las leyes, con solidar lo avanzado, generalizar los aspectos positivos, que no son pocos, y enfrentar resueltamente las ilegalidades y otras desviaciones que se apartan de la política establecida*” (CASTRO RUZ, 2017b, [s. p.]).

³²⁷ “[...] a prioridade é concentrar os esforços na consolidação das [CNA] já constituídas [...] o que não significa deixar de avançar no experimento, mas sim fazê-lo de maneira coerente, eliminando os desvios que ocorreram para dar sequência na sua generalização”

³²⁸ Cabe considerar que em 2014, no princípio do processo de implementação, Piñeiro Harnecker (2014, p. 326) já considerava que “*este experimento deve corregir algunos aspectos y consolidarse con las cooperativas ya creadas antes de continuar fundando un número mayor de cooperativas. [...]*”

cooperativas em que as retiradas dos administradores eram 32 vezes maior que a dos sócios que atuam na produção.

- Uso dos créditos bancários para fins distintos dos estabelecidos nos contratos.
- Irregularidades nos orçamentos de obras de construção e nos faturamentos e cobranças.
- Não se efetivaram as mudanças previstas na gestão, imagem e eficiência dos serviços prestados por algumas CNA do setor de gastronomia.
- Tendência ao aumento de preços para incrementar a rentabilidade das CNA e, conseqüentemente, as retiradas dos sócios.

A nova legislação aprovada em 2019 indica que haverá cuidado redobrado na concessão de licenças para funcionamentos de novas CNA. Alguns destes problemas indicados pela CIDEL tem regulamentação explícita no novo marco legal, como é o caso da limitação para que a maior retirada aos sócios seja no máximo três vezes superior à menor retirada. A inclusão do princípio da educação e a maior capacitação dos sócios nos princípios do cooperativismo e da autogestão também podem reduzir alguns tipos de desvios.

Nas pesquisas qualitativas que consultamos uma série de problemas foram identificados (alguns coincidem com os identificados pela CIDEL). Apresentamos a seguir os principais pontos negativos apontados ao longo destes estudos agrupados por temas que aparecerão em negrito.

Em todos os estudos foram identificadas **deficiências relacionadas ao processo de autorização/criação das CNA**. Como apontamos na apresentação do marco legal, trata-se de um processo extremamente complicado e às vezes demorado o que desestimula que *cuentalpropistas* e outros trabalhadores se unam para formar uma CNA. As propostas passam pela autorização de vários níveis governamentais: CAM, CAP, OACE, CIDEL e CM.³²⁹ Como não há um prazo para as respostas das

³²⁹ Não obstante, a reforma do marco legal de 2019 não alterou os passos para o processo de autorização de CNA que seguem tendo que passar pelas várias etapas e segue sem um prazo definido para resposta.

solicitações, muitos trabalhadores que propõem cooperativas de ‘*origen privado*’³³⁰ acabam perdendo o interesse ou tem que despende muito tempo acompanhando o moroso processo nas repartições públicas (PIÑEIRO HARNECKER, 2014; OJEDA SURÍS, 2015). Já as CNA de ‘*origen estatal*’ tem um processo de aprovação mais ágil, porém tem recebido muitas críticas pois feririam o princípio cooperativo da voluntariedade e, conforme preconiza o cooperativismo, é desejável que as cooperativas se formem por livre iniciativa de seus respectivos sócios e não a partir de um processo de ‘*cooperativização forçada*’. Como indica Piñeiro Harnecker (2014, p. 313-314),

*[...] en un número considerable de cooperativas inducidas de origen estatal (sobre todo, los mercados agropecuarios y unidades de gastronomía) sus socios sienten que la decisión se les ha impuesto, plantean que en realidad no se les preguntaron si querían o no formar una cooperativa, es decir, más bien le ‘informaron’ que se iba a crear una cooperativa y si no aceptaban quedarían disponibles.*³³¹

O problema em si não é que o Estado esteja induzindo a formação de CNA, mas que esteja fazendo de forma apressada e sem que os aspirantes a sócios tenham a convicção da escolha que estão fazendo, bem como a devida formação para atuar como verdadeiros cooperativistas. Tudo indica, conforme aponta o discurso oficial, que após este atual período de consolidação que começou em 2018, novas CNA de origem estatal devem ser formadas e será importante levar em conta que

[...] es muy importante que las cooperativas que surgen de forma inducida, promovidas por entes externos al grupo de fundadores, lo hagan de manera que se respeten las condiciones y tiempos necesarios para que la iniciativa sea adoptada por ellos, para que la decisión sea realmente consciente y voluntaria. Esto implica que deben ser capacitados efectivamente para que comprendan lo que están decidiendo, y no deben sentir que ser parte de la cooperativa es la única opción que tienen (PIÑEIRO HARNECKER, 2015b, p. 58).³³²

³³⁰ Originadas por iniciativa voluntária dos sócios sem ser de origem estatal. Piñeiro Harnecker (2014) critica o uso do termo uma vez que leva a confundir as CNA com empresas privadas ou TCP.

³³¹ “[...] em um número considerável de cooperativas induzidas de origem estatal (sobretudo, os mercados agropecuários e as unidades de gastronomia) seus sócios sentem que a decisão lhes foi imposta, afirmam que na realidade não lhes perguntaram se queriam ou não formar uma cooperativa, que dizer, apenas lhes ‘informaram’ que se ia criar uma cooperativa e se não aceitassem ficariam disponíveis” (PIÑEIRO HARNECKER, 2014, p. 313-314, tradução nossa)

³³² “[...] é muito importante que as cooperativas que surgem de forma induzida, promovidas por entes externos ao grupo de fundadores, o façam de maneira que respeitem as condições e tempos necessários para que a iniciativa seja adotada por eles, para que a decisão seja realmente consciente

Além da indução, o processo foi marcado pela **insuficiente capacitação dos trabalhadores e insuficiente assessoramento**.³³³ As capacitações mais extensas duraram de seis a vinte horas, sendo que em muitos casos duraram no máximo duas horas ou sequer foram realizadas.³³⁴ Essas oficinas foram ministradas por profissionais sem experiência com o cooperativismo, nem todos os futuros sócios participaram e a ementa tratava exclusivamente do marco normativo das CNA publicado na *Gaceta Oficial* em 2012. As informações foram insuficientes para garantir um amplo conhecimento do funcionamento e da forma de organização das cooperativas o que repercutiu em problemas administrativos e jurídicos (PIÑEIRO HARNECKER, 2014). Ou seja, sem uma aprofundada formação e sem um órgão de assessoria para dar suporte, muitos trabalhadores estatais tornaram-se cooperativistas repentinamente sem saber ao certo o que é uma cooperativa, sua legislação, seus direitos e deveres. Por isso,

a las cooperativas de origen estatal les ha costado casi un año darse cuenta que tienen poder de decisión y no tienen que esperar las orientaciones del organismo superior. Han aprendido, debido a grandes tropiezos, que son ellos los que tiene que gestionar sus proveedores y sus clientes, además de determinar cuáles son sus productos estrellas y hacia dónde deben dirigir sus esfuerzos (OJEDA SURÍS, 2015, p. 51-52).³³⁵

A falta de formação e preparação prévia fez com que se reproduzisse nas CNA o mesmo tipo comportamento que existia nas antigas formações estatais e que se

e voluntária. Isto implica que devem ser capacitados efetivamente para que compreendam o que estão decidindo, e não devem sentir que fazer parte da cooperativa é a única opção que têm” (PIÑEIRO HARNECKER, 2015b, p. 58, tradução nossa).

³³³ Como indica a pesquisadora Ojeda Surís (2015, p. 52, grifos nossos), o problema da falta de capacitação “[...] es un tema recurrente. **Hay un analfabetismo crónico en temas legislativos, organizacionales y de gestión**, es un círculo vicioso que afecta el desarrollo de las cooperativas en Cuba y nadie queda fuera de él, (cooperativistas, futuros cooperativistas, tomadores de decisiones, fiscalizadores, asesores, etc.) algunos más, otros menos, pero es un aspecto en el que hay que trabajar urgentemente, pues de una buena capacitación depende el éxito de este proceso de transformación que se desea llevar a cabo”.

³³⁴ Em uma CNA do ramo de reparos automotivos que visitamos em 2018, o administrador possuía um Curso de Cooperativismo com carga horária de 20 horas dado pela CANEC S.A. – *Asesoría, Auditoría y Servicios Económicos*.

³³⁵ As cooperativas de origem estatal gastaram quase um ano para se darem conta que têm poder de decisão e não têm que esperar as orientações do organismo superior. Aprenderam, devido a grandes tropeços, que são eles que tem que gerir seus fornecedores e seus clientes, além de determinar quais são seus principais produtos e para onde devem dirigir seus esforços (OJEDA SURÍS, 2015, p. 51-52, tradução nossa).

pretendia que mudasse. Processo semelhante ocorreu quando foram implementadas as UBPC, nos anos 1990, quando terras estatais foram transferidas para a gestão coletiva de cooperativas de produção agrícola, mas muitas seguiram funcionando como no antigo formato estatal.³³⁶ Ao tecer críticas aos equívocos do processo de criação de CNA, Ojeda Surís é taxativa ao concluir que em alguns casos “*se crean falsas cooperativas, tanto de origen estatal como privado. Unas siguen siendo empresas estatales bajo el nombre de cooperativas y otras utilizan las ventajas de tener personalidad jurídica y funcionan como empresas privadas*” (OJEDA SURÍS, 2015, p. 51).³³⁷ São estes desvios que o período de consolidação das CNA pretende eliminar, desvios que não condizem com as necessidades da transição socialista cubana.

Ainda no que se refere ao processo de criação e à falta de capacitação adequada soma-se o fato de que os projetos de viabilidade econômica das CNA induzidas foram feitos, de acordo com Piñeiro Harnecker (2014), pelas OACE responsáveis sem a participação dos futuros sócios. Um projeto de viabilidade econômica que realmente corresponda aos anseios e capacidades dos sócios é fundamental para o êxito da cooperativa, portanto não pode ser uma mera formalidade. Por conta destes projetos não construídos junto com os sócios e não factíveis, algumas CNA não alcançaram os objetivos desejados, como nos casos de muitas CNA de gastronomia e nas CNA agromercantis que não tiveram melhoria de gestão, produtividade e qualidade dos produtos. Este problema poderia ser resolvido com a criação de um órgão de acompanhamento e assessoramento de cooperativas que poderia auxiliar os aspirantes a sócios a desenvolver um projeto de viabilidade econômica realmente exequível e de acordo com suas aspirações materiais e espirituais. Adicionalmente, este órgão também poderia resolver o problema de formação incipiente dos sócios. Na atualização dos *Lineamientos* de 2016 foi proposto a criação de tal organismo, porém até o momento esta medida não foi implementada.

³³⁶ Referimo-nos a este processo na última seção 3.3 ‘Uma aproximação à história do cooperativismo em Cuba’.

³³⁷ “Se criam falsas cooperativas, tanto de origem estatal como privada. Umas seguem sendo empresas estatais com o nome de cooperativas e outras utilizam as vantagens de ter personalidade jurídica e funcionam como empresas privadas” (OJEDA SURÍS, 2015, p. 51, tradução nossa).

As pesquisas e a literatura também indicam a **falta de articulação das cooperativas com os governos locais** e uma **constrangida capacidade de impactar no desenvolvimento local**. Isso ocorre por dificuldades das cooperativas e das administrações municipais e provinciais. As administrações dos territórios não souberam aproveitar a oportunidade para fomentar a criação de CNA vinculando-as às estratégias de desenvolvimento local. Os CAM/CAP poderiam incentivar que trabalhadores formassem CNA de coleta de materiais e reciclagem por exemplo, que tem impacto ambiental e social positivo, já que diversas cidades cubanas tem problemas na questão da coleta e destinação de lixo. Também se poderia aproveitar a grande escolaridade e capacitação dos jovens cubanos e incentivá-los para criar CNA em áreas como *designer* gráfico, desenvolvimento de softwares, etc., o que inclusive poderia remediar a ‘fuga de cérebros’ de jovens cubanos. Claro que estas possibilidades se chocam novamente com a falta de formação em cooperativismo arraigada na sociedade cubana.

Se de um lado os governos locais perderam essa oportunidade de associar as CNA às suas políticas territoriais apresentando as mesmas quais são as demandas prioritárias, as CNA por seu turno demonstram grande inexperiência de como fazer essa intervenção. Foram poucas as que materializaram o princípio da responsabilidade social em ações concretas. Ademais, como acentua Piñeiro Harnecker (2014, p. 321-322), os meios de comunicação e a opinião pública

*[...] han difundido la percepción estrecha y cortoplacista de las cooperativas como una forma empresarial para aumentar el ingreso de las personas que se hacen socios, en lugar de concebirlas como herramientas para satisfacer necesidades colectivas y sociales, lo que ha dado lugar a que algunas cooperativas se hayan propuesto como primer objetivo, aumentar al máximo los ingresos via aumento de precios, en lugar de la reducción de los costos [...].*³³⁸

Há, portanto, uma falta de orientação das CNA para este princípio da responsabilidade social com os territórios, de forma que as necessidades individuais

³³⁸ “[...] difundiram a percepção estreita e curtoprazista das cooperativas como uma forma empresarial para aumentar a renda das pessoas que se tornam sócias, em vez de concebê-las como ferramentas para satisfazer necessidades coletivas e sociais, o que fez com que algumas cooperativas tenham se proposto como primeiro objetivo, aumentar ao máximo os rendimentos dos seus sócios via aumentos de preços, em vez da redução dos custos [...]” (PIÑEIRO HARNECKER, 2014, p. 321-322, tradução nossa).

dos sócios, principalmente a busca por mais rendimentos, ofusca as possibilidades mais socializadas de atuação das cooperativas. É uma grave dificuldade, mas nem tudo está perdido, pois como frisou Ojeda Surís (2015, p. 52), “*hay deseos de hacer algo por la comunidad en ambas partes [CNA y gobiernos locales], pero hay falta de comunicación efectiva*”. Digamos que é mais simples resolver um problema de falta de comunicação, do que um problema de falta de desejo.

Além destes *malogros* destacados, as CNA também apresentaram uma série de **dificuldades no seu controle interno e na gestão econômica**, provocadas pela falta de capacitação dos cooperativistas já apontada, somadas a problemas estruturais da economia cubana. Muitas CNA não emitem comprovantes de vendas (e sem este registro ocorre evasão fiscal) e tem dificuldades na escrituração contábil básica. Considerando que a contabilidade é uma técnica fundamental para produzir informações para a gestão, a insuficiência neste quesito atrapalha sobremaneira a tomada de decisões. Auditorias da *Contraloría de la República* identificaram que

[...] *existe una deficiente documentación primaria o no existen registros que respalden su emisión; no tienen habilitado un registro consecutivo de las facturas; no existe un control de las facturas canceladas; no cuentan con modelos foliados por áreas contables. Se comprueba también la ausencia del Balance de apertura de las operaciones (estipulado en la Resolución no. 427/012 del MFP); y los balances de comprobación de saldos no tienen suficiente legitimidad; entre otras dificultades* (PIÑEIRO HARNECKER, 2015b, p. 60).³³⁹

A ausência de registros contábeis precisos tende a gerar desconfiança entre os sócios, particularmente entre os administradores e os que executam as atividades fins das CNA, afetando a coesão e desmotivando os cooperativistas. Por esta razão, a correta prática da autogestão exige total transparência, participação nas decisões e confiança nas informações prestadas para um bom êxito das cooperativas. Ou seja, todos os sócios precisam conhecer, revisar e assumir suas responsabilidades

³³⁹ “[...] existe uma insuficiente documentação primária ou não existem registros que respaldem sua emissão; não têm habilitado um registro consecutivo das faturas; não existe um controle das faturas canceladas; não contam com modelos numerados por áreas contábeis. Foi comprovado também a ausência de Balanço de abertura das operações (estipulado na *Resolución* No. 427/012 del MPF); e os balanços de comprovação de saldos não tem suficiente legitimidade; entre outras dificuldades” (PIÑEIRO HARNECKER, 2015b, p. 60. tradução nossa).

em relação a situação econômico-financeira da CNA e, para isso, o controle interno precisa ser feito corretamente

Um outro problema recorrente que enfrentam as CNA é a **dificuldade de obter matérias primas e tecnologia** o que tende a provocar **elevação dos custos**. Por conta das questões estruturais da economia cubana, como a ausência de mercados atacadistas para determinados insumos e a dependência externa de outros, existe uma grande dificuldade de obter os suprimentos a preços competitivos e em quantidade, qualidade e dentro dos prazos necessários para realizar as operações (OJEDA SURÍS, 2015).³⁴⁰ Em muitos casos foi verificado que as empresas estatais que deram origem às CNA não estão cumprindo a regra das disposições especiais do *Decreto-Ley* No. 305³⁴¹, que estabelece que essas entidades estatais deveriam seguir responsáveis pelo abastecimento de insumos para as CNA até que novos mercados de suprimentos surgissem (PIÑEIRO HARNECKER, 2014). Além disso, agora que as entidades estatais não as abastecem mais, as CNA tem custos com transportes dos mercados até suas sedes que são repassados aos preços. Soma-se a isso a impossibilidade das cooperativas adquirirem veículos a *precios mayoristas*, devendo ou pagar fretes ou comprar veículos em *tiendas minoristas* que tem preços distorcidos (OJEDA SURÍS, 2015).

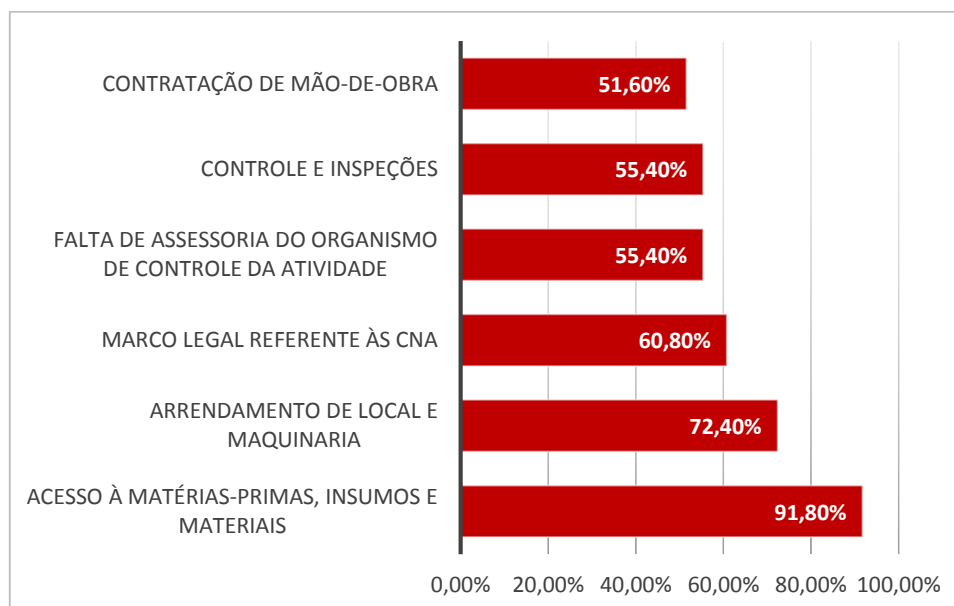
A investigação realizada por Palma Arnaud (2017) junto às CNA da construção civil confirma este problema, indicando que a principal queixa dos sócios está relacionada justamente ao acesso a matérias-primas, insumos e materiais: 91,80% dos entrevistados apontaram esta dificuldades e, na sequência, os cooperativistas do setor relatam dificuldades para arrendar espaços e máquinas (72,40%) (Gráfico

³⁴⁰ Landaburo Sánchez (2016, p. 29) trata da questão: “*En Cuba, un país tan dependiente de las importaciones, a la hora de iniciar un pequeño negocio [o una CNA] se hace imprescindible la adquisición de algunos bienes materiales. Por ejemplo, un restaurant privado [o una CNA de gastronomía] que quiere sobrevivir a la competencia tiene que abogar por una locación céntrica, tener una cocina moderna, vajillas y cubiertos exclusivos. Esta situación se agrava porque los negociantes privados carecen de un mercado mayorista y la inmensa mayoría de los productos expedidos en las tiendas minoristas adolecen del respeto calidad-precio*”.

³⁴¹ “*Las entidades que actualmente suministran insumos o prestan servicios para actividades económicas que se decida gestionar de forma cooperativa, continuarán suministrándolos o prestándolos mediante contratos, de acuerdo con la política comercial y de precios sin subsidios establecida, hasta tanto se desarrollen otros mercados o fuentes de suministros o servicios, siempre que la economía lo permita*” (CUBA, 2012a).

11). Como já mencionamos anteriormente é flagrante e recorrente as queixas quando ao marco legal (60,80%) e quanto a falta de assessoramento (55,40%).

Gráfico 11 – Principais dificuldades – CNA de construção – La Habana



Fonte: Palma Arnaud (2017). Tradução e adaptação nossa.

O setor da construção civil que é considerado um dos setores mais importantes no processo de atualização do modelo econômico (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b), carece de muitos insumos e equipamentos, alguns dos quais Cuba não é autossuficiente e precisa importar. Além disso, o MICONS determinou que as CNA poderiam adquirir insumos de apenas uma empresa estatal (*Empresa Escambray*), ou seja, as CNA poderiam comprar somente os materiais dessa única empresa sendo que há outras empresas estatais, que produzem outros tipos de produtos, porém a comercialização às CNA é vedada (PIÑEIRO HARNECKER, 2014). Como se pode verificar na Tabela 12, 32,22% dos entrevistados por Palma Arnaud (2017) indicaram que essa limitação de que algumas empresas não podem vender as CNA impacta negativamente no processo de aquisição de insumos. Com a nova legislação de 2019, esta restrição foi flexibilizada permitindo que as empresas estatais possam comercializar com as CNA qualquer produção disponível, aos preços estabelecidos (FIGUEREDO REINALDO, 2019).

A limitação apontada com mais recorrência nas respostas se refere a falta de abastecimento de materiais nos mercados varejistas e atacadistas (65,56%). Também se evidencia falta de informação dos mercados atacadistas (5,56%) que deveriam conceder descontos às CNA conforme a determinação do *Decreto-Ley* No. 305.

Tabela 12 - Principais limitações no processo de compra de insumos e equipamentos - CNA de construção - La Habana

Limitações	Respostas		% em relação ao total de questionários
	nº	%	
Empresas que não estão autorizadas a vender às CNA	29	20,57	32,22
Produtos outorgados por CL* que não se vendem às CNA	7	4,96	7,78
Falta de informação na rede atacadista	5	3,55	5,56
Falta de abastecimento no mercado varejista e atacadista	59	41,84	65,56
Permissão de importação para as CNA	11	7,80	12,22
Preços de compra com impostos elevados	20	14,18	22,22
Concessão de crédito	10	7,09	11,11
Total	141	100,00	-

Fonte: Palma Arnaud (2017). Tradução e adaptação nossa.

* Coeficientes de liquidez

Outras limitações do processo de aquisição de insumos e equipamentos que aparecem são os elevados impostos sobre as compras desses bens (22,22%), dificuldades para obtenção de crédito (11,11%)³⁴², ausência de permissão para importação das CNA (12,22%) e produtos que são outorgados a partir de coeficientes de liquidez e que não são vendidos às CNA (7,78%) (Tabela 12). Sobre estes dois últimos pontos especificamente, a legislação autoriza que as CNA importem mercadorias e equipamentos através das empresas estatais responsáveis pelo comércio exterior, ou seja, as CNA mesmo que tenham divisas oriundas de suas atividades produtivas necessitam de autorização e liberação dos respectivos coeficientes de liquidez para que as empresas estatais de comércio exterior realizem as importações. As importações são centralizadas pelo Estado, para atender as necessidades fundamentais da população cubana e muitas vezes interesses

³⁴² Como sublinha Ojeda Surís (2015, p. 51), existe muita “*desinformación por parte de las instituciones bancarias de cómo operar con las CNA (gestión de créditos, firmas autorizadas, utilización del patrimonio de la cooperativa, desconocimientos de los requisitos para que una CNA se pueda acoger al Fondo de Fideicomiso para el desarrollo de nuevas formas de gestión no estatal, entre otros) situación que se ve agravada por la incultura de los nuevos cooperativistas de los diferentes servicios que puede ofertar la banca*”.

individuais ou de algumas entidades empresariais acabam se chocando com a planificação geral.

As CNA da construção civil também relataram dificuldades no que tange a contratação de mão de obra (51,60%) e excesso de controle e inspeções (55,40%) (Gráfico 11). Sobre este segundo ponto, ao que se indica, houve uma ampliação das fiscalizações de uma forma geral, principalmente nas CNA de origem estatal, e não só com as CNA da construção. Segundo destaca Piñeiro Harnecker (2014, p. 320), algumas CNA “[...] *de origen estatal alegaron que después han sido inspeccionadas con mayor frecuencia y exigencia que cuando eran empresas estatales y en algunos casos, les han multados por situaciones que heredaron de cuando eran estatales*”.³⁴³

No tocante a contratação de força de trabalho, a legislação permite contratar trabalhadores assalariados que no máximo correspondam a 10% das jornadas-sócios do exercício fiscal. Como indicamos anteriormente (Tabela 9), o setor de construção civil foi o que ultrapassou de forma mais contundente este limite. Algumas CNA do setor estavam atuando como falsas cooperativas, terceirizando suas atividades fins para *cuentapropistas* ou contratando trabalhadores assalariados. Ainda que se trate de uma prática não generalizada e que está diminuindo depois da implementação de medidas para evitá-las, o MICONS reconheceu que existem algumas

[...] *cooperativas de construcción que funcionan realmente como **empresas de contratistas**. Estas falsas cooperativas y otras cooperativas genuinas donde la demanda de los clientes ha crecido más rápido que su capacidad de crecer en membresía, están contratando de forma excesiva fuerza de trabajo asalariada y subcontratando a TCP sus actividades fundamentales. Otra deficiencia, que aunque se da en pocas cooperativas igual resulta grave, es que los procedimientos de contratación establecidos para las empresas estatales no son efectivos en prevenir que se desvíen recursos del Estado para el pago de comisiones a funcionarios públicos por el otorgamiento de contratos* (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 89, grifos nossos).³⁴⁴

³⁴³ “[...] de origem estatal alegaram que depois foram inspecionadas com maior frequência que quando eram empresas estatais e em alguns casos, foram multadas por situações que herdaram de quando eram estatais” (PIÑEIRO HARNECKER, 2014, p. 320, tradução nossa).

³⁴⁴ “[...] cooperativas de construção que funcionam realmente como empresas de contratistas. Estas falsas cooperativas e outras cooperativas genuínas nas quais a demanda dos clientes cresceu mais rápido que sua capacidade de crescer o número de sócios, estão contratando de forma excessiva força de trabalho assalariada e subcontratando trabalhadores por conta própria para suas atividades

Por conta dessas limitações e dificuldades citadas algumas CNA apresentaram uma **elevação dos preços finais dos bens e serviços**, uma vez que repassaram a elevação dos custos operacionais. Em alguns casos isolados a elevação de preços se deu para inflar as receitas e, conseqüentemente, aumentar as retiradas e sobras ou houve aumentos de preços em contratos com empresas estatais com o consentimento dos trabalhadores estatais. Algumas CNA não precisaram elevar seus preços para aumentar receitas pois se beneficiaram do mecanismo cambial que há em Cuba. Por conta da dualidade monetária (CUC-CUP) praticada em Cuba e das diversas taxas de câmbio³⁴⁵ há diferenciais de receitas das CNA dependendo do tipo de moeda que elas operam, do público que elas atendem (público interno ou estrangeiros) ou dos contratos que estabelecem com empresas estatais. Sobre este último caso,

*[...] debe señalarse que aquellas cooperativas cuyos clientes son entidades estatales por lo general no han necesitado aumentar significativamente sus precios pues se están beneficiando de la tasa de cambio empresarial 1CUC=1CUP, pudiendo cobrar precios en CUC que para la empresa no son altos pero para la cooperativa, al convertirlos 1CUC=24CUP, les facilita tener altos márgenes de ganancia. Sin dudas, algunas cooperativas se han aprovechado de esta ventaja [...]. Por otro lado, [...] algunas CNA sobre todo de construcción sí han cobrado precios excesivos a entidades estatales con la complicidad de sus funcionarios (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 84).*³⁴⁶

fundamentais. Outra deficiência, que ainda que se dê em poucas cooperativas é grave, é que os procedimentos de contratação estabelecidos para as empresas estatais não são efetivos em prevenir que se desviem recursos do Estado para o pagamento de comissões a funcionários públicos pelo outorgamento de contratos” (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 89, tradução nossa).

³⁴⁵ Existe uma multiplicidade cambiária na economia cubana: a) 1 USD=1 CUC – câmbio fixo para pessoas jurídicas e pessoas físicas; b) 1 CUC = 1 CUP – câmbio oficial para as pessoas jurídicas; c) 1 CUC = 24 CUP – câmbio nas CADECA para a população em geral; d) 1 CUC = 10 CUP – taxa de câmbio experimental com empresas estatais e CNA de transporte; e) 1 CUC = 12, 7, 4 CUP – taxa de câmbio experimental setor da agroindústria canaveira; f) 1 CUC = 10 CUP – câmbio definido pela *Resolución No. 14 do Ministerio del Trabajo y Seguridad Social* para o pagamento de salários na *Zona especial de Desarrollo de Mariel*; g) 1 CUC = 2 CUP – câmbio para o pagamento de salários nas empresas oriundas de *Inversión Extranjera Directa* (IED) (LEÓN MUNDUL, 2017).

³⁴⁶ “[...] deve se destacar que aquelas cooperativas cujos clientes são entidades estatais em geral não necessitaram aumentar significativamente seus preços pois estão se beneficiando da taxa de cambio empresarial 1CUC=1CUP, podendo cobrar preços em CUC que para a empresa não são altos mas para a cooperativa, ao convertê-los 1CUC=24CUP, lhes facilita ter altas margens de lucro. Sem dúvidas, algumas cooperativas se aproveitaram dessa vantagem [...]. Por outro lado, [...] algumas CNA sobretudo de construção cobraram preços excessivos de entidades estatais com a complicidade de seus funcionários” (PIÑEIRO HARNECKER, 2018a, p. 84, tradução nossa).

A diferença de receitas das CNA obviamente impacta nos rendimentos e benefícios dos sócios e em sua motivação, como apontamos anteriormente. A população cubana anseia por melhores condições materiais de vida e acesso a bens de consumo que só se tornam acessíveis, em alguns casos, com a disponibilidade de *pesos convertibles* (CUC). Todavia, o caminho das CNA, conforme prevê a atualização do modelo econômico, não deve ser elevar preços, pelo contrário, devem aumentar a oferta, melhorar a qualidade dos bens e serviços prestados e reduzir preços. O Estado então lançou mão de mecanismos de controle para frear algumas elevações de preços. Em 2016, tabelou os preços da maioria dos produtos dos mercados agropecuários e também tabelou os preços de algumas mercadorias a serem vendidas nas CNA de gastronomia (refresco nacional enlatado, cerveja nacional enlatada, rum, cigarro, tabaco e frango).

Como mostramos no capítulo anterior, a nova legislação das CNA de 2019 definiu um teto para os rendimentos das CNA da construção civil (20%) e para as CNA de reparação e manutenção de equipamentos automotivos, lanternagem e pintura de veículos e serralheria de alumínio (30%). Com essas medidas somadas a possibilidade das CNA comprarem insumos das empresas estatais espera-se que eventuais elevações de preços sejam contidas. Todavia, críticos às medidas consideram-nas uma camisa de força que limitará a competitividade e a maior eficiência das CNA (MESA-LAGO, 2019). Como já dissemos anteriormente, são medidas muito recentes, o que impede uma avaliação concreta mais acurada.

5.5 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DAS COOPERATIVAS NO AGROPECUARIAS

O setor não estatal é formado por três grupos principais: os trabalhadores por conta própria (580.800 trabalhadores), as cooperativas – CCS, CPA e UBPC (451.800 trabalhadores) e CNA (18.100 trabalhadores) e os usufrutuários de terras estatais ociosas (274.635 trabalhadores), mas também inclui outras atividades profissionais, os artistas, os intelectuais, etc. As atividades não estatais geram emprego para

31,58% da população ocupada (dado de 2018), são responsáveis por 7% do PIB³⁴⁷ e por 13,3% das receitas tributárias (estimativa para 2019).

A experiência das CNA, e as cooperativas em geral, cumprem relevante papel no interior do setor não estatal pelas suas características organizacionais e por se tratar de uma forma de propriedade socialista (CASTILLO SÁNCHEZ; GARCÍA RABELO *et al.*, 2013). Todavia, como evidenciamos, no curto processo de implementação das CNA há aspectos positivos, que devem ser exaltados, e aspectos negativos, que precisam ser eliminados ou minimizados. Como é tradição na transição socialista cubana, e vimos isso ao longo da tese, as mudanças originadas de processos de autocrítica são marcas comuns ao longo da revolução. No que se refere às CNA, Raúl Castro, em reunião do *Consejo de Ministros* realizada em 2017, não hesitou em reconhecer seus próprios erros e do processo em si, como segue:

Qué hace un Estado, máxime un Estado socialista, administrando una barbería de un sillón, de dos o tres sillones, y cada determinada cantidad de pequeñas barberías, no muchas, un administrador y menciono esta por ser una de las primeras medidas que tomamos. Decidimos hacer las cooperativas, probamos con algunas e inmediatamente nos lanzamos a hacer decenas de cooperativas de la construcción, ¿nadie ha analizado las consecuencias que eso trajo y los problemas que esa precipitación ha creado?, por mencionar una sola. Y como esas, hay unas cuantas. Eso es lo que quiero expresar en palabras sencillas y modestas, ¿De quién son esos errores? De nosotros principalmente, de los dirigentes que hemos elaborado esa política, aunque en consulta con el pueblo, con la aprobación del Parlamento, del último Congreso, de la última reunión que tuvimos aquí el pasado mes, para aprobar todos estos documentos que mencioné al principio de mis palabras. Esa es la realidad. No tratemos de tapar el sol con un dedo. Errores son errores, y son errores nuestros, y si vamos a medir por la jerarquía entre nosotros, son errores míos en primer lugar, porque soy parte de esa decisión. Esa es la realidad (CASTRO RUZ, 2017b, [s. p.]).³⁴⁸

³⁴⁷ De acordo com Mesa-Lago (2019).

³⁴⁸ “Que faz um Estado, especialmente um Estado socialista, administrando uma barbearia de uma cadeira, de duas ou três cadeiras, e a cada determinada quantidade de pequenas barbearias, não muitas, um administrador e menciono esta por ser uma das primeiras medidas que tomamos. Decidimos fazer as cooperativas, experimentamos com algumas e imediatamente lançamo-nos a fazer dezenas de cooperativas de construção, ninguém analisou as consequências que isso trouxe e os problemas que essa precipitação criou?, para mencionar só uma. E como essas, há muitas. Isso é o que quero expressar em palavras simples e modestas, de quem são estes erros? Nossos principalmente, dos dirigentes que elaboraram essa política, ainda que em consulta com o povo, com a aprovação do Parlamento, do último Congresso [do PCC], da última reunião que tivemos aqui mês passado, para aprovar todos esses documentos que me cionei no princípio de minhas palavras. Esta é a realidade. Não tratemos de tapar o sol com a peneira. Erros são erros, e são erros nossos, e se vamos medir a hierarquia entre nós, são erros meus em primeiro lugar, porque sou parte dessa decisão. Está é a realidade” (CASTRO RUZ, 2017b, [s. p.], tradução nossa).

O reconhecimento desses erros e da existência de algumas falsas cooperativas não impedirá, como demonstram os diversos documentos consultados, que o processo de avanço do setor não estatal, e particularmente das CNA, siga em frente. Como afirmou o líder cubano, não deve o Estado socialista ser responsável por pequenas barbearias, restaurantes, cafeterias, indústrias manufatureiras, etc. Destarte, na medida em que os problemas identificados sejam resolvidos com a aplicação do novo marco legal de 2019 e o processo de criação de novas CNA retome, a sua importância na construção do socialismo em Cuba deve se amplificar aproveitando suas potencialidades.

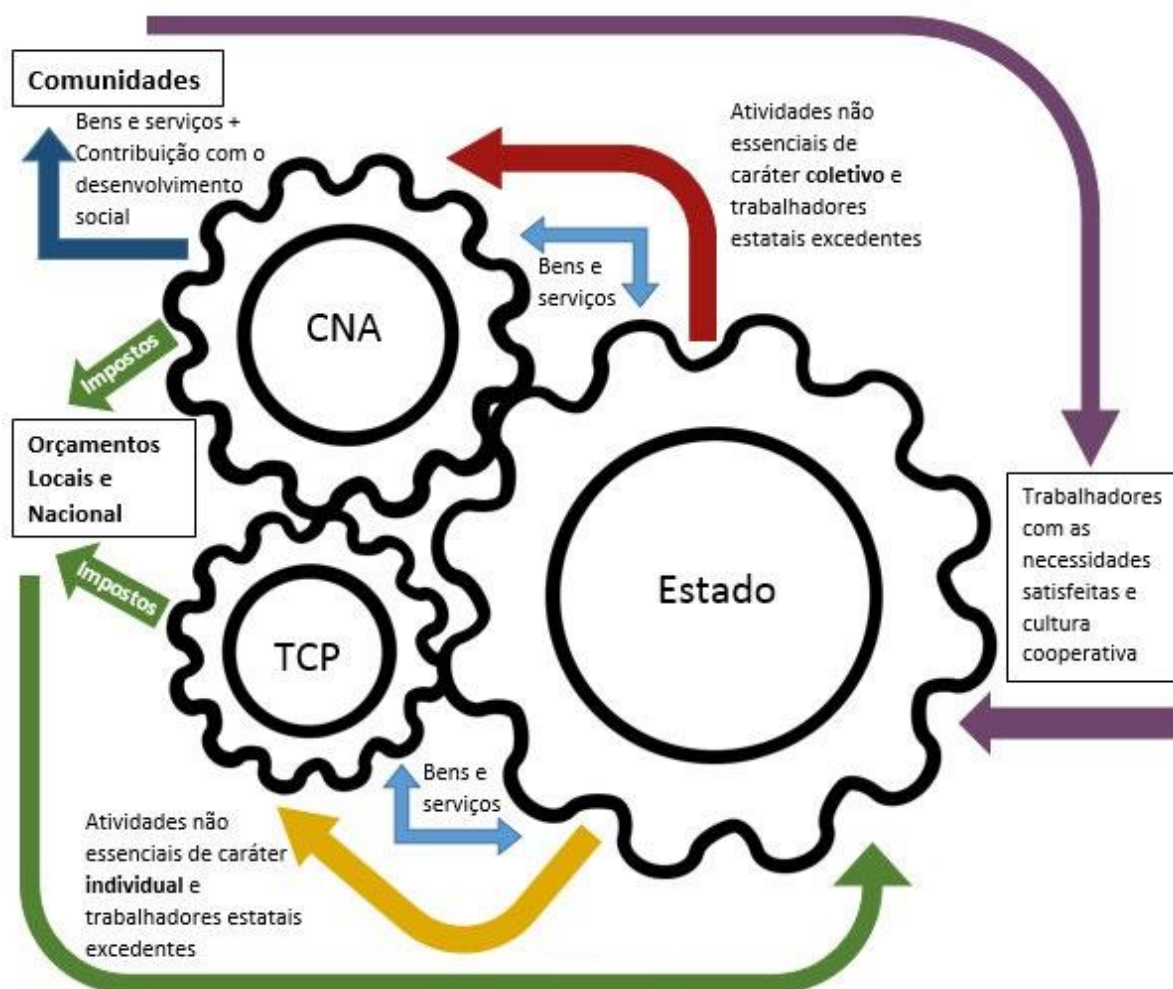
A forma como as CNA, idealmente, devem se integrar na tessitura econômica cubana está expressa de forma esquemática e simplificada na Figura 6. As CNA devem seguir se formando a partir da iniciativa individual de aspirantes a sócios, mas também da transferência de atividades estatais que possuem uma característica de poder ser desenvolvidas coletivamente sob um regime autogestionário. Assim como os TCP absorveriam atividades mais adequadas a uma forma de execução individual ou familiar. Tanto CNA quanto TCP devem realizar atividades complementares aos setores estratégicos da economia cubana definidos no *Plan Nacional de desarrollo económico y social hasta 2030: Propuesta de Visión de la nación, ejes y sectores estratégicos* (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b).³⁴⁹

Idealmente o setor composto pelas CNA deveria ser maior que o TCP, por suas características mais socializantes, a prática da autogestão, as finalidades sociais etc., de forma que a engrenagem das CNA na representação é maior que a engrenagem dos TCP na Figura 6. Todavia, para que as CNA cresçam em relação aos cuentapropistas nos próximos anos será necessário, do nosso ponto de vista,

³⁴⁹ Como apotamos no capítulo anterior, os setores econômicos estratégicos eleitos pelo PCC são: 1) construções e indústria de materiais de construção; 2) energético, refino de petróleo, gás e produção de energia limpa; 3) telecomunicações e tecnologia da informação; 4) logística de transporte, armazenamento e comércio; 5) infraestrutura de abastecimento de água para a produção e a população; 6) turismo e toda sua cadeia produtiva; 7) serviços profissionais, especialmente os médicos; 8) agroindústria não açucareira e indústria de alimentos; 9) farmacêutico, biotecnológico e produção biomédicas; 10) agroindústria açucareira; 11) indústria leve que atende o consumo interno (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016b).

ampliar incentivos que as tornem mais atrativas aos *cuentapropistas* e a outros trabalhadores, o que passaria por redução da burocracia no processo de autorização/criação, ampliação de vantagens tributárias e o avanço da educação cooperativa.

Figura 6 – Inserção das *Cooperativas no Agropecuarias* na tessitura econômica cubana



Fonte: Baseado em Piñeiro Harnecker (2018b). Tradução e adaptação nossas.

O Estado que compreende as empresas estatais, unidades presupuestadas e tem participação nas empresas mistas está representado pela engrenagem maior na Figura 6. Como todos os documentos analisados demonstram, o setor produtivo Estatal seguirá como central e suas unidades de produção devem se concentrar nas suas atividades fins estabelecendo relações de troca de bens e serviços

complementares as suas atividades com as CNA e os TCP. Como salienta Piñeiro Harnecker (2018b, p. 194),

In the case of Cuba, where the state businesses are generally too big and have too many employees for their production capacity and even more if current technology is acquired by them, co-operatives can allow state businesses to concentrate in their main activities by providing them with support activities in a much more efficient and effective way while at the same time increasing the incomes of state and co-operative workers.³⁵⁰

Esta relação entre CNA e TCP com as Empresas Estatais não deve ser confundida com os processos de terceirização e precarização das relações de trabalho típico dos países capitalistas. Tais relações devem ser entendidas no âmbito das condições histórico-concretas da transição socialista cubana.

As CNA, assim como os TCP, contribuem com impostos aos orçamentos municipais e provinciais, mas uma diferença fundamental das CNA em relação aos TCP é a capacidade de retornar para a comunidade não apenas bens e serviços, mas também uma participação orgânica nos projetos de desenvolvimento social dos territórios. Este maior entrelaçamento das CNA com as comunidades/territórios, que deve ser aperfeiçoado, geraria um fluxo de trabalhadores, com suas necessidades materiais e espirituais atendidas e imbuidos de uma cultura cooperativa, para exercer suas atividades laborais nas empresas estatais e outras formas de gestão (Figura 6).

As CNA, por conta de suas peculiaridades como a gestão democrática e orientação para a realização de objetivos sociais, se funcionarem de forma coerente com os seus princípios³⁵¹ podem desenvolver uma série de valores tão caros ao socialismo colocando os seres humanos acima dos lucros, desenvolvendo a solidariedade entre os sócios e a preocupação destes com as necessidades da comunidade (GAMBINA;

³⁵⁰ “No caso de Cuba, onde as empresas estatais são geralmente grandes demais e têm funcionários demais para sua capacidade de produção e ainda mais se a tecnologia atual for adquirida por elas, as cooperativas podem permitir que as empresas estatais se concentrem em suas principais atividades, fornecendo-lhes com atividades de apoio de uma maneira muito mais eficiente e eficaz e, ao mesmo tempo, aumentando a renda dos trabalhadores estatais e cooperativos” (PIÑEIRO HARNECKER, 2018b, p. 194, tradução nossa).

³⁵¹ Muitas vezes dinâmica de mercado conduz ao abandono ou prática incoerente do princípios cooperativos, como aponta Cruz Reyes e Cárdenas Martínez (2018).

ROFFINELLI, 2011; PIÑEIRO HARNECKER, 2018b). As CNA, mas também as cooperativas agrícolas, por sua forma de propriedade e de gestão contribuem e podem ampliar sua contribuição na transição socialista cubana proporcionando:

(i) a path from central planning to economic democracy; (ii) self-reliance and empowerment of workers as decision makers, which carries over to other aspects of life; (iii) increasing consumer power with increasing incomes; (iv) internal income equality/equity (although there are potential income differentials across regions and industries); [...] (v) solidarity value chains; (vi) collective entrepreneurship and social innovation; and ultimately, (vii) building on socialist advances in human development (NOVKOVIĆ, 2018, p. 212-213).³⁵²

As cooperativas cubanas, portanto, abarcam transformações sociais e econômicas com potencial de servir de exemplo para a autogestão nas empresas estatais, inclusive poderia incentivar a institucionalização de práticas autogestionárias já presentes em algumas empresas estatais. As relações cooperativas também influenciam e podem influenciar mais os trabalhadores independentes e outros tipos de negócios, levando-os a ter melhores práticas trabalhistas e a serem mais responsáveis socialmente. Ou seja, a prática cooperativa se coerente com seus princípios tende a ser uma força propulsora da consolidação e do avanço do projeto socialista emancipatório cubano (PIÑEIRO HARNECKER, 2018b; NOVKOVIĆ, 2018).

5.6 NOTAS CONCLUSIVAS

Neste último capítulo, dedicamos atenção ao processo de implementação das CNA em Cuba. As 433 CNA com seus mais de 18 mil sócios atuam em mais de 10 setores diferentes da economia cubana e apuraram um rendimento bruto superior a 6 bilhões de CUP em 2018. Dentre as atividades com maior impacto econômico

³⁵² “(i) um caminho do planejamento central para a democracia econômica; (ii) autoconfiança e empoderamento dos trabalhadores como tomadores de decisão, que transitam para outros aspectos da vida; (iii) aumento do poder do consumidor com o aumento da renda; (iv) igualdade/equidade interna de renda (embora existam diferenciais potenciais de renda entre regiões e indústrias); [...] (v) cadeias de valor solidário; (vi) empreendedorismo coletivo e inovação social; e, finalmente, (vii) construindo avanços socialistas no desenvolvimento humano” (NOVKOVIĆ, 2018, p. 212-213, tradução nossa).

favorável destacam-se a construção, os serviços pessoais e técnicos e a pequena indústria manufatureira.

Em termos gerais, as CNA apresentaram desempenho econômico-financeiro positivo, elevação da produtividade e qualidade dos bens e serviços ofertados, aumento do valor agregado bruto, geraram aportes tributários para o Estado, contribuíram com o desenvolvimento local. Assumindo atividades subsidiárias às atividades consideradas principais pela planificação estatal, as CNA tem contribuído com a construção do socialismo inserindo-se na tessitura econômica do novo modelo econômico e social resultante do processo de *actualización* em curso. As empresas estatais seguem como a força motriz central enquanto as formas de gestão não estatais, como as CNA, são permitidas, porém supervisionadas pelo Estado.

As CNA, e as cooperativas em geral, contribuem com a construção do socialismo ao praticarem relações de produção mais democráticas pautadas na autogestão, um elemento fundamental para o socialismo. O sentido de pertencimento e autonomia, a maior motivação no trabalho e os rendimentos maiores são elementos apontados pelos cooperativistas como vantagens das CNA.

A experiência das CNA, contudo, apresentou contradições, dificuldades e erros de conduta dos alguns cooperativistas que estão sendo mitigadas desde 2017. Com o chamado período de consolidação em curso tais problemas estão sendo atacados para que em seguida seja retomada a constituição de novas CNA. Dessa forma, as potencialidades inerentes à forma cooperativa poderão impulsionar o avanço da construção do socialismo em Cuba.

Contudo, em nossa análise percebemos que há pouca capacidade das CNA atualmente constituídas de contribuírem diretamente com o desenvolvimento das forças produtivas, já que a maior parte delas não são intensivas em tecnologia. De forma indireta, elas contribuem ao aumentar a qualidade de bens e serviços ofertados à população em geral e aos trabalhadores que atuam nas áreas mais dinâmicas e de ponta da economia cubana. Mas poderiam ter uma atuação mais efetiva com a constituição de CNA que atuassem em áreas de inovação tecnológica.

Este é um desafio a ser enfrentado, o que poderia levar a uma maior participação das CNA no crescimento econômico cubano, que é fundamental para alcançar os objetivos de desenvolvimento planejados.³⁵³

Um outro desafio que, a nosso juízo, deveria ser enfrentado pela CIDEL e pelo governo cubano é o incentivo e a criação de um grupo de CNA que aproveitasse mais e melhor o potencial da força de trabalho qualificada de Cuba, evitando a “fuga de cérebros” e permitindo que estes trabalhadores e trabalhadoras mais qualificadas tenham maiores rendimentos exercendo atividades relacionadas às suas respectivas formações em organizações cooperativas.

³⁵³ “**Crecer es decisivo en nuestras aspiraciones claves**, avanzar hacia el desarrollo y construir el socialismo. Si no se crece a una tasa adecuada no se renerán suficientes recursos para eliminar las deformaciones estructurales que han atado a Cuba al subdesarrollo, pero tampoco de alcanzará la posibilidad de distribuir con erreglo al trabajo y crear un sociedad más rica espiritual y materialmente” (TRIANA CORDOVÍ, 2012 *apud* TRIANA CORDOVÍ, 2014, p. 22, grifos nossos).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] *La construcción del socialismo, en las actuales circunstancias, es un viaje a lo ignoto; tenemos que ver las experiencias de otros, pero seguir creando nuestro propios conceptos.*

Pensamos que el socialismo es el más justo, damos la vida por él; pero debemos demostrar su viabilidad. Siempre ha sido un proceso complejo, aunque lo veíamos fácil. Desde el inicio hemos vivido bajo presiones, y más ahora, pero no vamos a renunciar, habría que estar loco. [...]. Raul Castro Ruz (p. [1999] 2017, p. 139).³⁵⁴

A vitória triunfal do M-26-J completou 60 anos no primeiro dia de janeiro de 2019, ano cuja maior parte desta tese foi escrita. A conjuntura brasileira para estudar Cuba e refletir sobre os rumos do socialismo tornou-se *sui generes*, já que coincidiu com a posse de um governo brasileiro que, na contramão da tradição diplomática do Brasil e por conta de suas posições ultraconservadoras³⁵⁵ e alinhadas com os EUA, resolveu desrespeitar o princípio da autodeterminação dos povos em relação a nação cubana. O Programa Mais Médicos³⁵⁶ foi interrompido e após 27 anos o Brasil votou contra o fim do embargo econômico dos EUA à Cuba, na Assembleia Geral da ONU. Outrossim, a pasta da educação brasileira travou verdadeira batalha ao longo do ano contra as Universidades Públicas e os pesquisadores, especialmente os das áreas de ciências humanas e sociais aplicadas que se pautam por uma perspectiva emancipatória.

Sem embargo, o que nos produziu extremo torpor no primeiro semestre foi ressignificado no segundo, para servir de motivação à conclusão desta pesquisa. Ou

³⁵⁴ “[...] A construção do socialismo, nas atuais circunstâncias, é uma viagem ao desconhecido; temos que ver as experiências dos outros, mas seguir criando nossos próprios conceitos. Pensamos que o socialismo é o mais justo; mas devemos demonstrar sua viabilidade. Sempre foi um processo complexo, ainda que o víssemos como fácil. Desde o início temos vivido sob pressão, e mais agora, mas não vamos renunciar, haveria que estar louco. [...]” (CASTRO RUZ, [1999] 2017, p. 139, tradução nossa).

³⁵⁵ Basta fazer uma rápida pesquisa na *world wide web* para encontrar os diversos discursos que afirmam que o novo governo foi eleito para impedir que o Brasil se tornasse um país como Cuba ou a Venezuela.

³⁵⁶ Programa lançado em 2013 pelo Governo Dilma para suprir a escassez de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades. Em cinco anos de trabalho “[...] **cerca de 20 mil colaboradores cubanos atenderam a 113 milhões 359 mil pacientes, em más de 3 mil 600 municípios, chegando a cobrirse por ellos un universo de hasta 60 millones de brasileiros en el momento en que constituían el 80 por ciento de todos los médicos participantes en el programa. Más de 700 municipios tuvieron un médico por primera vez en la historia**” (MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA, 2018, p. 1-2, grifos nossos).

seja, é justamente quando se alardeiam mentiras sobre o socialismo que a pesquisa comprometida deve mostrar a realidade factual, e o compromisso de se engajar na construção de uma sociabilidade sem a exploração do homem pelo homem deve ser afirmado. Começamos nossas considerações finais com este curto preâmbulo, um tanto heterodoxo, para situar o momento histórico que esta tese foi redigida e nossas ideias sistematizadas.

Por seu turno, Cuba também enfrentou um ano de 2019 deveras difícil com racionamentos de produtos essenciais e escassez de combustíveis por conta do recrudescimento das medidas da guerra econômica encampada pelos EUA.³⁵⁷ Mais uma vez a luta e resistência do povo cubano às constantes agressões estadunidense e às adversidades de uma economia estrangulada foi exemplar. Mas como aludiu o presidente cubano Miguel Díaz-Canel Bermúdez (28 dez. 2019, [s.p.]), já no final do ano, “[...] *no solo nos interesa resistir. Ese mérito lo conquistamos hace tiempo. El desafío es, en medio de esa misma guerra, conquistar la mayor prosperidad posible. Para ello necesitamos mayores producciones, más diversas y de más calidad, con el valor añadido de la ciencia*”.³⁵⁸

O desafio das CNA, nosso objeto de estudo, mas também de toda implementação do *Plan Nacional de desarrollo económico y social hasta 2030* constituirá a trincheira principal da *batalla económica* nos próximos anos afim de alcançar o máximo de prosperidade em meio a uma verdadeira guerra, que pretende aniquilar a alternativa societária que representa a experiência de transição socialista cubana. Em nossa tese, uma investigação exploratória, centramos esforços na compreensão do papel que a propriedade cooperativa – especialmente as CNA –, cumpriu na consolidação de melhores condições materiais de vida para o trabalhadores cubanos no recente processo de atualização do modelo econômico e social que ocorre na *Llave del Golfo*.

³⁵⁷ A guerra econômica dos EUA contra a Venezuela também prejudicou o desempenho da economia cubana em 2019.

³⁵⁸ “Mas não só nos interessa resistir. Este mérito já conquistamos há tempos. O desafio é, em meio desta mesma guerra, conquistar a maior prosperidade possível. Para isso necessitamos maiores produções, mais diversas e de mais qualidade, com o valor adicionado da ciência” (DÍAZ-CANEL BERMÚDEZ, 28 dez. 2019, tradução nossa).

Consideramos que a implementação das CNA em Cuba, no contexto da atualização do modelo econômico, cumpre um importante papel ao liberar o Estado para se concentrar em atividades cuja importância estratégica é maior. Por exemplo, o setor energético, de refino de petróleo, gás e produção de energia limpa; o setor farmacêutico, biotecnológico e produção biomédicas; o setor de telecomunicações e tecnologia da informação; dentre outros setores definidos no *Plan Nacional de desarrollo económico y social hasta 2030*. Os setores estratégicos tem elevado peso no PIB cubano, permitem produzir e exportar valor agregado a partir de recursos naturais abundantes e incidem positivamente nos resultados da balança comercial gerando divisas essenciais para o progresso da ilha caribenha.

Todavia, já há CNA constituídas atuando em setores considerados estratégicos pelo plano: especialmente no setor de construções e indústria de materiais de construção; no setor de turismo e toda sua cadeia produtiva com as CNA de gastronomia (restaurantes e cafeterias) e no setor de indústria leve que atende o consumo interno com algumas CNA que são pequenas indústrias manufatureiras. Ou seja, há espaço para mais CNA nesses setores bem como a possibilidade de se criar outras CNA que mantenham algum tipo de relação produtiva subsidiária com os demais setores estratégicos que tem predominância da propriedade Estatal, o que aumentaria o peso relativo das CNA na economia cubana.

A transferência de atividades estatais para a gestão coletiva em CNA não deve ser confundida com as políticas de cunho neoliberal aplicadas na América Latina e Caribe que preconizam a redução do Estado a partir de privatizações, nem com políticas de geração de emprego e renda baseadas em cooperativas que seguem as recomendações da OIT e do Banco Mundial e, em última instância, acabam por precarizar as relações de trabalho. Absolutamente, as razões do PCC são completamente distintas. Cuba realiza estas mudanças mas pauta-se por princípios de justiça social uma vez que saúde, educação, previdência social seguem públicas e universais e os meios de produção fundamentais seguem como *propiedad de todo el pueblo* (propriedade estatal). Não se trata de uma ideologia de 'Estado mínimo', muito pelo contrário. O Estado cubano mantém-se forte, mas fazendo jus a interpretação coerente do legado marxista e leninista, entende que a estatização

feita a um só golpe de toda a economia foi equivocada, e a realidade concreta exige uma economia com formas distintas de propriedade.

Por essa razão, o projeto de desenvolvimento cubano até 2030 deve avançar na autorização das CNA, já que elas contribuem com a construção do socialismo em Cuba. Prova disso foram os resultados positivos de elevação na produtividade, na qualidade dos bens e serviços ofertados, na satisfação dos clientes, na maior racionalização dos processos com redução de custos e otimização do uso de matérias primas, energia, água, telefone, etc. Sem contar a importante contribuição com aportes tributários ao orçamento estatal com os impostos sobre as vendas, sobre as receitas e a *Contribución Territorial para el Desarrollo Local*, totalizando uma arrecadação de 1.218.600.000 CUP em 2018. Ademais, geram emprego para 18,1 mil trabalhadores e trabalhadoras cubanos.

No curso da 'transição extraordinária cubana' e da construção de uma economia mista, como propõe a *Conceptualización del modelo económico y social cubano de desarrollo socialista*, as CNA resolvem parcialmente a contradição posse-propriedade, na medida em que os associados, tendem a ter mais incentivos materiais e se sentem mais motivados para aumentar a produtividade para além das metas estabelecidas na planificação. Por mais que em muitas cooperativas os meios de produção pertençam ao Estado e são cedidos para usufruto dos trabalhadores cooperados, percebemos que a ausência do sentimento de ser '*dueño*' muitas vezes gerava certa indolência e desvios de conduta nas entidades estatais. A produtividade das CNA oriundas de antigas entidades estatais cresceu em média três vezes, aumentando os rendimentos e o bem-estar de seus associados, que almejam ter acesso a determinados bens de consumo duráveis cujo maior rendimento os permitem adquirir.

O rendimento médio dos sócios triplicou, mas isso não significa dizer que está surgindo das CNA uma casta de 'novos ricos', já que como foi observado, o salário médio estatal está em um patamar inferior ao que deveria estar e o Estado cubano já está empenhado em um programa de valorização do salário das empresas

estatais e unidades presupuestadas.³⁵⁹ Além disso, um fator importante nas discrepâncias de renda em Cuba está relacionado com as distorções provocadas pela dualidade monetária e a diversidade de taxas de câmbio. Os *lineamientos* propuseram a unificação monetária, que foi discutida, planejada mas ainda não foi implementada. De toda forma, para dirimir um eventual alargamento da desigualdade de renda, seja oriunda do trabalho no setor não estatal ou no recebimento de transferências do exterior, o Estado cubano não deve dispensar a utilização de um regime tributário progressivo.

Na implementação das CNA também houve sérios desvios. Personalidades inescrupulosas aproveitaram o momento de abertura e criação das CNA para pôr em prática seus desejos de comandar uma empresa privada e criaram pseudo-cooperativas que desrespeitaram os princípios do cooperativismo e ao invés de buscar satisfazer os sócios e retornar à sociedade alguma contribuição ao desenvolvimento local, buscavam fundamentalmente maximizar os “lucros”.³⁶⁰ Em outros casos houve superfaturamentos em contratos com empresas estatais, excessiva contratação de trabalhadores ou terceirização, fraudes contábeis para reduzir o pagamento de impostos, elevada diferença nas retiradas entre gestores e cooperativistas que atuavam diretamente na produção, etc.³⁶¹ Essa possibilidade de degeneração das cooperativas em sociedades burguesas, como vimos, sempre foi uma preocupação constante dos socialistas e do movimento cooperativo no passado, e se tornou também uma preocupação para o governo cubano. São casos isolados, mas que precisam ser punidos e desestimulados pois em nada contribuem com a construção do socialismo.

Para além da experiência em si das CNA na transição socialista cubana recente, esta tese também possibilitou-nos aprofundar as reflexões sobre um tema que nos inquieta a alguns anos, qual seja, a relação mais geral das cooperativas com o projeto de construção de uma outra sociabilidade anticapitalista. Como mostramos

³⁵⁹ Em alguns casos isolados, como foi relatado na tese, os presidentes e administradores da CNA acumularam rendimentos muitos superiores aos demais sócios, mas a CIDEL e o Governo Cubano já tomaram as medidas para solucionar este tipo de prática evitando uma renda desproporcional.

³⁶⁰ A rigor uma cooperativa autêntica não busca a maximização de lucro, busca satisfazer as necessidades dos sócios e se obtiver sobras as distribui entre seus membros.

³⁶¹ Cabe destacar que este tipos de desvio de conduta ocorrem com muita frequência em cooperativas que operam em economia de mercado capitalistas.

ao longo da tese, a construção dessa outra sociabilidade se origina de transições longas de duração indeterminada, até que novas relações sociais de produção se tornem dominantes sobre as pretéritas. A estatização de toda a propriedade a um só golpe como caminho de construção da propriedade social e de novas relações de produção apresentou dificuldades práticas, já que a transição socialista seria apenas o começo “[...] de um salto qualitativo no desenvolvimento da propriedade social, e não um simples salto até o seu ‘predomínio’” (GARCÍA BRIGOS, 2017, p. 89, tradução nossa).

Neste processo é preciso encontrar uma fórmula para a organização econômica que realize uma mediação entre a produção para atender fins específicos de reprodução e conservação da sociedade (ou seja, que não correspondam a produção de valor e sim a produção de valores de uso) e as retribuições aos produtores (trabalhadores) conforme o trabalho aportado. Essa organização econômica corresponderia a primeira fase do processo de transição socialista definido por Marx na ‘Crítica ao Programa de Gotta’, estágio em que há heterogeneidade das formas de propriedade e a retribuição ainda é conforme o trabalho (já que se mantém a divisão do trabalho).

As relações de propriedade, e por conseguinte as relações de apropriação dos resultados da produção, mudam com o desenvolvimento das relações sociais de produção e aparecem de formas distintas em períodos históricos distintos. A forma cooperativa apresenta um mecanismo de apropriação dos resultados da produção que é mais socializado que a propriedade privada. Baseado no aporte de trabalho e na deliberação coletiva sob um regime de autogestão, as cooperativas podem ser a plataforma de desenvolvimento de valores solidários que coloquem a solução das necessidades materiais e espirituais dos sócios e das comunidades acima do afã de maximização dos “lucros”.

É claro que, a construção de uma nova forma de sociabilidade para além do capital passa pela superação das relações sociais de produção capitalistas, ou seja, pela superação da apropriação privada, decorrente da propriedade privada dos meios de produção. Com efeito, se as cooperativas atuam para promover a apropriação privada individual de um chefe que age como capitalista, estão reproduzindo relações de produção capitalistas. De outro lado, os sócios também devem tomar o

cuidado de não praticarem a 'autoexploração' com elevadas jornadas de trabalho e intensificação do trabalho. A autonomia que as cooperativas permitem na tomada de decisões não devem levar a uma precarização das relações laborais.

Este novo padrão de sociabilidade exige um modelo econômico baseado na socialização dos meios de produção e com formas de propriedade social, que permitam a apropriação da produção pela coletividade. Porém, em condições de não generalização do processo de transição socialista em escala mundial e em se tratando de experiências de transição que ocorre em países com atrasado desenvolvimento das forças produtivas, essa solução ainda deve passar pela preponderância do Estado como planejador geral da economia.

É o que Cuba tem buscado aplicar. Em mais de 60 anos de construção do socialismo, a *Mayor de las Antillas* obteve imensos avanços materiais e sociais, notadamente na área de educação, saúde pública, esporte e cultura, combate à pobreza, etc.³⁶² Contudo, não pôde solucionar todos os impasses para alcançar o estágio superior do socialismo de que falara Marx. Sua condição insular não só se expressa por estar completamente banhada pelo Mar do Caribe, mas também por ser uma ilha que tenta se apresentar como *novum* histórico-mundial (ANDERSON, 2010) cercada pelo modo de produção capitalista e, para tornar as coisas mais difíceis, se encontra a apenas 166km da maior potência capitalista e imperialista do planeta. Uma potência que jamais admitiu o triunfo da Revolução cubana e que gostaria de manter Cuba como seu protetorado.

A irreversibilidade do caráter socialista da Revolução para se tornar viável exigiu e segue exigindo mudanças na estrutura da economia, afim de se manter o desenvolvimento material e espiritual dos trabalhadores cubanos. Como apontamos, há diferentes formas de ver o socialismo disputando a condução do processo de atualização, mas na prática houve uma síntese das visões com predominância da perspectiva que mantém o Estado e o Partido na condução do processo. Com similaridades com a NEP que Lenin pensara para a Rússia no início dos anos 1920, o plano cubano admite mecanismos de mercado, heterogeneidade de formas de

³⁶² Ver Tabela 16 no Apêndice.

propriedade, inclui o trabalho por conta própria e as cooperativas autogestionárias (CNA), mas mantem a empresa estatal, a *propiedad de todo el pueblo* e a planificação como os eixos centrais de sustentação da economia.

Como disse Raúl Castro, na epígrafe dessas considerações finais, a construção do socialismo nas atuais circunstâncias é uma verdadeira viagem ao desconhecido (*ignoto*). Portanto, o encerramento das nossas reflexões indica que mais do que respostas definitivas abre-se a possibilidade para uma agenda de pesquisa e acompanhamento do processo de implementação de CNA. Seus resultados futuros, seu impacto na economia cubana e na construção do socialismo deve ser objeto de avaliações e estudos sistemáticos nos próximos anos.

Os aperfeiçoamentos no marco legal das CNA promulgados em 2019 são tentativas de extinguir problemas ocorridos durante os primeiros seis anos de implementação das CNA. Dado que o processo de implantação das CNA encontra-se em um período de consolidação, os efeitos dessas medidas só poderão ser avaliados no curso dos próximos anos. Em 2021, será realizado o VIII congresso do PCC e novos aperfeiçoamentos podem surgir. As cooperativas de segundo grau ainda são uma pendência que necessita de autorização do *Consejo de Ministros* e de uma legislação específica. Da mesma forma, a criação de um organismo para representar e assessorar às CNA – um Instituto Cooperativo –, que fortaleça a formação dos cooperativistas e o desenvolvimento de uma cultura cooperativa é de suma importância. Mecanismos para tornar as CNA mais atrativas a *cuentapropistas* e outros trabalhadores devem também ser pensados, como a criação de CNA em áreas tecnológicas que aproveitem a elevada especialização da força de trabalho cubana e reverta a ‘fuga de cérebros’ dos jovens, e até mais incentivos tributários para que cubanos que recebem transferências do exterior as usem para a formação de cooperativas

A história da transição socialista cubana, como vimos ao longo da tese, mostra que nunca é tarde para se reinventar, retificar erros, aperfeiçoar estratégias e experienciar novas formas de organização, ou seja, promover novas revoluções dentro da revolução. Destarte, o futuro do socialismo na ilha está nas mãos do seu povo. Como sintetizou Fidel: “[...] *este país [Cuba] puede autodestruirse por sí*

mismo; esta Revolución puede destruirse, los que no pueden destruirla hoy son ellos [los países imperialistas]; nosotros sí, nosotros podemos destruirla, y sería culpa nuestra (CASTRO RUZ, 2005, p. 26).³⁶³ E, ao que tudo indica, não há o menor interesse do povo cubano em destruir a Revolução.

³⁶³ “Este país pode autodestruir-se por si mesmo; esta Revolução pode destruir-se, os que não podem destruí-la são eles [os países imperialistas], nós sim, nós podemos destruí-la, e seria culpa nossa” (CASTRO RUZ, 2005, p. 26, tradução nossa).

7 REFERÊNCIAS

ALONSO, A. El reto de la economía sigue siendo esencial. **Cubadebate**, La Habana, 2010. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2010/11/23/el-reto-de-la-economia-sigue-siendo-para-cuba-esencial/#.Wtfk9i7wblU>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ALZUGARAY TRETO, C. Cuba cinquenta años después: continuidad y cambio político. **Temas**, La Habana, v. 60, p. 37-47, oct./dec. 2009. Disponível em: <https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/politica/alzugaray_280210.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ANDERSON, P. Duas revoluções: anotações - ensaio comparativo sobre o desenlace atual das duas maiores revoluções do século XX: a russa e a chinesa. **Revista Serrote**, n. 5, jul. 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/279496265/ANDERSON-Perry-Duas-Revolucoes-Russa-e-Chinesa>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ARMENTEROS ACOSTA, M. D. C. El período de tránsito al socialismo en las condiciones del desarrollo desigual del capitalismo. In: COLECTIVO DE AUTORES **Economía política de la construcción del socialismo: fundamentos generales**. La Habana: Editorial Félix Varela, 2002. Cap. 2, primeira parte, p. 55-71.

BANBIRRA, V. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Tradução de Ivo Martinazzo. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

BARBOSA, R. N. D. C. **A economia solidária como política pública: um tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas da América Latina**. 1994. (Apostila). Disponível em: < Acesso em: 3 mar. 2012.

BELL LARA, J. et al. **Cuba: período especial**. La Habana: Editorial UH, 2017. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20191007031748/Cuba_Periodo_Especial.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BENÍTEZ, H. Presidente Chávez define socialismo del siglo XXI. **Aporrea**, Caracas, 9 Oct. 2005. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ideologia/a17224.html>>. Acesso em: 5 out. 2014.

BETTELHEIM, C. **Cálculo económico e formas de propriedade**. Tradução de António Alves Martins. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

_____. **A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1979.

BETTELHEIM, C. **A luta de classes na União Soviética**: segundo período 1923-1930. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2, 1983.

BORÓN, A. A. **Socialismo siglo XXI**: ¿hay vida después del neoliberalismo? 1ª. ed. Buenos Aires: Luxemburg, 2008.

_____. El socialismo del siglo XXI: breves notas sobre algunas experiencias recientes, y otras no tan recientes, de América Latina. In: CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J.-L. **Reinventar la izquierda en el siglo XXI**: hacia un diálogo norte-sur. Los Polvorines: Universidad Nacional General Sarmiento, 2014. p. 237-251.

Disponível em:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140918020441/ReinventarLalZquierda.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2014.

BRUNS, B.; LUQUE, J. **Profesores excelentes**: cómo mejorar el aprendizaje en América Latina y el Caribe, Resumen. Washington D.C.: Banco Mundial, 2014.

Disponível em:

<<https://www.bancomundial.org/content/dam/Worldbank/Highlights%20&%20Features/lac/LC5/Spanish-excellent-teachers-report.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2019.

CAMPS RODRÍGUEZ, D. Las cooperativas no agropecuarias en Cuba - experiencias y prácticas. **Revista Idelcoop**, Buenos Aires, n. 222, jul. 2017.

Disponível em: <<https://www.idelcoop.org.ar/revista/222/cooperativas-no-agropecuarias-cuba-experiencias-y-practicas>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CANTÓN NAVARRO, J.; DUARTE HURTADO, M. **Cuba**: 42 años de revolución. Cronología histórica 1959-2000. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, v. 1, 2006.

CARCANHOLO, M. D.; NAKATANI, P. CUBA: socialismo de mercado ou planificação socialista? **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 10, n. 1, p. 7-34, jan./jun. 2006. Disponível em:

<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3791>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CASTILLO SÁNCHEZ, L. D.; GARCÍA RABELO, M.; CRUZ REYS, J. La propiedad socialista de todo el pueblo, la gestión empresarial y demás formas de propiedad. In: GARCÍA RABELO, M.; HIDALGO DE LOS SANTOS, V. **Modelo econômico y social cubano**: nociones generales. La Habana: Editorial UH, 2013. p. 37-58.

CASTRO RUZ, F. **Reflexiones**. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, v. 1, [1998] 2013.

_____. **La história me absolverá**, 16 oct. 1953. Disponível em:

<<http://bureau.comandantina.com/archivos/La%20Historia%20me%20absolvera.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Discurso en el resumen de la velada conmemorativa de los cien años de lucha, el 10 de octubre de 1868.**, 1968. Disponible em: <<http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/velada-conmemorativa-de-los-cien-anos-de-lucha-efectuada-en-la-demajagua>>. Acceso em: 15 out. 2019.

_____. **Un encuentro con Fidel:** entrevista realizada por Gianni Miná. La Habana: Oficina de publicaciones del Consejo de Estado, 1988.

_____. **Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba, en el acto por el aniversario 60 de su ingreso a la universidad, efectuado en el Aula Magna de la Universidad de La Habana**, 17 nov. 2005. Disponible em: <<http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/discurso-pronunciado-en-el-acto-por-el-aniversario-60-de-su-ingreso-la-universidad-en-el>>. Acceso em: 7 fev. 2019.

CASTRO RUZ, R. **Discurso pronunciado por el General de Ejército Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, y Segundo Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, en la clausura del IX Congreso de la Unión de Jóvenes Comunistas**, La Habana, 4 abr. 2010a. Disponible em: <<https://yohandry.wordpress.com/2010/04/04/cuba-no-teme-a-la-mentira-ni-se-arrodilla-ante-presiones-condicionamientos-o-imposiciones/>>. Acceso em: 15 mar. 2018.

_____. **Discurso pronunciado por el General de Ejército Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en la clausura del Sexto Período Ordinario de Sesiones de la Séptima Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular**, 2010b. Disponible em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2010/esp/r181210e.html>>. Acceso em: 18 dez. 2019.

_____. Intervención en la asamblea de balance del PCC en Guantánamo, Cuba, el 3 de octubre de 1999. In: ENRIQUE , A.; SANTAMARÍA, G. **Raúl Castro y nuestra América: 86 discursos, intervenciones y declaraciones**. La Habana: Editorial Capitán San Luis, 2017a.

_____. **Discurso pronunciado por el General de Ejército Raúl Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en la clausura del IX Período Ordinario de Sesiones de la VIII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular, en el Palacio de Convenciones**, el 14 de julio de 2017b. Disponible em: <<http://www.acn.cu/cuba/27564-discurso-pronunciado-por-raul-hoy-en-el-parlamento-cubano>>. Acceso em: 02 jan. 2020.

COLECTIVO DE AUTORES. **Economía política de la construcción del socialismo:** fundamentos generales. La Habana: Editorial Félix Varela, 2002.

CRUZ REYES, J.; CÁRDENAS MARTÍNEZ, F. Mercado y principios cooperativos en conflicto. **Revista Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**, [S. l.],

v. 6, n. 3, p. 53-65, oct. 2018. Disponível em:
<<http://www.revflacso.uh.cu/index.php/EDS/article/view/293>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

CRUZ REYES, J.; PIÑEIRO HARNECKER, C. Una introducción a las cooperativas. In: PIÑEIRO HARNECKER, C. **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2011. p. 31-54.

CUBA. **Constitución política de 1940**, Convención Constituyente, Guáimaro (Camagüey), 1 jul. 1940. Disponível em:
<<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Cuba/cuba1940.html#mozTocId916234>>.

_____. Ley No. 36, de 22 de julio de 1982. Ley de cooperativas agropecuarias. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Asamblea Nacional del Poder Popular, La Habana, No. 63, 22 jul. 1982. Disponível em:
<<http://www.parlamentocubano.cu/wp-content/uploads/2016/05/LEY-NO.-36-DE-COOPERATIVAS-AGROPECUARIAS.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.

_____. Ley No. 95, de 02 de noviembre de 2002. Ley de Cooperativas de producción agropecuaria y de créditos y servicios. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Asamblea Nacional del Poder Popular, La Habana, No. 72, 02 nov. 2002. Disponível em: < <http://www.parlamentocubano.gob.cu/index.php/documento/ley-de-las-cooperativas-de-produccion-agropecuarias-y-de-creditos-y-servicios/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

_____. Decreto-ley No. 268, 26 de junio de 2009. **Modificativo del régimen laboral**. Consejo de Estado, La Habana, 2009. Disponível em: < <https://www.ilo.org/dyn/travail/docs/1316/Decreto%20Ley%20No.268.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. Decreto-Ley No. 305, de 15 de novembro de 2012. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Consejo de Estado, La Habana, No. 053 extraordinaria, 11 dez. 2012a. Disponível em: <http://www.cuba-economia.org/documentos/legislacion-economica/gaceta_53_cooperativas_no_agricolas>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Decreto-Ley No. 306, de 17 de novembro de 2012. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Consejo de Estado, La Habana, No. 053 extraordinaria, 11 dez. 2012b. Disponível em: <http://www.cuba-economia.org/documentos/legislacion-economica/gaceta_53_cooperativas_no_agricolas>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Decreto No. 309, 28 de novembro de 2012. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Consejo de Ministros, La Habana, No. 053 extraordinaria, 11 dez. 2012c. Disponível em: <http://www.cuba-economia.org/documentos/legislacion-economica/gaceta_53_cooperativas_no_agricolas>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Resolución No. 570/12, de 15 de novembro de 2012. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Ministerio de Economía y Planificación, La Habana, No. 053 extraordinaria, 11 dez. 2012d. Disponível em: <http://www.cuba-economia.org/documentos/legislacion-economica/gaceta_53_cooperativas_no_agricolas>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Resolución No. 427/12, de 04 de dezembro de 2012. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Ministerio de Finanzas y Precios, La Habana, No. 053 extraordinaria, 11 dez. 2012e. Disponível em: <http://www.cuba-economia.org/documentos/legislacion-economica/gaceta_53_cooperativas_no_agricolas>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Ley No. 113/2012, de 21 de novembro de 2012. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Asamblea del Poder Popular, La Habana, No. 053 ordinaria, 21 no. 2012f. Disponível em: <http://www.cuba-economia.org/documentos/legislacion-economica/ley_113_del_sistema_tributario>. Acesso em 15 abr. 2018.

_____. Decreto-Ley No. 366, de 19 de noviembre de 2018. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Consejo de Estado, La Habana, No. 063 extraordinaria, 30 ago. 2019a. Disponível em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/pdf/GOC-2019-O63.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2019.

_____. Decreto-Ley No. 356, de 02 de marzo de 2019. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Consejo de Ministros, La Habana, No. 063 extraordinaria, 30 ago. 2019b. Disponível em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/pdf/GOC-2019-O63.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2019.

_____. Resolución No. 361/2019, de 09 de agosto de 2019. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Ministerio de Finanzas y Precios, La Habana, No. 063 extraordinaria, 30 ago. 2019c. Disponível em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/pdf/GOC-2019-O63.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2019.

_____. Resolución No. 362/2019, de 09 de agosto de 2019. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Ministerio de Finanzas y Precios, La Habana, No. 063 extraordinaria, 30 ago. 2019d. Disponível em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/pdf/GOC-2019-O63.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2019.

_____. Constitución de la República de Cuba, 10 de abril de 2019. **Gaceta oficial de la República de Cuba**, Asamblea Nacional del Poder Popular, La Habana, No. 05 extraordinaria, 10 abril 2019e. Disponível em: <<http://media.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2019/04/Constituci%C3%B3n-de-la-Rep%C3%ABlica-de-Cuba.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

_____. **Cuba – informe voluntário sobre la implementación de la agenda 2030**, la Habana, 2019f. Disponível em: <

https://foroalc2030.cepal.org/2019/sites/foro2019/files/informe_nacional_voluntario_d_e_cuba_sobre_implementacion_de_la_agenda_2030.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

DARDENGO, André Moulin. **A panaceia econômico-solidária**: uma sistematização dos discursos apologéticos e críticos da economia solidária no Brasil. 2013. 145f. Dissertação (Mestrado em Política Social) CCJE/UFES. Vitória, 2013.

DA SILVA, M. A. Revisitando a Guerra Fria: autonomia relativa e dependência na relação Cuba - URSS. **Revista de Geopolítica**, Natal-RN, v. 4, nº 2, jul./dez. 2013. 104-126. Disponível em:
<<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/91/90>>. Acesso em: 14 set. 2019.

DAVE GRACE AND ASSOCIATES. **Global census on co-operatives**. Measuring the Size and Scope of the Cooperative Economy: Results of the 2014. 2014. Disponível em:
<<https://www.un.org/esa/socdev/documents/2014/coopsegm/grace.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

DONÉSTEVEZ SÁNCHEZ, G. Co-operativism in Cuba Prior to 2012. In: NOVKOVIĆ, S.; VELTMEYER, H. **Co-operativism and local development in Cuba**: An Agenda for Democratic Social Change. Boston: Brill, 2018. p. 110-127.

DÍAZ-CANEL BERMÚDEZ, M. “**Pero no solo nos interesa resistir. Ese mérito lo [...]**”. La Habana, 28 dez. 2019. Twitter: @DiazCanelB. Disponível em:
<<https://twitter.com/DiazCanelB/status/1210908126305763329>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**, [s. d.]. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_09.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Princípios básicos do comunismo**, 1847. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>>. Acesso em: 13 maio 2019.

_____. **Carta a Otto Von Boenigk**, 1890. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/08/21.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. In: TUCKER, R. C. **The Marx-Engels reader**. Tradução de Edições Avante. 2ª. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. p. 760-765. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Leandro Konder. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. Prefácio à edição inglesa de 1888. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010. p. 74-78.

_____. **Anti-Dühring:** a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

ESCANDELL-SOSA, V. E. Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución aprobados en el VI Congreso del Partido Comunista de Cuba: una visión desde la economía política. **Anuario Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales**, v. III, enero 2012. Disponível em: <<https://revistas.uo.edu.cu/index.php/aeco/article/view/642>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo:** a revolução cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNÁNDEZ NUEZ, J. El sistema de dirección y planificación de la economía en Cuba y las relaciones monetarias-mercantiles. **Investigación Económica**, Ciudad de México, v. 39, n. 134, p. 197-204, oct./dec. 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42778644?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 17 fev. 2019.

FERNÁNDEZ PEISO, A. **La cooperativa:** bases para su legislación en Cuba. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2012.

FERNÁNDEZ PÉREZ, M. Las consituiciones republicanas cubanas en el desarrollo de la nación. **Enfoques**, La Habana, n. 16, ago. 2009.

FIGUEREDO REINALDO, O. Nuevas normas jurídicas para las cooperativas no agropecuarias en Cuba. **Cubadebate**, 2019. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2019/08/30/nuevas-normas-juridicas-para-las-cooperativas-no-agropecuarias-en-cuba/#.XXCSXuNKjIV>>. Acesso em: 5 setembro 2019.

FIGUEROA ALBELO, V. M. *Et al.* **La economía política de la construcción del socialismo.** La Habana: Edición electrónica, 2006. Disponível em: <www.eumed.net/libros/2006b/vmfa/>. Acesso em: 14 fev. 2018.

FIGUEROA ALBELO, V.; LABRADA FERNÁNDEZ, N.; FLORES CASAMAYOR, B. Las relaciones socialistas de producción y la heterogeneidad económica y social de la construcción del socialismo. In: COLECTIVO DE AUTORES **Economía política de la construcción del socialismo:** fundamentos generales. La Habana: Editorial Félix Varela, 2002. Cap. 3, p. 98-125.

FIGUEROA ALBELO, V. Revolución política y económica y transición extraordinaria desde el subdesarrollo al socialismo. In: COLECTIVO DE AUTORES **Economía política de la construcción del socialismo: fundamentos generales**. La Habana: Editorial Félix Varela, 2002. Cap. 2, segunda parte, p. 72-97.

_____. **Ensayos de economía política de la transición extraordinaria al socialismo en la experiencia de Cuba**. Santa Clara: Universidad Central de Las Villas, 2003.

FIGUEROA ALBELO, Víctor M.; SÁNCHEZ NODA, Ramón. Marxismo y economía política de la transición socialista en la periferia del capitalismo en la época contemporánea. In: _____. FIGUEROA ALBELO, V. M. *Et al.* **La economía política de la construcción del socialismo**. La Habana: Edición electrónica, 2006, p. 5-18. Disponible em: <www.eumed.net/libros/2006b/vmfa/>. Acesso em: 14 fev. 2018.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GALTÉS GALEANO, I. Desigualdad de ingresos en Cuba: ¿qué papel juegan los salarios? In: TORRES PÉREZ, R.; ECHEVARRÍA LEÓN, D. **Miradas a la economía cubana: un acercamiento a la actualización seis años después**. La Habana: Editorial Caminos, 2017. p. 68-80.

GAMBINA, J. C.; ROFFINELLI, G. La construcción de alternativas más allá del capital. In: PIÑEIRO HARNECKER, C. **Cooperativas Y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2011. Cap. 2, p. 71-102.

GARCÍA BRIGOS, J. P. **Construcción socialista y actualización del modelo económico**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2017.

GARCÍA BRIGOS, J. P. et al. **Cuba: propiedad social y construcción socialista**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2012.

GERMER, K. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 29, p. 75-95, 2009. Disponible em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo172artigo2.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

GOMES, Helder. **Aprendizados da experiência chinesa: sobre as relações de Estado numa transição ao socialismo**. 2016. 154f. Tese (Doutorado em Política Social) CCJE/UFES. Vitória, 2016.

GOTT, R. **Cuba: uma nova história**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GRANMA. **Aprueban en Cuba constitución de cooperativas en sectores no agropecuarios**. Cubadebate. 2012. Disponible em:

<<http://www.cubadebate.cu/noticias/2012/12/11/en-vigor-nuevo-decreto-ley-que-estabelece-constitucion-experimental-de-cooperativas-en-sectores-no-agropecuarios/#.VFflzzTF-BI>>. Acesso em: 05 out. 2014.

_____. **Cooperativas no agropecuarias: de una experiencia a una novedad em Cuba**. 2014. Disponível em: <<http://www.granma.cu/cuba/2014-04-30/cooperativas-no-agropecuarias-de-una-experiencia-a-una-novedad-en-cuba>>. Acesso em: 05 out. 2014.

_____. **Por evasión fiscal, Cuba no otorgará nuevas licencias para el sector privado**. Disponível em: <<http://www.larepublica.co/globoeconomia/por-evasion-fiscal-cuba-no-otorgara-nuevas-licencias-para-el-sector-privado-2532698>>. Acesso em 20 nov. 2017a.

_____. **Primero consolidar, luego avanzar**. Disponível em: <<http://www.granma.cu/cuba/2017-08-08/primero-consolidar-luego-avanzar-08-08-2017-22-08-10/page=3>>. Acesso em: 20 nov. 2017b.

GUEVARA, E. C. **Apuntes críticos a la economía política**. La Habana: Ocean Press, 2006.

_____. Sobre el sistema presupuestario de financiamiento. In: DEUTSCHMANN, D.; SALADO, J. **El gran debate sobre la economía en Cuba 1963-1964**. 1ª. ed. La Habana: Ocean Press, 2006. p. 68-96.

_____. El socialismo y el hombre en Cuba. **La Universidad: Órgano científico-sociocultural de la Universidad de El Salvador**, San Salvador, n. 12, p. 221-245, out./nov. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ues.edu.sv/index.php/launiversidad/article/view/189/264>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

HYUNGSIK, Eum; CICOPA. **Cooperatives and employment: Second global report. Contribution of cooperatives do decent work in the changing world of work**. 2017. Disponível em: <<https://www.ica.coop/sites/default/files/publication-files/cooperatives-and-employment-second-global-report-625518825.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 4, p. 09-32, 2001.

JIMÉNEZ GUETHÓN, R. Aspectos fundamentales del desarrollo cooperativo cubano. **Revista Electrónica FLACSO**, La Habana, v. I, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.flacso.uh.cu/sitio_revista/num3/articulos/art_RJimenes2.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2012.

_____. Las transformaciones en el movimiento cooperativo cubano. Su impacto en el desarrollo social cubano. **Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 67-76, sep. 2013. Disponível em:

<<http://www.revflacso.uh.cu/index.php/EDS/article/view/21>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

JIMÉNEZ GUETHÓN, R.; ALMAGUER GUERRERO, R. El cooperativismo cubano: historia, presente y perspectivas. **Revista Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo (Unircoop)**, Québec, Universidade de Sherbrooke, v. 1, n. 2, p. 178-200, 2003. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/117365424/El-cooperativismo-cubano-historia-presente-y-perspectivas>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

JIMÉNEZ GUETHÓN, R.; PADRÓN SÁNCHEZ, N. Las cooperativas no agropecuarias en el contexto actual cubano. Desafíos. **Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 20-33, may 2016. Disponível em: <<http://www.revflacso.uh.cu/index.php/EDS/article/view/120>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

KACHINE, V.; TCHERKASSOV, N. **Que é o período de transição?** Tradução de G. Mélnikov. Moscou: Edições Progresso, v. 18 - Coleção ABC dos conhecimentos sociais e políticos, 1988.

KOHAN, N. **El capital história y método:** una introducción. Buenos Aires: Universidad Popular Madres de la Plaza de Mayo, 2001.

KRAUSZ, T. **Reconstruindo Lênin:** uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2017.

LANDABURO SÁNCHEZ, L. **Confabulaciones en la Cuba de las reformas:** la familia transnacional cubanoamericana ante el cuentapropismo y el trabajo de la tierra. Quito: FLACSO Ecuador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/bitstream/handle/10469/7464/TFLACSO-2014LLS.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LAVILLE, J. L. **La economía solidária.** Bogotá: Ediciones Desde Abajo, Colección primeros pasos, 2016.

LE RIVERAND, J. **História económica de Cuba.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

LEAKEY, R. E.; LEWIN, R. **O povo do lago - o homem:** suas origens natureza e futuro. Tradução de Nilce Galanti. Brasília/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Melhoramentos, 1988.

LEAL SPENGLER, E. **La luz sobre el espejo.** La Habana: Editorial Ciências Sociales, 2017.

LENIN, V. I. **Obras Completas.** Madrid: Akal Editor/Ediciones de Cultura Popular, v. Tomo XXXV - Marzo - Noviembre de 1921, 1978. Disponível em:

<<https://www.elsoca.org/pdf/libreria/OC%20Lenin/OC-lenin-tomo-35.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2019.

_____. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Lenin e a Revolução de outubro**: textos no calor da hora (1917-1923). 1ª. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2017.

LENINE, V. I. **Obras escolhidas em três tomos**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, v. Tomo 2, 1980.

LEÓN MUNDUL, J. El largo camino hacia la unificación monetaria y cambiaria: ¿Avanzamos? In: TORRES PÉREZ, R.; ECHEVARRÍA LEÓN, D. **Miradas a la economía cubana**: un acercamiento a la 'actualización' seis años después. Ciudad del Panamá: Ruth Casa Editorial, 2017. p. 61-66.

LIMA, T. C. S. D.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, n. 10, 2007. p. 37-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2018.

LÖWY, M. **The politics of combined and uneven development**: the theory of permanent revolution. London: Verso edition and MLB, 1981. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/300044509/Michael-Lowy-The-Politics-of-Combined-and-Uneven-Development-The-Theory-of-Permanent-Revolution-Verso-1981#logout>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. **The politics of combined and uneven development**: the theory of permanent revolution. London: Verso edition and MLB, 1981. Acesso em: 28 nov. 2017.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Nélio Schneider; Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, R. **Introdução à economia política**. Tradução de Carlos Leite. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

MARIÁTEGUI, J. C. Aniversario e balance - Editorial, **Amauta**, Nº 17, año II, Lima, Setiembre de 1928. Disponível em: <https://marxists.architexturez.net/espanol/mariateg/oc/ideologia_y_politica/paginas/aniversario%20y%20balance.htm>. Acesso em: 21 ago. 2019.

MARINI, R. M. Duas notas sobre o socialismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, 5, jul.-dez. 1998. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v5_artigo_ruy.pdf>. Acesso em: 5 out. 2014.

MARTÍNEZ HEREDIA, F. Rectificación y profundización del Socialismo em Cuba. In: MARTÍNEZ HEREDIA, F. **Fernando Martínez Heredia - pensar en tiempo de revolución**: antología esencial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, [1988] 2018. p. 761-797. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180524041744/Antologia_Fernando_Martinez_Heredia.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. Desconexión, reinserción y socialismo en Cuba. In: MARTÍNEZ HEREDIA, F. **Fernando Martínez Heredia - Pensar en tiempo de revolución**: antología esencial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, [1993] 2018. p. 799-819. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180524041744/Antologia_Fernando_Martinez_Heredia.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MARX, K. **Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia**, 1853. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/ma000073.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. **Instructions for the Delegates of the Provisional General Council**: The Different Questions, 1866. Disponível em: <marxists.org/history/international/iwma/documents/1866/instructions.htm>. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. Tradução de Edgard Malagodi. [et. al.]. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Economistas, 1982a.

_____. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Editorial Avante, v. I, Tomo II, 1982b. p. 5-13. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro terceiro - O processo global de produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, v. III, Tomo 1, 1983.

_____. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria, do sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Editora da UFRJ, 2011a.

_____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderler. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital:** crítica da economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846. Tradução de Rubens Enderler; Nélio Schneider e Luciano Cavini Mortorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto Comunista.** 1ª revista. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MENEZES, M. T. C. G. **Economia Solidária:** elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MESA-LAGO, C. **Cuba en la era de Raul Castro:** reformas económico-sociales y sus efectos. 1ª. ed. Madrid: Colibrí, 2012.

_____. El 'enfriamiento' de la economía Cubana. **Nueva sociedad**, Buenos Aires, n. 279, enero-febrero 2019. Disponível em: <<https://www.nuso.org/articulo/el-enfriamiento-de-la-economia-cubana/>>. Acesso em: 31 dez. 2019.

MÉSZÁROS, I. **Marx:** a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Marxismo, sistema do capital e socialismo hoje: entrevista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 6, jan.-jun. 1999. p. 21-41. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v6_artigo_entrevista.pdf>. Acesso em: 5 out. 2014.

_____. **El desafío y la carga del tiempo histórico:** El socialismo del siglo XXI. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, v. Tomo II, 2009b.

_____. **Para além do capital - rumo a uma teoria da transição.** Tradução de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTERIO DE FINANZAS Y PRECIOS. Presupuesto del Estado para el año 2019. **Revista Cubana de Finanzas y Precios**, La Habana, v. 2, n. 4, p. 85-117, oct./dec. 2018. Disponível em: <http://www.mfp.gob.cu/revista_mfp/index.php/RCFP/article/view/09_V2N42018_MFP/117>. Acesso em: 14 dez. 2019.

MINISTERIO DE LA CONSTRUCCIÓN. **Sitio oficial del Ministerio de la Construcción de Cuba**, 2019. Disponível em: <<http://www.micons.gob.cu/search/node>>. Acesso em: 31 dez. 2019.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. **Cuba vs Bloqueo.** Informe de Cuba sobre a resolución 72/4 de la Asamblea General de las Naciones Unidas - 'Necesidad de poner fin ao bloqueio económico, comercial y financeiro impuesto por los Estados Unidos de América contra Cuba', La Habana, 2019. Disponível em:

<<http://www.minrex.gob.cu/sites/default/files/2019-09/Cuba%20vs%20Bloqueo.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2019.

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA. **Declaração do Ministério da Saúde Pública**, La Habana, 14 de novembro de 2018. Disponível em: <<http://files.sld.cu/editorhome/files/2018/11/port-DECLARACI%C3%93N-DEL-MINSAP.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MODROW, H. **Perestroika: impresiones y confesiones**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2015.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MORAIS, F. **Os últimos soldados da guerra fria**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NAKATANI, P. China e Cuba na transição ao socialismo. **Jornal dos economistas**, Rio de Janeiro, n. 338, out. 2017.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 4, p. 41-49, 2001.

_____. **Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVA GONZÁLEZ, A. Las cooperativas agropecuárias en Cuba: 1959-presente. In: PIÑEIRO HARNECKER, C. **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2011. p. 321-336.

NOVKOVIĆ, S. The role of co-operatives in transforming Cuba's economy. In: NOVKOVIĆ, S.; VELTMEYER, H. **Co-operativism and local development in Cuba: an agenda for democratic social change**. Boston: Brill, 2018. p. 197-218.

ODRIOZOLA GUIDART, S.; FERNÁNDEZ ESTRADA, O.; GARCÍA RABELO, M. La transición socialista y el modelo económico social. In: GARCÍA RABELO, M.; HIDALGO DE LOS SANTOS, V. **Modelo económico y social cubano: nociones generales**. La Habana: Editorial UH, 2013. p. 15-36.

ODRIOZOLA GUITART, S.; COLINA HERNÁNDEZ, H. En torno al debate Estado-mercado. **Economía y desarrollo**, La Habana, v. 158, n. 1, p. 245-269, enero-junio 2017.

ODRIOZOLA GUITART, S.; PALMA ARNAUD, A. R. Cooperativas no agropecuarias en el sector de la construcción en La Habana: un análisis de su gestión. **Economía y**

desarrollo, La Habana, v. 159, n. 1, p. 80-96, enero-junio 2018. Disponível em: <<http://www.econdesarrollo.uh.cu/index.php/RED/article/view/465/332>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

OJEDA SURÍS,. Las Cooperativas no Agropecuarias: dos años después. **Boletín semestral Centro de Estudios de la Economía Cubana**, La Habana, p. 44-57, jul./dic. 2015. Disponível em: <<https://docplayer.es/14759390-Economia-y-gerencia-en-cuba-avances-de-investigacion.html>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

O MÉTODO EM MARX. Curso ministrado por José Paulo Netto. Recife: PPGSSO-UFPE, 2002. 1 DVD.

ONEI. **Anuario estadístico de Cuba 2018**. Empleo y salarios. La Habana: 2019. Disponível em: <<http://www.one.cu/aec2018/07%20Empleo%20y%20Salarios.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

PACHECO FERNANDEZ, M.; LANDA DE SAA, Y.; TRIANA BARROS, J. A. Cambios en el mapa empresarial cubano: impactos sistémicos y desafíos asociados. **Econ. y Desarrollo**, La Habana, v. 157, n. 2, p. 60-76, dic. 2016. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0252-85842016000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2019.

PALMA ARNAUD, A. R. **Cooperativas no agropecuarias en el sector de la construcción en La Habana**: Análisis de su gestión. 2017. 130f. Monografía (Graduação em Ciências Econômicas) Facultad de Economía/Universidad de La Habana. La Habana, 2017.

PANDOLFI, Aline Fardin. **Transição ao socialismo**: a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba. 2017. 214f. Tese (Doutorado em Política Social) CCJE/UFES. Vitória, 2017.

PARRA, J. **Perestroika**: principales problemas de la economía de la soviética y su incidencia en el final de la URSS. Bogotá: Edição Eletrônica, 2013. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/169450.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. **Sobre la cuestión agraria y las relaciones com el campesinado**: Primero Congreso del Partido Comunista de Cuba, La Habana, 1975. Disponível em: <<http://www.granma.cu/file/pdf/PCC/1congreso/Tesis%20y%20Resoluciones/I-Congreso-PCC.-Tesis-y-Resoluciones-sobre-la-cuesti%C3%B3n-agraria-y-las-relaciones-con-el-campesinado.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019.

_____. **Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución**, La Habana, VI Congreso del Partido Comunista de Cuba, 2011a. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/esp/l160711i.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2014.

_____. **Información sobre el resultado del debate de los lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución**, La Habana, VI Congreso de Partido Comunista de Cuba, 2011b. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2011/05/09/descargue-en-cubadebate-los-lineamientos-de-la-politica-economica-y-social-pdf/#.Wt4ceC7wblU>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. **Actualización de los lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución para el período 2016-2021**, La Habana, VII Congreso del Partido Comunista de Cuba, 2016a. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/especiales/2017/07/13/lea-los-textos-definitivos-de-la-conceptualizacion-del-modelo-cubano-y-la-actualizacion-de-los-lineamientos/#.Wt5gzC7wblU>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. **Proyecto de conceptualización del modelo económico y social cubano de desarrollo socialista. Proyecto plan nacional de desarrollo económico y social hasta 2030**: propuesta de visión de la nación, ejes y sectores estratégicos, La Habana, VII Congreso del Partido Comunista de Cuba, 2016b. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/especiales/2017/07/13/lea-los-textos-definitivos-de-la-conceptualizacion-del-modelo-cubano-y-la-actualizacion-de-los-lineamientos/#.Wt5gzC7wblU>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. **Informe Central al 7mo. Congreso del Partido Comunista de Cuba**, La Habana, VII Congreso del Partido Comunista de Cuba, 16 abr. 2016c. Disponível em: <https://www.pcc.cu/sites/default/files/congreso/pdf/20180426/informe_central_vii_congreso_pcc.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Conceptualización del modelo económico y social de desarrollo socialista**, 2017. Disponível em: <<http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Conceptualizaci%C3%B3n%20del%20modelo%20economico%20social%20Version%20Final.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PASCHOAL, M. O empreendedorismo está crescendo em Cuba? In: SANTOS, F. L. B. D.; VASCONCELOS, J. S.; DESSOTTI, F. R. **Cuba no século XXI**: dilemas da revolução. São Paulo: Elefante, 2017. p. 98-107.

PÉREZ SOTO, O.; BORREGO ESQUENAZI, A. Socialismo cien años después. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, 16, n. 1, jan./jun. 2017. p. 49-64. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/27463>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PÉREZ VILLANUEVA, O. E. Estrategia económica: medio siglo de socialismo. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E. **Cincuenta años de la economía cubana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2010. p. 1-24.

PERICÁS, L. B. Prefácio. In: VASCONCELOS, J. S. **Histórica agrária da revolução cubana: dilemas do socialismo na periferia**. 1ª. ed. São Paulo: Alameda, 2017. p. 13-16.

PETITFILS, J. C. **Os socialismo utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

PIÑEIRO HARNECKER, C. Conciencia social y planificación democrática en las cooperativas venezolanas. **Revista Temas - cultura, ideología y sociedad**, La Habana, n. 54, abr./jun. 2008a. p. 14-24.

_____. Principales desafíos de las cooperativas en Venezuela. **Cayapa - Revista de Economía Social Venezolana**, Trujillo, ano 8, n. 15, enero/jun. 2008b. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/83458.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2014.

_____. **Cooperativas y socialismo: una mirada desde cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2011.

_____. Las cooperativas en el nuevo modelo económico Cubano. In: VIDAL ALEJANDRO, P.; PÉREZ VILLANUEVA, O. E. **Miradas a la economía cubana: el proceso de actualización**. La Habana: Editorial Caminos, 2012. p. 73-96. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/152049.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2014.

_____. Visiones sobre el socialismo que guían los cambios actuales en Cuba. **Revista Temas - cultura ideología sociedad**, La Habana, n. 70, p. 46-65, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283080307_Distintas_visiones_sobre_el_socialismo_que_guian_los_cambios_actuales_en_Cuba_Temas_No_70_La_Habana_2012_pp_46-55>. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. Visiones sobre el socialismo que guían los cambios actuales en Cuba. **Revista Temas - cultura ideología sociedad**, La Habana, n. 70, p. 46-65, abr./jun. 2012b. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283080307_Distintas_visiones_sobre_el_socialismo_que_guian_los_cambios_actuales_en_Cuba_Temas_No_70_La_Habana_2012_pp_46-55>. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. **Repensando el socialismo cubano: propuesta para una economía democrática y cooperativa**. Ciudad de Panamá: Ruth Casa Editorial, 2012c.

_____. Cooperativas no agropecuarias en La Habana - diagnóstico preliminar. In: COLECTIVO DE AUTORES. **Economía Cubana: transformaciones y desafíos**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.

_____. **Guía introductoria sobre cooperativismo para Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2015a.

_____. Nuevas cooperativas cubanas: logros y dificultades. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E.; TORRES PÉREZ, R. **Miradas a la economía cubana: análisis del sector no estatal**. La Habana: Editorial Caminos, 2015b. p. 53-61.

_____. **Desempeño socioeconómico de las cooperativas no agropecuarias**: contribución de sus principales determinantes. Estudio de casos. 2018a. 240f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Centro de Estudos de la Economía Cubana/Universidad de La Habana. La Habana, 2018a.

_____. Co-operatives in Cuba's new socio-economic model: What has been done and what could be done? In: NOVKOVIĆ, S.; VELTMEYER, H. **Co-operativism and Local Development in Cuba: An Agenda for Democratic Social Change**. Boston: Brill, 2018b. p. 179-195.

PIÑEIRO HARNECKER, C.; OJEDA SURÍS, D. Cooperativas no agropecuarias. Situación atual y medidas necesarias. In: TORRES PÉREZ, R.; ECHEVERRÍA LEÓN, D. **Miradas a la economía cubana: un acercamiento a la actualización seis años después**. La Habana: Editorial Caminos, 2017. p. 116-124.

PRADO, E. S. F. Do socialismo centralista ao socialismo democrático. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 39, out. 2014. 60-77. Disponível em: <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/61/105>>. Acesso em: 27 out 2014.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

RODRÍGUEZ GARCÍA, J. L. **El derrumbe del socialismo en Europa**. 2ª. ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales; Ruth Casa Editorial, 2016.

_____. Notas sobre la economía cubana y latinoamericana: sesenta años después del triunfo de la Revolución Cubana. In: SUÁREZ SALAZAR, L. **Cuba en revolución: miradas en torno a su sesenta aniversario**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2019. p. 49-82.

RODRÍGUEZ, J. L.; CARRIAZO MORENO, G. **Erradicación de la pobreza en Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1990.

ROFFINELLI, G. La cooperación, entre la burocracia y el mercado (una aproximación desde Marx). **Revista Idelcoop**, Buenos Aires, v. 28, n. 134, 2001. Disponível em: <https://www.idelcoop.org.ar/sites/www.idelcoop.org.ar/files/revista/articulos/pdf/2001_189308616.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

RUIZ ALMEIDA, D.; LÓPEZ SÁNCHEZ, J. Á. Periodización del cooperativismo en Cuba en la era socialista. Relación entre cooperativas no agropecuarias y co-innovación. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo**,

Bilbao, n. 51, p. 287-315, 2017. Disponível em: <<http://www.baidc.deusto.es>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SADER, E. Apresentação. In: MARX, K.; FRIEDRICH, E. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 9-15.

SANTOS, F. L. B. D.; VASCONCELOS, J. S.; DESSOTI, F. R. **Cuba no século XXI: dilemas da revolução**. 1ª. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

SERRA, B. L. O. **Decreto-Ley No. 305 "De las cooperativas no agropecuarias. El derecho al alcance de todos**. La Habana: Ediciones ONBC, 2014.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. 2ª. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1999.

_____. **Introdução à economia solidária**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPINDEL, A. **O que é o socialismo**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1980.

STOCCO, Aline Faé. **Distribuição, igualdade social e desenvolvimento**: a experiência cubana. 2017. 242f. Tese (Doutorado em Política Social) CCJE/UFES. Vitória, 2017.

SUÁREZ SALAZAR, L. **El siglo XXI**: posibilidades y desafíos para la Revolución Cubana. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003.

_____. **A 60 años de la revolución cubana: una mirada crítica desde sus utopías**. Buenos Aires: CLACSO virtual, seminário on-line, 2019.

SUVÓROVA, M.; ROMANÓV, B. **Que é a propriedade?** Moscovo: Edições progresso, v. Coleção ABC dos conhecimentos sociais e políticos, 1987.

TAIBO MAHAJO, F. I. **Ernesto Guevara, também conhecido como Che**. Tradução de Cláudia Schilling; Magda Lopes e Maria Carbajal. 3ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRIANA CORDOVÍ, J. Del ajuste externo a una nueva concepción del socialismo cubano. In:_____: FONT, M. A.; GONZÁLES-CORSO, Mario (Editores). **Reformando el Modelo Económico Cubano**. New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies, 2014.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, A queda do tzarismo, 1977. Disponível em: <<http://lutasocialista.com.br/livros/TROTSKY/TROTSKY,%20Leon.%20A%20Hist%F>>

3ria%20da%20Revolu%E7%E3o%20Russa,%20vol.%20I.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 3^a. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2007.

VASCONCELOS, J. S. **História agrária da revolução cubana**: dilemas do socialismo na periferia. 1^a. ed. São Paulo: Alameda, 2017a.

_____. Qual o lugar das cooperativas no socialismo cubano? In: SANTOS, F. L. B. D.; VASCONCELOS, J. S.; DESSOTI, F. R. **Cuba no século XXI**: dilemas da revolução. 1^ac. ed. São Paulo: Elefante, 2017b. p. 108-119.

VILA PÉREZ, O. L.; ALARCÓN GUERRA, A. La distribución con arreglo al trabajo en el sector no estatal: ¿escepticismo o realidad en la Cuba contemporánea? **Economía y Desarrollo**, La Habana, v. 158, n. 2, p. 22-42, jul./dic. 2017. Disponível em: <<http://www.econdesarrollo.uh.cu/index.php/RED/article/view/154/pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

VUOTTO, M. Las cooperativas no agropecuarias y la transformación económica em Cuba: políticas, procesos y estrategias. **Revista de Estudios Cooperativos - REVESCO**, Madrid, n. 120, p. 149-181, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://webs.ucm.es/info/revesco/DetalleArticulo.php?IdPublicacion=399#.WpXNqK6nHIU>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

WELLEN, H. **Para a crítica da "Economia Solidária"**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WOOD, E. M. **A origem agrária do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Cezar Catanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.

YAFFE, H. El Ché Guevara: las cooperativas y la economía política de la transición al socialismo. In: PIÑEIRO HARNECKER, C. **Cooperativas y Socialismo**: una mirada desde Cuba. La Habana: Editorial Caminos, 2011.

YERA, L. M. Una ley desconocida, la Nueva Política Económica y sus lecciones actuales. **Temas**, 2017. Disponível em: <<http://www.temas.cult.cu/catalejo/una-ley-desconocida-la-nueva-pol-tica-econ-mica-y-sus-lecciones-actuales>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

8 APÊNDICE

Tabela 13 – CNA aprovadas por reunião do *Consejo de Ministros* – Cuba – 2013-2014*

Atividades	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Total por atividade
Mercados Agropecuários	101	-	-	-	101
Serviços de transporte de passageiros	5	2	1	3	11
Serviços auxiliares da atividade de transporte	6	-	-	-	6
Reciclagem de rejeitos	2	-	-	-	2
Construção	12	12	33	12	69
Comércio, Gastronomia e Serviços	-	22	38	186	246
Atividades industriais diversas	-	16	1	15	32
Comercialização de aves	-	17	-	-	17
Produção de alimentos	-	2	-	1	3
Energia	-	-	-	5	5
Serviços contábeis	-	-	-	6	6
Total por etapas	126	71	73	228	498

Fonte: Jiménez Guethón e Padrón Sánchez (2016). ONEI. Tradução e adaptação nossa.

* Grupo I (abril de 2013), Grupo II (julho de 2013), Grupo 3 (outubro de 2013), Grupo 4 (março de 2014).

Tabela 14 – Evolução do número de CNA por setor de atividade – Cuba – 2013-2019*

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*
Industrias Manufactureras (exc. azucarera).....	21	49	49	49	49	49	49
Construcción.....	28	59	61	60	60	59	59
Suministro de electricidad, gas y agua.....	-	4	4	4	4	3	3
Transportes, almacenamiento y Comunicaciones.....	5	85	6	5	5	5	5
Comercio; Reparación de efectos personales.....	128	130	131	132	135	130	130
Hoteles y restaurantes.....	12	6	91	116	155	157	156
Servicios empresariales, actividades inmobiliarias y de alquiler.....	1	5	7	7	7	6	6
Ciencia e innovación tecnológica.....	-	-	-	-	-	1	1
Otras actividades de servicios de asociaciones y personales.....	3	7	18	24	24	24	24
Total	198	345	367	397	439	434	433

Fonte: ONEI. Elaboração nossa. * Dados referentes ao terceiro trimestre (julho-setembro) de 2019.

Tabela 15 – Número de CNA por atividade econômica – Cuba – 2019*

NAE ACTIVIDAD ECONÓMICA	N° de CNA	(%)
1513 ELABORACIÓN DE FRUTAS Y VEGETALES.....	1	0,23
1549 ELABORACIÓN DE OTROS PRODUCTOS ALIMENTICIOS N.CP.....	1	0,23
1702 ELABORACIÓN DE VINOS.....	1	0,23
1921 FABRICACIÓN DE PRODUCTOS TEXTILES.....	1	0,23
2010 FABRICACIÓN DE PRENDAS DE VESTIR, EXCEPTO PRENDAS DE PIEL.....	4	0,92
2120 FABRICACIÓN DE CALZADO.....	1	0,23
2421 ACTIVIDADES DE IMPRESIÓN Y DE SERVICIO RELACIONADAS CON LA IMPRESIÓN.....	1	0,23
2920 FABRICACIÓN DE PRODUCTOS DE PLÁSTICO.....	1	0,23
3010 FABRICACIÓN DE VIDRIO Y DE PRODUCTOS DE VIDRIO.....	1	0,23
3091 FABRICACIÓN DE PRODUCTOS DE CERÁMICA	1	0,23
3099 FABRICACIÓN DE OTROS PRODUCTOS MINERALES NO METÁLICOS N.C.P.....	1	0,23
3195 FABRICACIÓN DE ARTÍCULOS DE HORMIGÓN, CEMENTO Y YESO.....	7	1,62
3311 FABRICACIÓN DE PRODUCTOS METÁLICOS PARA USO ESTRUCTURAL.....	1	0,23
3399 FABRICACIÓN DE OTROS PRODUCTOS ELABORADOS DE METAL N.C.P.....	4	0,92
3426 FABRICACIÓN DE MAQUINARIAS PARA LA ELABORACIÓN DE PRODUCTOS TEXTILES, PRENDAS DE VESTIR Y CUEROS.....	1	0,23
3712 FABRICACIÓN DE INSTRUMENTOS Y APARATOS DE PRECISIÓN.....	1	0,23
3910 FABRICACIÓN DE MUEBLES.....	5	1,15
3940 FABRICACIÓN DE JUEGOS Y JUGUETES.....	1	0,23
3950 RECICLAMIENTO DE DESPERDICIOS Y DESECHOS METÁLICOS.....	15	3,46
4010 GENERACIÓN, CAPTACIÓN Y DISTRIBUCIÓN DE ENERGÍA ELÉCTRICA.....	3	0,69
4520 CONSTRUCCIÓN DE EDIFICIOS Y OBRAS DE INGENIERÍA CIVIL.....	54	12,47
4530 ACONDICIONAMIENTO DE EDIFICIOS.....	3	0,69
4540 TERMINACION DE EDIFICIOS.....	2	0,46
5040 MANTENIMIENTO Y REPARACIÓN DE VEHÍCULOS AUTOMOTORES.....	7	1,62
5120 VENTA MAYORISTA DE PRODUCTOS AGROPECUARIOS.....	2	0,46
5311 VENTA MINORISTA DE ALIMENTO, BEBIDAS Y TABACO.....	101	23,33
5335 VENTA MINORISTA DE OTROS PRODUCTOS N.C.P.....	16	3,70
5360 REPARACIÓN DE EFECTOS PERSONALES Y ENSERES DOMÉSTICOS.....	4	0,92
5610 RESTAURANTES, CAFETERÍAS Y COMEDORES.....	156	36,03
6021 OTROS TIPOS DE TRANSPORTE REGULAR DE PASAJEROS POR VÍA TERRESTRE.....	4	0,92
6022 OTROS TIPOS DE TRANSPORTE NO REGULAR DE PASAJEROS POR VÍA TERRESTRE.....	1	0,23
7212 ACTIVIDADES DE CONTABILIDAD, AUDITORIA Y ASESORAMIENTO EN MATERIA DE IMPUESTOS.....	6	1,39
8210 INNOVACIÓN TECNOLÓGICA EN ACTIVIDADES ECONÓMICAS.....	1	0,23
9901 LAVADO, LIMPIEZA Y TEÑIDO DE PRENDAS TEXTILES Y DE PIEL.....	2	0,46
9902 PELUQUERÍA Y OTROS TRATAMIENTOS DE BELLEZA.....	22	5,08
TOTAL	433	100

FONTE: ONEI. Elaboração nossa. * Dados referentes ao terceiro trimestre (julho-setembro) de 2019.

Tabela 16 – Evolução dos principais indicadores sociais - Cuba e América Latina – (1958/60-2015/17)

Indicadores	Cuba 1958/60	América Latina 1958/60	Cuba 2015/17	América Latina 2015/17
Salário médio	129 (p) (1962)	--	767 (p) / salário real +2,5vezes (desde 2000)	Salário Real Máximo +19,5% (desde 2000)
Taxa de desemprego	18,2%	8,1% (1990)	1,7%	9,4%
Índice de Gini	0,55	0,35/0,62	0,40 (0,22 - 1986)	0,47
Gastos com educação em proporção do PIB	2,09%	--	8,4%	5,0%
Analfabetismo	23,6%	17,3% (anos 1980)	0,2%	6,8%
Escolaridade média da População Economicamente Ativa (PEA)	3,1	6,2/11,30 (2009)	12,8	9,2
Trabalhadores graduados universitários	1,3%	--	20,0%	--
Matrículas universitárias (17 a 23 anos)	6,8	3,1	16,1 (44,8% - 2008)	50,6%
Gastos com saúde em proporção do PIB	2,8%	4,8% (máximo 1970)	11,1%	3,6% (2014)
Expectativa de vida (anos)	62,79	65,10	78,45	75,00
Habitantes por médico	1.076	1.064	150	529
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)	60	81 (1970)	4,1	15,2
Gastos com Seguridade e Assistência Social em proporção do PIB	0,7%	5,8%	11,1%	6,9%
Pobreza	35,0% (e)	51,0%	15/20% (e)	30,7%
Cobertura da Seguridade Social	53,0%	60% (máximo anos 2000)	100,0%	51,0% (mais de 60 anos)
Índice de homicídios por 100 mil habitantes	--	--	4,5	21,5

Fonte: Rodríguez García (2019, p. 70-71). Tradução e adaptação nossa.